

Revista NERA nº. 10

Jan.-Jun./2007



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

As novas territorialidades do campo formando uma nova questão agrária

Revista NERA nº. 10

**As novas territorialidades do campo
formando uma nova questão agrária**

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
Jan.-jun./2007

Revista NERA

Coordenação de Publicação

Bernardo Maçano Fernandes
Matuzalem Cavalcante
Eduardo Paulon Girardi
Anderson Antonio da Silva
Eliane de Jesus Teixeira Mazzini

Colaboração

Clifford Andrew Welch
João Osvaldo Rodrigues Nunes (Parecerista *ad hoc*)

Conselho Editorial

Abdurazack Karriem – Cornell University (Ithaca, NY, EUA)
Antonio Thomaz Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Claire Barbay – Université de Paris X (Nanterre, França)
Clifford Andrew Welch – Grand Valley State University (Michigan, EUA)
Emilia de Rodat Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Marechal Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Jorge Montenegro Gómez – UFPR (Curitiba, PR, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Lauren Baker – York University (Toronto, ON, Canadá)
Marta Inez Medeiros Marques – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Miguel Teubal – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Norma Giarraca – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Paulo Roberto Alentejano – UERJ (São Gonçalo, RJ, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Sam Moyo – African Institute for Agrarian Studies (Harare, Zimbábue)
Sílvio Simione da Silva – UFAC (Rio Branco, AC, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
V́ctor Mart́n Mart́n – Universidad de La Laguna (Espanha)
Wilder Robles – University of Winnipeg (Canadá)

Fotos da capa

Eliane de Jesus Teixeira Mazzini
Eraldo da Silva Ramos Filho

Endereço:

Rua Roberto Simonsen, 305 – 19.060-900 – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
Endereço eletrônico: revistanera@fct.unesp.br

Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, n.º. 1, n.º. 2
1999 – interrompida
2000 – ano 3, n.º. 3
2001 – interrompida
2002 – interrompida
2003 – interrompida
2004 – ano 7, n.º. 4
2004 – ano 7, n.º. 5
2005 – ano 8, n.º. 6
2005 – ano 8, n.º. 7
2006 – ano 9, n.º. 8
2006 – ano 9, n.º. 9
2007 – ano 10, n.º. 10
Semestral

ISSN 1806-6755

Sumário

1

DIMENSÕES DA AÇÃO E NOVAS TERRITORIALIDADES NO CERRADO
BRASILEIRO: PISTAS PARA UMA ANÁLISE TEÓRICA

DIMENSIONES DE LA ACCIÓN Y NUEVAS TERRITORIALIDADES EN EL CERRADO
BRASILEÑO: PISTAS PARA UN ANÁLISIS TEÓRICO

ASPECTS OF BRAZILIAN WOODLAND DEVELOPMENT AND TERRITORIAL
ORGANIZATION: RESOURCES FOR A THEORETICAL PROPOSITION

Júlia Adão Bernardes

ECONOMÍA REGIONAL Y EMERGENCIA DE MOVIMIENTOS AGRARIOS. LA
REGIÓN CHAQUEÑA DE LOS AÑOS SETENTA.

ECONOMIA REGIONAL E EMERGÊNCIA DOS MOVIMENTOS AGRÁRIOS. A
REGIÃO CHARQUEÑA DOS ANOS SETENTA.

REGIONAL ECONOMIES AND THE EMERGENCE OF AGRARIAN MOVEMENTS:
THE CHAQUEÑA REGION IN THE 1970S

Guido Galafassi

ASSOCIAÇÕES DOS AGRICULTORES FAMILIARES, CAFEICULTURA ORGÂNICA E
COMÉRCIO JUSTO NA AMAZÔNIA: DILEMAS E PERSPECTIVAS

ASOCIACIONES DE LOS AGRICULTORES FAMILIARES, CULTIVO DEL CAFÉ
ORGÁNICO Y AL COMERCIO JUSTO EN LA AMAZONIA: DILEMAS Y
PERSPECTIVAS

FAMILY FARMER ASSOCIATIONS, ORGANIC-COFFEE GROWING AND FAIR-
TRADE IN AMAZONIA: DILEMMAS AND OPPORTUNITIES

Giovanni Raimundo de Macedo e Jacob Binsztok

REFRAMING DEVELOPMENT: GLOBAL PEASANT MOVEMENTS AND THE NEW
AGRARIAN QUESTION

RECONTEXTUALIZANDO O DESENVOLVIMENTO: MOVIMENTOS CAMPONESES
GLOBAIS E A NOVA QUESTÃO AGRÁRIA

REFORMULER LE DEVELOPPEMENT: DES MOUVEMENTS PAYSANS GLOBALES
ET LA NOUVELLE QUESTION AGRAIRE

Philip McMichael

DE TERRITÓRIO DE EXPLORAÇÃO A TERRITÓRIO DE ESPERANÇA:
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO SEMI-ÁRIDO

PARAIBANO

DE TERRITORIO DE EXPLOTACIÓN A TERRITORIO DE ESPERANZA;
ORGANIZACIÓN AGRARIA Y RESISTENCIA CAMPESINA EN LA REGIÓN
SEMIÁRIDA DE PARÁIBA

FROM EXPLOITATION TERRITORIES TO ONES OF HOPE: AGRARIAN
ORGANIZATION AND PEASANT RESISTANCE IN SEMI-ARID PARAIBA

Emilia Moreira e Ivan Targino

APROXIMACIÓN HISTÓRICA AL COOPERATIVISMO Y SU RELACIÓN CON LA
PRAXIS DESARROLLADA POR EL MOVIMIENTO DE LOS TRABAJADORES
RURALES SIN TIERRA (MST)

APROXIMAÇÃO HISTÓRICA AO COOPERATIVISMO E SUA RELAÇÃO COM A
PRAXIS DESENVOLVIDA PELO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA (MST)

A HISTORICAL APPROACH TO COOPERATIVISM AND ITS RELATION TO THE
PRAXIS DEVELOPED BY THE LANDLESS RURAL WORKERS MOVEMENT (MST)

Milena Barrera Ramírez

ZONEAMENTO GEOAMBIENTAL COMO SUBSÍDIO AOS PROJETOS DE REFORMA
AGRÁRIA. ESTUDO DE CASO: ASSENTAMENTO RURAL PIRITUBA II

ZONEAMIENTO GEOAMBIENTAL COMO SUBSIDIO A LOS PROYECTOS DE LA
REFORMA AGRARIA. ESTUDIO DEL CASO: ASSENTAMIENTO RURAL PIRITUBA
II

GEO-ENVIRONMENTAL ZONING AS A RESOURCE FOR AGRARIAN REFORM
PROJECTS: THE CASE OF THE PIRITUBA II RURAL SETTLEMENT

Júlia Zanin Shimbo e Jairo Roberto Jiménez-Rueda

CAMPO E CIDADE NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E
DIFICULDADES DE CONCEITUAÇÃO

CITY AND COUNTRYSIDE IN BRAZIL: SOCIAL-SPATIAL TRANSFORMATIONS AND
THE DIFFICULTIES OF CONCEPTUALIZATION

CAMPO Y CIUDAD EN EL BRASIL: TRANSFORMACIONES SÓCIO-ESPACIALES Y
DIFICULTADES DE CONCEPTUALIZACIÓN

Júlio César Suzuki

POLÊMICA

BIOFUELS: FIVE MYTHS OF THE AGRO-FUELS TRANSITION

BIOCOMBUSTÍVEIS: CINCO MITOS DA TRANSIÇÃO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS

BIOCOMBUSTIBLES: CINQ MITES SUR LA TRANSITION DES

AGROCOMBUSTIBLES

Eric Holt-Giménez

RESENHA

A VIA CAMPESINA: GLOBALIZAÇÃO E O PODER DOS CAMPONESES

LA VÍA CAMPESINA: GLOBALIZATION AND THE POWER OF PEASANTS

LA VIA CAMPESINA: GLOBALIZACIÓN Y EL PODER DE LOS CAMPESINOS

Annette Aurélie Desmarais

Apresentação

Com o desafio de promover o debate a respeito de temas de relevância ao estudo da questão agrária, apresentamos a 10ª edição de REVISTA NERA, cujo tema é “As novas territorialidades do campo formando uma nova questão agrária”.

Nesta edição divulgamos oito artigos extremamente instigantes que trazem em seu contexto a crise da modernidade, resultante do modelo de desenvolvimento adotado, que concentrou terra, renda e poder aumentando as desigualdades socioespaciais. Estas mudanças exigiram, além da troca dos parâmetros nacionais antes adotados pelos Estados, a adequação a processos que foram criando novas territorialidades, com novas formas conteúdos, dotados de novas funções e estruturas, sempre atendendo aos interesses do grande capital nacional e internacional. Resultados deste processo, os conflitos assinalam para transformações emergentes, num cenário de crise e de resistência. Apontando para a necessidade de se pensar modelos alternativos para os distintos espaços regionais, superando a etapa das relações meramente comerciais para alcançar um estado mais elevado de cooperação.

Júlia Adão Bernardes em seu artigo “Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica”, analisa os impactos das inovações tecnológicas na organização das atividades agrícolas, demonstrando as razões estruturais e conjunturais que são criadas para dar continuidade ao padrão de acumulação capitalista através de ações irradiadas pelo aparelho do Estado. Por estas transformações não cobrirem a totalidade do território e nem abranger a sociedade inteira, aparece o que a autora chama de crise da modernidade que também é revelada como a crise da racionalidade econômica e da estreiteza de seus limites.

O texto de **Guido Galafassi**, ao traçar um panorama destas mudanças impetradas na região Noroeste da Argentina, a partir da intervenção da política liberal, demonstra como a readaptação do perfil das economias regionais aos interesses ligados ao mercado multinacional vão gerar um cenário de exclusão e segregação social. Este fato provoca desequilíbrios sociais e regionais, acirrando os conflitos entre as classes trabalhadoras rurais e os detentores do grande capital pela evidente pauperização do pequeno produtor agropecuário. Todo este cenário de crise constituirá as bases para o surgimento e o fortalecimento de movimentos sociais no campo, com destaque para o surgimento das Ligas Agrárias a partir dos anos 1970, que constituíam um setor social enfrentando os padrões do modelo de desenvolvimento dominante.

O texto de **Giovanni Raimundo de Macedo** e **Jacob Binsztok** aponta para o fortalecimento de formas organizativas em seu artigo “Associação dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas”. Demonstra que ao mesmo tempo em que o fortalecimento das associações de produtores, o cultivo do café orgânico e o comércio justo se destacam como formas de resistência aos efeitos da expulsão do homem do campo e da comercialização monopolista, também criam um contra-ponto ao avanço do agronegócio da soja, do milho e da pecuária, apesar de todos os dilemas e dificuldades enfrentadas.

No texto de **Philip McMichael** é criticada a concepção clássica de questão agrária e é defendido que o modo como a “questão agrária” é concebida tradicionalmente deve ser revisto. É destacado aqui o papel desempenhado pelos movimentos camponeses, especialmente aqueles com atuação internacional, tal como a Via Campesina.

Os trabalhos de **Júlia Zanin Shimbo** & **Jairo Roberto Jiménez-Rueda** e **Emília Moreira** & **Ivan Targino** envolvem uma temática pautada em experiências de assentamentos rurais. O primeiro apresenta uma metodologia de zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária, tomando como estudo de caso o Assentamento rural Pirituba II, no Estado de São Paulo. E o segundo, vai discorrer sobre os avanços e os desafios da agricultura camponesa. Através do estudo de caso de assentamentos rurais na região semi-árida da Paraíba, tenta cunhar a noção de “Território de Esperança”. Para tanto, parte da discussão sobre a concepção de espaço e território, a

partir dos quais define “Território de Esperança” como aquele conquistado e construído pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra. Este território representa uma resistência ao sistema hegemônico e ao modelo de desenvolvimento sob o qual está pautado. Trata-se de um território novo construído com base na utopia, no desejo e na esperança de uma forma de organização social que não seja pautada exclusivamente na subordinação e na exploração, mas que seja construída por laços de solidariedade e respeito mútuo por esta e pelas gerações futuras.

Já **Milena Barreira Ramírez** traz uma contribuição importante para o entendimento do conceito de cooperativismo ao analisá-lo a partir das diferentes escolas do pensamento (Socialistas Utópicos, Rochdale, Anarquistas, Marxistas e Liberais). Resgata que o cooperativismo surgiu no bojo da Revolução Industrial da Europa do século XVIII com o fim eminente de criar uma forma de organização que se oponha à vigente e que sirva para construir um panorama social mais eqüitativo. Muito diferente do emprego dado no Brasil a partir dos anos 1950, quando o cooperativismo passou a ser incentivado no meio rural, mais como uma forma de controle social, de apaziguamento de conflitos, promovendo total desvirtuação do significado do termo original. Passando a cumprir uma função estritamente econômica, que apesar de oferecer avanços nas condições de vida de seus associados, não chegam a supor uma transformação da raiz das estruturas sociais vigentes. Caminhando no resgate deste sentido, o artigo trata ainda dos movimentos sociais que tentam construir projetos cooperativos cujo objetivo seja realmente consolidar novas formas de organização que combata a exploração de uns sobre os outros, tomando como exemplo as cooperativas do MST. A partir destas tenta-se construir um modelo produtivo novo, que assente suas bases sobre a construção de novas formas de relação entre os diferentes agentes sociais, potencializando a organização econômica e sobretudo a política e social.

É a partir da retomada da transformações socioespaciais que **Júlio César Suzuki** propõe discutir a importância da re-conceituação da cidade e do campo, a fim de oferecer respostas a seus novos conteúdos e formas e evitar abordagens quantitativas e unidimensionais. Em seu artigo “Campo e Cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação” evidencia que as alterações na lógica de expansão das aglomerações urbanas é melhor entendida a partir do desvendamento de sua relação com a reprodução das relações sociais. Traça uma crítica ao projeto Rurbano, apresentando novas proposições aos conceitos aí empregados, trazendo para o debate o reconhecimento dos limites dos critérios de separação do campo e da cidade, do rural e do urbano. O autor ressalta que a divisão do trabalho não é mais suficiente para estabelecer a fronteira entre estas duas realidades socioespaciais de modo que as suas definições socioespaciais devem ser lidas com novos parâmetros.

Na parte polêmica da revista, se destaca o texto do norte-americano **Eric Holt-Giménez** que vai alertar sobre a transição da economia do petróleo para uma economia renovável dos “biocombustíveis” sobre os quais paira uma série de mitos. Apresenta cinco mitos que ao ser ver confundem a interpretação do problema, numa visível disputa de território entre agronegócio e agricultura camponesa que é a que garante a soberania alimentar. Estas transformações globais chegam impondo uma nova questão agrária na disputa por terra para suprir uma demanda imposta de combustível. Observa-se que os países mentores da nova demanda não possuem terras disponíveis para a empreita, uma vez que não abrirão mão da soberania alimentar, lançando toda demanda para países do Sul como o Brasil onde a questão agrária jamais foi resolvida, gerando o que podemos chamar de nova questão agrária.

Os mitos obscurecem as relações políticas econômicas entre terras, povos, recursos naturais e alimentos. Dissimula o desequilíbrio existente entre produção de alimentos e de energia, isto porque ao mostrar apenas um lado os biocombustíveis não nos auxiliam a entender as profundas conseqüências da transformação industrial do nosso sistema alimentar e de combustíveis. A transição do agrocombustível transforma o uso da terra em escala maciça, jogando a produção de alimento contra a produção de combustível, água e recursos por terra. A transferência maciça de riquezas da agricultura para indústria, a industrialização da agricultura e a mudança rural-urbano são parte da “Transição agrária”.

Conclui que devem ser estabelecidos limites e não incentivos para indústria de agrocombustíveis, onde os “biocombustíveis” devem ser tomados como um complemento para planos territoriais de desenvolvimento sustentável e não como peça central.

E, por último, a coordenação de publicação da Revista NERA, por considerar de grande importância o livro *La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants*, de autoria de Annette Aurélie Desmarais, convidou a autora a publicar na revista uma resenha de seu próprio livro.

Assim posto, os editores da Revista Nera ao divulgar artigos de diferentes regiões do Brasil e de outros países, traçam também um panorama de profundos desequilíbrios socioterritoriais que ameaçam a biodiversidade do planeta e a própria reprodução humana. Demonstra que a modernidade traz em seu bojo várias possibilidades na utilização do tempo-espaço, mas também traz ônus para a totalidade da sociedade. Fica claro que o modelo de desenvolvimento econômico adotado leva aos extremos de progresso tecnológico e bem estar para alguns setores e aos extremos de privação e marginalização social para outros, pois o objetivo é a própria economia. Alguns indicativos são apresentados, num cenário que aponta para uma nova transição agrária a partir do agronegócio dos “biocombustíveis”. Fica a certeza de que é necessário ousar uma transição agrária diferente em que a beneficiária da acumulação seja a própria sociedade. É a diferença está em se contrapor ao modelo de desenvolvimento hegemônico que promove crescimento econômico sem promover o desenvolvimento.

Eliane de Jesus Teixeira Mazzini

Membra da coordenação de publicação da Revista Nera nº. 10

Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica¹

Júlia Adão Bernardes

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de Barcelona (1993)
 Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
 Coordenadora do Núcleo de Estudos Geoambientais – NUCLAMB
 Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
 Endereço profissional: Av. Athos da Silveira Ramos, 274, Cidade Universitária – Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Bloco I, Sala 7
 CEP: 21.941-972, Caixa Postal: 68537, Rio de Janeiro, RJ
 Endereço eletrônico: julia.rk@terra.com.br

Resumo

Na contemporaneidade a ciência, a tecnologia e a informação constituem a base da reorganização do espaço e da sociedade. Portanto, é fundamental analisar os impactos das inovações tecnológicas na organização territorial das atividades do país, em um momento de transição paradigmática, no qual podem ser observadas as direções assumidas pela penetração da nova frente tecnológica e científica, com conseqüências acentuadas na divisão territorial e social do trabalho. Essas transformações estão sendo acompanhadas mediante a observação de novos processos que geram mudanças espaciais nas regiões de expansão da soja no cerrado de Mato Grosso. Nesse contexto, coloca-se como objetivo mais amplo uma proposta teórica para avaliação das ações na agricultura moderna e seus efeitos econômicos, políticos, sociais e territoriais. O tema em estudo está sendo desenvolvido a partir de suas relações com a economia mundial, a qual se manifesta através das mudanças científico- tecnológicas.

Palavras-chave: inovações tecnológicas; modernização agrícola; cerrado brasileiro; novas territorialidades; proposta teórica.

Resumen

Dimensiones de la acción y nuevas territorialidades en el cerrado brasileño: pistas para un análisis teórico

En la contemporaneidad la ciencia, la tecnología y la información constituyen la base de la reorganización del espacio y de la sociedad. Por lo tanto, es fundamental analizar los impactos de las innovaciones tecnológicas en la reorganización territorial de las actividades, de los recursos físicos y humanos del país, en un momento de transición paradigmática, en el cual pueden ser observadas las direcciones asumidas por la penetración de la nueva frente tecnológica y científica, con consecuencias acentuadas en la división territorial y social del trabajo. Esas transformaciones están siendo seguidas mediante la observación de los nuevos procesos que generan cambios espaciales en las regiones de expansión de la soja en el cerrado de Mato Grosso. En ese contexto, plantéase como objetivo más amplio una propuesta teórica de evaluación de las acciones en la agricultura moderna y sus efectos económicos, políticos, sociales y territoriales. El tema en estudio está siendo desarrollado a partir de sus relaciones con la economía mundial, la cual se manifiesta a través de los cambios científico-tecnológicos.

¹ Este estudo se fundamenta, em boa parte, em reflexões realizadas por Ana Clara Torres Ribeiro em cursos ministrados, palestras e debates, aos quais tive o privilégio de assistir e que me enriqueceram profundamente.

Palabras clave: Innovaciones tecnológicas; modernización agrícola; cerrado brasileiro; nuevas territorialidades; propuesta teórica.

Abstract

Aspects of Brazilian woodland development and territorial organization: Resources for a theoretical proposition

In the world today, science, technology and information constitute the basis for the reorganization of space and society. In the context of this on-going paradigm shift, it is important to analyze the impact of technological innovations on the territorial organization of rural activities. The directions taken by the penetration of new technological and scientific influences can be observed in the organization of territory and the activities therein developed, many having serious consequences for the territorial and social division of labor. These transformations of space can be observed in regions of soy expansion in the woodlands (cerrado) of Mato Grosso state. The process of modern agricultural expansion into the region provides a case in point for elaborating a theoretical proposition for assessing the economic, political, social and territorial effects of the enhanced power of science and technology today. The Mato Grosso countryside is being organized in relation to the demands of a world economy that is made manifest through scientific and technological territorial interventions.

Keywords: technological innovations; agricultural modernization; brazilian woodlands (cerrado); territorial organization; theoretical proposition.

Introdução

Para melhor compreensão da expansão da fronteira agrícola moderna no cerrado mato-grossense, um caminho de análise é a reflexão em torno das categorias espaço e tempo, no caso da geografia aplicado particularmente à concepção de espaço do geógrafo Milton Santos, que consiste num certo sistema de objetos e ações na fase técnica atual, conformando o que denominou de meio técnico-científico-informacional. Nesse caminho analítico é fundamental o estabelecimento de nexos entre ação, tempo e espaço.

Nessa direção buscou-se detectar como se estabeleceram as bases políticas da integração nacional, em substituição à fase em que predominava a orientação mais espontânea das atividades econômicas, reveladoras dos limites do modelo econômico vigente, procurando destacar como a resolução gradual dos conflitos coincide com o processo de integração do centro-oeste ao fluxo do comércio internacional, possibilitando apreender como ocorreu sua adequação enquanto condição de reprodução das relações sociais.

Nesse contexto, os fixos multiplicam-se, diversificam-se, renovam-se, os fluxos se intensificam, os lugares são valorizados e especializados e a circulação se acelera. Muda a divisão do trabalho em função da extensão do mercado. Se a regularidade e a uniformidade precisam ser explicadas, a novidade é essencial, cabendo averiguar o que permitiu em determinado momento mudar o rumo. O que orienta a compreensão do território é o horizonte de expectativas do presente com um olhar para o futuro, entendendo esse presente como o entrelaçamento entre continuação da tradição e a inovação.

Fronteira agrícola do cerrado pós-70: novas ações, novos tempos, novas territorialidades

Na história da fronteira deve-se levar em conta não apenas o movimento de continuidade, mas as descontinuidades, é preciso perceber as quebras, as rupturas, é importante averiguar o que num determinado momento fez mudar o rumo, instituindo uma nova fronteira. Em cada época a regularidade precisa ser explicada e o peso das heranças, como também o da novidade, que é a essência da história. É nesse contexto que tentamos explicitar o que levou a uma quebra da continuidade da realidade econômica no cerrado brasileiro após 1970, como e por quê o rumo do cerrado se torceu. Ou seja, como a fronteira de expansão da agricultura moderna se instala e se expande no cerrado mato-grossense, imprimindo substituições nas formas espaciais herdadas do período anterior aos anos 70.

Em se tratando do estabelecimento da moderna fronteira agrícola no cerrado do Planalto Central nos anos 70, deve-se levar em conta que, apesar da ruptura política entre a democracia populista anterior a 64 e o governo autoritário, há razões estruturais e conjunturais que respondem pela continuidade do padrão de acumulação. Para dar continuidade a esse processo, novas ações passam a ser irradiadas pelo aparelho de Estado, favorecendo as ações de novos agentes, oriundos principalmente do sul e sudeste.

Com o objetivo de incentivar a exportação de produtos não tradicionais, a produção do espaço se alicerçou numa solidariedade de interesses, aglutinando os da esfera estatal, de setores nacionais e da grande empresa internacional, permitindo a criação de uma nova base material produtiva. Nessa fase o governo colocou em prática a política de ocupação de espaços “vazios”, concedendo estímulos às empresas agropecuárias através da concessão de isenção de impostos e subsídios governamentais, desencadeando uma política que visava o aumento da produção e da produtividade e que se vinculava ao Programa de Corredores de Exportação.

A compreensão do novo movimento de desenvolvimento das forças produtivas nessa fase implica o exame da atuação do Estado, na medida em que o mesmo estabelece as regras, instrumentos e a definição legal de papéis. Dentre as inúmeras ações destacam-se mudanças na estrutura fundiária, abertura de eixos dinâmicos que vão constituir os chamados corredores de exportação, políticas de colonização públicas e privadas, implantação de grandes projetos agropecuários, além de políticas de crédito e de isenção fiscal. Assim, o campo se torna extremamente vulnerável ao grande capital, passando o território a ser abrigo para as grandes empresas.

Ao elaborar políticas para a incorporação dos cerrados ao processo produtivo, o Estado assumia a condição de indutor do desenvolvimento capitalista, desenvolvendo ações diretas para a ocupação do território, a exemplo da abertura das grandes vias. A terra barata facilitou os investimentos, os incentivos da SUDAM e as linhas especiais de crédito atraíram os investidores, principalmente do sul do Brasil.

A implementação das novas políticas governamentais no cerrado só foi possível a partir do desmonte de um Estado que atuava com parâmetros nacionais, sendo necessário também remover os obstáculos que dificultavam a presença de interesses da economia global, procurando tornar o território mais atraente em suas vantagens comparativas. Por isso, foi preciso aprofundar o processo de liberalização da economia, eliminando as ineficiências decorrentes do peso excessivo do Estado e passar à lógica modernizante do mercado e da competitividade internacional, privatizando empresas, abrindo novas atividades para o mercado mundial, redefinindo-se o ambiente macroeconômico.

É interessante notar que o próprio governo federal, no período autoritário, realizou o desmonte do Estado, implementando medidas com certa facilidade, com certo apoio da opinião pública, influenciada pelos meios de informação dominantes. No caso de investimentos de capitais produtivos, foram concedidas isenções fiscais a setores que não estabeleceram compromissos com o país. Tudo isso aumentou as distâncias sócio-econômicas entre regiões e entre áreas no interior das regiões (BERNARDES, 2007).

O uso do espaço requer previamente sua apropriação e domínio sistemático, domínio sobre a natureza e os homens, e cada modelo de apropriação reflete um modo de produção

que traz implícito um nível de relações sociais de produção. Dessa forma, tornar um espaço funcional passa pelas adequações à sua nova função, o que constituirá uma nova forma de produção desse espaço (SÁNCHEZ, 1991), significando que o modo de produção deverá moldá-lo conforme seus interesses.

Tal percepção indica que a problemática espacial deve ser enfocada como uma totalidade concreta que pode ser percebida em suas múltiplas dimensões. Assim, as práticas econômicas, um aspecto particular das práticas sociais, modificam o espaço físico na condição de valor de troca, gerando uma dinâmica de mercado em torno do próprio espaço, dinâmica que inclui a produção de bens materiais e a adequação do meio ambiente circundante às necessidades sociais.

Na sociedade capitalista contemporânea, que é uma sociedade estratificada, essa transformação se dá no contexto dos interesses dos grupos sociais hegemônicos que dirigem uma forma de produção fundamentada no progresso científico e tecnológico. Assim sendo, tanto o sistema produtivo instituído, como a tecnologia e as adaptações ambientais são orientadas para responder aos fins da acumulação.

As novas ações são traduzidas em novos tempos, tendo na dimensão técnica uma das condições de eficácia, desencadeando processos que vão criando novas territorialidades, com novas formas conteúdo, dotadas de novas funções e estruturas. Dentre as novas ações estão os pacotes tecnológicos aplicados às atividades agrícolas modernas, que possibilitam avanços nos rendimentos médios através da utilização de variedades geneticamente adequadas ao cerrado, de insumos em termos de fertilizantes e agrotóxicos, do uso de máquinas e implementos agrícolas modernos que contribuem para ampliar a escala de produção, uma das vantagens da região. Nesse contexto, o incremento técnico acumulativo vem intensificando o domínio sobre a natureza, o que nos permite observar a substituição das restrições naturais pelas restrições impostas pelo espaço modificado (BERNARDES, 1998).

É nesse sentido que Santos assinala que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 1994, p. 15). O território é a porção de espaço construído na qual as relações de uma sociedade atingem seu maior nível de concretude, integrando as formas, os objetos, os valores e as ações na totalidade dos acontecimentos simultâneos (BERNARDES, 1998).

É no território, uma das dimensões do espaço produzido, que o homem concretiza suas ações no campo econômico, social, político e cultural, transformando-se no cenário de contradições e conflitos, que constitui a condição necessária das mudanças sociais, convertendo-se num instrumento histórico e dialético da materialização da vida.

Enfim, são as ações do capital que determinam a bolsa de valores, as taxas de juros, os insumos, a técnica, refuncionalizando as formas, criando novos tipos de espaço, significando novas relações com o tempo. É a aceleração do tempo em função das técnicas, passando a dominar os tempos rápidos.

É importante ter em conta que, no marco do meio técnico-científico-informacional, só vemos como importante aquilo que marca um tempo rápido, um tempo que vai sendo introjetado dentro de nós. Mas há outras formas de tempo/espaço. O que significa ação tartaruga? Talvez perda de tempo no marco do atual nível técnico-científico. Esse espaço da ação da tartaruga, que não utiliza as novas tecnologias, também é tempo, de outra forma. O homem lento, que não domina o saber moderno, pode fazer outro território e também levar a mudanças. Milton Santos nos recorda que “O tempo se dá pelos homens. O tempo concreto dos homens é a temporalização prática, movimento do Mundo dentro de cada qual e, por isso, interpretação particular do Tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo” (SANTOS, 1994, p. 83).

Já o tempo das novas tecnologias é mais rápido, é espaço de outra forma. Não obstante, há convivência de tempos lentos e rápidos, que conformam espaços luminosos e opacos, há convivência de escalas de tempo distintas, pois somos presente, mas também passado e futuro. Assim, passa a haver uma nova dinâmica no uso do território matogrossense e os sistemas técnicos seletivos respondem pelos espaços luminosos.

Tais espaços estabelecem conexões com o sistema econômico mundial, o qual, pela sua natureza competitiva globalizada favorece a formação de espaços corporativos de altas densidades técnicas: são os espaços de expansão da soja, do algodão, da cadeia carne/grãos, entre outros, com seus urbanos, fragmentando-se o espaço para que o capital possa se fazer presente em diferentes porções do território, as mais adequadas para a reprodução do capital.

Entretanto, os espaços opacos permanecem majoritários, porque não dá para estender as redes de fibra ótica, por exemplo, para todo o território, em função do processo competitivo vinculado à escravização pelo mercado. “O tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira. Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações”(SANTOS, 1996, p. 213).

E é exatamente essa relação que está no âmago da crise da modernidade radicalizada que vivemos. Anthony Giddens nos lembra que devemos ser cuidadosos na compreensão da modernidade. Define historicidade como “o conhecimento sobre o passado como um meio de romper com ele – ou, ao menos, manter apenas o que pode ser justificado de uma maneira proba” (1991, p. 56), no entanto, a mesma orienta para o futuro e o mapeamento do futuro se torna mais importante que o do passado.

Para Giddens, a radicalização da modernidade é profundamente significativa e seu dinamismo reside na separação tempo/espaço, no desenvolvimento de mecanismos de desencaixe que reorganizam as relações sociais através das grandes distâncias no tempo e no espaço, bem como na apropriação reflexiva do conhecimento, onde o conhecimento sistemático sobre a vida social integra a reprodução do sistema. É nesse sentido que o autor reconhece que “nós não nos deslocamos para além da modernidade, porém estamos vivendo precisamente através de uma fase de sua radicalização” (1991, p. 57).

Comentando a crise da modernidade, Gorz (2003) sustenta que a mesma indica a necessidade da modernização de modernizar-se. Nessa crise a racionalidade econômica se expressa na transformação técnica, significando produzir mais e melhor em menos tempo, permitindo economizar, ou seja, movimentar os fatores de produção da maneira mais eficaz possível.

O autor aponta para a necessidade de mudar de utopia, de não nos submetermos àquela que se esvai, para sermos capazes de perceber o potencial de liberação que as transformações contêm e apreender seu sentido. Para ele o que interessa é a necessidade de modernizar os pressupostos da modernidade, pois a crise que aflora é a crise da racionalidade econômica, da estreiteza de seus limites.

Para Heller (1999) o fenômeno conhecido como crise da modernidade também se vincula a formações estruturais e não pode ser eliminado porque faz parte da própria vida moderna, na melhor das hipóteses pode ser manejado para evitar danos irreparáveis. Assim sendo, a modernidade pode significar grandes possibilidades como também grande ônus.

Ribeiro, alerta para o fato de que a crise “impõe a perda de certezas e a dor dos seus custos em vidas e esperanças, mas também são portadoras de oportunidades de repactuação, mesmo que violenta e dramática, das relações societárias”, uma repactuação democrática que reconheça a pluralidade de sujeitos sociais, a resistência das classes populares, numa agenda que não separe políticas econômicas e políticas sociais (RIBEIRO, 2002, p. 12).

A modernidade descontrolada no Brasil é resultado da ausência da cidadania, e foi esta ausência que possibilitou a aplicação do meio técnico-científico-informacional nas últimas décadas. A modernidade brasileira está impregnada da mesma racionalidade dominante nos países centrais, que é imposta de cima para baixo e está em conformidade com os objetivos dos atores hegemônicos.

Assim, temos um campo organizado a partir de interesses dos atores hegemônicos, ou seja, de impulsos globais que, conforme assinalam Ribeiro e Silva (1997, p. 2), são “formas transnacionais de organização da produção e do consumo, expressivas de alterações profundas no paradigma produtivo hegemônico até os anos 70. Formas que dependeram, para o seu predomínio, da extensão alcançada pelo denominado por Milton

Santos (1994), meio técnico-científico e informacional e, ainda, da autonomia relativa dos fluxos financeiros face às políticas econômicas dos Estados Nacionais”.

Como aponta Ribeiro, “as mudanças no paradigma produtivo condensam alterações no controle da produção e dos fluxos financeiros e de consumo, com fortes rebatimentos na vida política e na vida social” (RIBEIRO, 1996). Santos nos orienta no sentido de perceber que “as técnicas participam na produção de percepção do espaço, e também na percepção do tempo, tanto por sua existência física que marca as sensações diante da velocidade como pelo seu imaginário” (SANTOS, 1996, p. 45).

Talvez seja necessário uma reflexão sobre essa crise da modernidade, seu significado e os novos valores que emergem. Estamos mergulhados num empiricismo tão forte, que acabamos fundamentando o nosso conhecimento do mundo na enorme capacidade de absorção de dados e informações. Entretanto, esta fase da modernidade traz a necessidade de pensar as mudanças, pois a complexidade é enorme e para nós se traduz em ação, tempo e espaço, com suas formas conteúdo.

Trata-se aqui de pensar a ação, portanto, não no sentido de atividade, mas enquanto ato que tem sentido no âmbito da racionalidade capitalista, vinculando-se a problemática da ação ao tempo e ao espaço. Trata-se da ação entendida como uso do tempo que no processo produtivo é fundamental, é pré-estabelecido, pois quem domina, quem tem a hegemonia, é quem vai elaborar, por exemplo, o calendário agrícola, é quem vai definir a safinha ou a segunda safra, fazendo com que haja uma outra eficiência do tempo. Estamos falando, portanto, das estratégias do poder que contemplam grandes ações. Assim, as ações devem ser sincronizadas, sendo as ordens e as regras enquadradas em tempos pré-definidos, e estas ordens, e estas regras se relacionam com mecanismos de reprodução de poder.

Além do domínio sobre o tempo, fundado no uso de modernas tecnologias, é preciso dominar o espaço. A forma espacial é a maneira como o movimento/ação se organiza mais horizontalmente. Assim, esse espaço/conteúdo tem localização e fixos que se estruturam a partir da ação. O nosso olhar tende a captar a mesma escala, porém a multi escala é fundamental, a do lugar, da região, da nação, do mundo. Como alega David Harvey, “o que parece relevante ou faz sentido numa dessas escalas não se manifesta automaticamente em outra. Sabemos, não obstante, que não se pode entender o que acontece numa dada escala fora das relações de acomodamento que atravessam a hierarquia de escalas” (2004, p. 108). Para o autor as escalas representam produtos de mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas.

Nesse contexto o jogo está aberto: no caso da expansão da fronteira agrícola moderna mato-grossense, fenômenos de abertura de novos espaços produtivos e de cooperação podem ser identificados, vinculados a novos potenciais, com suas múltiplas influências e condicionantes, assim como fenômenos de fechamento de espaços tradicionais. O que vale é a produção do território, é a produção do espaço como trabalho morto, como técnica, e as ações que produzem esse espaço.

São estruturas que permitem a ação possível, pois estão condicionadas por determinadas condições naturais que, no caso da soja são a temperatura, distribuição de chuvas, luminosidade e topografia, mas também por determinantes sócio-espaciais que condicionam as ações, ou seja, o passado, a história, onde há forças pretéritas e valores tradicionais que precisam ser superados quando se trata da expansão do moderno. Assim, as ações exigem um tempo junto com um espaço, havendo uma disputa da ocupação desses espaços, o que exige a criação de uma atmosfera psicossocial, de um ambiente de aceitação desse novo. Nas palavras de Santos (1996, p. 204):

Ao mesmo tempo em que se instala uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicossfera. A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, freqüentemente traduz interesses distantes (...) A psicossfera, reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um

sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário.

Segundo Ribeiro (1991), a psicofera cria as condições sociais para aceitação da tecnosfera, adequando comportamentos, acompanhando e até antecedendo a expansão do meio técnico-científico, consolidando a base social da técnica.

Espaço, poder e mudança social

Quando falamos das disputas pela ocupação desses espaços, das estratégias de ocupação, da antecipação espacial, estamos falando de poder, que pressupõe competitividade e de como ação, tempo e espaço se podem traduzir em poder, a exemplo dos protagonistas que o disputam. Como nos lembra Weber, o modelo de desenvolvimento econômico leva a extremos de progresso tecnológico e bem-estar para alguns setores e a extremos de privação e marginalização social para outros, pois o objetivo é a própria economia. Estamos diante do desafio de viabilizar a inovação maior, nos diz José de Souza Martins, ou seja, que a beneficiária da acumulação seja a sociedade.

Em síntese, o território revela relação com concretude e alienação. Revela relação com concretude porque é a base do trabalho, da vida, das trocas, da identidade. Contudo, na medida em que o domínio contemporâneo é do dinheiro que produz dinheiro, isso produz alienação, fragmentação, falta de solidariedade. A migração, por exemplo, nas regiões sojíferas, é desejada e consentida temporariamente e sob certas condições para os “maranhenses” e outros nordestinos, os quais devem retornar quando se tornarem desnecessários, reproduzindo o modelo americano, onde os imigrantes, tipo mexicanos, são bem-vindos para os trabalhos piores e indesejados.

Mas o território tem uma força de desalienação, desde que sua narrativa seja plena, permitindo-nos outra leitura da pobreza. Acionar essa dimensão é acionar o espaço do ponto de vista político.

Portanto, é preciso encontrar o território da resistência, o que passa pela leitura de outros discursos, diferentes do hegemônico, diferentes dessa lógica única que se impõe, que proponha outras formas de vida, que proponha outras formas de cooperação, que faça outras leituras dos recursos do espaço. Nesse sentido, o território é uma alternativa de politização, favorecendo a horizontalidade.

Como nos diz Milton Santos, é preciso penetrar o mistério das formas, ignorado por muitos geógrafos, ultrapassando a falsa objetividade do mundo sensível, e não interpretar a coisa através da própria coisa, o espaço apenas pelo espaço, mas buscar sua essência.

E mesmo que a cultura de massas tente manipular e se impor sobre a cultura popular, esta, fundada no trabalho, no cotidiano, no território, que valoriza a solidariedade, ganha força e possibilita maior integração do território dos pobres.

E temos que levar em conta que a cultura popular, que não está fora da cultura dominante, até porque a dominação implica em que não esteja fora, também é capaz de se apropriar de elementos da cultura dominante, o que contribui para reverter aspectos de sua existência. Neste contexto as migrações proporcionam uma interação entre diferentes culturas com base no descobrimento cotidiano das combinações que possibilitam a vida e geram solidariedade, cimentada na cultura local.

A socióloga Ana Clara Torres Ribeiro assinala que a ação das classes populares, sendo mais espontânea e dinâmica, constitui um fator de equilíbrio para nossas sociedades, instituindo uma nova base para a afirmação do reino da política e oferecendo novas possibilidades para as mudanças econômicas e sociais necessárias em nosso país.

Assim, é fundamental procurar entender os mecanismos dessa nova solidariedade, que desafia a perversidade difundida pelos tempos rápidos da competitividade, até porque, como assegura Milton Santos, se as populações pobres majoritárias não podem consumir o ocidente globalizado em sua forma econômica, financeira e cultural, acabam por relativizar ou mesmo rechaçar a globalização.

Se nossos territórios são globais, também são locais, e o progresso técnico-científico, uma totalidade que neles se concretiza, pode proporcionar a possibilidade de construir futuros a partir de uma história das ações que seja diferente dos projetos dos atores hegemônicos. Precisamos pensar, a partir de características próprias, em modelos alternativos para os distintos espaços regionais, superando a etapa das relações meramente comerciais para alcançar um estado mais elevado de cooperação.

Os diversos segmentos sociais do país devem reconhecer que há outras possibilidades, que há outras opções históricas, que podemos fazer uma outra história humana, que os países periféricos têm um papel importante na produção de formas mais estáveis, que podem e devem construir seu presente e seu futuro de maneira a contribuir para o que Milton Santos chama de “outra globalização”, que tenha uma utilização distinta, onde as mudanças tecnológicas e filosóficas do ser humano se complementem, uma globalização capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa e também ao planeta.

É nessa construção analítica que, como geógrafa, penso que se esclarece algo sobre a problemática.

Considerações finais

A expansão do capital no cerrado mato-grossense, trazendo em seu bojo mecanismos e instrumentos indutores da desigualdade, ratificado pelas políticas públicas, cria uma modernidade radicalizada, reestrutura territórios e alimenta diferenciações em suas periferias internas, gerando impactos imediatos na sua organização, que se expressam em termos de divisão, especialização, fragmentação e exclusão, preservando e cristalizando relações de dependência, aprofundando a ambivalência característica do capitalismo no país, com vistas ao fortalecimento da acumulação. Portanto, a reconstrução do espaço herdado nos permite suspeitar da visão generalizada da permanente tradicionalidade do país, assim como da face modernizadora que a dinâmica estatal imprimia às unidades produtivas.

Como assinala Harvey (2005), a acumulação de capital sempre foi um processo geográfico, seja no que diz respeito à expansão, à reorganização espacial ou ao Desenvolvimento geográfico desigual. Os reajustes espaciais decorrentes da forma específica de como o cerrado, enquanto produtor de soja, se insere no mercado mundial, a partir dos anos 80, são expressão das novas necessidades do processo de acumulação do capital e das condições históricas que o envolvem.

É necessário perceber o que esse projeto e os interesses nele dominantes tentam fazer com os homens e as coisas, o que orienta a nova produção desses territórios, desvendando a ideologia da globalização, trazendo à discussão como esse modelo se apropria de novas áreas, fazendo uma leitura do território a partir de um novo olhar, procurando nos despir dos condicionamentos das velhas formas de olhar. Como dizia Santos (2000), globalização não é só um sistema de técnicas, mas resulta de ações que asseguram o mercado global, vinculado aos processos políticos. A modernidade não é simplesmente o avanço da técnica e do capitalismo, significa a capacidade de refletir sobre as ações para entendermos os fins dessas ações.

Bibliografia

BERNARDES, Júlia Adão. Agricultura moderna e novos espaços urbanos no cerrado brasileiro. **Anais do XI Encontro de Geógrafos da América Latina**. Bogotá, 2007, v. 1.

BERNARDES, Júlia Adão. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, Júlia Adão e FREIRE FILHO, Osni de Luna

(orgs) **Geografias da soja**: BR-163 – Fronteiras em mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

BERNARDES, Júlia Adão. Técnica e trabalho na fronteira de expansão da agricultura moderna brasileira. In: BERNARDES, Júlia Adão, RIBEIRO, Ana Clara Torres, SILVA, Cátia Antônia da, ARRUIZZO, Roberta Carvalho. **Formas em crise**: utopias necessárias. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições, 2005.

BERNARDES, Júlia Adão. Técnica, trabalho e espaço: as incisivas mudanças em curso no processo produtivo. *IN*: CASTRO, Iná Elias de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio A. G. (orgs). **Redescobrimo o Brasil**: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. pp. 277-289.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp. 1991. 177 pp.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**. São Paulo: AnnaBlume. 2003. 247 pp.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2005. 251 pp.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 381 pp.

HELLER, Agnes. Uma crise global da civilização: os desafios do futuro. In: HELLER, Agnes et alii (orgs). **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1999.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. 230 pp.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. City Marketing: a nova face da gestão da cidade no final do século. In: REIS, Elisa. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de, FRY, Peter (org.) **Política e cultura: visões do passado e perspectiva contemporâneas**. São Paulo: Hucitec-Anpocs, 1996, v. 1.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: Rosélia Piquet e Ana Clara Torres Ribeiro. **Brasil, território da desigualdade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. pp. 96-116.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Paradigmas e tendências nos estudos urbano-regionais contemporâneos. **Anais do IV Colóquio sobre transformações territoriais**. Montevideú, 21 a 23 de agosto de 2002.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia Antônia da. “Impulsos globais nas metrópoles da periferia capitalista”. **Anais do 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Bueno Aires, Argentina, 1997, vol. 1.

Sánchez, Joan-Eugeni. **Espacio, economía y sociedad**. Madrid: Siglo XXI de España, 1991. 338 pp.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 pp.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record, 2000. 174 pp.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 190 pp.

WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996, 1237 pp.

Recebido em abril de 2007
Aprovado em maio de 2007

Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta

Guido Galafassi

Doctor en Antropología pela Universidad de Buenos Aires – UBA (2002)
Docente e investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – CONICET
Docente e investigador de la Universidad Nacional de Quilmas – UNQ
Dirección profesional: Roque S. Peña, 352, Bernal, Quilmas, 1876, Argentina
E-mail: ggalafassi@unq.edu.ar

Resumen

El objetivo de esta ponencia es realizar una caracterización de las relaciones de producción y del desarrollo de la actividad agropecuaria en la región chaqueña, para poder establecer así correlaciones con la emergencia de un importante proceso de movilización social de campesinos y medianos productores en los años setenta (Ligas Agrarias). El accionar de este movimiento agrario se definía explícitamente desde una situación tanto de subsunción en términos de clases sociales como de marginalidad y subdesarrollo regional. Como las Ligas Agrarias inscribían su lucha dentro de una acepción que resaltaba las desigualdades sociales y las desigualdades socioeconómicas espacio-territoriales, es importante entonces estudiar las características estructurales e históricas de la economía regional, para poder entender más cabalmente el origen del movimiento social.

Palabras clave: Ligas agrarios; región Chaqueña; movimientos agrarios; relación de producción; movilización social.

Resumo

Economia regional e emergência de movimentos agrários: a região Chaqueña da década de 1970

O objetivo deste trabalho é caracterizar o desenvolvimento da atividade agropecuária na região noreste da Argentina, para assim poder estabelecer correlações com a emergência de um importante processo de protesta social de camponeses e produtores médios nos anos setenta (Ligas Agrárias). O acionar deste movimento agrário era definido a partir de uma situação tanto de subordinação em termos de classes sociais, quanto de marginalidade e subdesenvolvimento regional.

Palavras-chave: Ligas agrárias; região Chaqueña; movimentos agrários; relação de produção; mobilização social.

Summary

Regional economies and the emergence of agrarian movements: The Chaqueña region in the 1970s

The aim of this paper is to establish a correlation between the development of agriculture in the Chaqueña region of northeast Argentina and the emergence of an important agrarian social movement (the Agrarian Leagues) in the 1970s. The article argues that the activities of the Leagues were shaped by subordination, subordination in class terms as well as regional terms, as the Chaqueña remained marginalized from national development processes.

Keywords: agrarian Leagues; Chaqueña region; agrarian movements; productive relations; social mobilization.

Introducción

En la Argentina de los años '70 su sucedieron una larga serie de conflictos sociales y situaciones de lucha entre sectores y fracciones de clases, en el marco de un proceso de convulsión social y política y de fuerte contraste entre proyectos de sociedad y nación claramente diferentes. Un imaginario de cambio social radicalizado (revolucionario en ciertos casos) estuvo fuertemente presente en diferentes sujetos colectivos. Junto a la lucha de los sectores obreros organizados, los estudiantes y los movimientos guerrilleros, en las áreas rurales también se desarrollaron varios procesos de movilización social en el marco de marcados conflictos inscriptos en las contradicciones existentes en las relaciones sociales de producción. La emergencia y desarrollo de las Ligas Agrarias en el nordeste argentino constituye, sin lugar a dudas, el mayor proceso de movilización social del ámbito rural de aquellos años.

Dentro del Nordeste, la región Chaqueña guardaba y guarda ciertas particularidades que le dan una unidad importante, tanto desde el punto de vista geográfico como socio-productivo. En las páginas que siguen se intentará primero realizar una caracterización de las relaciones de producción y del desarrollo de la actividad agropecuaria en la región chaqueña, para después analizar la emergencia de las Ligas Agrarias, en tanto proceso de movilización social de campesinos y medianos productores en correlación dialéctica con la estructura social y productiva de la región. El accionar de este movimiento agrario se definía explícitamente desde una situación tanto de subsunción en términos de clases sociales como de marginalidad y subdesarrollo regional. Como las Ligas Agrarias inscribían su lucha dentro de una acepción que resaltaba las desigualdades sociales y las desigualdades socioeconómicas espacio-territoriales, es importante entonces estudiar las características estructurales e históricas de la economía regional, para poder entender más cabalmente el origen del movimiento social. De esta manera se adoptará una perspectiva que establece una clara diferencia respecto a las teorías dominantes¹ sobre el estudio de los movimientos sociales.

Economía y patrones de desarrollo en la Argentina pos-peronista

Comencemos entonces con una vista resumida del modelo de desarrollo en la Argentina de las últimas décadas, pues las economías regionales son un reflejo de estos patrones generales.

Con el agotamiento del modelo de sustitución de importaciones y la crisis de los últimos años del gobierno peronista en la década de los '50, se vislumbra la endeblez del sistema agrícola-exportador que ya no puede seguir sosteniendo el desarrollo industrial con las divisas que generaba. El nuevo contexto internacional con el fin de la segunda guerra y el re-posicionamiento de EEUU como país dominante generaba una nueva situación donde la creciente exportación de artículos alimenticios (alto precio y alta demanda) y la posibilidad de negociar con diferentes países llegaba a su fin. La industria comenzó a padecer la falta de insumos y de re-equipamiento y el estancamiento de la demanda. Este cuadro puso en crisis los pilares básicos de la política peronista que consistía en acumulación y redistribución del ingreso. Los

¹ Para una crítica de las teorías dominantes sobre movimientos sociales ver: Galafassi, 2006.

enfrentamientos entre la clase obrera y la burguesía comenzaron a resurgir, al agotarse la capacidad de arbitraje que el gobierno peronista había estado ejerciendo².

El gobierno peronista entonces, intentando salir de la crisis, da comienzo a la política que marcará el rumbo para las próximas décadas, abriendo las puertas a las inversiones extranjeras (Ley de Radicación de Capitales y contratos petroleros con EEUU) con el objetivo de poner en marcha nuevamente el crecimiento industrial, dando así por terminado el supuesto desarrollo nacional e independiente (cfr. Peña, 1986). Esta ley de Radicación de Capitales dictada en 1953 propició las inversiones externas dirigidas a actividades mineras e industriales, estableciendo restricciones para el giro de las utilidades o el rendimiento del capital, al tiempo que sancionaba un régimen de promoción industrial que beneficiaba con exenciones especiales algunas actividades.

Con la Revolución Libertadora, se pone fin definitivamente a la estrategia peronista de relativa acumulación y redistribución y se ajustan los objetivos en pos tratar de salir del estancamiento industrial y hacia la recomposición de las condiciones que perpetuaran la dominación de las clases tradicionales. Así, las distintas fracciones de la burguesía, en las que predominaban los sectores agrarios tradicionales, reconstituyeron su dominio, ayudadas por la política de la Libertadora: planes de estabilización monetaria, restricciones salariales y reducción de los gastos del Estado³. Con el objetivo de estimular la producción agropecuaria, que era vista todavía como la fuente posible de divisas para la reactivación industrial, se suprimió el control de cambios y la comercialización oficial (liberalización del mercado) y se establecieron devaluaciones que favorecían directamente la producción agrícola para la exportación. El país ingresa al FMI y al BIRF, con lo cual termina de alinearse a los dictados de la hegemonía capitalista a nivel internacional.

La represión de la variante popular del movimiento peronista signó la política de esos años hasta los setenta. Esto provocó el endurecimiento de las distintas posiciones de la resistencia peronista, marcando así un camino en donde la proscripción o la entrega del poder a las huestes de Perón se constituyeron en la dicotomía básica del problema político-social de esas décadas. Este proceso solo se resuelve parcialmente con el regreso al poder del peronismo en 1973, pero vuelve a ser interrumpido con la dictadura instalada en 1976 (aunque luego de este año, la antinomia peronismo-antiperonismo ya deja de ser la clave de la política argentina). Sin este proceso de dicotomía de proscripción o apoyo resulta difícil entender muchos de los hechos y situaciones de protesta y movilización de los años 70, entre los cuales se cuenta el proceso de conformación y desarrollo de las Ligas Agrarias del Nordeste en particular, así como de los diferentes procesos del interior.

El gobierno Frondizista que sigue a la Libertadora da un claro impulso a la política de fomento de las inversiones extranjeras intentando dirigirlas hacia las industrias básicas, pilares de su proyecto desarrollista. Las restricciones al giro de las utilidades y al rendimiento del capital de la Ley de 1953, ya habían sido eliminadas en 1955, para en 1958 establecerse un nuevo régimen legal autorizando expresamente la libre transferencia de utilidades y capitales, reiterando las exenciones especiales para la promoción de industrias básicas. La primaria reactivación económica lograda, le permitió a Frondizi reeditar en parte la alianza policlasista del peronismo, obteniendo acuerdos a través de sus dirigentes. La política del gobierno parecía querer desarrollar las industrias básicas como el petróleo, la química y la siderurgia a partir de las inversiones extranjeras con el objetivo de lograr el autoabastecimiento; junto a un programa general de modernización del aparato productivo y estatal. Pero pronto se vieron las consecuencias reales de este proceso, al marginar por poco competitivas a

² Un panorama general del proceso de desarrollo económico y político de la Argentina de estos años y de todo el siglo XX se puede ver en: Vitelli (1999) y Rapoport (2000).

³ Sobre la relación entre burguesía, industria y liberación nacional ver el excelente trabajo de Milciades Peña (1974).

las industrias desarrolladas durante el período de sustitución de importaciones y al bajar incluso la tasa de empleo dada la modernización tecnológica que disminuía la necesidad de mano de obra. Además, la llegada de capitales extranjeros estuvo condicionada a la realización de una política de estabilización monetaria y contención del gasto público, con las obvias consecuencias negativas sobre el nivel de vida de las clases populares. La ilusión de reeditar la alianza peronista con apoyo obrero se esfumó rápidamente, agudizándose las contradicciones de clase, que se manifestó en un aumento de la conflictividad laboral sumada a la resistencia debida a la proscripción del peronismo aún vigente. Frente a esto, los sectores militares asumieron cada vez más decididamente el papel de gendarmes del proceso político-económico de modernización, generando varios planteos al gobierno, hasta que este finalmente cayó.

Tras el interregno militar, en donde al nuevo régimen de 1958 se le agrega una garantía para las inversiones extranjeras, gozando a partir de 1963 de una franca y real extraterritorialidad; el gobierno de Illia intentó una doble jugada para rescatar tibiamente el sistema democrático-representativo liberal, a partir de un nuevo intento de incorporar al peronismo sin entregarle el poder y de la continuación de la política modernizadora, pero siguiendo ciertos principios de la doctrina de la CEPAL. Las propias contradicciones del gobierno, la continuada proscripción del peronismo que no dejaba de generar una fuerte resistencia y la tutela permanente de las fuerzas armadas, determinó la caída también de este gobierno radical.

Para este momento, quedaba claro el fracaso por realizar los cambios, profundos y poco populares, en pos de una modernización que implicaba ubicar al país en las nuevas condiciones del capitalismo internacional, mucho más por cuanto esto intentaba ir acompañado con el objetivo de aglutinar a las clases y sectores dominantes que fueran capaces de captar la aceptación de vastos sectores populares. El nuevo orden político-económico que se intentaba imponer debía enfrentarse a las consecuencias que generaba el reducir la importancia del consumo interno, para lo cual se debía poner límite también a las reivindicaciones salariales del movimiento obrero. A su vez, el nuevo orden que se apoyaba en el capital monopólico, marginaba a sectores industriales tradicionales, a clases medias independientes e incluso a los propios sectores agro exportadores. Articularse en torno al capitalismo monopólico implicaba a su vez el problema de la ausencia de un sector político que representara cabalmente a esta fracción del bloque dominante.

La solución llegó de las manos de la Revolución Argentina, donde las fuerzas armadas irrumpían otra vez en el orden democrático liberal para llevar adelante la reestructuración que este no era capaz de hacer. La presencia firme en el gobierno de eficientes tecnócratas vinculados estrechamente a los intereses del capital monopólico introducía una cuota de mayor seguridad y precisión en el logro de los objetivos. Esta nueva dictadura asumió la función de organizar políticamente a las distintas fracciones de la burguesía prescindiendo para esto de la actuación de los partidos políticos y contando con la ventaja de no tener que confrontar electoralmente. Esto le permitió defender los intereses más globales del nuevo orden, aun a costa de sacrificar intereses particulares de algunos sectores, como el exportador. La metodología implementada para la imposición de esta política fue la represión a las luchas populares y el soborno a los estamentos más privilegiados del movimiento obrero y a su burocracia. La estabilización monetaria y la contención de la inflación, el congelamiento de los salarios, la reducción del gasto público, la racionalización administrativa y la implementación de la superestructura jurídica necesaria para la libre actuación de las inversiones extranjeras, fueron las medidas fundamentales implementadas en el ámbito de la economía.

Para este momento, la renovada política en relación a las inversiones extranjeras generó una situación de importante promoción, en la que Estados Unidos llevaba la delantera al contar para 1965 con más del 50% de las radicaciones de capitales efectuadas en los últimos diez años. Las inversiones provinieron en general

de un reducido número de grandes corporaciones monopólicas, y estuvieron mayormente orientadas a la petroquímica, la industria automotriz, la siderurgia y la electrónica, vistos como los sectores básicos que dirigirían el crecimiento industrial permitiendo superar el estancamiento del proceso de sustitución de importaciones. (Rofman y Romero, 1996)

Pronto se vieron las consecuencias de este auge de las inversiones. Debido a la posibilidad de la libre circulación de utilidades y capitales, la balanza de pagos comenzó a mostrar los desequilibrios, por cuanto la remesa de utilidades y la posibilidad de girar libremente los capitales no lograban compensar el ingreso de las inversiones⁴. Además, el agro no pudo responder según las expectativas de generar las divisas necesarias a través del sector exportador. A pesar de ciertos incentivos (supresión del control de cambios, sostén de los precios en períodos de baja y repetidas devaluaciones) que representaban un traslado automático de recursos al sector rural, la producción no aumentaba en forma paralela, permaneciendo por otro lado inmodificadas las condiciones estructurales que influían en este estancamiento, como el monopolio de la comercialización, la tecnificación relativamente escasa junto a la alta concentración de la propiedad de la tierra.

En síntesis, la dependencia profundizó su instalación a través de políticas y estructuras económicas que consolidaron las desigualdades, al adoptar más francamente las pautas de funcionamiento del sistema internacional, aceptando de nuevo activamente las condiciones de la división global del trabajo.

La entrada de capitales extranjeros, especialmente norteamericanos, privilegió obviamente, los sectores más dinámicos de la economía, es decir aquellos ubicados en las posiciones más claves para la dirección del proceso económico. Esto trae aparejado la adopción de toda una serie de prácticas propias de las economías centrales modernizadas (financiamiento, circuitos de comercialización, tecnologías y formas de organización empresarial) que a su vez repercute en el resto de la estructura económica, al ubicarse en una posición de competencia más favorable. Así, la concentración monopólica es inevitable, por cuanto las ventajas comparativas favorables de los sectores más modernos, en un marco de regulación que privilegia fuertemente la competencia en desmedro de cualquier otra política orientadora, termina desplazando y/o subordinando al resto de los sectores productivos. Las empresas locales que no entraron en este proceso modernizador ligado a las inversiones extranjeras, o cerraron sus puertas o terminaron vendiendo sus acciones, favoreciendo así aún más el proceso de concentración económica. Este proceso de entrada de capitales internacionales fue modificando la totalidad del sistema productivo, por cuanto se estableció una división franca entre los sectores modernos y eficientes, y aquellos unidos o subordinados a él, y los sectores “antiguos”, que al no poder competir, no pueden incorporarse a la modernización quedando así rezagados, lo que los lleva a languidecer y hasta desaparecer. Esta competencia entre agentes económicos también se dio en relación al desarrollo regional. Zonas de producción ineficientes, según las nuevas reglas, sufrieron este proceso de marginación y exclusión. La región azucarera padeció un agudo proceso de cierre de ingenios sin ninguna política clara de reemplazo y la región algodonera chaqueña vio rezagada su producción ante el avance de productos tecnológica y económicamente más eficientes. Esta situación que resulta en una dependencia interna, no solo no fue considerada un problema desde las esferas de poder, sino que por el contrario se continuó con la política de promoción del proceso de modernización.

La empresa multinacional constituye un protagonista principal en esta relación de dependencia. Este sujeto económico de la etapa imperialista del capitalismo dispone de recursos claves como una gran capacidad de maniobra para controlar múltiples mercados nacionales en forma simultánea, una productividad creciente

⁴ Respecto al ciclo de inversiones extranjeras y remesas de dividendos ver el texto fundamental de Ciafardini (1990).

sustentada en una permanente actualización de los procesos tecnológicos, además de vastos y variados recursos financieros. Esto la sitúa en una situación de privilegio en el proceso de competencia intercapitalista asumiendo a su vez un comportamiento propio tanto en término de las relaciones sociales de producción como en el desarrollo territorial y en las ramas y rubros productivos.

Así, el crecimiento industrial en los años ´60 guardó una relación especial con el destino de las inversiones, siendo los sectores destinatarios fundamentales de las inversiones extranjeras aquellos que más crecieron. Petróleo, industria química y petroquímica, fabricación de vehículos automotores e industria metalúrgica en general, absorbieron el mayor porcentaje de capitales extranjeros invertidos. Este crecimiento industrial con radicación de empresas industriales de gran tamaño mostró un importante dinamismo asociado a su vez con un proceso de concentración y un creciente control de la economía nacional por dichas empresas. De 1957 a 1966 se duplicó el número de empresas con capitales extranjeros entre aquellas de mayor venta y las ventas de las 100 empresas mas importantes pasaron de un 20% a casi un 30% en solo diez años, evidenciando claramente la aceleración del proceso de concentración (Skupch, 1971).

En términos de las relaciones sociales de producción, se observa un marcado cambio en la relación capital/fuerza de trabajo. Mientras en períodos anteriores el incremento de la producción se debía en parte importante a la incorporación de mano de obra, con el proceso de modernización, concentración y entrada de capitales multinacionales, el aumento de la productividad se debió justamente a la incorporación de capital a través de la adopción de tecnologías complejas crecientemente automatizadas. Esto provocó una reducción en la demanda de trabajo, que se evidenció en una disminución de los obreros ocupados⁵, junto a una modificación en la composición de la fuerza de trabajo, al requerirse más calificación y obtener ésta mayores remuneraciones. Es decir que disminuye la mano de obra ocupada en el sector manufacturero y a su vez se incrementa la diferenciación apareciendo un sector con ingresos salariales por encima del promedio de la mano de obra ocupada en los sectores tradicionales⁶.

En términos espaciales también se operaron ciertas modificaciones. Las grandes plantas de capitales multinacionales requerían un patrón de localización específico. Las estructuras urbanas donde estaban localizadas la mayor parte de las pequeñas y medianas empresas de los sectores tradicionales con bajos requerimientos de espacio, ya no eran del todo aptas para el desarrollo del proceso de modernización. Las nuevas industrias ligadas a las ramas pesada y semipesada necesitaban de condiciones particulares que las terminaron alejando del corazón de las grandes urbes favoreciendo un proceso de metropolización. Provisión de abundante energía, grandes áreas de depósito y maniobra, fácil acceso a las principales vías de comunicación terrestre o fluvial así como a las vías de eliminación de desechos y grandes volúmenes de agua para los procesos productivos, fueron algunas de los principales requerimientos que conformaron una nueva trama territorial con pocas pero significativamente grandes plantas en las periferias de las zonas urbanas, que a su vez promovió un renovado proceso de urbanización de estas áreas encadenando a su vez un proceso de instalación de pequeñas y medianas industrias proveedoras de las grandes plantas.

⁵ Según los censos, se pasa de 1.055.469 trabajadores ocupados en el sector manufacturero en 1954 contra 973.341 para 1964.

⁶ Mientras el aumento en los salarios entre los años 1952 y 1969 para las ramas tradicionales estuvo en un 420% para alimentos y bebidas y en un 370% para textiles, trepó para los sectores ligadas a los capitales multinacionales muy por encima de esas cifras: 500% en papel y cartón, 536% en maquinarias y vehículos, 633% en máquinas y aparatos eléctricos, 658% en productos químicos, 804% en caucho y 880% en petróleo (Banco Central, 1970).

Esto no alteró el proceso de desigual desarrollo territorial del país, por cuanto las condiciones fundamentales seguían encontrándose en la zona litoral, que concentraba los recursos económicos, laborales y territoriales aptos para la instalación de grandes plantas. Así, se expandieron las áreas urbanas y periurbanas en un proceso de retroalimentación positiva ligado a la mayor oferta de ciertos insumos básicos junto a la localización de los grandes mercados de consumo.

Pero, parte de los nuevos requerimientos del sector industrial moderno, obligaron al Estado a tomar una serie de decisiones en relación al incremento de la inversión en infraestructura social básica, especialmente en el mejoramiento de la red de transporte terrestre en la región del Litoral y en la provisión de energía, a través tanto de la ampliación de las centrales térmicas como de la instalación de nuevas centrales hidroeléctricas (Chocón-Cerros Colorados) o nucleares (Atucha).

Desarrollo y movilización social en el Interior (regiones extrapampeanas)

A partir de los años 50, el interior se vio como protagonista de diversos procesos políticos y socioeconómicos. Ya desde el peronismo se comienza a vislumbrar algún cambio, refocalizándose la cuestión regional con la Revolución Libertadora y los posteriores gobiernos constitucionales de Arturo Frondizi y Arturo Illia. Los años '60 y principios de los '70 marcaron, sin lugar a dudas, el momento culminante de las luchas de intereses en el interior, al explotar la crisis azucarera en Tucumán primero, seguir con el Cordobazo en mayo de 1969, el Choconazo en 1969-1971 y el proceso de movilización agraria más importante desde el Grito de Alcorta⁷ que fue la constitución de las Ligas Agrarias en la región del Nordeste desde 1971 a 1976.

Fue Córdoba el centro, tanto de un renovado auge de desarrollo regional (fundamentalmente a partir del crecimiento de la producción industrial) así como de los procesos de movilización social que pusieron en jaque no solo al reinado continuado de las dictaduras militares sino incluso al propio patrón capitalista de desarrollo. A su vez, la readaptación del perfil de las economías regionales a los intereses ligados al mercado multinacional devino en algunas serias crisis con movimientos de resistencia como respuesta, como en Tucumán o en el Nordeste; o en procesos de protesta debido a la implantación de nuevos mega-proyectos en donde el trabajo era sinónimo de hiper-explotación, como en Patagonia. La estrategia desde el poder, amparados bajo un régimen dictatorial, fue siempre la represión, aunque también se implementaron diversas estrategias de redefinición del desarrollo con el explícito objetivo de desarticular a los grupos de resistencia. En todos los casos la impronta regional con sus particularidades tuvo una fuerte incidencia en las rebeliones y movilizaciones, pero también fueron el reflejo de un momento nacional de efervescencia antisistema (al son de procesos continentales y hasta mundiales), por cuanto la revolución cubana primero, seguida de la revolución vietnamita y otros procesos de liberación en el Tercer Mundo marcaban la agenda y funcionaron como fuertes acicates movilizadores hacia un camino de cambio social. Es que estas experiencias demostraban la concreta posibilidad de tal cambio. Es por esto que parece demasiado limitada aquella visión que sostiene que “lo que estas protestas ponían en cuestión era justamente la relación entre lo regional y lo nacional” (Mark Alan Healey, 2003:172). Además es de notar la categorización de solo “protesta” que se le da en lugar de verlos como procesos dialécticos de hegemonía, resistencia y movilización social.

Pero lo anterior no implica que no existiera, desde la creación de Argentina como nación, fuertes desigualdades regionales que llevaban a relaciones conflictivas y de sumisión. La dicotomía entre la “prospera región pampeana” y las “empobrecidas

⁷ Sobre el Grito de Alcorta ver, por ejemplo, Grela (1958).

provincias extrapampeanas” seguía tan vigente como a principios de siglo. Vale la denominación que esta dicotomía recibía por aquellos días, por un lado el “litoral cosmopolita y moderno” y por otro y enfrentado, el “interior criollo y tradicional”. Esta visión de la dicotomía tuvo una importancia marcada tanto en la política peronista como en la liberal-conservadora -que se impondría nuevamente luego del derrocamiento peronista- marcando en parte ciertos rasgos de los conflictos y los procesos de movilización social de los años ´60 y ´70. Mientras el peronismo intentó atemperar las diferencias entre los dos polos de la dicotomía en forma indirecta a través de un intento de fortalecimiento del mercado interno y una redistribución de la riqueza de tal manera de ser un poco menos desfavorable para las clases trabajadoras, aunque esto implicara sostener situaciones de “atraso productivo” en términos de competitividad internacional; los regímenes, tanto dictatoriales como constitucionales posteriores (con una leve salvedad para el gobierno de Illia) basaron en la “lucha contra el “atraso” el foco de su política. Fue así que el objetivo de la “modernización” se transformó en el supuesto eje de sus políticas. Modernización significaba luchar contra lo tradicional (asentado en el interior) y potenciar las fuerzas que traerían progreso y pondrían a la Argentina otra vez en niveles de competitividad internacional. Fu el capital multinacional aquel considerado como el fundamental promotor de la modernización. Buena parte de la explicación de los conflictos y procesos de resistencia y movilización se encuentra precisamente en el entender las consecuencias y los impactos que estas políticas de modernización tuvieron sobre las estructuras sociales y productivas del interior. Los casos mencionados más arriba reflejan justamente esta situación. El poner en competitividad la producción regional de azúcar en Tucumán y de algodón en el nordeste generó la reacción de las clases trabajadoras o de pequeños productores rurales que vieron así declarada su defunción, por cuanto no podían entrar en el nuevo “régimen de producción moderna”. Como la competitividad implica bajar costos y el bajar costos implica mayor explotación de la fuerza de trabajo, esta puede reaccionar e intentar resistirse, tal como se dio en los casos de Córdoba y el Chocón mencionados también más arriba.

Es decir que la relación entre lo regional y lo nacional estuvo claramente presente, como casi siempre lo está, pero esta relación entre lo regional y lo nacional es claramente insuficiente para explicar por sí solo la dinámica de las décadas del ´60 y ´70. Sin la fuerte relación dialéctica de dependencia con procesos internacionales que se materializó a través de las políticas de modernización, es difícil, sino imposible entender los procesos de hegemonía-resistencia de aquellos años.

Si bien todo recomenzó más claramente con el derrocamiento del peronismo, fue, más precisamente, el desarrollismo con el gobierno de Arturo Frondizi (1958-1962) quien instaló definitivamente el modelo de modernización que moldearía el desarrollo hasta nuestros días. Esta modernización se basaba en un modelo de “industrialización” basado en la entrada de capitales multinacionales y en la concentración económica como forma para dinamizar la economía y acelerar el crecimiento. Se dio fuerte prioridad a industrias y economías consideradas estratégicas lo que tuvo consecuencias muy marcadas en el ya importante desequilibrio regional: se concentraron los esfuerzos en las industrias pesadas de Buenos Aires, Santa Fe y Córdoba, lo que significaba condenar a la postración al resto de las economías regionales, salvo en algunos puntos como la Patagonia o Salta que se convirtieron en importante fuente de recursos energéticos (petróleo y energía hidráulica). Esta política de desarrollo es la que ayuda a explicar los conflictos de los años venideros.

En términos agrarios se comenzó con un programa de modernización vía la capitalización y concentración de la producción, eliminando los mecanismos de regulación de la misma, lo que terminó en una serie de crisis de precios y sobreproducción, afectando obviamente de manera diferencial a los diferentes estratos, siendo los pequeños y medianos aquellos que en muchos casos se vieron imposibilitados de afrontar estos cambios hegemónicos. La lucha de las Ligas Agrarias

se encaminó precisamente en este sentido siendo sus principales enemigos los monopolios y las políticas de Estado asociadas a estos.

La autodenominada “Revolución Argentina” (nueva dictadura militar que de la mano del teniente general Juan Carlos Onganía derrocó al presidente Illia en 1966) continuó y profundizó el plan de modernización iniciado con el desarrollismo. Con el supuesto objetivo de producir un salto cualitativo en la vida argentina, el gobierno de Onganía promovió la asignación forzosa de recursos al sector moderno y transnacional de la economía. Las grandes industrias y capitales y las fuertes inversiones fueron obviamente las privilegiadas. Aunque es de hacer notar la existencia también de un componente relativamente “estatista”, por lo menos en los órganos de planificación, con el intento de intentar regular desde el Estado el proceso de liberalización de la economía. Los perjudicados fueron vastos sectores económicos, fundamentalmente del interior cuyo eje era la producción a pequeña y mediana escala apuntada fundamentalmente al mercado interno; así como los trabajadores y sus asociaciones gremiales, debido al fuerte carácter clasista (en el sentido de favorecer ampliamente las clases burguesas) y autoritario del gobierno dictatorial. Esto último también se plasmó en la estrategia de recortar o frenar, paradójicamente, todo intento de modernización política y cultural que implicara alguna posición contraria a la doctrina de la concentración.

El conflicto azucarero en Tucumán se enmarca en este tipo de situación recién descripta. La producción azucarera tucumana (cultivo e industrialización) fue expandiéndose paulatinamente, conformando un sector muy dinámico en donde existía una relativa heterogeneidad de fracciones de clase tanto del lado empresario, como de los productores agrarios así como del lado de los trabajadores. En 1955 se llega al punto culminante de la expansión cuando se da un record histórico en términos de la superficie cultivada. El Estado siempre estuvo fuertemente relacionado con esta dinámica. El peronismo en los años '50 estableció cuotas de producción, lo cual repercutió en un beneficio para los productores más chicos (menos eficientes en términos productivistas) en desmedro de los productores más grandes. Al mismo tiempo, nace el sindicato en el sector, al constituirse la Federación Obrera de Trabajadores de la Industria Azucarera, quien protagonizará fuertes luchas en los años venideros. Pero al final del período peronista comienza a fracasar la política de intervención y la producción así como el número de trabajadores comienza a decrecer acentuándose en la dictadura posterior. Asimismo el capital logra imponer, con la dictadura a su favor, nuevas condiciones de trabajo aumentando notablemente la inestabilidad laboral. Posteriormente se agudiza la retirada del Estado en tanto ente regulador del sector, favoreciendo a los sectores “más eficientes”, representados por los ingenios y cañeros más concentrados. La producción total creció, llegando a su pico en el año 1965 con un total de 1.200.000 toneladas para un mercado interno que consumía 800.000. Los altos costos relativos impedían cualquier política de exportación por lo cual la crisis comenzó a gestarse. Al mismo tiempo, la FOTIA se radicaliza a partir de una conducción y una base mucho más comprometida con ideales de cambio lanzando una política de alianzas con el resto de los sectores combativos de aquellos años (estudiantes, iglesia tercermundista, trabajadores de otras ramas) a través de decenas de movilizaciones, paros y formas de protestas diversas en pos, no solo de mejorar sus condiciones de trabajo sino formando parte también del clima prerrevolucionario de aquellos años. El gobierno de Onganía, con el objetivo de atajar la crisis, desarrolla lo que se denominó como “Operativo Tucumán”, que consistió en más de lo mismo: un plan de “racionalización” a partir del cual solo los ingenios eficientes podrían subsistir teniendo que cerrar sus puertas el resto. Como paliativo, se proponía un polo de desarrollo regional que absorbiera la mano de obra que quedaba ociosa. Lo primero se llevó a cabo puntillosamente, lo segundo solo quedó en promesas: 11 de los 27 ingenios azucareros cerraron para siempre, subiendo la tasa de desempleo a niveles inéditos y generando una fuerte migración interna (un éxodo de más de 100.000 trabajadores sobre una población provincial de

700.000 habitantes). Este fuerte golpe hizo mella en el movimiento obrero quien lentamente fue perdiendo fuerza en sus luchas, a pesar de ser el principal protagonista que se opuso a la reconversión productiva tucumana. En 1968 resurge relativamente la combatividad obrera de la mano de la nueva CGT de los Argentinos, de la fuerza que adquiriría el Movimiento de Sacerdotes para el Tercer Mundo y del auge de un movimiento intelectual contestatario dando como resultado el Tucumán Arde, una obra colectiva de denuncia hecha por una vanguardia artística porteña y rosarina. Pero la dictadura de Onganía igualmente logra su objetivo, desmantelando un notable movimiento de protesta social, a través de políticas de represión en diversos frentes.

Así en 1969 no es Tucumán quien producirá el mayor proceso de movilización social en la Argentina de las últimas décadas, sino Córdoba en donde el movimiento obrero industrial junto al estudiantado se posicionó fuertemente gracias a una sólida situación económica interna, debilitando fuertemente a la dictadura de Onganía. De hecho, el Cordobazo es reconocido por muchos como la estacada final que obliga al gobierno militar a tener que cambiar el titular del ejecutivo⁸.

Por su parte, el Estado asumió un rol todavía más protagónico en el sur de la Argentina, por cuanto, entre otras cosas, no contaba esta región con la larga historia de ocupación y desarrollo existente en el noroeste. La lógica -actualmente en pleno momento de auge- de hiper-explotación de recursos naturales con el solo objetivo de mercantilizarlos en el mercado global, tuvo en los años sesenta su, podríamos decir, etapa de iniciación en su faz más moderna (por cuanto América, desde su misma conquista, se construyó como una región abastecedora de recursos naturales). El proceso de modernización al que se viene aludiendo necesitaba un salto cualitativo en fuentes de energía y la Patagonia podía brindar lo necesario como, por ejemplo, grandes centrales hidroeléctricas. El emprendimiento Chocón – Cerros Colorados en la provincia de Neuquén fue la obra emblemática de aquellos años, llegando a denominarse el “Assuán argentino”. Los conflictos capital-trabajo no se hicieron esperar. El autoritarismo militar de la época sirvió como marco para imponer también un ritmo frenético y autoritario en la condiciones de trabajo. Normas de seguridad inexistentes, hiper-demanda de productividad, problemas de vivienda, salubridad y alimentación fueron el detonante para la organización obrera en contra del consorcio de empresas privadas que regenteaba las obras. Junto al capital empresario actuaban tanto el gobierno como la burocracia de la UOCRA (Unión Obrera de la Construcción de la República Argentina). En contra de todos estos se sucedieron protestas, manifestaciones y huelgas desde 1969 hasta 1973, cuando en las elecciones el gobernador de la dictadura, don Felipe Sapag supo capitalizar sus habilidades de buen negociador al distanciarse relativamente del gobierno militar y pactar ciertas mejoras con los obreros del Chocón. Fuera del hábil Sapag, quien una vez en su etapa constitucional de gobierno continuó el proyecto modernizador iniciado en la etapa militar, el resto de los estamentos del Estado solo supieron aplicar represión y ruptura de pactos frente al conflicto.

A diferencia de Tucumán y la Patagonia, la región del Nordeste no fue un objetivo focal del plan de modernización perpetrado por la dictadura de los años ´60-´70, sino por el contrario cayó dentro del rango de las áreas “olvidadas”. Por esto último, pero por sobre todo debido a las consecuencias de la política general impulsada para todo el país, la crisis regional no se hizo esperar. De esta manera, es que puede entenderse el origen y el accionar de las Ligas Agrarias, quienes, como ya se dijo, representan sin ningún lugar a dudas el movimiento agrario más importante luego del Grito de Alcorta y hasta la actualidad.

⁸ Abundante información sobre el Cordobazo en: Balvé et al, 1973; Anzorena, 1999; Lapolla, 2005

Relaciones de producción, tierra y crisis en la región chaqueña

Es importante comenzar este apartado destacando la doble crisis que afectaba a las provincias del nordeste hacia fines de los años sesenta, dado que tendrá una importante influencia en el surgimiento de las Ligas Agrarias y sus reivindicaciones (Roze, 1992).

Por un lado una crisis agropecuaria relativa que opera a nivel nacional y por otro, una crisis regional (norte de Santa Fe, Chaco y Formosa) que parte de una serie de cambios en la producción algodonera y que marcan un creciente ensanchamiento de la desigualdad entre zonas de mayor y menor desarrollo relativo ubicándose las provincias del nordeste dentro de las regiones más desfavorecidas en el crecimiento del producto bruto (Rofman y Romero, 1996:233). Si bien desde mediados de los años cincuenta la producción agropecuaria venía observando un sostenido proceso de recuperación, con aumento de inversión, innovación tecnológica, crecimiento de la productividad y la superficie sembrada, hacia fines de la década del sesenta se registra, según lo marcaron las propias entidades más representativas del agro nacional, una crisis temporal marcada por precios insuficientes de los productos de las cosechas, aumento permanente en el precio de los insumos e incremento exagerado de las cargas impositivas y sociales que llevaron a deprimir “el ingreso agropecuario hasta límites insostenibles que imposibilitaron las mínimas inversiones necesarias para el acceso a la tecnología”³. Esta crisis a nivel nacional es el prolegómeno del nuevo ciclo de acumulación que se define claramente a mediados de los setenta pero que deviene del largo proceso de transición tratado anteriormente, constituyendo la mencionada estrategia de la modernización que puso fin al ciclo sustitutivo de importaciones iniciado en los treinta. Se va paulatinamente consolidando la etapa centrada en la apertura económico-financiera reestructurando todo el ciclo del capital y generando un largo camino de declive de las economías regionales y un fuerte deterioro del mercado interno (Cfr. Manzanal y Rofman, 1989; Aspiazú y Nochteff, 1994; Rofman y Romero, 1996; Iñigo Carrera, Podestá y Cotarello, 1999).

A nivel regional, pero en fuerte consonancia con procesos nacionales, se venía produciendo desde una década atrás un deterioro progresivo del precio del algodón y una consecuente disminución de su producción, disminuyendo casi un 40% la superficie sembrada, debido a las políticas que desalentaban el cultivo del textil y su reemplazo paulatino por un espectro diversificado de graníferas y una promoción de la ganadería complementaria (pampeanización periférica) para de esta manera poder destinar las mejores tierras de la pampa húmeda al engorde del ganado para exportación (Roze, 2004). Así, después de haber llegado la producción de algodón a su pico máximo en 1957/58 con 732.000 ha sembradas y 550.000 toneladas producidas entre fibra y semillas, desciende en el trienio 69/71 a 429.000 hectáreas y 369.500 toneladas (Bolsa de Cereales, 1984).

Esta crisis tuvo como consecuencia una pauperización del productor agropecuario, que se manifestó en una imposibilidad de acceder a un proceso de capitalización en aquellos casos de productores históricamente mejor acomodados (principalmente ubicados en el norte de Santa Fe y en Chaco), o a una proletarianización en una gran parte de los casos. De esta manera, la emigración, al principio de familiares y finalmente de todo el grupo, con la venta o abandono de la explotación (o su entrega en pago de deudas), o la transformación de miembros de la familia en obreros temporarios para permitir completar el sustento (sin que esto significara eliminar el proceso creciente de endeudamiento progresivo), comenzaron a ser situaciones habituales en la región. Las organizaciones cooperativas ligadas a la producción algodonera (mucho más desarrolladas en Santa Fe y Chaco) también sufren las consecuencias de esta crisis, pues mientras las empresas comercializadoras pagaban mayoritariamente el total y de contado, las cooperativas podían pagar sólo una parte a la entrega y el total cuando realizaban la venta.

Conectado con el proceso de pauperización del productor se generó un circuito en el cual solo empleaban la comercialización a través de las cooperativas aquellos productores que podían aguantar esos plazos, o solo vendían una parte de su cosecha (Roze, 1992). Así, los beneficiados de esta situación serán por un lado los grandes productores que podían diversificar su producción y aprovecharse de los campos dejados por la emigración, y por otro fundamentalmente las grandes empresas comercializadoras, que se constituirán en uno de los focos contra los cuales se dirigirá la protesta de las Ligas Agrarias al verlos como monopolios que hegemonizan la producción imponiendo las reglas de la actividad económica regional. La cantidad de algodón desmotado y comercializado por las cooperativas desciende desde un 39,4% en la cosecha de 1964-65 a un 17,84% en la de 1967-68, mientras que las desmotadoras privadas incrementan su participación desde un 48,3% en la cosecha 1964-65 hasta un decisivo 73,84% para la cosecha de 1967-68 (Ferrara, 1973).

Es importante también resaltar el carácter relativamente periférico que la región viene teniendo dentro del esquema centrífugo que ha asumido históricamente el desarrollo regional en la Argentina y que se agudiza a partir de los años cincuenta a partir de la fuerte penetración de capital internacional. Efectivamente la región del nordeste se caracterizaba por no producir el rango de productos básicos de exportación que configuraban la estructura agropecuaria dominante (y más exitosa) del país (Flichman, 1977). Los productos de estas provincias abastecían predominantemente el mercado interno, el cual ya venía sufriendo fuertes crisis y procesos de achicamiento, en lo que sería el comienzo del proceso aperturista y neoliberal posterior que significó claramente la cuasi liquidación de las economías regionales tradicionales. Es importante también destacar cierto carácter de heterogeneidad interna en cuanto a la producción. Por un lado se han desarrollado algunas actividades que podríamos denominar “pampeanas”, tales como el girasol, maíz y ganadería vacuna pero que asumían un carácter de marginalidad dada las condiciones naturales inferiores de esta región; y por otro, actividades para las cuales la región ha presentado ventajas comparativas, tales como el cultivo de cítricos, algodón, yerba mate, té, tung, tabaco y actividades forestales. A pesar de esta dispersión, es el cultivo del algodón el que concentraba la mayor parte de la producción agropecuaria de la región. La Planicie Centrochaqueña era el eje del monocultivo del algodón (Bruniard, 1978) y el área donde tuvo su mayor expresión el movimiento liguista. El monocultivo de algodón alcanzaba al 90% del total de la superficie agrícola, en explotaciones del orden promedio de las 30 ha. El núcleo algodonerero por excelencia se extendía desde Villa Angela a Quitilipi y Sáenz Peña, degradando paulatinamente hacia el oeste debido tanto a la aridez creciente como a la mayor presencia de latifundios (op. cit.). Si bien los estímulos oficiales para la implantación de la agricultura datan de principios del siglo XX (Girbal Blacha, 2004), es de destacar el carácter relativamente reciente de la expansión agrícola en esta región algodonerera, lo que se evidencia particularmente en la provincia de Formosa. En esta, el período de mayor expansión del sector agrario se da a partir de la posguerra, pues tanto el área cultivada total como algodonerera se duplica entre 1947 y 1960⁹. Para Chaco, si bien el período de máxima expansión es un poco anterior, no por esto deja de ser un área de colonización reciente. El aumento fundamental se da antes de 1947, notándose solo un leve aumento luego de este año¹⁰ (Slutzky, 1973).

Respecto a las relaciones de producción, cabe destacar el escaso peso relativo de los trabajadores asalariados y la relativamente alta presencia de explotaciones

⁹ 44.776 ha de área total y 24.811 ha de área algodonerera en 1947 contra 75.056 ha de área total contra 55.437 de área algodonerera (Censos Nacionales, 1947 y 1960)

¹⁰ En Chaco las cifras de superficie cultivada total y con algodón son las siguientes: para 1920, 34-590 ha de área total y 10.160 con algodón; para 1947, 482.699 ha de área total y 304.736 con algodón; y para 1960, 539.782 de área total y 397.769 con algodón (Censos Nacionales de 1920, 1947 y 1960)

basadas en el trabajo familiar. Esta diferencia se notó sobre todo después del censo de 1937, cuando las actividades ganaderas y forestales (demandantes de mano de obra) comenzaron a perder importancia frente a la agricultura. Así, mientras en 1960 nos encontramos con solo un 15.6% de asalariados (frente al 25,1% a nivel nacional) en 1969 desciende a 9,8%, cuando para el total del país ese porcentaje era de un 18,3%⁴. Estos datos ayudan a comprender la importancia de la conformación de Ligas Agrarias de campesinos y pequeños productores en esta región. El colono es un productor directo que contrata mano de obra asalariada de baja calificación en forma esporádica, y junto a esto existe un estrato de campesinos (predominantemente en Formosa) que ocupan tierras fiscales o bien como aparceros o arrendatarios de grandes terratenientes.

Siguiendo a Flichman (1977), podríamos considerar tres tipos básicos de explotaciones agropecuarias en la región: a) producciones familiares dominando en la agricultura (colonos), b) explotaciones ganaderas “tradicionales” con un carácter altamente extensivo, y c) un nuevo tipo de empresa ganadera mucho más capitalizada. El colono es un productor directo que contrata mano de obra asalariada de baja calificación en forma esporádica, y junto a esto existe un estrato de campesinos (predominantemente en Formosa y Corrientes) que ocupan tierras fiscales o bien como aparceros o arrendatarios de grandes terratenientes.

Dentro de este esquema general cabe mencionar algunas particularidades de la provincia de Formosa. Esta provincia se conforma modernamente a partir de una ocupación mayoritaria del territorio en base a una economía ganadera extensiva asentada sobre grandes latifundios, más un intensa explotación forestal (Borrini, 1991; De la Cruz, 2004). Junto a esto, se registra una presencia intersticial de pequeñas explotaciones agrarias minifundistas que no superaban las 25 ha. por lo que un problema central para estos pequeños productores era el acceso y uso de la tierra. La “economía del algodón”, originada también aquí en los inicios del siglo, XX se desarrolló fundamentalmente por pequeños productores familiares que ocuparon las tierras fiscales intersticiales que aún quedaban libres a partir de una emigración espontánea (sin la intervención del Estado) desde provincias vecinas, incluyendo tanto a criollos como a inmigrantes de origen europeo provenientes de la colonización chaqueña (Brodherson y Slutzky, 1975). Se conformó así una estructura agraria de minifundio pues, a la escasa superficie de tierra con disponibilidad agrícola existente con posterioridad a los primeros repartos que conformaron los grandes latifundios, se sumó un magro capital inicial de los productores y una clara diferencia incluso en el precio percibido por su producción (Rofman et al, 1987). Para 1960, del total de explotaciones algodonerías, el 95,4% cultivaba terrenos de hasta 25 ha., de los cuales, el 52,5% lo constituían superficies de hasta solo 5 ha. (Slutzky, 1975; Lavergne, 1977).

Las características de la economía formoseña definían entonces un importante sector de grandes explotaciones ganaderas que realizaba sus ganancias fundamentalmente fuera de la provincia a partir de un proceso de extracción de los recursos locales por capitales extraprovinciales sustentado en latifundios con escasa o nula inversión; más un sector de tipo “campesino” compuesto por pequeños productores, ocupantes en su mayoría de tierras fiscales (lo que marcaba una fuerte precariedad en relación a la tenencia), dedicados mayoritariamente a la autosubsistencia más una producción de algodón para el mercado inmersos en una situación de fuerte subordinación económica, pues los beneficios de la producción algodонера eran primordialmente aprovechados por las empresas comercializadoras, los acopiadores privados, etc. Esto último conformaba un cuadro muy similar al de la provincia de Chaco que dio precisamente origen a las Ligas Agrarias Chaqueñas (Galafassi, 2004). La situación de estos “campesinos” en relación al uso y tenencia de la tierra es lo que marcará la gran diferencia.

El proceso de promoción de una ganadería complementaria mencionado más arriba tuvo también en Formosa uno de sus epicentros. Este proceso se dió a través de una transformación cualitativa de los planteles de ganado ya existentes en las

antiguas explotaciones; así como por la división y venta de antiguos latifundios y su pase a manos de empresas ganaderas de la pampa o a grupos capitalistas provenientes de otros sectores productivos, coexistiendo con un proceso de privatización a partir de la adjudicación de tierras fiscales. Es este último proceso el que constituirá un factor importante en la movilización campesina y la emergencia de conflictos sociales ligados a la tenencia de la tierra (Roze, 1992).

Movilización agraria en el Nordeste

En la Argentina de los años sesenta y setenta, habían surgido una gama diversa de organizaciones sociales y/o productivas que planteaban cuestionamientos al modelo dominante de sociedad¹¹. Los diferentes movimientos de protesta rural en general, y las Ligas Agrarias en su conjunto en particular, se apoyaban en el factor de marginalidad que poseían los pequeños productores y trabajadores rurales en el contexto de la sociedad capitalista vigente. Las Ligas Agrarias que se organizaron en las distintas provincias del nordeste argentino representaron entonces un gran sector de productores rurales, tanto colonos como campesinos, que viéndose marginados del modelo de desarrollo dominante, irrumpieron en la arena de la lucha política de los años setenta, provocando las más diversas reacciones e interpretaciones. En parte fueron interpretadas con miedo y sectarismo por los sectores de poder, como la caracterización de que detrás de ellas se perfilaba la “mano oculta del comunismo” al decir de un editorial del diario La Prensa (27 de febrero de 1972). Pero también, y en sintonía con la efervescencia de diversas expresiones revolucionarias de esos años, fueron interpretadas positivamente como la “larga marcha” del campesinado hacia la revolución¹².

El proceso de las Ligas Agrarias se inicia a fines de 1970 y prácticamente termina en marzo de 1976 con la destitución del gobierno de Isabel Perón. Una diversidad relativamente amplia de productores, desde campesinos minifundistas pauperizados hasta chacareros medianos, tal como los identifica Roze (1992), comenzaron a darse una organización, provincial y regional que habría agrupado en su conjunto a más de 20.000 familias y 54.000 jóvenes. El proceso de conformación fue gradual y puede considerarse al Movimiento Rural de la Acción Católica fundado en 1958 como uno de sus antecedentes. Se pasó de una organización exclusivamente evangelizadora a otra claramente reivindicativa al compás de la emergencia de procesos e ideas de rebelión social tanto en el seno mismo de la Iglesia, con el surgimiento de la Teología de la Liberación, como de procesos políticos en toda Latinoamérica, afectando todos ellos en forma notable los debates y la organización de este movimiento rural. Esta evolución dentro del Movimiento Rural no estuvo exenta de una serie de conflictos ideológicos y políticos en el seno mismo de las estructuras eclesiales. Así, mientras las Jerarquías de la Iglesia siempre sostuvieron la necesidad de que el Movimiento Rural se circunscribiera a las tareas de evangelización asumiendo que la marginalidad de los campesinos, trabajadores y pequeños productores rurales se explicaba fundamentalmente a partir de la escasa formación educativa de estos; las bases del Movimiento Rural y la mayor parte de los diferentes sujetos del campo que se fueron integrando a este, fueron adoptando gradualmente una posición cada vez más radicalizada desde el punto de vista social y político,

¹¹ En este punto no puedo dejar de mencionar lo llamativo que resulta, a pesar de la importancia que asumieron las Ligas Agrarias en los años setenta, la ausencia de su mención en las recientes historias agrarias de la Argentina. Por ejemplo Barsky, en su historia neoclásica del agro, a pesar de mencionar la fuerte caída en la producción algodonera, desconoce la crisis que esto genera en la región chaqueña y el consecuente conflicto entre monopolios y productores que da origen al movimiento liguista (cfr, Barsky y Gelman, 2001).

¹² En parte, esta era la posición de Francisco Ferrara en su clásico trabajo sobre las ligas agrarias del año 1973.

siendo las tareas de concientización para llevar adelante un proceso de cambio social las premisas básicas de este sector.

El propio carácter de efervescencia social y política de los primeros años setenta hizo seguramente que las Ligas Agrarias fueran interpretadas de maneras diversas. Ferrara caracterizó en su momento a las Ligas Agrarias como un movimiento social con una fuerte homogeneidad ideológica y de acción a partir de distinguir todas las similitudes que presentaban los distintos grupos en sus acciones y enfrentamientos con las distintas instancias de gobierno (a pesar de tratarse de grupos diferentes de productores). La hipótesis básica de su trabajo fue precisamente la búsqueda de esta homogeneidad y organización unitaria que representaba el conjunto del campesinado más pobre “lanzados definitivamente hacia el combate revolucionario” (Ferrara, 1973: 478). En cambio, Jorge Prospero Roze, en diferentes trabajos de fines de los años setenta (aunque publicados recién en los noventa) hace hincapié justamente en el carácter heterogéneo en donde las diferencias con las que se manifiestan las Ligas Agrarias en cada provincia son puntualmente resaltadas, “condicionadas por las estructuras de clase en el interior de las cuales se desenvuelven los productores asociados a las ligas” (Roze, 1992: 11)

El proceso de agitación y concientización generado por el Movimiento Rural en su última etapa junto a esta crisis que generaba una pauperización creciente fueron los condimentos esenciales que permitieron la emergencia de movimientos rurales de protesta en las distintas provincias del nordeste organizados principalmente a partir del nucleamiento de los productores en cada provincia pero con una importante dinámica de articulación y conjunción a nivel regional. Estas organizaciones a nivel provincial tuvieron características diferenciales, siendo, sin lugar a dudas, las Ligas Agrarias Chaqueñas (LACH) – las primeras en fundarse -, y el Movimiento Agrario Misionero (MAM)¹³, las organizaciones más importantes en cantidad de militantes y en acciones de reivindicación y protesta. La Unión de Ligas Campesinas Formoseñas (ULICAF) y las Ligas Agrarias Correntinas (LAC) tuvieron también un desarrollo destacado con la particularidad de nuclear a productores más cercanos a la caracterización más tradicional de “campesinos”, en donde el problema del acceso a la tierra adquiría un dimensión mucho más importante¹⁴.

Un acontecimiento sin duda fundacional de estos movimientos agrarios fue el Primer Cabildo Abierto del Agro Chaqueño celebrado en noviembre de 1970 en la localidad de Saenz Peña. Entre las resoluciones adoptadas sobresalen la fijación de un precio mínimo, sostén y móvil para el algodón. En mayo de 1971 se formaliza la creación de las ligas a partir de la designación de autoridades y la aprobación del estatuto. Las reivindicaciones, fundamentalmente orientadas a cuestiones económicas ligadas a la supervivencia de los campesinos como productores agrarios¹⁵ son profundizadas en los congresos siguientes (exenciones impositivas, inenbargabilidad de maquinarias y tierras por deudas, reclamo de tierras, etc.), por medio de las cuales se va configurando un discurso antimonopólico y antiimperialista. Para fines de 1972 los reclamos y las acciones se van radicalizando multiplicándose las medidas de acción directa como el corte de rutas o su bloqueo con clavos “miguelitos” además de la profundización de los paros y huelgas agrarias. El acceso al poder del gobierno peronista a partir de 1973 marcó un cierto “relajamiento” en las confrontaciones, debido a ciertos lazos entre las ligas y la Juventud Peronista y el ala izquierda del partido, quienes pasan a ocupar ciertos espacios en el gobierno y debido también al inicio de actividades de los Montoneros en la región. Con el golpe de Estado de 1976

¹³ Cfr. Vilá, 2000 y Bartolomé, 1982).

¹⁴ También existieron, pero con un desarrollo notoriamente menor y con una aparición más tardía, movimientos reivindicativos agrarios en el norte de la provincia de Santa Fe como la Unión de Ligas Agrarias de Santa Fe (ULAS) (cfr. Archetti, 1988) en la provincia de Entre Ríos, como las Ligas Agrarias Entrerrianas.

¹⁵ Estatuto de las Ligas Agrarias Chaqueñas, 1971.

se inicia la persecución y represión sistemática contra militantes y dirigentes liguistas, dando como resultado el desmantelamiento de las Ligas más el inicio de tibios programas de promoción de la producción regional tendientes a restarles bases de sustentación a la posible reconstrucción de la protesta.

Como ya fue dicho, en la provincia de Formosa el acceso y la tenencia de la tierra venía siendo un problema principal para los pequeños productores minifundistas. Por otro lado, si bien el Movimiento Rural de la Acción Católica si tuvo una presencia importante, el movimiento cooperativo en cambio estaba escasamente desarrollado. Los primeros encuentros reivindicativos están, entonces, directamente relacionados con la situación de marginalidad relativa de los pequeños productores, los ejes los constituyen el problema de la tierra y la satisfacción de las necesidades básicas para la subsistencia, lo que permite aplicar más fácilmente la categoría de campesino a estos pequeños productores, a diferencia de aquellos de Chaco y Misiones. A partir de las actividades del Movimiento rural también se generan en Formosa las condiciones para poner a debate y discusión los ejes-problema recién mencionados, llegando finalmente a la creación de la Unión de Ligas Campesinas Formoseñas en septiembre de 1971. Además de las movilizaciones y las tareas de concientización se agregan en Formosa la ocupación de tierras improductivas y la lucha por su tenencia. A todo esto el gobierno provincial responde una vez más con la represión policial y militar.

Las Ligas Agrarias de la Región Chaqueña

El encuentro fundacional de las Ligas Agrarias Chaqueñas se llevó a cabo en mayo de 1971 (Segundo Congreso) aprobándose el estatuto y eligiéndose la primer Comisión Coordinadora Central. Sus reivindicaciones son mayoritariamente orientadas a cuestiones económicas ligadas a la supervivencia de los “campesinos” como productores agrarios¹⁶, además de convocar a diferentes movilizaciones, a partir de la cuales comienzan las acciones de represión por parte del gobierno. El estatuto definía: *“La constitución de las Ligas Agrarias ha sido motivada fundamentalmente por, a) debido a la gran despoblación del Chaco, b) un estado de marginación social, que no les permite a los campesinos adquirir un conocimiento profundo de cuáles son las raíces de los problemas que los afecta, c) una situación económico-social de injusticias que afecta desde hace muchos años a todas las familias agrarias y en mayor intensidad a los pequeños y medianos productores (art. 3)”*. Y además agregaba: *“Asegurar una toma de conciencia permanente en todos los afiliados, de los distintos problemas que afectan el desarrollo integral de la familia campesina en lo económico, social y educativo, denunciando las injusticias y atropellos que se cometan (art. 4); Constituir las Ligas como instrumentos de control y de defensa de los intereses económicos y sociales de los agricultores, principalmente del sector más necesitado (art. 5); Constituir con todos los sectores de la producción un frente amplio contra los monopolios (art. 9)”*.

Los congresos siguientes profundizan estas reivindicaciones económicas (exenciones impositivas, inembargabilidad de maquinarias y tierras por deudas, reclamo de tierras, etc.) y la promoción de protestas masivas y huelgas rurales, comenzando a gestarse un discurso antimonopólico y antiimperialista. Las Ligas Agrarias Chaqueñas se definen a si misma como un movimiento gremial y de concientización¹⁷. Los problemas de la producción algodonera, que si bien eran de antigua data, son puestos en un nivel superior gracias al accionar de las Ligas. Los distintos sectores sociales y económicos de la provincia debatían alrededor de los

¹⁶ Estatuto de las Ligas Agrarias Chaqueñas, Saenz Peña, Chaco, 23 de mayo de 1971.

¹⁷ Documento *Que son las Ligas Agrarias* (Ligas Agrarias Chaqueñas, Saenz Peña, mayo de 1972).

temas de precios, función del fondo algodonero, exportación, consumo de fibra en el mercado local, papel del cooperativismo, etc. La actitud de la Federación Agraria a este respecto, razón por la cual las Ligas tendrán en enfrentamiento constante¹⁸, fue de oposición a las medidas estatizadoras y a la fijación de precios sostén para el algodón en bruto dado que eso impediría jugar libremente a la oferta y la demanda. Es justamente contra estos puntos hacia donde se dirigirá la lucha de las Ligas, porque según su interpretación era precisamente el “libre juego de la oferta y la demanda” lo que permitía que los monopolios pudieran moverse con clara ventaja, por cuanto la oferta se hallaba atomizada en un gran número de productores minifundistas que enfrentaban una muy alta concentración de la demanda en manos de unas pocas firmas acopiadoras. Si bien la combinación monopolio-terrateniente fue un pivote contra el cual lucharon la mayor parte de los movimientos agrarios de esos años, la no existencia de un sector relevante de campesinos sin tierra en la provincia del Chaco y el estrangulamiento que generaba la alta concentración de la demanda hacía incluso dejar en un segundo plano el problema de la tenencia de la tierra (que si tuvo una importancia crucial en la lucha de las Ligas Agrarias de otras provincias del nordeste) a pesar que según las cifras del Censo Agropecuario de 1960 el 59,5% de las tierras cultivadas estaban en manos de apenas un 7,2% de las explotaciones chaqueñas. Para las LACH, a diferencia de las entidades federativas de la industria y la FAA, la causa principal de la crisis de los productores estaba dada por la estructuración monopólica del sector económico regional. Así, mientras la Federación Agraria (coincidiendo con la Unión Industrial) apoyaba una visión donde la “evolución natural del mercado” llevaría la economía a buen puerto, permitiendo a los sectores atrasados modernizarse (siguiendo así la lógica de los sectores dominantes de la época), las Ligas más bien apuntaban a desarmar la dualidad funcional de la estructura económica, que hacía que los beneficios de un sector se generaran gracias a la subsunción del otro. La cuestión entonces de la “dependencia” estaba en la explicación que las Ligas hacían de la situación. *“Vivimos en un país dependiente, que nuestros gobernantes llaman ‘en vías de desarrollo’, pero que la realidad nos muestra constantemente la total dependencia económico-política del extranjero. El interior del país vive dependiente de la Capital Federal y el Gran Buenos Aires, pero para los agricultores esto no termina aquí, ya que debemos sumarle una tercera dependencia con la capital de nuestra provincia (Resistencia). Toda nuestra existencia de productores nos ha mostrado en carne propia la dependencia que tenemos: 1) Al ir a vender nuestro algodón nos fijan los precios; 2) Al ir a comprarlo terminado (hilos-camisas) también nos fijan el precio. Para justificar esta dependencia nos hablan del mercado, y del libre juego de la oferta y la demanda”*¹⁹

El inicio de la movilización agraria en Formosa tiene algunas características similares a las del Chaco pero también importantes diferencias. A partir de las actividades del Movimiento Rural se comienzan a generar encuentros reivindicativos donde, y aquí está la diferencia, la principal problemática la constituía el acceso y la tenencia de la tierra junto a la satisfacción de las necesidades básicas para la subsistencia. Se suceden las reuniones y concentraciones hasta que finalmente el 11 de diciembre se reúne el Segundo Congreso Campesino en el cual se decide la creación de la Unión de Ligas Campesinas Formoseñas. Se aprueba una declaración constitutiva, los estatutos y se designa una comisión coordinadora central. Se redacta

¹⁸ Este enfrentamiento era muy fácil de ver hasta en los propios folletos de las LACH. Uno del año 1972, por ejemplo, se tituló *Los traidores al movimiento algodonero chaqueño. El papel de funcionarios y directivos de la Federación Agraria Argentina*, y se encargó muy agudamente de marcar las actitudes pro-monopolios de algunos personajes de la FAA: Miguel Fernandez (corresponsal de prensa), Mario Sachi (delegado regional en Resistencia), Antonio Di Rocco (presidente de FAA).

¹⁹ Folleto interno, *Los tentáculos del monopolio algodonero* (Ligas Agrarias Chaqueñas, R.Sáenz Peña, 1972)

además la redacción de un memorial al gobierno y al pueblo, en donde se afirma *“Que la situación campesina refleja un problema estructural, en función del cual se dictan leyes, que manejadas en provecho de una minoría privilegiada, poseedora de fuertes capitales, convierten al campesinado en un sector que vive acorralado y perseguido, al cual hoy el gobierno no sabe darle mejores soluciones que denominarlo o tratarlo como intruso en las mismas tierras que él ha colonizado”*. Se vuelve a manifestar así la centralidad que la tenencia de la tierra posee para estos agricultores.

Esta problemática central para las ULICAF se aborda, en buena medida, a partir de la búsqueda, clasificación y cualificación, y elección de las tierras a ocupar, con argumentos y observaciones por parte de las Ligas, muy ricas en cuanto a elementos de análisis, lo que nos permite estudiar más directamente el modelo de desarrollo rural propuesto. El papel central que las ligas formoseñas asignaban a la tierra, los hace diferenciarse de la situación dominante definida por ellos como “capitalista liberal”. En esta, reconocían críticamente las ligas la existencia de los tres factores clásicos de la producción, tierra, capital y trabajo, más la actividad del empresario que combina los tres factores anteriores. Mientras al capital le corresponde un interés, al trabajo un salario y al empresario un beneficio, a la tierra le corresponde la renta pagada por el campesino al dueño de la tierra. Es precisamente a esta última condición a la cual estará dirigida la crítica y la acción consecuente de las ligas formoseñas con una inspiración cristiana que manifiesta con toda claridad el origen pastoral de las acciones que conformaron en sus inicios a la ULICAF. Así, decían las ligas en un documento referido a la ley de tierras de la provincia: *“Sin embargo nosotros debemos pensar que, de los tres elementos arriba mencionados, el más importante es el trabajo, pues es el aporte del HOMBRE a la Obra de la Creación. Es el que incorpora el valor de los bienes que se producen. Desgraciadamente en la actualidad, el trabajo tiene menor importancia y depende del capital y de la tierra, debiendo ser al revés. Así, LA TIERRA DEBE SER DEL QUE LA TRABAJA ! Es decir, no debe constituir más un bien de renta, un bien que se alquila para producir una renta (alquiler). La concepción cristiana sostiene que la tierra debe entregarse a aquellos que la trabajan, y no ser de señores que sólo cobran alquiler a fin de mes, o a fin de año y gozan de los beneficios de ser propietarios en las ciudades, e incluso en países extranjeros”*²⁰

En la ya mencionada segunda reunión campesina del 9 de mayo Villafañe, la cuestión de la tierra aparece ya como elemento central. En el documento “Información a la opinión pública y al gobierno” declaran:

** Consideramos injusto: 1) La amenaza de los desalojos sin que se reubique a los colonos desalojados. 2) La situación del que tiene gran cantidad de tierras como la del que tiene tan poca que no le alcanza para vivir dignamente. 3) Consideramos especialmente injusta la situación de los que tienen gran cantidad de tierras y muchas hectáreas sin explotar, pudiendo hacerlo. 4) La situación del que tiene poca tierra y no puede trabajarla porque le faltan herramientas y capital. 5) Que se le entreguen tierras al que tiene capital y que a los colonos pobres no se les entregue. 6) Que la mensura corra por cuenta de los colonos. 7) Que se les saquen piquetes comunales y vecinales donde pastan los animales de varios colonos. 8) Los impuestos que se cobran a los animales de los colonos, que debido a la ausencia de piquetes comunales andan sueltos. 9) Que los impuestos que se cobran al campo no vuelvan al campo.*

** Ante esto pedimos: 1) Se suspendan las órdenes de desalojo, así como las amenazas en toda la provincia. 2) Se reconsidere la tenencia de tierras. 3) Se faciliten créditos y maquinarias a los colonos pequeños y medianos. 4) Que la mensura corra por cuenta del gobierno. 5) Que se le otorguen piquetes comunales y vecinales para que pasten los animales. 6) Que las tierras se den al que las trabaja. 7) Que se disminuyan los impuestos. 8) Que la Dirección de Tierras envíe inspecciones para que verifiquen las existencias de tierras aptas, dentro de la zona, donde se reubiquen a los*

²⁰ Folleto de la ULICAF, *La ley de tierras de la provincia de Formosa*, 1971.

desalojados. 9) Reinvertir los impuestos sacados del campo en el campo (caminos, escuelas, etc.). 10) Sacar los impuestos excesivos de los insecticidas y maquinarias agrícolas. 11) Para la adjudicación de tierras aptas, tener en cuenta lo siguiente: ser pobladores de la zona, tener familias numerosas, ser agricultores, obligar a poblar la tierra; y no tanto el capital.

Pero a partir de 1974, comienza por parte de la ULICAF un proceso de re-caracterización del gobierno, el cual había sido considerado hasta el momento como el “gobierno del pueblo” al frente del proceso de “liberación nacional. La posición crítica frente al gobierno se va agudizando al compás de que la lucha por la tierra es asumida como una fase de derrota total, pues la iniciativa ha quedado totalmente en manos del gobierno y su política tiene un ritmo que la ULICAF no puede sino criticar (Roze, 1992:110). La aparición posterior del grupo peronista guerrillero “Montoneros” en la provincia, con el copamiento del aeropuerto local y el intento de ocupación del regimiento de Formosa, provoca una fuerte respuesta represiva con operativos antisubversivos en toda la provincia que llegando incluso a la detención de varios miembros de la ULICAF, a pesar de que está había adherido al duelo por los soldados caídos. Las ligas formoseñas continúan con su accionar, aunque cada vez con mayores dificultades, debido a que la represión por parte del Estado se profundiza: continúan las detenciones de los miembros liguistas (incluida la Comisión Coordinadora Central) denunciándose apremios ilegales contra los detenidos. La dictadura militar liquida los últimos vestigios de la organización.

Consideraciones finales

Las Ligas Agrarias fundamentaban su movimiento de protesta en el proceso de exclusión que sufrían los colonos y “campesinos”. El nordeste representaba (y aún lo sigue representando) una región periférica y hasta excluida, frente a la región pampeana central, pero además los pequeños productores se veían sumidos en un segundo proceso de exclusión en términos de su lugar definitivamente marginal dentro de la estructura económica y social de la región del nordeste, dominada, tal como lo definían las ligas, por los monopolios. Así, es este “quedar afuera” de las condiciones favorables (en el sentido de aumento de la calidad de vida) del proceso de modernización lo que da origen a la rebelión agraria. De alguna manera se podría caracterizar a la crisis presente en la región chaqueña de los años setenta como una variante de los procesos de descampesinización tardíos del capitalismo, en donde la producción agraria va adquiriendo gradualmente el carácter de economía claramente capitalista, desplazando así a cualquier forma de producción familiar, o transformando a esta producción familiar en aquella exclusivamente orientada a la acumulación y la maximización de las ganancias. Esta claro que es la categoría de “campesino medio” aquella que resiste mejor este proceso de descampesinización, lo cual no implica que no sea también afectada. La condición intermedia del campesino medio entre un típico productor capitalista y un campesino clásico le permite una mayor flexibilidad ante los procesos de crisis. La producción familiar de la región chaqueña posibilitaba la adecuación a los períodos de crisis, utilizando -más fácilmente en Formosa- estrategias de subsistencia de la clase campesina que implicaban la adopción de conductas económicas de autodefensa social que en líneas generales no pueden utilizar las explotaciones plenamente capitalistas²¹. El proceso de concientización y organización de los productores agrarios como clase y el contexto “revolucionario” de los años setenta, posibilitó el surgimiento de movimientos de protesta que ponían en jaque a la estructura tradicional de las sociedades hijas del proceso de modernización periférico.

²¹ Sobre los procesos de descampesinización en relación a la categoría “campesino medio”, ver por ejemplo, Azcuy Ameghino, 2004.

Pero estos “campesinos medios” reunidos en las Ligas Agrarias, sin salirse de los cánones generales del desarrollo y el progreso moderno, si rechazaban la lectura unilineal de la teoría de la modernización dominante generada en los países desarrollados, pues, entre otras cosas, fundaban su situación de marginación, no en pautas culturales y sociales atrasadas (como argumentaba, por ejemplo, la teoría clásica de la modernización), sino en factores externos a sus propios modos de vida que impedían, vía el proceso de subsunción y explotación de clases, el desarrollo igualitario de los pequeños productores. El monopolio, y el Estado cómplice, eran la causa del atraso campesino según la mirada de las ligas. Y esta asociación monopolios-Estado era vista claramente como una entidad funcional al modelo de desarrollo rural (como eslabón de la gran cadena general del desarrollo o subdesarrollo nacional) vigente.

A su vez, el proceso de crisis generado a partir del agotamiento y reemplazo del modelo de sustitución de importaciones y la reinstalación de un modelo de renovada apertura económica a partir de fines de los años cincuenta, puede ayudar, en forma importante, a explicar el modelo de representación respecto al desarrollo. Este movimiento agrario tenía como objetivo, no seguir perdiendo en el proceso de distribución de los recursos, tal como venía ocurriendo a partir de la crisis económica aguda que afectaba a la región. El proceso de comercialización constituía un eje clave de sus protestas, pues justamente en este proceso se definía fuertemente la estructura productiva y la trama de relaciones entre las clases y las fracciones de clase presentes en el proceso económico regional. De aquí que su modelo de desarrollo se sustentaba en principios de intercambio, que sin salirse del capitalismo, intentaban generar fuertes mecanismos de regulación para una distribución más igualitaria de los recursos. El acceso al recurso tierra implicaba una cuestión de peso para aquellos productores no propietarios, pero tomado exclusivamente como un factor de producción esencial, no disponible para el estrato campesino, al estar concentrado en manos de grandes productores y monopolios. En este sentido, la tierra jugaba un papel absolutamente en regla con lo definido más arriba en términos de que la causa de los conflictos giraba alrededor de la distribución de los recursos. Las Ligas Agrarias no planteaban una ruptura profunda alrededor del modelo productivo clásico (es decir, moderno y capitalista) centrado en la lógica del crecimiento a partir de la explotación cada vez más intensiva de los recursos naturales; en todo caso, sus críticas estaban exclusivamente dirigidas al modelo de crecimiento clásico liberal (ligado a la teoría de la modernización), al hacer hincapié en ciertos aspectos de la explotación existente entre clases o fracciones de clases.

Es decir que las luchas de las Ligas Agrarias (como de tantos otros) estuvieron estrechamente relacionadas con la estructura social más que con problemas subjetivos de identidad y lógica individual, ejes centrales de las nuevas teorías sobre los movimientos sociales²², lo que explica la predominante incapacidad de estas nuevas teorías para dar cuenta de estos procesos.

La importancia que la estructura social asume en ambas provincias (Chaco y Formosa) se manifiesta con diferentes variantes. Mientras la relación pequeños productores – monopolios comercializadores está presente en toda la región chaqueña algodonera, aunque con especial relevancia en Chaco, la lucha por la tierra se presenta particularmente en Formosa ligada a los “campesinos pobres” o pequeños productores de subsistencia. Las características de la economía formoseña definían

²² Esto implica que si bien los problemas subjetivos ligados a la identidad y la lógica individual están presentes obviamente en cualquier grupo social no constituyen un eje ordenador a partir del cual intentar interpretar la lucha de estos movimientos agrarios, demostrándose una vez más la escasa pertinencia que tienen las teorías norteamericanas y europeas contemporáneas neo-funcionalistas ligadas al individualismo metodológica para intentar una explicación profunda del problema de los movimientos sociales en el siglo XX, principalmente en América Latina.

un importante sector de grandes explotaciones ganaderas que realizaba sus ganancias fundamentalmente fuera de la provincia a partir de un proceso de extracción de los recursos locales por capitales extraprovinciales sustentado en latifundios con escasa o nula inversión; más un sector de tipo “campesino pobre” compuesto por pequeños productores, ocupantes en su mayoría de tierras fiscales, dedicados mayoritariamente a la autosubsistencia más una producción de algodón para el mercado inmersos en una situación de fuerte subordinación económica, pues los beneficios de la producción algodonera eran primordialmente aprovechados por las empresas comercializadoras, los acopiadores privados, etc. Como se dijo, es esto último lo que conformaba un cuadro muy similar al de la provincia de Chaco que dio precisamente origen a las primeras Ligas Agrarias del Nordeste. La lucha entre los pequeños y medianos productores y las grandes compañías comercializadoras marcó el eje principal para la conformación del movimiento liguista en la provincia del Chaco. La crisis nacional y regional de los años ´60 generó una ruptura del estado de relativo equilibrio económico alcanzado en el desarrollo de la producción algodonera, en el cual el accionar de las cooperativas agrarias que representaban a este sector social de la producción, fue garante del crecimiento económico de los pequeños y medianos productores y de una relación de relativamente baja subordinación de estos frente al gran capital. La crisis agudizó las contradicciones y el nuevo marco de política económica aperturista generado luego del peronismo, favoreció la expansión y concentración de los grandes capitales nacionales e internacionales, a expensas de la más difusa red de pequeños y medianos agricultores independientes.

Por otro lado, la relación histórica entre los grandes explotadores ganaderos y los “campesinos pobres” -sin tierra- (especialmente en Formosa, aunque también marginalmente en Chaco), no tuvo un carácter mayoritariamente conflictivo, por cuanto el campesinado representaba un sector tan marginal -en término de las relaciones sociales de poder-, que su alta imposibilidad de capitalización unida a la presencia de una determinada superficie de tierras intersticiales aptas para satisfacer necesidades mínimas, conformaba una situación que limitaba las demandas disminuyendo así fuertemente la emergencia de antagonismos. Pero esta situación de aparente calma en la relación entre las clases se vio radicalmente trastocada al entrar la región Nordeste en una nueva asignación de roles en la distribución de las funciones regionales, lo cual potenció el afloramiento de las contradicciones sociales. La necesidad de liberar tierras de la región pampeana de la cría del ganado para destinarlas al engorde fue el factor fundamental que transformó las funciones productivas de la provincia generando cambios estructurales como la división y venta de antiguos latifundios que profundizó la entrada de capitales extraprovinciales o extraganaderos y un proceso de privatización por adjudicación de tierras fiscales. Fue este último proceso, desarrollado fundamentalmente en la década del ´60 el que propició las condiciones básicas que originaron los conflictos centrales de la movilización campesina y la emergencia de las ULICAF en Formosa. La ley provincial N° 113 de 1960, fue el instrumento para la adjudicación de tierras fiscales que intentó ordenar en forma definitiva, según la lógica de los sectores hegemónicos, la situación de la estructura rural formoseña, caracterizada por altos porcentajes de ocupantes gratuitos de tierras fiscales, arrendatarios fiscales, y una variedad de formas precarias de tenencia producto de décadas de ocupación espontánea y formas inestables y primitivas de colonización. Fue la movilización de las ligas agrarias campesinas la que intentó ponerle límites a este proceso de enajenación de los históricos intersticios productivos que posibilitaban la existencia del estrato campesino. Así, a la crisis del algodón (que emparentaba la lucha en Formosa con la de las ligas chaqueñas y santafecinas) se sumó en Formosa un proceso tanto o más grave que fue la posibilidad de expulsión de los campesinos de sus tierras, más la apertura a partir de la letra de la ley, de la ocasión histórica para enmendar la precaria situación de tenencia de la mayoría de los pequeños productores.

De esta manera las Ligas inscriben claramente su lucha dentro de una acepción que resalta las desigualdades sociales y las desigualdades socioeconómicas espacio-territoriales. Su accionar se define explícitamente desde su situación de marginalidad y subsunción social y “subdesarrollo” regional, frente a la producción agropecuaria dominante que concentraba los recursos y definía las políticas para el sector. Las Ligas Agrarias se situaron entonces como un sector social claramente enfrentado a ciertos patrones del modelo de desarrollo dominante y que dada las particulares características de “efervescencia revolucionaria” de los años setenta, se constituyeron en un movimiento social agrario que a pesar de poseer fundamentalmente reclamos reales solo de reforma económica-política, desarrollaron un discurso y un accionar fuertemente radicalizado.

Bibliografía

ANZORENA, Oscar. Tiempo de Violencia y utopía. Del golpe de Onganía al golpe de Videla. Buenos Aires: EPN, 1999.

ARCHETTI, Eduardo. Ideología y organización sindical: las ligas agrarias del norte de Santa Fe. En: Desarrollo Económico, vol. 28, núm. 111 (octubre-diciembre 1988).

ASPIAZU, Daniel y Hugo NOCHTEFF. El desarrollo ausente. Restricciones al desarrollo, neoconservadurismo y elite económica en la Argentina. Ensayos de economía política. Buenos Aires, FLACSO-Tesis Norma, 1994.

AZCUY AMEGHINO, Eduardo. Capitalismo y campesinado: el marxismo y las clases sociales en el campo. En: Trincheras en la historia, historiografía, marxismo y debates. Buenos Aires, Imago Mundi, 2004.

BALVÉ, Beva, Miguel MURMIS, Juan MARÍN, Lidia AUFANG, Tomás BAR, Beatriz BALVÉ y Roberto JACOBY. Lucha de calles, Lucha de clases. Elementos para su análisis (Córdoba 1969-1971), Buenos Aires: La Rosa Blindada, 1973 (reedición 2005 RyR - Cicso).

BARSKY, Osvaldo y Jorge GELMAN. Historia del agro argentino. Desde la conquista hasta fines del siglo XX. Buenos Aires: Mondadori, 2001.

BARTOLOME, Leopoldo. Base social e ideología en las movilizaciones agraristas en Misiones entre 1971 y 1975. En: Desarrollo Económico, vol. 22, núm. 85 (abril-junio 1982).

BORRINI, Héctor Ruben. Ocupación y organización del territorio nacional de Formosa (1880-1950). En: Cuadernos de Geohistoria Regional nº 24. Resistencia, IIGHI-CONICET, 1991.

BRODHERSON, Víctor y Daniel SLUTZKY. Formación y desarrollo de las estructuras agrarias regionales. Formosa. Buenos Aires: Consejo Federal de Inversiones, 1975.

BRUNIARD, Enrique. El Gran Chaco Argentino (ensayo de interpretación geográfica). En: Geográfica. Revista del Instituto de Geografía, nº 4, Instituto de Geografía, Universidad Nacional del Nordeste, 1978.

Ciafardini, H. La Argentina en el mercado mundial contemporáneo. En: Ciafardini, H. Crisis inflación y desindustrialización en la Argentina dependiente. Buenos Aires: Agora, 1990.

DE LA CRUZ, Luis María. El Estado y la cuestión de la tierra tras la frontera agropecuaria de Formosa. ¿Geopolítica del desarrollo o del subdesarrollo? En: Belli, Slavutsky y Trinchero (comp.), La cuenca del río Bermejo. Una formación social de fronteras. Buenos Aires: Editorial Reunir, 2004.

FERRARA, Francisco. Que son las Ligas Agrarias. Historia y Documentos de las organizaciones campesinas del Nordeste Argentino. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

FLICHMAN, Guillermo. La renta del suelo y el desarrollo agrario argentino. Buenos Aires: Siglo XXI, 1977.

GALAFASSI, Guido. Las Ligas Agrarias Chaqueñas frente al proceso de modernización y desarrollo. Una primera aproximación. En: Galafassi (comp.) El campo diverso. Enfoques y perspectivas de la Argentina agraria del siglo XX. Buenos Aires: UNQ Editorial, 2004.

GALAFASSI, Guido. Cuando el árbol no deja ver el bosque. Neofuncionalismo y posmodernidad en los estudios sobre movimiento sociales. En: Revista Theomai, Estudios sobre Sociedad y Desarrollo, n° 14, segundo semestre 2006.

GRELA, Plácido. El Grito de Alcorta. Historia de la rebelión campesina de 1912. Rosario, Ed. Tierra Nueva, 1958.

GIRBAL-BLACHA, Noemí. Opciones para la economía agraria del Gran Chaco Argentino. El algodón en tiempos del Estado intervencionista. En: Guido Galafassi (comp.) El campo diverso. Enfoques y perspectivas de la Argentina agraria del siglo XX. Quilmas: Editorial UNQ, 2004.

HEALEY, Mark Alan. El interior en disputa: proyectos de desarrollo y movimientos de protesta en la regiones extrapampeanas. En: Daniel James (comp.) Violencia, proscripción y autoritarismo (1955-1976). Nueva Historia Argentina, Tomo IX. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 2003.

IÑIGO CARRERA, Nicolás; PODESTA, Jorge y María Celia COTARELO. Las estructuras económico sociales concretas que constituyen la formación económica de la Argentina. Buenos Aires: PIMSA, *Documentos e investigaciones* N° 18, 1999, pp. 37-81.

LAPOLLA, Alberto. Kronos: historia de las luchas y organizaciones revolucionarias de los años setenta (2 tomos). Buenos Aires: De la Campana, 2005.

LAVERGNE, Néstor. El desarrollo agrario de la región chaqueña argentina: un caso de laboratorio. Buenos Aires: CISEA, 1977.

MANZANAL, Mabel y Alejandro ROFMAN. Las economías regionales de la Argentina. Crisis y políticas de desarrollo. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1989.

PEÑA, Milciades. Industria, burguesía industrial y liberación nacional. Buenos Aires: Ed. Fichas, 1974.

PEÑA, Milciades. El peronismo. Selección de documentos para la historia. Buenos Aires: Ed. Lorraine, 1986

RAPOPORT, Mario y colaboradores. Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000). Buenos Aires: Ed. Macchi, 2000

ROFMAN, Alejandro y Luis ROMERO. 1997, Sistema socioeconómico y estructura regional en la Argentina. Buenos Aires: Amorrortu, 1997.

ROFMAN, Alejandro; A. QUINTAR; N. MARQUÉS y Mabel MANZANAL. 1987, Políticas estatales y desarrollo regional. La experiencia del gobierno militar en la región del NEA (1976-1981). Buenos Aires: Ediciones CEUR, 1987.

ROZE, Jorge Próspero. Conflictos agrarios en la Argentina: El proceso liguista (2 tomos). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.

ROZE, Jorge Prospero. Del apogeo y crisis de una burguesía hegemónica al defensismo de una burguesía en disolución. El caso del Chaco 1970-2000. En: Revista Theomai, Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo, núm. 9, primer semestre de 2004. (versión electrónica: <http://www.unq.edu.ar/revista-theomai/numero9>)

SKUPCH, Pedro. Concentración industrial en la Argentina 1956-1966. En: Desarrollo Económico, vol. 11, nº 41, abril-junio 1971

SLUTZKY, Daniel. Tenencia y distribución de la tierra. Formosa. Buenos Aires: Consejo Federal de Inversiones, 1975.

SLUTZKY, Daniel. Tenencia y distribución de la tierra en la región NEA. Buenos Aires: Consejo Federal de Inversiones, 1973.

VILÁ, Daniel. Ni hombres sin tierras, ni tierras sin hombres. En: Los 70, año 1, nº 9, 2000, pp. 10-26.

VITELLI, Guillermo. Los dos siglos de la Argentina. Historia económica comparada. Buenos Aires: Pendergast, 1999

Fuentes primarias

- Banco Central de la República Argentina: *Memoria año 1969*. Buenos Aires, mayo de 1970
- Bolsa de Cereales: *Número Estadístico 1984*. Buenos Aires.
- “Declaración de las Entidades Agropecuarias del país al Gobierno Nacional y a la Opinión Pública”. En *Revista UCAL*, nº 154, junio de 1970, Buenos Aires, p. 5.
- Diario *La Mañana*, 10 de septiembre de 1975, p. 7, Formosa.
- Diario *La Prensa*, Editorial, 27 de febrero de 1972, Buenos Aires.
- Documento “*Memorial al gobierno y al pruebo*”, Unión de Ligas Campesinas Formoseñas, diciembre 1971.
- Documento “*¿Qué es el paro activo?*”, Ligas Agrarias Chaqueñas, Villa Angela, 8 de septiembre de 1972.
- Documento “*Que son las Ligas Agrarias*”, Ligas Agrarias Chaqueñas, Saenz Peña, mayo de 1972.
- Documento “*Estatuto de las Ligas Agrarias Chaqueñas*”, Saenz Peña, Chaco, 23 de mayo de 1971
- Folleto “*La ley de tierras de la provincia de Formosa*”, Unión de Ligas Campesinas Formoseñas, 1971.
- Folleto “*Los traidores al movimiento algodonero chaqueño. El papel de funcionarios y directivos de la Federación Agraria Argentina*”, Ligas Agrarias Chaqueñas, 1972.

- Folleto interno “*Los tentáculos del monopolio algodonero*”, Ligas Agrarias Chaqueñas, R. Sáenz Peña, 1972.
- INDEC: *Censo de los Territorios Nacionales*. Buenos Aires, 1920
- INDEC: *Censo Nacional de Población*. Buenos Aires, 1947
- INDEC: *Censo Nacional de Población*. Buenos Aires, 1960.
- “Manifiesto a la Opinión Pública, a todo el campesinado y futuros gobernantes”, en *El Campesino*, R. Sáenz Peña (Chaco), marzo de 1973, pag. 3.
- Periódico político *La Comuna*, número 8, noviembre de 1972.
- *Siguiendo la Huella*: publicación del Movimiento Rural de Acción Católica, agosto de 1971.

Recebido em abril de 2007
Aprovado em maio de 2007

Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas*

Giovanni Raimundo de Macedo

Graduando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF
Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Agroambientais – NEPAM
Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Endereço profissional: Av. General Milton Tavares de Souza, s/n, Campus da Praia Vermelha Niterói, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 24.210-346. Telefone: (21) 2629-5967
Endereço eletrônico: giovannimacedo@hotmail.com

Jacob Binsztok

Doutor Geografia Humana pela USP (1997)
Professor e pesquisador do Departamento de Geografia da UFF
Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Agroambientais – NEPAM
Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF
Endereço eletrônico: jacob.binsztok@terra.com.br

Resumo

O associativismo dos agricultores familiares dedicados à cafeicultura orgânica em Rondônia, foi incentivado pela Diocese de Ji-Paraná, preocupada com o avanço do desmatamento, contaminação da água, solos e pelo grande número de doenças provenientes das condições precárias de saneamento das comunidades. As lideranças investiram no fortalecimento das associações, no cultivo orgânico e no comércio justo, como forma de preservar a biodiversidade, reduzindo os efeitos da comercialização monopolista, incentivando procedimentos alternativos de saúde pública e contribuindo para o aumento da qualidade de vida e da geração de renda dos agricultores familiares. No entanto o processo apresenta diferenciações, pois algumas associações adotaram procedimentos empresariais, e outras se mantiveram nas práticas camponesas. Elaboramos um balanço mostrando estas diferenciações e os avanços e dilemas com que se defrontam as associações dedicadas ao cultivo do café orgânico e ao comércio justo, como também propostas visando à resolução de problemas enfrentados por estas organizações localizadas na Amazônia, particularmente no Centro de Rondônia.

Palavras-chave: associativismo; cafeicultura orgânica; centro de Rondônia; comércio justo; agricultura familiar.

Resumen

Asociaciones de los agricultores familiares, cultivo del café orgánico y al comercio justo en la Amazonia: dilema & perspectiva

El asociativismo de los agricultores familiares dedicados al cultivo del café orgánico em Rondonia, fue incentivado por la Diócesis de Ji-Paraná, preocupada con el avance del

* Este trabalho está inserido no Projeto de Produtividade de Pesquisa, financiado com recursos do CNPq, Processo nº 301997/2004-7 – “A Organização Sócio-Espacial do Campesinato em Cacoal, na Fronteira Agrícola da Amazônia Meridional”.

desmatamiento, con la contaminación del agua, de los suelos y por el gran número de enfermedades provenientes de las precarias condiciones de saneamiento de las comunidades. Las lideranzas invistieron en el fortalecimiento de las asociaciones, en el cultivo orgánico y en el comercio justo, como forma de preservar la biodiversidad, reduciendo los efectos de la comercialización monopolista, incentivando procedimientos alternativos de salud pública y contribuyendo para el aumento de la calidad de vida y de la generación de ingresos de los agricultores familiares. Sin embargo el proceso presenta diferenciaciones, pues algunas asociaciones adoptaron procedimientos empresariales, y otras se mantuvieron en las prácticas campesinas. Elaboramos un balance mostrando estas diferenciaciones los avances y dilemas con que se defrontan las asociaciones dedicadas al cultivo del café orgánico y al comercio justo, como también propuestas visando la resolución de problemas enfrentados por estas organizaciones localizadas en la Amazonia, particularmente en el Centro de Rondonia.

Palabras clave: asociativismo; cultivo del café; centro de Rondonia; comercio justo; agricultura familiar.

Summary

Family farmer associations, organic-coffee growing and fair-trade in Amazonia: dilemmas and opportunities

Concerned about advancing deforestation, water and ground contamination, and the spread of disease due to precarious sanitation conditions, the Ji-Parana Diocese instigated the collective action of family farmers engaged in organic-coffee growing in central Rondonia state, in the Amazon region of Brazil. Leaders invested in mobilizing their associations and reinvigorated organic cultivation and fair trade marketing as a means of preserving biodiversity, reducing monopolistic commercialization, creating alternative public health procedures, and improving the standard of living of family farmers. Nevertheless, the organization process also produced differentiation among farmers. Some associations adopted agri-business practices while others preserved peasant practices. The article uses scales to demonstrate the differentiation process and the dilemmas and opportunities faced by the associations that remain dedicated to organic-coffee and fair-trade.

Keywords: Collective action; organic-coffee growing; central Rondonia; fair-trade; family farmers.

Apresentação

Rondônia é constantemente lembrada por notícias negativas, como incêndios provocados por queimadas devastando grandes áreas da floresta, conflitos violentos em reservas da FUNAI, colocando garimpeiros e indígenas em luta por diamantes, noticiários sobre as tensões fundiárias envolvendo posseiros, indígenas, fazendeiros e grileiros que provocam inúmeras vítimas, como também a libertação de trabalhadores encontrados em precárias condições, submetidos a um regime de semi-escravidão, revelando a gravidade das relações do trabalho na Amazônia Meridional.

No entanto, é relativamente pouco conhecida a presença de camponeses provenientes de diversos pontos do país, que se dedicaram à lavoura do cacau, olericultura, pecuária de corte e leite, e principalmente a cafeicultura. A presença destes agricultores tentou colocar

Rondônia em uma nova rota de expansão da cafeicultura, ao lado do sul do Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia.

Ao contrário das antigas áreas de produção cafeeira do sudeste, onde predomina a variedade “arábica”, em Rondônia foi implantado o “conillon”, em virtude de apresentar maior tolerância à temperatura e pluviosidade elevada, típicas da Amazônia. Esta variedade não é utilizada no consumo direto, atendendo prioritariamente a indústria de café solúvel, e a fabricação de tintas, sendo comercializada para vários pontos do país e também para os Estados Unidos, União Européia e Japão.

A importância do produto na economia de Rondônia, mostra a inserção do estado na cafeicultura nacional, atingindo uma produção estimada entre 35% a 40% do país. Recentemente a cafeicultura orgânica e o comércio justo foram implantados principalmente em Ji-Paraná e Ouro Preto D’Oeste, mediante o apoio de setores vinculados a Igreja Católica e de organizações internacionais. A iniciativa permitiu a construção de uma unidade de beneficiamento de café localizada em Ji-Paraná, que privilegiava o mercado internacional e paulatinamente também está se vinculando ao mercado interno.

Origens da colonização

Analisando o processo de colonização implantado pelo INCRA nos anos 70, verificamos que o Regime Militar utilizou dois instrumentos para viabilizar a ocupação dos chamados “vazios demográficos” de Rondônia. Inicialmente, priorizaram a consolidação da Br 364, principalmente no trecho Cuiabá/ Porto Velho, direcionando para a Amazônia o fluxo de camponeses expropriados pela modernização agrícola ocorrida nas regiões Sul e Sudeste do país. Posteriormente foram implantados os Projetos Integrados de Colonização (PIC), que ocuparam uma faixa de 100 Km de cada lado da Br 364, repartida em lotes de aproximadamente 100 ha, distribuídos pelo INCRA para atenuar os inúmeros focos de tensão existente em diferentes pontos do espaço agrário do país. Em nossa opinião, a Br 364 e o Projeto Integrado de Colonização (PIC) cumpriram suas finalidades geopolíticas, pois criaram novas esferas de poder local e contribuíram para a construção de uma nova ordem territorial em Rondônia, embora promovendo grandes depredações dos recursos naturais no estado.

A publicidade oficial sobre a distribuição dos lotes atraiu um notável fluxo de migrantes para as imediações dos maiores Projetos Integrados de Colonização (PICs), representados pelo de Ouro Preto e Ji-Paraná, fazendo com que o INCRA atendendo as diretrizes do Regime Militar, diluísse as reivindicações dos movimentos de luta pela Reforma Agrária, disponibilizando 500.000 ha. para o atendimento de 5.000 famílias em cada projeto no Centro de Rondônia.

Com o objetivo de reduzir tensões no meio rural, decorrente do processo de modernização “conservadora”, o Governo Militar, por intermédio do INCRA, assumiu também a distribuição de lotes urbanos e a construção de vilas, privilegiando os cruzamentos das linhas de produção agrícola com a Br 364, lançando desta forma os marcos urbanos que irão se constituir nos futuros municípios do centro do estado e contribuir para a consolidação da fronteira agrícola da Amazônia Meridional.

Estrutura da agricultura familiar

Os migrantes são em grande parte originários de duas comunidades do Espírito Santo. A majoritária composta de descendentes italianos e a outra é formada de descendentes alemães (pomeranos), de credo luterano, ambas provenientes de municípios do norte capixaba como: São Gabriel da Palha, Linhares, Colatina, Vila Pavão, Nova Venécia, Afonso Cláudio e Barra de São Francisco. Também, encontramos grupos paranaenses provenientes de municípios como Cruzeiro do Oeste, Céu Azul, Vera Cruz e Toledo (KEMPER, 2002).

Os produtores em seus locais de origem foram atingidos pelas medidas do “Programa de Erradicação dos Cafezais” (1962-1967) executadas pelo IBC/GERCA (Instituto Brasileiro do Café/ Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura) que recomendava a erradicação de cafezais de baixa qualidade, considerados improdutivos e apontados como responsáveis pela baixa produtividade do produto no país. A erradicação no Espírito Santo atingiu cerca de 230 milhões de pés de café, transformando áreas anteriormente ocupadas pelo produto em pastagens, contribuindo decisivamente para o fortalecimento do movimento migratório para Rondônia.

Paralelamente à cafeicultura encontramos lavouras de cacau que anteriormente ocupavam significativas áreas do município de Cacoal, cultivado por produtores provenientes do Espírito Santo e do Sul da Bahia, geralmente não descendentes de italianos e de alemães. A cultura foi relegada a um plano secundário, e denominada de “agricultura de baiano”. Segundo alguns pesquisadores, esta região pode ter sido o principal foco irradiador da “vassoura-de-bruxa” na década de 90, que devastou numerosas plantações no Sul da Bahia e no Espírito Santo, atingindo a Costa do Marfim, na África, e a América Central. Este quadro fez com que o país perdesse a condição de um dos principais produtores mundiais, chegando a importar o produto. A partir do final dos anos 90, com a praga controlada pela CEPLAC/Bahia (Comissão Executiva e Planejamento da Lavoura Cacaueira), verificou-se sinais de recuperação do produto. O estado de Rondônia apresenta grande significado para esta revitalização, pois no município de Ariquemes localiza-se a Estação da CEPLAC que possui um dos maiores bancos genéticos de cacau no mundo.

A presença da policultura típica da produção camponesa é facilmente constatada em grande número de propriedades produtoras de café, onde encontramos a horticultura representada pela produção de alface, agrião, tomate, entre outros; a fruticultura produzindo manga, coco e abacaxi; e o cultivo de cereais como feijão, arroz e milho, e ainda a criação de galinhas caipiras, perus e porcos. Segundo informações da EMATER/Ro esta policultura, ressaltada por BINSZTOK (2003) é responsável pelo abastecimento de supermercados e feiras livres diárias, oferecendo produtos de baixo custo para a população chegando a formar um “cinturão verde” para o abastecimento das cidades.

As relações de trabalho familiar são importantes para a viabilização da unidade de produção camponesa, principalmente no que se refere ao papel desempenhado pelos meeiros, que se constitui em uma tradicional prática encontrada nas regiões produtoras de café. Os meeiros são provenientes, em grande parte de Minas Gerais, Espírito Santo e de São Paulo, trabalhando mediante o Contrato de Parceria Agrícola previsto no Estatuto da Terra, que estabelece a cota de 50% da lavoura comercial como o pagamento para o proprietário da terra. Os produtos provenientes da “lavoura branca”, como mandioca, milho e feijão são disponibilizados integralmente para a subsistência dos meeiros, e com os excedentes comercializados nas feiras populares.

O trabalho temporário é utilizado pelos proprietários e meeiros nos meses de abril, maio, junho e julho, período da colheita do café, mobilizando trabalhadores de localidades próximas, empregadas domésticas e menores de idade, enfim uma verdadeira corrida para a safra do produto, geralmente com remuneração estipulada entre R\$ 20,00 a 30,00 o dia de trabalho.

Na pecuária são encontradas duas modalidades de meeiros: a primeira constituída pelo produtor sem terra, remunerado pelo peso adicional da engorda sob sua responsabilidade; a

segunda pelo meeiro com terra, que recebe um novilho do pecuarista e divide o lucro. Em ambas a produção do leite pertence integralmente ao meeiro.

Em relação às linhas de créditos, os meeiros são beneficiados por recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e os pequenos proprietários são atendidos pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e pelo Rural-Rápido, que contemplam empréstimos situados na faixa de 1.000 a 5.000 reais, financiados exclusivamente pelo Banco do Brasil e pelo Banco da Amazônia S.A. (BASA). Atualmente, os pequenos produtores só perdem suas terras por dívidas caso constem como garantia hipotecária. Este procedimento comprova que a atual fase do desenvolvimento capitalista no campo não está interessada em expropriar a terra e sim se apropriar da renda da terra por intermédio da exploração do trabalho dos agricultores familiares.

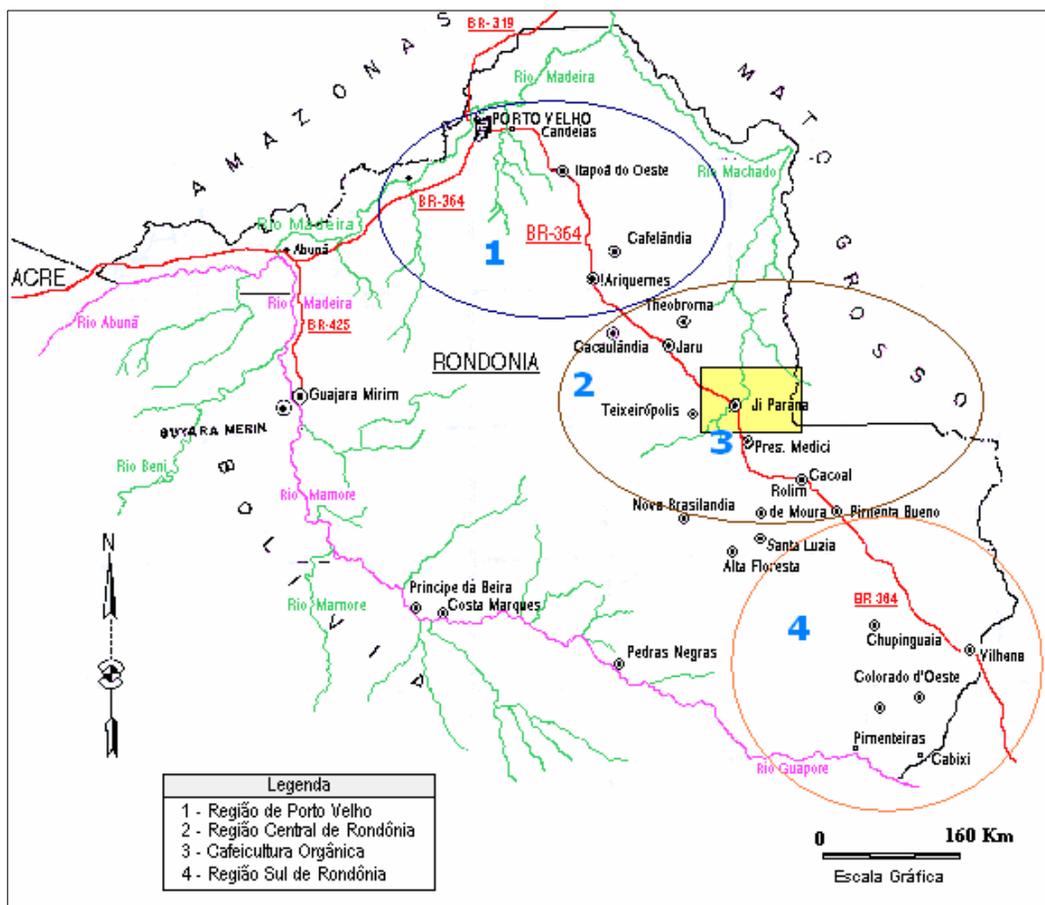
Na atual conjuntura são indispensáveis às iniciativas de instituições públicas e privadas, urbanas ou rurais, visando à implantação de micro e pequenos empreendimentos, na medida em que foram constatados sinais de uma crise no setor produtivo-industrial regional, iniciada com o fechamento de uma fábrica da Coca-Cola, transferida para Manaus, que eliminou cerca de 500 postos de trabalho no município de Cacoal, mostrando que somente a atividade industrial não atende a questão da geração de emprego e renda nas áreas de fronteira agrícola.

O associativismo dos produtores familiares e a cafeicultura orgânica

O advento do associativismo dos agricultores familiares dedicados à cafeicultura orgânica no centro de Rondônia, foi incentivado pelos setores progressistas da Igreja Católica, vinculados aos movimentos sociais rurais liderados principalmente pelo bispo Dom Antônio Passamai, responsável pela Diocese de Ji-Paraná. As lideranças comunitárias preocupadas com o avanço do desmatamento, contaminação da água e do solo por agrotóxicos, e pelo grande número de doenças provenientes das precárias condições de saneamento básico das comunidades locais, decidiram investir no fortalecimento das organizações dos agricultores familiares, como forma de preservar a biodiversidade, as práticas de cultivos orgânicos, os procedimentos alternativos de saúde pública e de saneamento básico, visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da geração de emprego e renda para a população.

A pesquisa mostrou as diferenças entre as organizações de agricultores familiares orgânicos e de comércio justo, destacando as que se vincularam a uma lógica empresarial, e as que se mantiveram nos limites das práticas camponesas. Verificamos que as associações que privilegiaram a lógica empresarial tornaram-se dependentes dos mercados comandados pelas grandes corporações, enquanto as que se mantiveram nos limites das práticas camponesas ficaram restritas a mercados de reduzido porte. Realizamos um balanço, ressaltando os avanços e os limites com que se defrontam as organizações de agricultores familiares dedicadas ao cultivo do café orgânico e o comércio justo no centro de Rondônia, mostrando que apesar destas contradições, estas conseguiram estabelecer um contra ponto com o avanço da soja e da pecuária ao sul e dos grandes projetos hidroelétricos ao norte do estado. (Mapa 1)

Mapa 1: A localização da cafeicultura orgânica no território do Estado de Rondônia



Fonte: Governo de Rondônia, Sedam, 2005

Organização: Jacob Binsztok e Giovanni de Macedo, 2006

A importância da Diocese de Ji-Paraná no incentivo às atividades das associações dos agricultores familiares, é observada pelo grande número de organizações fomentadas por esta instituição, e também pela relevância dos projetos executados em parceria com entidades internacionais, como por exemplo, a MISEREOR/ KZE, agência de cooperação, que recolhe doações de comunidades católicas alemãs para serem distribuídas a comunidades carentes de países em desenvolvimento.

Um dos projetos mais importantes coordenados pela Diocese e apoiadas pela MISEREOR/KZE, é o do Padre Ezequiel, fundado em 1989, homenageando o religioso colombiano, assassinado em 1985 em um conflito de terras na fronteira de Rondônia com Mato Grosso. Por intermédio de um fundo rotativo, funcionando como micro-crédito, inspirado pelo ideário da economia solidária de Mohamed Yunus, seguido por SINGER e SOUZA (2003), onde são financiados equipamentos destinados ao beneficiamento de produtos agrícolas, construção de viveiros agro-florestais comunitários e também de pequenos engenhos de cana-de-açúcar. O fundo atendeu cerca de 200 iniciativas demandadas pelos agricultores familiares, até o presente momento. No setor de saúde são organizados cursos da Escola de Homeopatia, Florais de Bach e Homeopatia Aplicada a Agropecuária, estas atividades privilegiam o tratamento curativo e preventivo de doenças por intermédio da medicina alternativa, ressaltando a utilização de métodos holísticos, valorizando e resgatando o conhecimento popular.

Na área de educação de jovens e adultos, o projeto incentiva a Escola de Formação Popular, para grupos de classes sociais de baixa renda, onde são ministrados 3 módulos, durante 3 anos de práticas destinadas a orientar, planejar, executar, acompanhar, monitorar e avaliar ações referentes à vida familiar e comunitária. Estas iniciativas estão presentes na maioria dos 28 municípios pertencentes à jurisdição da Diocese de Ji-Paraná.

Na linha da implantação da agricultura orgânica e resgate de práticas camponesas, a Diocese é parceira da Organização Não-Governamental, Terra Sem Males, sediada em Ji-Paraná, que atende cerca de 40 agricultores familiares, distribuídos por 14 municípios, incentivando principalmente a produção do café, pecuária leiteira e olericultura. As práticas da agricultura orgânica são realizadas mediante a utilização de adubação verde e do cultivo de espécies que restabeleçam o equilíbrio microclimático de áreas degradadas pelo intensivo desmatamento, no centro de Rondônia.

Preocupada em atenuar os efeitos desta devastação dos recursos naturais, particularmente grave nesta região, e também com o intuito de melhorar as condições sociais, a organização investiu no resgate de práticas camponesas priorizando o trabalho comunitário, como o "mutirão", que apresenta problemas de continuidade, em virtude da especialização ocorrida principalmente na pecuária, impedindo a reciprocidade que caracteriza esta modalidade de participação coletiva, fundamental para a reprodução de práticas camponesas.

A obtenção de um certificado de qualidade para os produtos, embora importante para a agricultura orgânica e para a lógica empresarial, não é uma prioridade da Terra Sem Males, que privilegia a importância do campesinato na preservação ambiental. Assim, a organização participa na formação de um educador agro-florestal, comprometido com o manejo sucessivo das seguintes espécies: café, cacau, seringa, cedro, pimenta, teca, ingá, mamão, pimenta-do-reino e embaúba. A organização atua na região com três técnicos, recebendo apoio internacional da Agência Católica de Desenvolvimento Inglesa (CAFOD), que periodicamente visita as unidades produtoras.

A Diocese apoiou a fundação das Associações de Ajuda Mútua, como a Articulação Central das Associações Rurais de Ajuda Mútua (ACARAM), precursora da Cooperativa dos Produtores Rurais Organizados para Ajuda Mútua (COOCARAM), que inicialmente contou com a ajuda de instituições holandesas e atualmente reúne 18 associações envolvendo cerca de 2000 agricultores familiares.

A cafeicultura orgânica de Rondônia acompanha em linhas gerais os movimentos contraditórios e desiguais, que caracterizam o desenvolvimento capitalista no espaço agrário brasileiro. De um lado, as iniciativas realizadas pela Igreja, contando com o incentivo de grupos progressistas locais e de entidades filantrópicas católicas européias, voltadas principalmente para o resgate de práticas camponesas, como o trabalho solidário e a valorização do saber tradicional. De outro, verificamos o envolvimento dos agricultores familiares com corporações multinacionais, empregando técnicas de *marketing* em parceria com a Cia. Cacique de Café Solúvel, maior exportadora mundial do produto, que adquire parte da produção da Cooperativa dos Produtores Rurais Organizados para Ajuda Mútua (COOCARAM), reeditando antigos métodos utilizados pelo capital monopolista industrial, na apropriação do trabalho familiar.

O interesse das grandes corporações em participar da cafeicultura orgânica e do comércio justo no país, não se restringe somente a Rondônia. Pode ser ainda observado pela presença do Grupo Odebrecht, que atua junto aos agricultores familiares no Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Baixo Sul da Bahia. Esta iniciativa obteve o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que exige o enquadramento da produção às exigências de Certificados, como ISO 9000, ISO 1400, S.A 8000 e 750.500, inacessíveis a realidade da grande maioria dos agricultores familiares do país. Estas exigências somente podem ser cumpridas pelas grandes corporações, que por intermédio destes certificados conseguem se apropriar de grande parte da renda gerada pelos agricultores familiares.

A presença das grandes corporações na cafeicultura orgânica pode colocar em dificuldades os agricultores familiares, pois, são instituições altamente capitalizadas que obedecendo à lógica da grande empresa, podem de forma abrupta encerrar suas atividades, transferindo-as para setores e locais mais lucrativos. No entanto, as grandes corporações, em função dos elevados custos, não conseguem ser mais resistentes do que os agricultores familiares às sucessivas crises sofridas pela cafeicultura no país.

A volatilidade das grandes corporações pode ser constatada, quando observamos que em virtude do baixo custo da variedade “robusta” produzida no Vietnã, grupos empresariais pressionaram o governo para autorizar a importação do produto, alegando que a produção nacional estava perdendo competitividade no mercado mundial. A possível autorização para essas importações coloca em grave risco a produção da variedade “robusta” no país.

Segundo informações da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), o valor agregado desta variedade para a fabricação do solúvel é elevado, correspondendo a quinze vezes mais, que o preço do produto em grão. O fato mostra a importância da cafeicultura de Rondônia. Ao contrário da variedade “arábica”, que necessita de altitudes mais elevadas para ser cultivada, e que pode ser consumida de maneira direta, a “robusta”, se adapta às áreas planas e chuvosas, e em virtude do seu maior teor de acidez é beneficiado para fabricação de “blends”, destinados ao consumo final (FREDERICO e CASTILLO, 2004).

A Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil estima em 120.000 sacas a produção de café orgânico certificada em 2005 no país, dos quais 100.000 serão destinadas ao mercado externo, comprovando a fragilidade do mercado interno no consumo do produto. Além de promover práticas ambientalistas, como o aproveitamento de matéria orgânica como adubo em substituição aos insumos químicos, os produtores organizados nas associações alternativas, podem obter um produto de excelente qualidade, como atestam os agricultores orgânicos classificados no Concurso de Qualidade promovido pela BSA – Brazil Specialty Coffee Association, mostrando que os cafés especiais podem conseguir um adicional de 15 a 150 % do preço fixado no mercado local.

As entrevistas realizadas com os técnicos da EMATER-Ro mostraram a presença de 35 (trinta e cinco) Associações de Produtores Rurais concentradas principalmente nas linhas de produção 9, 10 e 11 do município de Cacoal. Na Associação Rural e Comunitária Canaã de Desenvolvimento Econômico-Social e Proteção Ambiental, estão cadastradas cerca de 20 (vinte) associações que recebem recursos para a execução de projetos, e que igualmente recebem assistência técnica e extensão rural da EMATER-Ro. A Associação Canaã é apoiada por políticos e líderes evangélicos que por intermédio das emendas parlamentares no Orçamento da União, conseguem obter recursos junto ao Governo Federal.

O referido quadro comprova o intenso movimento associativista que envolve os agricultores familiares no centro de Rondônia. As associações, no entanto, não são unidas, o que dificulta a solidariedade dos associados em relação aos problemas que precisam ser enfrentados. Uma das questões mais difíceis de serem equacionadas refere-se às dificuldades que as Associações enfrentam em relação à comercialização dos produtos, notadamente o café, pois são impedidas de realizar legalmente operações comerciais ficando submetidas às exigências impostas pela cadeia monopolista de intermediários.

Outra questão relevante refere-se às dificuldades que as associações enfrentam para a constituição de cooperativas. Para os técnicos da EMATER, alguns produtores teriam sofrido perdas no Espírito Santo, na Cooperativa de São Gabriel da Palha, tornando-se refratários à formação de novas instituições pautadas pelo método cooperativista. Alguns produtores nos informaram que ainda possuem os títulos da referida cooperativa, que apesar de não mais realizarem transações os documentos ainda continuam válidos.

Trajetória do comércio justo e da economia solidária: avanços e limites

Analisando a trajetória do comércio justo, GRÜNINGER e URIARTE (2002) ressaltaram a origem do chamado *fair trade*, que a partir na década de 60, com o objetivo de auxiliar pequenos produtores pobres e isolados comercialmente, mobilizou grupos de europeus e norte-americanos, pertencentes a instituições filantrópicas e de consumidores, para inserir estes produtores no mercado.

Estes autores destacaram a falta de oportunidades econômicas dos pequenos produtores de países pobres em relação ao acesso ao capital, mercados e informação, como também a sua vulnerabilidade às flutuações de preços e a apropriação de grande parte do seu trabalho pelas redes de intermediários locais e internacionais. Este quadro retrata com fidelidade a problemática dos agricultores familiares dedicados à cafeicultura em Rondônia.

O comércio justo pode ser visto como uma parceria entre produtores e consumidores que trabalham para ultrapassar as dificuldades enfrentadas pelos primeiros, para aumentar o seu acesso ao mercado e para promover o processo de desenvolvimento sustentado.

Procurando acrescentar a dimensão política e ambiental ao comércio justo, SAMPAIO e FLORES (2002) mostraram a necessidade de incentivarem formas de empoderamento dos agricultores familiares, trabalhadores assalariados e produtores, que estão em desvantagem ou marginalizados pelo sistema convencional de comércio.

Uma das formas de empoderamento mais importantes no centro de Rondônia é realizado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Rondônia (FETAGRO), que prioriza a inserção de gênero, pois, segundo decisão da Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), trinta por cento dos cargos das diretorias dos sindicatos filiados, são obrigatoriamente preenchidas por mulheres provenientes das associações de agricultores familiares. Esta atitude está possibilitando uma mudança na gestão das associações, na medida em que um número razoável de mulheres está paulatinamente assumindo a direção destas organizações, prerrogativa anteriormente concedida somente aos trabalhadores do sexo masculino.

O empoderamento promovido pela FETAGRO contempla a terceira idade e também jovens agricultores, reservando 10% dos cargos de diretoria dos sindicatos filiados a CONTAG, para cada uma destas categorias. Estas medidas são importantes para a cafeicultura, que possui uma das mais elevadas proporções de agricultores idosos, em virtude dos jovens não se encontrarem motivados para permanecerem no campo, e muitos considerarem penoso o trabalho agrícola. A localização da FETAGRO, em Ji-Paraná, favorece o atendimento das reivindicações dos agricultores familiares concentrados no centro do estado, que não apresenta grandes empresas agropecuárias em seu território, e conseqüentemente não possui um grande número de assalariados rurais.

A proposta do comércio justo, ético e solidário, engloba ainda ações como, a erradicação do trabalho escravo e infantil, a eliminação das discriminações de raça, gênero e religião, preservação da saúde e do meio-ambiente, respeito aos direitos trabalhistas, identidades históricas e culturais, locais e regionais. Atua também, sobre aspectos relativos à gestão do processo produtivo, como a eliminação da intermediação comercial especulativa, a garantia de pagamento justo aos pequenos produtores, o estímulo à criação de associações e cooperativas e a garantia de instrumentos destinados à obtenção de informações difundidas para todos os atores envolvidos. A grande maioria destas propostas enquadra-se nas prioridades dos agricultores familiares dedicados a cafeicultura no Centro de Rondônia.

A mobilização do trabalho feminino feito pela FETAGRO-RO e EMATER-RO, está em consonância com as orientações de Mohamed Yunus, um dos teóricos da economia solidária, que ressalta o fomento ao trabalho feminino, como forma imprescindível para o desenvolvimento rural, na medida que as mulheres estariam mais aptas a administrar os reduzidos recursos das populações de baixa renda, que estando fora dos circuitos comerciais,

sempre foram excluídas das operações de crédito, e ao receberem seus pequenos empréstimos, geralmente conseguem ser bem sucedidas, inserindo-se rapidamente nos circuitos comerciais. As iniciativas destas instituições são importantes na medida em que o trabalho feminino na cafeicultura de Rondônia não apresenta grande visibilidade, pois a mulher possui menos liberdade que o homem, que atua como provedor e administrador, não precisando permanecer em casa para cuidar de crianças e das demais tarefas domésticas. A mulher trabalha com o homem nas atividades agrícolas e também em atividades suplementares como a ordenha, caça e pesca, porém o seu trabalho é considerado apenas como uma forma de ajuda.

Com relação à utilização do trabalho infantil condenada pelos teóricos da economia solidária, observamos que os agricultores não concordam com os procedimentos adotados pelos comitês municipais encarregados da erradicação do uso desta mão-de-obra na cafeicultura. As reclamações são procedentes, pois não se trata de exploração do sobretrabalho infantil, comumente encontrado na agricultura empresarial, mas sim, da inserção de jovens na lógica da unidade de produção camponesa.

A incorporação do trabalho infantil na agricultura familiar foi constatada em entrevistas realizadas com alunos das escolas rurais locais, que informaram prazerosamente sua participação em diversas tarefas, como colheita de café, capina, cuidado com os irmãos, trato de animais, preparação de vasilhas e fervura de leite para fazer doces. Os agricultores familiares consideram a incorporação do trabalho infantil de vital importância para a continuidade deste modo de produção no Centro de Rondônia, onde as periódicas crises envolvendo a produção cafeeira desestimulam a permanência dos jovens no campo, fato agravado pelo grande número de agricultores que estão ingressando na terceira idade.

Com relação à dimensão ambiental enfatizada pelos teóricos do comércio justo, observamos que as organizações comunitárias dedicadas à cafeicultura orgânica participaram de iniciativas de preservação ambiental, esses eventos, no entanto, não impediram que em algumas propriedades os auditores estrangeiros encontrassem embalagens contendo agrotóxicos, em flagrante desrespeito as normas ditadas pela economia solidária.

Estes fatos mostram que apesar do caráter solidário preconizado pelos teóricos, os empreendedores do comércio justo e os cafeicultores orgânicos precisam adquirir maiores níveis de conscientização dos fundamentos básicos da proposta, como a dimensão ambiental e o fortalecimento do associativismo dos agricultores familiares na comercialização do produto. O não atendimento destes requisitos coloca em risco o sucesso dos projetos, enfraquecendo importante experimento alternativo utilizado na construção de uma globalização pautada pela redução das relações assimétricas entre as nações.

A baixa qualidade do café é um dos problemas mais importantes no centro de Rondônia, impedindo o produto de ter qualquer tipo de cotação no mercado. Neste sentido, as associações dedicadas à cafeicultura orgânica verificaram que a comercialização, era dificultada pelo grande número de defeitos, cerca de 400 a 500, não se enquadrando nos padrões mínimos da classificação oficial, iniciada pelo tipo 8, que admite até 360 defeitos.

Procurando reduzir a magnitude deste problema, a ACARAM (Articulação Central de Associações Rurais de Ajuda Mútua), e a COOCARAM (Cooperativa dos Trabalhadores Rurais Organizados para Ajuda Mútua), produziram e comercializaram o café orgânico do tipo 8, contando com o apoio do comércio justo, representado pela Fundação Max Havelaar, originária da Holanda. O referido processo envolveu cerca de 20 associações e 2000 agricultores familiares, que obtiveram um ganho real de 70% em relação ao preço fixado pelo mercado local, monopolizado em grande parte pelos intermediários capixabas e paranaenses, que possuem representantes nas principais cidades produtoras do centro de Rondônia.

Continuando sua expansão, a COOCARAM, em 2006, obteve um terreno doado pela Prefeitura e recursos para a construção de uma torrefação no Distrito Industrial de Ji-Paraná, e em conseqüência da redução do preço do café no mercado internacional, encerrou suas

exportações para a Max Havelaar, e invertendo suas estratégias de privilegiar exportações, iniciou uma parceria com a Cacique de Café Solúvel, destinada a atender ao mercado interno. Nesta negociação, a multinacional paga U\$ 140 dólares a saca de café, obedecendo aos preços estipulados pelo comércio justo. A empresa alega que não obtém lucro com esta transação, porém, lideranças da cooperativa afirmam que o negócio é utilizado como uma jogada de *marketing*, vinculando a imagem da empresa, à agricultura familiar, às práticas da cafeicultura orgânica e ao comércio justo. Permanecem dúvidas sobre a parceria da COOCARAM com a multinacional CACIQUE, pois dirigentes da cooperativa não estão convencidos dos reais propósitos da empresa. Neste sentido, concordamos com OLIVEIRA (1986), quando menciona a capacidade dos monopólios comerciais em criar vínculos de subordinação dos pequenos produtores aos interesses dos grandes empreendimentos capitalistas, dificuldades vivenciadas também pelos representantes do comércio justo e solidário.

Com o objetivo de atingir maior valor agregado à produção, a COOCARAM pretende incentivar também o plantio da variedade “arábica” no estado, selecionando áreas com relevo apropriado para o cultivo. A organização está adquirindo esta variedade no Paraná e em Minas Gerais. O fato representa uma outra mudança na orientação da COOCARAM, que visando garantir a continuidade de suas operações, está diversificando suas atividades, direcionando seus esforços para o cultivo e beneficiamento da variedade “arábica” ainda ausente da pauta socioeconômica do Centro de Rondônia.

Os procedimentos adotados pela COOCARAM estão inserindo a cooperativa na lógica empresarial das grandes corporações, ao contrário das iniciativas do projeto Padre Ezequiel, da Organização Terra Sem Males e da Associação de Produtores Alternativos (APA) de Ouro Preto D’Oeste, que privilegiam práticas camponesas. A FETAGRO (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Rondônia), também apóia iniciativas que contemplem os agricultores familiares, particularmente nas questões ambientais, pois, em parceria com a EMATER, colabora em projetos de recuperação de matas ciliares no centro do estado.

A iniciativa para a exportação de café em grande escala pelo comércio justo, enfrenta dificuldades, principalmente em relação às políticas adotadas pelos países líderes do comércio internacional, que contraditoriamente, apóiam procedimentos solidários para os países em desenvolvimento e paralelamente lançam mão de fortes subsídios para a proteção de sua atividade agropecuária. Como exemplo dessas contradições, destacamos as informações fornecidas pelo Centro para o Desenvolvimento Global (CGD), uma organização de estudos sediada em Washington, que elabora o Índice de Compromisso do Desenvolvimento. Assim, a Holanda, Dinamarca, Suécia, Noruega, Nova Zelândia, Austrália e Finlândia, em 2005, foram os países que mais ajudaram as áreas pobres na redução das desigualdades comerciais e nas iniciativas de proteção ao meio-ambiente, tornando-se também incentivadores e parceiros do comércio justo e solidário.

No entanto, segundo a instituição, apesar da melhoria do compromisso dos países ricos em ajudar o comércio igualitário, os subsídios concedidos pela Suíça, investindo U\$ 987,58 anuais na manutenção de uma vaca e U\$ 139,32 anuais na manutenção de um porco e somente U\$ 0,61 para uma pessoa pobre nas áreas em desenvolvimento, mostram os obstáculos a serem vencidos pelos defensores do comércio justo.

Apesar do caráter solidário preconizado pelos teóricos da proposta, as associações de agricultores familiares vinculadas ao comércio justo temem prejuízos decorrentes do aumento da demanda do café orgânico, pois nestas ocasiões os compradores procuram certificar o produto de médias e grandes propriedades do sudeste do país, particularmente do cerrado mineiro. Assim, verificamos que os representantes do comércio justo, nem sempre obedecem às recomendações de privilegiar os agricultores familiares, como no caso dos empresários

franceses da Altereco, que tiveram problemas com a Associação de Produtores Alternativos (APA) de Ouro Preto D'Oeste.

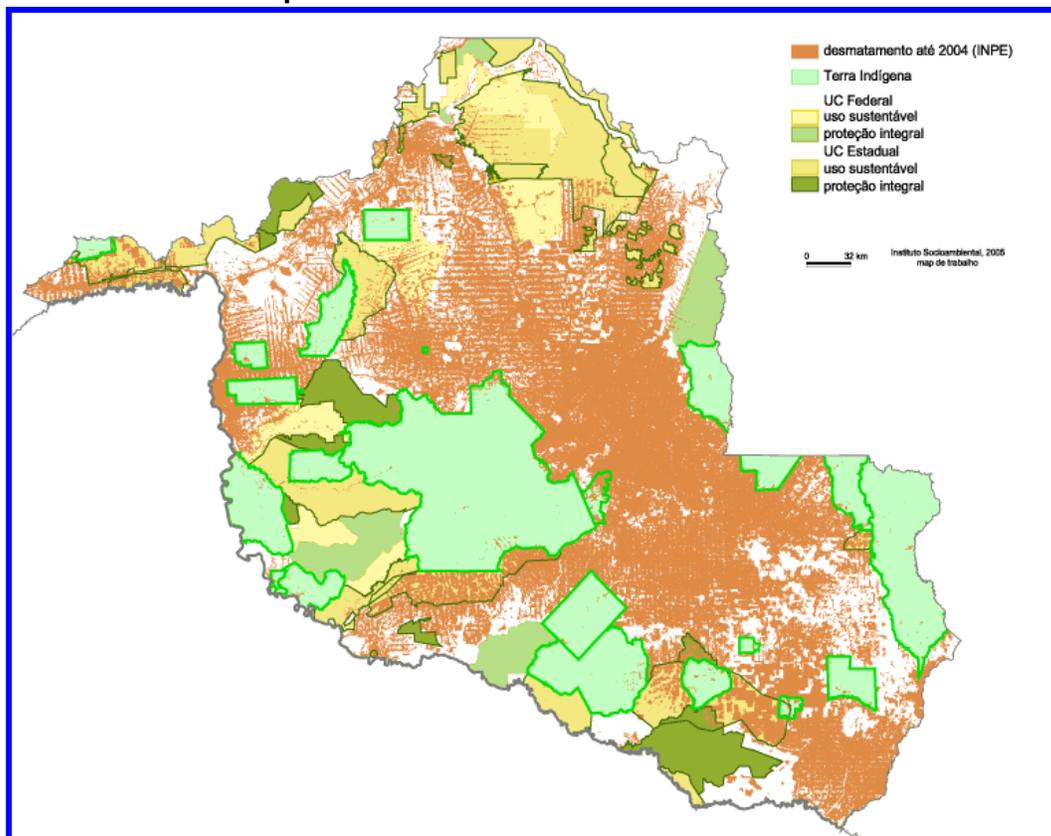
O comércio justo não funciona ainda articulado com os consumidores, enquanto representantes europeus visitam com freqüência as nossas áreas produtoras, os agricultores brasileiros raramente conseguem entrar em contato com setores agrícolas de outros países. Com o objetivo de aperfeiçoar o comércio justo as lideranças do setor, estão criando a Articulação Nacional de Produtores de Comércio Justo e Solidário com sede em Brasília, visando a elaboração do Sistema Nacional de Comércio Justo. Esta proposta é relevante, na medida que os produtores precisam ficar sintonizados com os movimentos dos mercados internos e externos, pois a exportação torna-se lucrativa quando os preços estão em queda, no entanto, quando há recuperação o movimento precisa ser revisto.

Com relação às dificuldades para o escoamento da produção, um dos dirigentes da Associação de Produtores Alternativos (APA), revelou que a organização realizou embarques de produtos orgânicos pelas instalações de Porto Velho, utilizando a Hidrovia do Madeira. Os embarques, porém não foram bem sucedidos, pois, ocorreram uma série de problemas com a Receita Federal, IBAMA e a Vigilância Sanitária, que acabaram deteriorando o café e o palmito, pois as viagens foram mais longas e onerosas que o previsto. Neste sentido, os produtores vinculados a APA preferem utilizar os portos do Centro-Sul, para o escoamento dos seus produtos, mostrando a incapacidade do comércio justo, em executar movimentos que consigam alterar a atual logística do transporte da produção cafeeira do Centro de Rondônia, prejudicial aos interesses dos agricultores familiares.

Realizando uma avaliação de caráter geral destas iniciativas, BECKER (2004), não menciona o funcionamento do comércio justo, porém, destaca a importância de empreendimentos, que podem ser considerados como projetos alternativos dos pequenos produtores, alguns apoiados inclusive pelo Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7), que atinge cerca de 140 experimentos na Amazônia. Apesar da grande variedade destas iniciativas elas podem ser identificadas pelas seguintes características: distribuição pontual e dispersa, localizada em áreas alteradas próxima de estradas, contendo resíduos florestais, e aproveitamento das vivências dos agricultores oriundos de antigos projetos de colonização ou atuais assentamentos do INCRA.

A pesquisadora destaca a relevância destes projetos para a proteção da biodiversidade, constituindo-se em uma barreira contra a expansão do desmatamento, que no caso de Rondônia assume graves proporções (Mapa 2). No entanto, aponta problemas que impedem o desenvolvimento destes projetos, tais como: dificuldade de inserção no mercado em virtude de fragilidades gerenciais, baixa competitividade e uma característica pontual que produz eventos em escala reduzida.

Mapa 2: O desmatamento no Estado de Rondônia



Fonte: Governo do Estado de Rondônia, 2005
Organização: Jacob Binsztok e Giovanni R. de Macedo

Concordamos com as questões mencionadas por BECKER (2004), no entanto, ressaltamos que empreendimentos como a COOCARAM, conseguiram inserir-se no mercado externo e interno, por intermédio do comércio justo e da cafeicultura orgânica, ultrapassando os obstáculos citados pela pesquisadora. A expansão dos projetos alternativos na Amazônia sofre bloqueios impostos pela cadeia de intermediação, principalmente do café, onde existe um verdadeiro cartel na fixação de preços para o transporte do produto. Acrescenta-se o fato que empresas de exportação, sediadas nos municípios produtores, somente adquirem o café de maquinistas selecionados, que possuem armazéns localizados nas linhas de produção, confirmando observações de ABRAMOVAY (1992), sobre a presença de unidades de comercialização que privilegiadas pelas dificuldades de comunicação, transporte e informações dos produtos locais, conseguem bloquear a competição captando o produto, e antecipando o poder dos representantes do capital monopolista mercantil. A ocorrência deste fato mostra como é complexo para os pequenos produtores ultrapassarem os obstáculos impostos pela cadeia de intermediação.

Os setores mais significativos da cadeia de intermediação, além de possuírem representantes nas linhas de produção, também controlam sua distribuição, pois são proprietários de frotas de caminhões que transportam o café para ser beneficiado em cidades

do Norte do Paraná, Sul de Minas Gerais ou do Espírito Santo. No retorno, os caminhões são carregados de café da variedade “arábica” para serem processados por pequenas torrefadoras, ou então, transportam materiais de construção comercializados em grande escala em estabelecimentos locais, comprovando a elevado dinamismo deste setor no centro de Rondônia.

Os intermediários, em alguns casos, são antigos produtores de café de Rondônia, principalmente de Cacoal, originários em sua maioria de migrantes paranaenses e capixabas, que conseguiram fechar o circuito monopolista comercial, realizando uma unificação entre os negócios do campo e da cidade. É importante ressaltar, que o preço de uma carreta nova, está estimado entre 250 mil a 300 mil reais, fora do alcance das associações dos agricultores familiares, fortalecendo desta forma os monopólios e agravando a dependência dos produtores de café à hegemonia do capital comercial.

Uma das questões mais difíceis de serem equacionadas refere-se às dificuldades que as associações enfrentam em relação à comercialização dos produtos, pois são impedidas de realizar legalmente estas operações, fortalecendo a posição da cadeia monopolista. Assim, é importante destacar o posicionamento da EMATER-RO, que cooptou um antigo comerciante de café para os seus quadros, na tentativa de qualificar melhor as associações de produtores nas negociações com os intermediários. O técnico dedica-se ao aperfeiçoamento da comercialização, na tentativa de transformação destas organizações em cooperativas, pois com frequência os agricultores são vítimas de artimanhas montadas pelos intermediários.

Dilemas e perspectivas

As intervenções previstas pelos grandes projetos no estado de Rondônia, como a construção de hidroelétricas e hidrovias formando o Complexo do Madeira, não contemplam iniciativas destinadas a facilitar o escoamento da produção cafeeira dos agricultores familiares no Centro do estado. O fato mostra a reduzida capacidade de pressão deste setor, ao contrário dos exportadores de milho e soja, representados pelo Grupo Maggi e Cargill, que possuem terminais próprios construídos em Porto Velho, destinados ao escoamento dos produtos para o mercado internacional.

O quadro torna-se crítico, pois, não existe consenso entre as organizações representativas dos agricultores familiares sobre a necessidade de exportar o café pela Hidrovia do Madeira. Enquanto as lideranças da Associação dos Produtores Alternativos (APA) de Ouro Preto D'Oeste, embora reconhecendo as dificuldades, recomendam o escoamento para Porto Velho, no entanto, os dirigentes da COOCARAM concordam com a permanência dos portos de Paranaguá e Vitória, como exportadores do produto. A posição da cooperativa pode ser explicada pelas recentes mudanças ocorridas em suas diretrizes, decorrente da sua parceria com a Cacique e a instalação de uma torrefadora em Ji-Paraná, viabilizando o escoamento do seu produto para o Centro-Sul e enfraquecendo as reivindicações para a construção de um terminal cafeeiro nas instalações da capital do estado.

As negociações para a construção do terminal seriam realizadas com uma empresa pública de Rondônia proprietária dos terrenos e administradora das instalações portuárias. Estas negociações teriam que ser feitas diretamente com as associações, pois são conhecidas as resistências dos produtores em formar novos vínculos, na medida que possuem tradicionais elos com a cadeia de intermediação capixaba e paraense. A construção do terminal poderia provocar a ruptura de um ciclo vicioso alegado pelos exportadores, onde a produção de café do estado não apresenta infraestrutura, porque não tem escala, e não tem escala porque não possui infraestrutura adequada.

Para facilitar a exportação de café para o mercado internacional, recomendamos a realização de estudos de viabilidade para a construção de um terminal especializado localizado

nas instalações portuárias da capital do estado, pois existem áreas disponíveis e que podem ser cedidas para as Associações de Produtores e Cooperativas. As instalações portuárias seriam arrendadas durante um longo período por preços relativamente baixos para estas instituições, que ficariam encarregadas de operar o terminal cafeeiro. Além de exportar o produto pela Hidrovia do Madeira, o terminal receberia os insumos destinados aos produtores de café, em um procedimento similar ao que ocorre com a agricultura de grãos, que inclusive foi beneficiada com o financiamento do BNDES para a construção das instalações portuárias do Grupo Maggi.

Com o objetivo, ainda de aperfeiçoar o escoamento da produção de café, sugerimos que seja implantado um Programa destinado ao financiamento de caminhões para as Associações de Produtores e Cooperativas, que não se encontram capitalizadas para adquirir estes veículos, avaliados em torno de R\$ 250.000 a unidade, segundo informações obtidas de comerciantes locais.

Com relação às iniciativas de aperfeiçoamento da comercialização do café, destacamos a contribuição da COOCARAM, que priorizou a melhoria da qualidade, pois o produto não possuía cotação no mercado, em virtude do grande número de defeitos. Assim, a cooperativa traçou como principal meta para a cafeicultura orgânica, atingir o tipo 8, obtendo desta forma um adicional de 40% em relação ao preço local e melhorando significativamente a renda dos agricultores familiares.

O sistema de premiação anual concedido pela COOCARAM aos agricultores que se destacaram na melhoria da qualidade, também serviram de estímulo para o aumento do valor agregado do café. A safra comercializada pela COOCARAM em 2004 conseguiu atingir o tipo 7, apresentando 260 defeitos. Na safra de 2005, o produto alcançou os tipos 6 e 7 com 55 defeitos, revelando a capacidade da Cooperativa em conquistar mercados mais exigentes e vantajosos.

Recomendamos que as contribuições da COOCARAM para o aumento da qualidade do café, que conseguiu atingir o tipo 8, com 360 defeitos, obtendo pela primeira vez uma cotação no mercado, não fique restrita somente para os produtores orgânicos, mas que esta conquista seja ampliada para os convencionais, na medida que tais práticas adicionam uma renda substancial para os agricultores familiares.

Sugerimos ainda que a EMBRAPA, a EMATER, a FETAGRO, os Sindicatos, as Associações de Produtores e as Instituições Financeiras, tenham como prioridade elaborar um Programa destinado a difundir procedimentos para que toda a cafeicultura de Rondônia possa atingir o tipo 8 e conseqüentemente obter as mínimas cotações exigidas pelo mercado.

A integração da COOCARAM com a Cacique para o fornecimento de café orgânico revela o interesse do mercado global pelos produtos livres de pesticidas, hormônios, antibióticos, fertilizantes sintéticos, bioengenharia e radiação. No entanto, falta escala para o atendimento deste mercado, o que poderá acarretar no futuro pressões para realização de mudanças no sistema produtivo, exigindo maiores extensões de terra para o cumprimento de contratos de fornecimento, colocando em risco a continuidade dos agricultores familiares na produção de café orgânico.

Com o objetivo de manter a continuidade dos agricultores familiares na produção de café orgânico pressionados para o atendimento de demandas provenientes do mercado global, sugerimos a realização de um Zoneamento Agro-Ecológico para a Cafeicultura do Centro de Rondônia, mediante contribuições da EMBRAPA, CEPLAC, EMATER/RO e Associação de Agricultores Familiares, no sentido de identificar as áreas de melhor aptidão para o cultivo do produto na região.

Os agricultores reclamam da falta de reciprocidade na troca de informações, pois, enquanto os compradores europeus de café orgânico supervisionam regularmente a produção do Centro de Rondônia, os produtores locais nunca estiveram em contato com os consumidores, contribuindo para a manutenção de algumas características assimétricas no funcionamento do comércio justo. Para a ampliação das práticas recomendadas pelo comércio justo e conseqüentemente pela redução das condições assimétricas, que ainda caracterizam a comercialização do café orgânico, propomos que a COOCARAM e a APA por intermédio do SEBRAE/RO, organizem caravanas de agricultores familiares destinadas ao intercâmbio de informações com clientes nacionais e estrangeiros.

O modelo associativista do centro de Rondônia, é criticado pelos técnicos em virtude de sua lentidão na tomada de decisões, decorrente da pesada estrutura burocrática constituída por 12 associados na Diretoria Executiva e com 3 associados no Conselho Fiscal e 3 suplentes. Visando reduzir esta burocracia e torna-la mais ágil no atendimento das demandas dos agricultores familiares, propomos a diminuição do pessoal encarregado da gestão destas organizações constituindo Diretorias Executivas com máximo de seis associados e mantendo a atual estrutura do Conselho Fiscal e suplentes.

As “linhas” de produção de café dos municípios do Centro de Rondônia, são ainda designadas pelos números recebidos durante os primórdios dos Projetos Integrados de Colonização (PICs) do INCRA, não permitindo a identificação das características sociais das comunidades locais.

Procurando ressaltar a identidade cultural destas comunidades, propomos a substituição da designação numérica das “linhas” realizada pelo INCRA, no período dos Projetos Integrados de Colonização (PIC), que não expressam o processo de ocupação e povoamento da região. Assim, as designações numéricas seriam substituídas pelos nomes dos atores que tenham se destacado no trabalho comunitário ou pelos locais de origem dos agricultores.

Empresários do sudeste motivados pela obrigatoriedade de mistura de 2% ao diesel mineral, a partir de 2008, e 5% em 2013, metas previstas no Programa Nacional de Biodiesel, estão percorrendo o Centro de Rondônia para viabilizarem projetos de energia renovável, que a pretexto de reduzir as emissões de carbono na atmosfera previsto pelo Protocolo de Kioto, além de atenderem estratégicos interesses financeiros, pois o país gasta U\$ 1,3 bilhões anualmente na importação de diesel e acrescentando o fato de que a região possui vastas áreas degradadas incluídas no denominado “Arco do Desmatamento” do IBAMA, tornando-se prioritárias para iniciativas vinculadas ao bio-diesel.

No caso do Centro de Rondônia, o grupo paulista H.Bio do setor sucro-alcooleiro, tenta expandir suas atividades na produção de biodiesel, procurando fomentar o cultivo da mamona por intermédio da Associações de Agricultores Familiares dedicados a cafeicultura. A empresa pretende construir uma destilaria na área de Cacoal para a produção e comercialização de biodiesel na rede de postos locais, aproveitando-se da posição estratégica do município, e beneficiando-se do elevado consumo de combustível no estado, dependente do transporte rodoviário realizado pela Br-364.

Com relação ao cultivo da mamona é relevante assinalar que se trata de uma planta tóxica para a alimentação do gado e do homem, por tanto incompatível com a policultura praticada pelos agricultores familiares, que geralmente possuem um pequeno rebanho como medida de proteção para as periódicas crises com que se defronta os produtos agrícolas, particularmente o café.

No entanto, outras variáveis estão contidas nestas iniciativas que precisam ser mencionadas, como o fato de que as empresas não procuram as associações pela proposta ambientalista dos projetos, nem tão pouco visando o fortalecimento dos agricultores familiares. O propósito desses grupos é obter a chancela das Associações, pois a Petrobrás detentora dos recursos para o financiamento dos projetos exige este requisito para a concessão do Certificado de Responsabilidade Social e Ambiental. A obtenção deste certificado não protege as

associações dos riscos decorrentes do controle exercido pelo capital monopolista agroindustrial, que por intermédio de longos contratos terá acesso a preços baixos capturando a renda da terra produzida pelos agricultores familiares anulando as vantagens pontuais obtidas pela cafeicultura orgânica e pelo comércio justo que conseguiram a redução do poder de pressão da cadeia de intermediários nacionais e internacionais.

Constatamos a presença de representantes de indústrias paulistas vinculados à implantação do Programa Nacional de Biodiesel, promovendo reuniões entre agricultores familiares, representantes da Prefeitura de Cacoal e da EMATER-RO, discutindo a viabilidade da implantação do cultivo da mamona. O financiamento para os produtores familiares seria proveniente do PRONAF e o grupo projeta em 2007 iniciar experimentalmente o cultivo de 300 ha de mamona. Nesse sentido, recomendamos que estas negociações sejam realizadas mediante a elaboração de um quadro dos impactos territoriais e ambientais deste cultivo, pois, desconhecemos seus efeitos sobre a fertilidade dos solos e nem estamos convencidos das vantagens e desvantagens do Programa Nacional de Biodiesel, para os agricultores familiares.

A rápida depredação dos recursos naturais do Centro de Rondônia, exaurindo o solo e os recursos hídricos, está contribuindo para a formação de movimentos migratórios intra-regionais, que estão ultrapassando as migrações provenientes de outras unidades da federação. Assim, verificamos que grupos de agricultores estão saindo do Centro de Rondônia e abrindo novas frentes no Norte de Mato-Grosso, na fronteira com o Amazonas e com o Acre e em outras cidades como Burity, colocando em risco a sustentabilidade ambiental de vastas áreas da Amazônia.

Tendo em vista a constante depredação dos recursos ambientais no Centro de Rondônia com graves impactos na fertilidade do solo e no manejo dos recursos hídricos, propomos o monitoramento, a fiscalização e a recuperação ambiental, a ser realizada por intermédio de Campanhas Ambientais Educativas, executadas por instituições governamentais e não-governamentais. Estas iniciativas devem conscientizar os agricultores dos prejuízos coletivos ocasionados pela utilização de agrotóxicos em cafezais previamente selecionados para o cultivo orgânico.

A legislação ambiental, embora amplamente divulgada e debatida pelas instituições governamentais e não-governamentais do Centro de Rondônia, apresenta dificuldade de implantação, pois se encontra bastante fragmentada. Neste sentido, sugerimos sua adequação às necessidades específicas dos agricultores familiares, privilegiando particularmente a reposição florestal e a recuperação das áreas de preservação permanente, esta adequação torna-se relevante, pois os agricultores familiares podem perfeitamente adaptar suas práticas agrícolas com procedimentos compatíveis de preservação do meio-ambiente.

A região é reconhecida pelo elevado potencial de seus recursos naturais e diversidade de suas paisagens, no entanto é praticamente desconhecida do turismo alternativo. É necessário o fortalecimento de políticas destinadas ao ecoturismo, que seriam realizadas com o apoio de instituições governamentais e não-governamentais. Neste particular seriam importantes a preservação e o tombamento do patrimônio representado por uma concentração de casas de madeira, existente na cidade de Cacoal que representam o início do processo de povoamento e colonização e que se encontram praticamente sem nenhum tipo de conservação e utilizadas para atividades comerciais. Estas iniciativas poderiam contar com o apoio das organizações associativistas, constituindo-se em importantes veículos para o aumento da geração de emprego e renda dos agricultores familiares.

As informações sobre o trabalho das instituições agro-ecológicas não estão sistematizadas, dificultando a divulgação de suas atividades e prejudicando o debate sobre o resultado destas importantes experiências. Visando a sistematização destas informações, recomendamos a criação de uma Rede de Difusão de Práticas de Agricultura Ecológica no Centro de Rondônia, sediada em Ji-Paraná, apoiada pela Diocese, contando também com a participação da FETAGRO-RO, EMATER-RO e das Organizações de Ajuda Mútua, na medida

em que estas instituições atendem o mesmo público. A criação da rede evitaria a dispersão das atividades que ainda são obrigadas a enfrentar o desafio das grandes distâncias, que separam os núcleos urbanos e das precárias condições de acesso das comunidades rurais.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo agrário em questão. Hucitec – Ampocs – SP/RJ/Campinas: Editora da Unicamp, 1992. 275 p.

BECKER, Bertha K. Amazônia. In: Série Princípios, São Paulo: Editora Ática. 1991. 112p

_____. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004. 168 p.

BINSZTOK, Jacob. Cacoal: campesinato e cafeicultura na fronteira agrícola do centro-leste de Rondônia. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Campus III UFPE. Petrolina: 2002. pp. 198-200

_____. Cacoal: a constituição de um campesinato na fronteira agrícola da Amazônia Meridional. In: Geographia, nº 10 – UFF. Niterói, 2003. pp. 07-23

_____. Camponeses de Rondônia. In: Revista Ciência Hoje, nº. 288, Vol. 38, Julho. São Paulo: SBPC, 2006. pp. 30-35.

_____. As diferenças sócio-espaciais dos produtores familiares dedicados ao cultivo de café na Amazônia. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, vol. X, nº. 218, Agosto. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2006. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-02.htm>> [ISSN: 1138-9788]

COY, Martin. Cidades pioneiras e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. Transformação Sócio-Econômica e Desafios para o Planejamento nas Frentes Pioneiras. Florianópolis-SC: Geosul nº. 19/20 – Ano X. 1995.

FREDERICO, Samuel. e CASTILLO, Ricardo Abib. Circuito Espacial Produtivo do Café e Competitividade Territorial no Brasil. In: Ciência Geográfica. Bauru 10, Vol 10 (3-setembro-2004). 2004. pp. 236-241

GRÜNINGER, Beat. URIARTE, Alex. Fair Trade: Uma Introdução e Algumas Considerações. In: FRANÇA, C. L. Comércio ético e solidário. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 2002 p. 67-75

IANNI, Octávio. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979. 140 p

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Capítulos VI e XI. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 329 pp

KEMPER, Lourdes. Cacoal, sua história, sua gente. Goiânia-Goiás: Editora Grafopel, 2002. 232 pp.

MARTINS, José Souza. A militarização da questão Agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984. 134 pp.

MARX, Karl. El Capital. Tomo III. Vol. 8. Livro Terceiro. México: SigloVeintiuno, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Editora Ática, 1986. 82 pp.

_____. Amazônia, monopólio, expropriação e conflito. Campinas: Papius, 1990.

_____. Integrar para não entregar. Políticas Públicas e Amazônia. Campinas: Papius, 1991. 87 pp.

SAMPAIO, Felipe. FLORES, Murilo. b. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 2002. pp.13-28

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 pp.

SANTOS, Boaventura Souza. Para Ampliar o Cânone da Produção. IN: Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. In: RODRIGUES, C. & SANTOS, B. S. (orgs.). Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 2002. p. 23-77

SHANIN, Theodor. La Clase incômoda. Madri: Alianza Editorial, 1983.

SINGER, Paul Israel; SOUZA, André Ricardo. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. 360p

VENEZIANO, Wilson; OLIVEIRA S. J. M., Aspectos econômicos do café em Rondônia. <http://www.coffeebreak.com.br>, 2005.

Recebido em abril de 2007
Reenviado em junho de 2007
Aprovado em junho de 2007

Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question

Philip McMichael

PhD in Sociology at Binghamton University (1979)
Professor of the Department of Development Sociology at Cornell University
236 Warren Hall - Cornell University – Ithaca, NY, 14853, USA
E-mail: pdm1@cornell.edu

Abstract

This paper criticizes the conventional conception of the agrarian question and argues that the way the “agrarian question” is traditionally understood should be revised. The role played by the agrarian movement, especially transnational agrarian movements such as the Vía Campesina, is underscored.

Keywords: peasant movement, development, food sovereignty, agrarian question, neo-liberalism.

Resumo

Recontextualizando o desenvolvimento: movimentos camponeses globais e a nova questão agrária

Neste artigo a concepção clássica de questão agrária é criticada e é defendido que o modo como a “questão agrária” é concebida tradicionalmente deve ser revisto. É destacado aqui o papel desempenhado pelos movimentos camponeses, especialmente aqueles com atuação internacional, tal como a Vía Campesina.

Palavras-chave: movimento camponês, desenvolvimento, soberania alimentar, questão agrária, neoliberalismo.

Résumé

Reformuler le développement: des mouvements paysans globales et la nouvelle question agraire

L’auteur critique la conception classique de la question agraire et soutient qu’il faudrait revoir la manière dont on comprend généralement « la question agraire ». Il souligne le rôle des mouvements paysans, en particulier ceux d’envergure transnationale comme Vía Campesina.

Mots clés : mouvement paysan, développement, souveraineté alimentaire, question agraire, néolibéralisme.

Introduction

“Development,” as currently projected by the development establishment, and articulated in the Millennium Development Goals (United Nations, 2000), has returned to “poverty reduction” as its core initiative. We might say that in the course of developmentalism, the world-historic fact of poverty appears, as Marx would say, “first time as tragedy, and second time as farce.” In the first instance, the mid-20th-century

development project exploited the tragedy of colonialism, whereby impoverished Third World populations were cast as “the wretched of the earth,” legitimizing First World intervention in context of Cold War containment politics. The tragedy of the colonial legacy was compounded by imposing a singular mode of development on a diverse world, via an inter-state system manipulated by power to ultimately deepen global inequality. The farce is that this global project continues, and poverty continues to be represented as an originating condition, rather than an outcome, of “development.”

At the dawn of developmentalism, political independence was viewed as a precondition for overcoming inequality. Today political independence has been subordinated to the more abstract and obfuscating trope of “governance.” Where once states were vested with the powers of managing national modes of accumulation and redistribution, now states are compelled, under the guise of governance, to embrace financial reforms to improve global market access. In other words, poverty reduction is unambiguously linked to the project of “market rule,”¹ which enlists the state in the privatization of public goods and the individualization of the entrepreneurial, or consumer, citizen (Drainville 1995). In this scenario of deepening market relations, the subject of development has shifted from collective to individual self-determination, further de-politicizing the official development narrative. And the terrain of development, including the ecological relationship between town and country, is flattened to accommodate market rationality, including the erasure of peasant subjectivities. Deborah Bryceson (2000, 315) remarks that

the neoliberalist perspective has crowded out debate about peasant transformation. Peasantscum-smallholders-cum-farmers are like anyone else, expected to meet the challenge of the market. If they fail in the agricultural commodity market, they can resort to the wage labour market or the informal sector and claw their way up the ladder of prosperity. Economic success is up to the individual.

An unofficial, but no less significant, development narrative contests the millennial project of poverty reduction in myriad counter-movements, most recently gaining political voice in the Latin American revolt (e.g., Kohl and Farthing 2006). One key dimension of that revolt is the global agrarian resistance, which reframes development in four senses. First, it inverts the current development *explanandum*, focusing attention on poverty as an outcome of, rather than a point of departure for, development (neoliberal style). Second, and related, it challenges the development telos of de-peasantization, revalorizing rural cultural-ecology as a global good. Third, it subverts the subjective focus of development on individual responsibility by reasserting a political culture of solidarity. And fourth, it practises a multi-perspectival politics, challenging the single-point perspective of the official development narrative (see Ruggie 1993).

The Poverty of Development

Conventional wisdom on both left and right views poverty as the target of development - as Frans Schuurman has noted: “The very essence of development studies is a normative preoccupation with the poor, marginalized and exploited people in the South” (quoted in Saul 2004, 230). Not only did poverty constitute the birthright of development (see Escobar 1995), legitimizing the definition of the non-European world as “undeveloped,” but also the reproduction of poverty has animated development’s re-packaging across the last half century. The World Bank’s latest version of (neo-liberal) development appropriates the

This article was prior published in English by the Canadian Journal of Development Studies vol. XXVIII, nº 4, 2006.

Thanks are due to Gayatri Menon for constructive comments on an earlier version of this paper, as well as to Max Eisenburger for research assistance.

¹ This term comes from Arrighi (1982).

normative preoccupation with the poor via the “civil society revolution,” basing development on “inclusion and participation, bringing together civil society, local competition, NGOs, the private sector and the poor themselves ... in order to foster trust and sustainability” (Wolfensohn 2000).

Promoting market access as the key to elimination of poverty also entails disciplining the poor. While in the mid-20th century the task of alleviating poverty fell to states, as enshrined in the un Declaration of Human Rights (1948), it now falls on the poor themselves. Cameron and Palan (2004, 148) note that

the poor are presented as inhabiting a series of local places across the globe that, marked by the label “social exclusion,” lie outside of normal civil society. Their route back into the amorphous space of inclusion that the rest of us inhabit is through the willing and active transformation of themselves to conform to the disciplines of the market, since it is that which they are ultimately rejoining.

It is unsurprising, therefore, that the Panos Institute report on the Bank’s 1999 Poverty Reduction Strategy Papers initiative (refashioning unpopular structural adjustment policies) should note that

most PRSPs [Poverty Reduction Strategy Papers], for all their emphasis on “pro-poor” growth, do not include decisive measures to redistribute wealth and promote equality. Land reform, for example, is studiously avoided in the majority of plans, despite its importance for the reduction of rural inequality and poverty. (Abrahamsen 2004, 185)

Instead of land reform and the like, the direction favoured by the new project of “development governance” is to bring market disciplines, and possibilities, to the poor through market-led reform. The Bank’s 2003 Deininger Report, *Land Policies for Growth and Poverty Reduction*, advocates “private property” as the solution to the “land question” (Moore 2004, 98), meaning land titling to facilitate a land market in turn to facilitate accumulation on the land. Analogous to Hernando de Soto’s proposal to codify extra-legal property relations among the urban and rural poor, the Bank views securing private property rights for “small proprietors” as a complement to micro-credit schemes, designed to induct the poor into the formal market economy, with assets to perform (2004, 98–99). Moore observes that “as the Bank notes in rural Africa, over 90% of the land has no staterecognised (or formal) tenure, be it ‘customary’ or capitalist, as well as in the ‘second-stage’ periurban areas in Africa and Asia wherein between 40% and 50% of residents have only informal land rights” (2004, 99–100).

While many have noted that micro-credit induction of the poor is ineffectual as a poverty reduction strategy, either because these assets are “dissipated” on daily livelihood needs (e.g., Menon 2001), or because securing property rights is a precondition for property concentration, the World Bank report is quite explicit, noting that “mechanization and the ‘scope to collateral ... to overcome imperfections... inherent to the credit market ... will favour farmers who own larger amounts of land’... [and] formalization of land tenure just might lead to a 50 per cent increase in the supply of labour to the market, as in Peru” (Moore 2004, 100). And, indeed, Saturnino Borrás’s (2003, 389, 385) careful analysis of the Bank’s Market-Led Agrarian Reform in Brazil, Colombia, and South Africa observes that in context of falling land prices resulting from exposure of Southern farming to global competition via adjustment policies, Market-Led Agrarian Reform has served, significantly, to enrich landlords who inflate sales prices, and disadvantage a structurally disempowered landless poor, only 2.5 per cent of whom actually received target land under the South African variant of this program in the second half of the 1990s. And where land transferred has often been relatively marginal, in Brazil, for example, “the diversified commercial farming required in the farm plans has not emerged and, instead, subsistence crop production has dominated the actual farm projects” (Borrás 380). Where re-peasantization does occur, extension packages

are heavily weighted towards promoting agroexporting (Rosset 2001), the very model that is symptomatic of the global farm crisis.

The corporatization of agriculture - sanctioned by WTO trade rules, prosecuted by the development establishment via states requiring foreign exchange, and enabled by financial liberalization, has been globally synchronized to the detriment of farming populations everywhere. Rising agricultural productivity ratios across high-and low-input farming - from 10:1 in 1940 to 2000:1 in the early 21st century (Amin 2003, 2) - have underwritten and been underwritten by withdrawal of public support for small farmers, trade liberalization, and outright dumping of Northern food surpluses. This contributes to a radical decoupling of urbanization from industrialization, such that 43% of the global South's population dwells in slums (Davis 2006, 13; Vidal 2003). The transnational peasant coalition, La Vía Campesina, has noted that "the massive movement of food around the world is forcing the increasing movement of people" (Vía Campesina 2000). Such a seemingly simple relationship goes to the heart of the global restructuring of capitalism, linking the commodification of food, a relentless assault on small/family/peasant farming, the "mass production of slums" (Davis 2006, 17), and the generation of a casualized, flexible labour force (McMichael 1999).

For Vía Campesina, then, the poverty associated with displacement is a palpable outcome, rather than the target, of neoliberal development. At the World Summit on Sustainable Development in Johannesburg, 2002, Vía Campesina observed,

The liberalization of trade and its economic policies of structural adjustment have globalized poverty and hunger in the world and are destroying local productive capacities and rural societies. It is unacceptable that the trade in foodstuffs continues to be based on the economic exploitation of the most vulnerable - the lowest earning producers — and the further degradation of the environment. Destruction of food production capacity in some regions is coupled with surpluses in others. Structural adjustment programmes, shifting domestic production to intensive production for exportation, are accelerated under the terms of the WTO and are forcing millions of peasants, small and medium-sized farmers and indigenous peoples into bankruptcy.

Programmatically, Vía Campesina, in demanding the exit of the WTO from agriculture, emphatically identifies the WTO not only with the intensification of corporate agriculture, but also as one of the key vehicles of impoverishment of agrarians. The global agrarian resistance, of which Vía Campesina is a significant element, is a direct expression of the destabilization of almost half of the world's population, and the ongoing generation of a global proletariat (in all its diversity). It gives voice to those who experience immiseration. But the voice carries a double message: commodification of food destabilizes peasant agriculture, and equating peasant agriculture with lack of development is impoverishing. It is impoverishing in reducing peasant farmers to individual market actors - considered superfluous if unable to compete in the (corporate) global market. This is not to say that the agrarian resistance does not recognize, or encounter, rural class inequalities. Rather, it politicizes impoverishment processes, relating them to the privatization of states and subordination of farming to the neoliberal model and its corporate beneficiaries (both foreign and domestic)².

One statement from a Vía Campesina chapter, the Thai Assembly of the Poor, notes,

The concept of neoliberalism aims at pressuring different countries in the world to open their domestic markets for international free trade based on the premise that "free markets" will foster higher investment, export, import,

² The Indian chapter of Vía Campesina, the Karnataka Rajya Raitha Sangha (KRRS), for example, traditionally dominated by rich farmers (whose populist rhetoric obscures social/class divisions), nevertheless espouses a neo-Gandhian vision of modernity based in agro-ecology and village self-reliance, within the theme of delinking from urban elites who represent the "weak capitalism" (*badakalu bandavala*) by which the KRRS characterizes India's dependent political-economy (see Assadi 1994).

and world trade. This in turn will supposedly lead to a solution to poverty and to an increase of income for the world's population ... During the years 1995 to 2003 many Thai farmers became heavily indebted and were unable to repay their debts, a consequence of trade policies on food and agricultural products. Major production resources such as land were lost by the small farmers (over 1.5 million farming households either became landless or did not have enough farmland). Their rights to use resources related to production, such as water, forest, local genetic, and coastal resources were also infringed on. The government should introduce policies to restore the economic condition of small farmers by providing fair allocation of these production resources to farmers, recognizing their rights as producers of society, and recognizing community rights in managing local resources (2005, 25, 31).

Aside from linking rural impoverishment to development outcomes of the neoliberal model, this kind of statement underlines Vía Campesina's view of "food sovereignty" as an alternative model based in the restoration of farmers' rights to be "producers of society." The most recent declaration of Vía Campesina concretizes this conception:

In the context of food sovereignty, agrarian reform benefits all of society, providing healthy, accessible and culturally appropriate food, and social justice. Agrarian reform can put an end to the massive and forced rural exodus from the countryside to the city, which has made cities grow at unsustainable rates and under inhuman conditions. (2006)

The attempt here is to transcend the reductionist discourse of development — in reducing peasant producers to individual market maximizers, in representing peasant agriculture as the poverty baseline upon which the "development ladder" rests (Sachs 2005)³, in assuming the singular viability of agribusiness in a world in which almost half of its population lives (precariously) by the land, and, finally in disregarding the link between agro-industrialization and the explosion of urban slums.

The Agrarian Question and Development

Current academic debates over the contemporary agrarian question are framed by an economic reductionism shared by neoliberal and orthodox Marxist perspectives on the transience of the "peasantry" (Araghi 1995). Arguably, this perspective is governed by the lens of capital accumulation - essentially that capitalism follows a path-dependent resolution of social forms into the capital-labour relation⁴, and/or that "peasants" are a historical anachronism, as scale is necessary to survive in the market or to realize the potential of "social labour." But the contemporary agrarian resistance challenges this ontology, confronting real material constraints, policy-driven assaults, and the ideologies that inform and legitimize these constraints and policies. The confrontation takes the form of an alternative politics and set of assumptions about what is possible on the land, and other forces and relations of social development⁵. This epistemic challenge perhaps constitutes the 21st-century variant of the agrarian question.

The classical conception of the agrarian question was capital's to resolve, through particular class transformation processes and political alliances within each nation-state. This

³ For an elaboration of this point, see McMichael (2005c).

⁴ Lenin made this claim in his richly documented scholarly polemic with the Narodniks, in *The Development of Capitalism in Russia* (see McMichael 1977). Note that this application of a theory of the development of capitalism, by deepening a home market, was specific to the period of nation-building in modern capitalist history, and that Lenin deployed Marx's theory to frame a political interpretation of Russian conditions. This was not a blueprint for other times and spaces.

⁵ For a comprehensive, historical representation of the late-20th-century agrarian question along these lines, see Araghi, 2000.

state-centric view discounted the role of imperialist relations during the era in which the agrarian question emerged. Clearly, England's agrarian question was resolved through its ability to colonize Ireland and its overseas empire through farmer settlement patterns or extraction of foodstuffs (Davis 2001; Denoon 1983), and resolution in Europe was conditioned by significant competition from the state-supported family farming system on the U.S. frontier transmitted by the competitive relations of a world wheat price (Friedmann 1978). Post-colonial states, with few exceptions (e.g., Tanzania, China) constructed in the Western image, adapted the idealized national economic development model, founded in a dynamic commercial relation between national industrial and agricultural sectors. Within this framework, green revolution technology was transferred to the Third World to modernize its farm sectors by constructing a capitalist farming class to provide urban classes with food. Land reform was implemented, with varying degrees of success, to transfer land from export to domestic staple crops, and to undercut rural rebellion. Complementing this development was a transnationalization of production and consumption relations, presaging a global food system institutionalized by the WTO's Agreement on Agriculture (Friedmann and McMichael 1989). In sum, despite, and perhaps because of, the attempt to construct home markets across the post-colonial state system, agriculture in the global South is subject to global political economic forces, including price and policy relations. Those forces constitute the "corporate food regime," which juxtaposes new circuits of food and of labour in the reproduction of global capitalism, dispossessing farmers as a condition for the consolidation of corporate agriculture, appropriating local knowledge, and eliminating local marketing systems with cheapened food imports and a "supermarket revolution" (McMichael 2005a).

Arguably, the corporate food regime catalyzes a new agrarian question, infused with, but not limited/reducible to, class relations, and certainly not resolvable within the framework of the national state (see also Araghi 2000). One key mechanism that disciplines states in the new poverty reduction-based global development project is monetary relations. In an era of financial deregulation (cf, sterling, or the Bretton Woods/dollar, monetary orders), states have surrendered sovereign ability to regulate the value of their currency to the financial markets, speculators, and credit-rating agencies alike, with the IMF performing the function of restructuring states to reproduce money⁶, by exploitation of labour and land across the world with decreasing regard for their sustainability. Here, not only is the "home market" an economic and political atavism, but ecological limits also expose the destructive relations of competition that have hitherto defined the capitalist state. For our purposes, the most obvious contradiction is the proliferation of what *Vía Campesina* chapters term "globe trotting food" (*Vía Campesina* (2006, 8 July) or "food from nowhere" (Bové and Dufour 2001), deepening agro-exporting patterns initiated in the colonial era, and contributing to redundant "food swapping" and destructive "food miles" that intensify the energy-intensive impact of industrial agriculture. Thus Greenpeace's recent report, "Eating up the Amazon," notes that "Europe buys half the soya exported from the Amazon state of Matto Grosso, where 90% of rainforest soya is grown. Meat reared on rainforest soya finds its way onto supermarket shelves and fast food counters across Europe" (Greenpeace 2006, 5). And within this agro-export system, represented as the solution to food insecurity, transgenic agricultures are promoted at the expense of systems of biodiversity managed for centuries by local farming populations (see McMichael 2004).

Identifying the ecological dimension of the agrarian question, Candido Grzybowski, director of IBASE (Brazilian Institute of Social and Economic Analysis) in Rio de Janeiro, observed,

Probably in Brazil there exists no greater taboo than that centuries-old question, the agrarian question. But there is no question that is more current because it is not limited to the coun-tryside itself, to its population ... The modernity of the MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

⁶ This function is no longer uncontested, as, since the 1997 Asian financial crisis, following Malaysia's example of avoiding structural adjustment, some states have either ceased borrowing (e.g., Thailand, the Philippines, China, and India) and some (Brazil and Argentina) have discounted their liabilities to the IMF.

Terra (Landless Workers' Movement)] consists in questioning us about this, about the past of our agrarian origins and about the future in the use of our natural resources, with the question of land at the center. Even directly confronting the land owners... the landless, on occupying ranches, bring to the surface a fundamental question about the possibility of sustainable democratic development in Brazil. We are, of the large countries of the world, the least demographically dense, the most privileged in terms of natural resources - land, water, biodiversity - and at the same time, the most unequal and tragically, the most predatory. For how long, in the name of an even more narrow vision, will we be able to maintain the right to act on this part of Planet Earth in a way that is so socially and ecologically irresponsible? (2004)

Perhaps the Brazilian landless-workers movement, the largest of the *Vía Campesina* chapters, did not set out originally to resolve the ecological crisis. Nevertheless, "scaling down" is a condition for global environmental responsibility. While the MST is now experimenting with agro-ecological methods, its social challenge to the agribusiness model includes the possibility of reducing the unsustainable, centralizing extractive methods of global agro-industrialization.

The social challenge is to reverse the patterns of social reproduction visited upon rural (and urban) populations by the corporate food regime. In addition to the conversion of producing regions to agro-exporting, and the undermining of local provisioning, farmers are displaced en masse into new off-farm labour circuits (retailer-controlled plantations, new rural industries, migration). Whether peasantries are being eliminated, semi-proletarianized, or reproduced through "petty commodity production" is the subject of continuing debate (see Moyo and Yeros 2005). In this debate, the agrarian question is posed either in its classical form, where capitalism follows a pathdependent pattern (Brass 2000), resolving all social forms into the capital-labour relation, or as an as yet unresolved "agrarian question of labour," reflecting a central contradiction of global capitalism, namely its failure to adequately reproduce its labour force (Bernstein, 2004). Either way, the agrarian question is viewed primarily through a lens that presents the capital/labour relation. Bernstein, in characterizing the agrarian question as a one of social reproduction rather than simply capitalist transition, acknowledges the global conjuncture whereby capital is centralizing by fragmenting labour under conditions of "massive development of the productive forces in (advanced) capitalist agriculture" (2004, 202). Under these conditions, Bernstein claims, the "agrarian question of labour" asserts itself, "manifested in struggles for land against 'actually existing' forms of capitalist landed property" (2004, 202). If one asks why labour would struggle for land, rather than adequate employment, the limits of this formulation become clear.

The problem with formulating the agrarian question as one to be resolved by capital and/or labour is that it reproduces the reductionism in conventional conceptions of development. In either case, peasants are ultimately redundant within the march of capitalist modernity. Certainly, where peasants reproduce themselves with off-farm labour, they inhabit capitalist relations, but this is a concrete, historical circumstance, not necessarily a *historicist* trend. Where the abstracted condition of labour under 21st century capitalism is increasingly casual, flexible, and mobile, the participation of peasant households in these circumstances does not necessarily alter the *concrete* value peasants ascribe to retaining their relationship to the land. Labour struggles to limit the working day revealed "for Marx [that] the history of capital is not a teleology independent of class struggle ... but is precisely the conjunctural and concrete result of class struggle" (Beverly 2004, 265). Analogously, peasant resistance to global capital occurs within its relations of subjection, but not necessarily within the *terms* of those relations, in particular the ontology of capitalism and its accumulation imperatives (Beverly 266). As suggested earlier, the modernity of the MST, and its agrarian allies, is not limited to or by a modernity premised on the progressive "development of the forces of production." *Vía Campesina* movements question the singularity of that vision by practising

an alternative form of modernity based on reversing, or denaturalizing⁷, the act of dispossession, and limiting their subjection to capital. This, arguably, is the new agrarian question.

Central to this new agrarian question is recognition that capital's power depends on the social discipline of the market, and its political instrument, the WTO, as the "collective state" that concentrates the rationalizing force of capitalist modernity, producing the autonomous liberal subject as the (abstract) embodiment of development. By reasserting the politics of the "peasant way," in this conjuncture, the agrarians reformulate the political terms of resistance (Patel 2006; Petras 1997). Neither labourers demanding a limit to the working day, nor a revolutionary subject formed by capital, the agrarian resistance rejects the temporality of capitalist modernity that regards peasants as pre-modern, and the spatiality that removes and divides humans from nature. In fact, the modernity of the "peasant way" is precisely to reassert concrete solidaristic subjectivities that reintegrate the human/ecological divide through reconstituting spaces of resistance (McMichael 2006). Thus *Vía Campesina* (2006)⁸ states,

No agrarian reform is acceptable that is based only on land distribution. We believe that the new agrarian reform must include a cosmic vision of the territories of communities of peasants, the landless, indigenous peoples, rural workers, fisherfolk, nomadic pastoralists, tribes, afro-descendants, ethnic minorities, and displaced peoples, who base their work on the production of food and who maintain a relationship of respect and harmony with Mother Earth and the oceans.

In countering formal understandings of land reform, whether state-sponsored or market-sponsored in the "willing seller, willing buyer" version promoted by the Bank, the agrarians draw on *substantive* conceptions of rights, economies, and ecological relations (see Otero 2003). Place, with its concrete value, is opposed to the abstractions of capitalist modernity. Annette Desmarais, chronicler of the *Vía Campesina*, reports that this peasant model

does not entail a rejection of modernity, technology and trade accompanied by a romanticized return to an archaic past steeped in rustic traditions [but is based on] ethics and values where culture and social justice count for something and concrete mechanisms are put in place to ensure a future without hunger. (2003, 110)

Rather, a privatized modernity that erases local knowledge is the modernity in question, and the *Vía Campesina* is "engaged in building different concepts of modernity from their own, alternative and deeply rooted, traditions" (Desmarais 110). The *Vía Campesina* vision is for "the right of peoples, communities and countries to define their own agricultural, labour, fishing, food and land policies which are ecologically, socially, economically and culturally appropriate to their unique circumstances" (quoted in Ainger 2003, 11). In other words, while demanding that such rights be formally guaranteed, the substantive content of rights remains to be determined by the communities and countries themselves (see Patel and McMichael 2004, 249).

⁷ Gill Hart (2005) argues that dispossession is not necessarily a 'natural' precursor of industrial development, based on the Taiwanese model of land reform subsidizing rural industrialization, reproduced in South African experience by Taiwanese émigré industrial capitalists. While this is an interesting formulation for the specific case of land distribution to those dispossessed by previous apartheid policies (beyond creating a black commercial farming class), it maintains the industrial dimension of the development narrative, and is perhaps an example of Bernstein's "agrarian question of labour."

⁸ Technically this is not a *Vía Campesina* document and position alone. The document cited here and elsewhere is by the International Planning Committee on Food Sovereignty, a coalition of more than 500 (highly heterogeneous) rural organizations. *Vía Campesina* is just one of these organizations, although quite influential within.

Ultimately, the preservation, or reclamation, of the peasant way is entwined with a politics framed by dispossession (both material and ideational/spiritual) and its enabling institutional politics. This is not an abstract ideal, rather a historically specific form of struggle. Here *Vía Campesina* politics challenges the modern state: its authorship of WTO rules, its complicity in the deepening of global circuits of food, its historic erasure of differential ethnic histories through the citizenship relation, and its reduction of contemporary citizenship to a relationship of individual consumption of market services under the auspices of “governance.” But, as the MST experience shows, while the agrarians may challenge the neoliberal dimensions of the modern state, they cannot ignore its jurisdictional authority. Rather, they seek to transform that authority by a historic intervention⁹. The most recent *Vía Campesina* declaration of March 2006 challenges states to respect food sovereignty, but, by challenging the state *system* to enable this goal observes that the “state must play a strong role in policies of agrarian reform and food production,” and to accomplish this,

states have the right and the obligation to sovereignty, to define, without external conditions, their own agrarian, agricultural, fishing and food policies in such a way as to guarantee the right to food and the other economic, social and cultural rights of the entire population.

On the other hand, the obligation to sovereignty entails recognizing the “laws, traditions, customs, tenure systems, and institutions, as well as the recognition of territorial borders and the cultures of peoples” (2006). The appeal to territoriality represents a substantive demand to affirm citizenship as a basic national and human right, but also as a vehicle for the sovereign rights of minorities (see Petras and Veltmeyer 2003, 195), creating pluri-national states as a precondition for protecting and sustaining peasant spaces to overcome the crisis that is neoliberal development.

Reconstituting peasant spaces is both material and ideological — and ranges from land reform through land occupations to cross-border networks of farmer-knowledge (Holt-Giménez 2006) and *domestic* fair trade schemes (Barkin 2002). Regional autonomy movements, such as the Zapatista rebellion, combine territorial mobilization with “historical memory, cultural practices and political norms as much as on legal norms” (Harvey 1999, 28). And national movements pursue political strategies geared to reconstituting the state. Thus Mexico’s El Barzón debtor insurgency in the 1990s linked *campesinos* with other social groups suffering from withdrawal of public subsidies (Williams 2001), and the MST redefines the “rural” as an occupied civic base challenging Brazilian class and neoliberal politics. From here the MST links “what it calls the struggle for the land with the struggle on the land” (Flávio de Almeida and Sánchez 2000), developing co-operative forms of rural labour, producing staple foods for the working poor, and building alliances with, and offering livelihood security to, the urban unemployed (Wright and Wolford 2003).

Territorialism and “food sovereignty,” while obtaining meaning, and implemented, within states, directly implicate international political economic relations. Food sovereignty counterpoints corporate relations of production and consumption of food, and its enabling neoliberal infrastructure and discourse of “food security”¹⁰. Realization of food sovereignty in its multiple guises on local and national scales expresses an alternative and decentralized implementation of food security, where material needs are not subordinated to the global market, but embedded in agro-ecology and the ecology of co-operative labour and knowledge systems¹¹. The *Vía Campesina* maintains that “food sovereignty is not just a

⁹ Petras and Veltmeyer (2003) rightly situate peasant resistance in relation to the state, but I would develop this by arguing that the agrarians are politicizing “the state” through attempts to transform its internal and external relations, within this world-historical juncture. For elaboration, see McMichael (2005b).

¹⁰ For elaboration, see McMichael (2003).

¹¹ See Rosset (2006) for an extended account of the environmental, and productivity, benefits of small-holding, offering “a powerful argument that land reform to create a small farm economy is not only good for local economic development, but is also more effective social policy” reducing pressure on cities.

vision but is also a common platform of struggle that allows [us] to keep building unity in our diversity ... Agrarian reform and food sovereignty commit us to a larger struggle to change the dominant neoliberal model ... [and] we will carry these conclusions back to debate with our social bases, and will use these ideas to confront the policies of international bodies like the FAO, and our governments” (2006). Food sovereignty would subordinate trade relations, re-politicizing access to credit, land, and viable prices to be set by rules of fair trade negotiated in the United Nations Conference on Trade and Development, rather than the WTO, subject to farmer input (see Bové and Dufour 2001). These interventions amount to a “political economy of representation,” focusing on counter-posing the “peasant way” to the corporate food regime, uniting distinct and autonomous struggles anchored in a “practical ethics of peasant movement solidarity” (Patel 2006, 71). Thus the agrarian question is informed by a distinctive and strategic revaluing of (rural) diversity across the state system, to be sanctioned by a democratic multilateralism based in a transformation of the state/development project.

Conclusion

In this world-historical conjuncture, agrarian resistances hold a mirror to the dominant narrative, both left and right, that views the future of the peasantry through the lens of capital accumulation. The political economy of representation animating the agrarian counter-movement problematizes this narrative and its telos regarding the transience of peasantries, foreclosing *campesino* futures. In contesting the policies and effects of neoliberal capitalism, the agrarians reorient the future by weaving an alternative, agrarian-centred narrative to the capitalist narrative. Stalling the conventional scenario of the twilight of the peasantry (see Hobsbawm 1994; critiqued by Bernstein 2000), by reasserting political identities combining culturally informed themes with conjunctural politics, the agrarians offer alternatives to the social and ecological catastrophes of neoliberal capitalism¹².

This historic intervention is formed and informed by the failure of neoliberalism to realize its ideologized promise of development, and its explicit betrayal of that promise through schemes of poverty reduction that ruthlessly attack the poor under the guise of empowerment and market access (Cammack 2002). At the same time, Vía Campesina has always situated that failure in relation to a longer-term assault on indigenous peoples, formerly known, in post-colonial language, as the “wretched of the earth.” In 1996, at its International Conference in Mexico, Vía Campesina declared,

Land, wealth and power in the hands of large land owners and transnational corporations unjustly denies peasants and farmers the possibility of controlling their own destinies. The policies of dumping, endemic situations of poverty and marginalization, increased in the third world by foreign debt, are destroying the hope of millions. Serious social deficiencies and lack of basic services together with the oppression of ethnic minorities and indigenous populations aggravate situations of injustice and frustration. The prevalent and increasing incidence of racism in the rural world is unacceptable.

The 21st-century agrarian question, based in the multiple peasant forms of resistance, combines class, ethnic, gender, and ecological perspectives in a solidary attempt to reframe the discourse and material relations of “development.” In representing “peasants” and ecology as casualties of neoliberal development, and yet as foundations of a new development trajectory, the agrarian countermovement problematizes development’s fixation on accumulation and the construction of the rational, developed subject. The implication is

¹² While the future does not depend solely on the agrarians, one might say that this counter-movement represents the “canary in the mine” insofar as the colonization of the countryside, via the neo-liberal project, registers a significant threshold of destabilization of social, demographic, and ecological relations.

that the lens of capital is no substitute for Marx's methodical demystification of the accumulation imperative and its fetishisms. Once accomplished, such demystification replaces historicist representations of capitalist modernity with an alternative paradigm based in the multi-perspectival politics (Ruggie 1993) of globally networked movements such as Vía Campesina. The tactical, single-point perspective to challenge corporate "food security" with the unifying principle of "food sovereignty" complements and enables the realization of a multiplicity of social and ecological relations that, together, seek to survive and transcend the crisis of the neoliberal project. To reverse the modernist assumption that the agrarian question is for capital to resolve is a significant step in that direction.

References

- Abrahamsen, Rita (2004). "Review Essay: Poverty Reduction or Adjustment by Another Name?" *Review of African Political Economy* 99: 4–187.
- Ainger, Katherine (2003). "The New Peasants' Revolt." *New Internationalist* 353: 9–13.
- Amin, Samir (2003). "World Poverty, Pauperization and Capital Accumulation." *Monthly Review* 55 (5): 1–9.
- Araghi, Farshad (2000). "The Great Global Enclosure of Our Times: Peasants and the Agrarian Question at the End of the Twentieth Century." In *Hungry for Profit: The Agribusiness Threat to Farmers, Food and the Environment*, ed. Fred Magdoff, John Bellamy Foster, and Frederick H. Buttel, 145–60. New York:Monthly Review.
- (1995). "Global De-Peasantization, 1945–1990." *Sociological Quarterly* 36 (2): 337–68.
- Arrighi, Giovanni (1982). "A Crisis of Hegemony." In *Dynamics of Global Crisis*, ed. Samir Amin, Giovanni Arrighi, Andre Gunder Frank, and Immanuel Wallerstein. New York:Monthly Review.
- Assadi, Muzaffa (1994). "'Khadi Curtain,' 'Weak Capitalism,' and 'Operation Ryot': Some Amiguities in Farmers' Discourse, Karnataka and Maharashtra 1980–93." *Journal of Peasant Studies* 21 (3–4): 212–27.
- Barkin, David (2002). "The Reconstruction of a Modern Mexican Peasantry." *Journal of Peasant Studies* 30 (1): 73–90.
- Bernstein, Henry (2004). "'Changing Before Our Very Eyes': Agrarian Questions and the Politics of Land in Capitalism Today." *Journal of Agrarian Change* 4 (1–2): 190–225.
- (2000). "'The Peasantry' in Global Capitalism: Who, Where, and Why?" In *Socialist Register 2000: Working Classes Global Realities*, ed. Leo Panitch and Colin Leys, 25–51. London:Merlin.
- Beverly, John (2004). "Subaltern Resistance in Latin America: A Reply to Tom Brass." *Journal of Peasant Studies* 31 (2): 261–75.
- Borras, Saturnino Jr. (2003). "Questioning Market-Led Agrarian Reform: Experiences from Brazil, Colombia and South Africa." *Journal of Agrarian Change* 3 (3): 367–94.
- Bové, J., and F. Dufour (2001). *The World Is Not for Sale*. London: Verso.
- Brass, Tom (2000). *Peasants, Populism and Postmodernism: The Return of the Agrarian Myth*. London: Cass.
- Bryceson, Deborah Fahy (2000). "Disappearing Peasantries? Rural Labour Redundancy in the Neo-Liberal Era and Beyond." In *Disappearing Peasantries? Rural Labour in Africa, Asia and Latin America*, ed. Deborah Bryceson, Cristóbal Kay, and Jos Mooij, 299–326. London: Intermediate Technology Publications.

- Cameron, Angus, and Ronen Palan (2004). *The Imagined Economies of Globalization*. London: Sage.
- Cammack, Paul (2002). "Attacking the Global Poor." *New Left Review* 13: 125–34.
- Davis, Mike (2006). *Planet of Slums*. London: Verso.
- (2001). *Late Victorian Holocausts: El Nino Famines and the Making of the Third World*. London: Verso.
- Denoon, Donald (1983). *Settler Capitalism: The Dynamics of Dependent Capitalism in the Southern Hemisphere*. Oxford: Clarendon.
- Desmarais, Annette A. (2003). "The Via Campesina: Peasants Resisting Globalization." PhD diss., University of Calgary. Forthcoming as *The Power of Peasants: The Via Campesina Resisting Globalization*. Black Point, NS: Fernwood Publishing.
- Drainville, André (1995). "Of Social Spaces, Citizenship, and the Nature of Power in the World Economy." *Alternatives* 20: 51–79.
- Escobar, Arturo (1995). *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press.
- Flávio de Almeida, Lúcio, and Félix Ruiz Sánchez (2000). "The Landless Workers' Movement and Social Struggles against Neoliberalism." *Latin American Perspectives* 27 (5): 11–32.
- Friedmann, Harriet (1978). "World Market, State and Family Farm: Social Bases of Household Production in an Era of Wage Labour." *Comparative Studies in Society and History* 20 (4): 545–86.
- Friedmann, Harriet, and Philip McMichael (1989). "Agriculture and the State System: The Rise and Fall of National Agricultures, 1870 to the Present." *Sociologia Ruralis* 29 (2): 93–117.
- Greenpeace (2006). "Eating up the Amazon." Amsterdam: Greenpeace International. <<http://www.greenpeace.org/international/press/reports/eating-up-the-amazon>>.
- Grzybowski, Candido (2004). "Taboo in the Countryside, Thank You MST." Land Action Research Network. <<http://www.landaction.org/display.php?article=210>>.
- Hart, Gillian (2005). "Denaturalising Dispossession: Critical Ethnography in the Age of Resurgent Imperialism." In *From Local Processes to Global Forces*, 1–25, Research Reports, 1. Durban: Centre for Civil Society.
- Harvey, Neil (1999). *The Chiapas Rebellion: The Struggle for Land and Democracy*. Durham: Duke University Press.
- Hobsbawm, Eric (1994). *The Age of Extremes: The Short Twentieth Century 1914–1991*. London: Abacus.
- Holt-Giménez, Eric (2006). *Campesino a Campesino: Voices from Latin America's Farmer to Farmer Movement for Sustainable Agriculture*. San Francisco: Food First Books.
- Kohl, Benjamin, and Linda Farthing (2006). *Impasse in Bolivia: Neoliberal Hegemony and Popular Resistance*. London: Zed.
- Marx, Karl (1967). *The Eighteenth Brumaire of Louis Napoleon*. Moscow: Progress.
- McMichael, Philip (2006). "Peasant Prospects in a Neoliberal Age." *New Political Economy* 11 (3): 407–18.
- (2005a). "Global Development and the Corporate Food Regime." In *New Directions in the Sociology of Global Development*, ed. Frederick H. Buttel and Philip McMichael, 265–300. Oxford: Elsevier.

- (2005b). “Globalization,” in *The Handbook of Political Sociology*, ed. Thomas Janoski, Robert Alford, Alexander Hicks, and Mildred Schwartz. New York: Cambridge University Press.
- (2005c). Review of *The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time* by Jeffrey D. Sachs. *International Journal of Comparative Sociology* 46 (4): 347–55.
- (2004). “Biotechnology and Food Security: Profiting from Insecurity?” In *Global Tensions: Challenges and Opportunities in the World Economy*, ed. Lourdes Beneria and Savitri Bisnath. New York: Routledge.
- (2003). “Food Security and Social Reproduction.” In *Power, Production and Social Reproduction*, ed. Stephen Gill and Isabella Bakker. New York: Palgrave MacMillan.
- (1999). “The Global Crisis of Wage Labour.” *Studies in Political Economy* 58: 11–40.
- (1977). “The Concept of Primitive Accumulation: Lenin’s Contribution.” *Journal of Contemporary Asia* 7 (2): 497–512.
- Menon, Gayatri (2001). “The Multivalency of Microcredit: The Cultural Politics of Credit and Citizenship in India.” Master’s thesis, Cornell University, New York.
- Moore, David (2004). “The Second Age of the Third World: From Primitive Accumulation to Global Public Goods?” *Third World Quarterly* 25 (1): 87–110.
- Moyo, Sam, and Paris Yeros, eds. (2005). *Reclaiming the Land: The Resurgence of Rural Movements in Africa, Asia and Latin America*. London: Zed.
- Otero, Gerardo (2003). “The ‘Indian Question’ in Latin America: Class, State and Ethnic Identity Construction.” *Latin American Research Review* 38 (1): 248–66.
- Patel, Rajeev (2006). “International Agrarian Restructuring and the Practical Ethics of Peasant Movement Solidarity.” *Journal of Asian and African Studies* 41 (1–2): 71–93.
- Patel, Rajeev, and Philip McMichael (2004). “Third Worldism and the Lineages of Global Fascism: The Regrouping of the Global South in the Neoliberal Era.” *Third World Quarterly* 25 (1): 231–54.
- Petras, James (1997). “Latin America: The Resurgence of the Left.” *New Left Review* 223: 17–47.
- Petras, James, and Henry Veltmeyer (2003). *System in Crisis: The Dynamics of Free Market Capitalism*. London: Zed.
- Rosset, Peter (2006). “Agrarian Reform and Food Sovereignty: Alternative Model for the Rural World.” Presentation to Annual Conference of the Center for Latin American Studies of the University of Florida.
- (2001). “Tides Shift on Agrarian Reform: New Movements Show the Way.” *FoodFirst* 7 (1): 1–8.
- Ruggie, John Gerard (1993). “Territoriality and Beyond: Problematizing Modernity in International Relations.” *International Organization* 47 (1): 139–74.
- Sachs, Jeffrey (2005). *The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time*. New York: Penguin.
- Saul, John S. (2004). “Globalization, Imperialism, Development: False Binaries and Radical Resolutions.” In *Socialist Register*, ed. Leo Panitch and Colin Leys. London: Merlin.
- United Nations (2000). “Millennium Report of the Secretary General of the United Nations.” <<http://www.un.org/millennium/sg/report/>>

Vía Campesina (2006). “Sovranita Alimentare, Final Declaration.” <http://www.viacampesina.org/main_en/index.php?option=com_content&task=view&id=180&Itemid=27>

——— (2005). *Impact of the wto on Peasants in South East Asia and East Asia*. <<http://viacampesina.org/en/images/stories/lvcbooksonwto.pdf>>

——— (2002). “Proposals of Vía Campesina for Sustainable, Farmer Based Agricultural Production.” World Summit on Sustainable Development, Johannesburg. <http://www.viacampesina.org/main_en/index.php?option=com_content&task=view&id=50&Itemid=27>

——— (2000, 6 October). Bangalore Declaration. <http://viacampesina.org/main_en/index.php?option=com_content&task=view&id=53&Itemid=28>

——— (1996). Tlaxcala Declaration of the Via Campesina, International Conference of the Vía Campesina, Mexico, 18–21 April.

Vidal, John (2003). “Beyond the City Limits.” *Guardian Weekly*, 17–23 September, 17–18.

Williams, Heather L. (2001). *Social Movements and Economic Transition: Markets and Distributive Conflict in Mexico*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wolfensohn, James (2000). “Rethinking Development: Challenges and Opportunities.” Paper presented at the Tenth Ministerial Meeting of unctad, Bangkok, 16 February. <<http://www.tradeobservatory.org/showFile.php?RefID=24663>>

Wright, Angus, and Wendy Wolford (2003). *To Inherit the Earth: The Landless Movement and the Struggle for a New Brazil*. San Francisco: FoodFirst Books.

Recebido em maio de 2007

Aprovado em maio de 2007

De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano

Emilia Moreira

Doutora em Geografia (Estudos da América Latina) pela Université de Paris III (1988)
Professora do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Endereço: Av. Castelo Branco, João Pessoa, Paraíba, Brasil. CEP.58059-900. Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba (Campus I)
Telefone: (83) 3216-7432, Ramal: 25. Fax: (83) 3216-7750.
Endereço eletrônico: erodat@hotmail.com

Ivan Targino

Doutor em Economia pela Université Paris I (1982)
Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPB
Endereço eletrônico: ivantarginomoreira@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo procura analisar os avanços e desafios da agricultura camponesa na região semi-árida da Paraíba, enquanto etapas da construção/consolidação de “Territórios de Esperança”. Ele parte da discussão sobre a concepção de espaço e território na busca da construção do conceito de “Território de Esperança”. Em seguida resgata o processo histórico de produção do espaço agrário do semi-árido paraibano e as mudanças recentes na sua organização, aborda a política fundiária do Estado, evidenciando os seus resultados através da criação de assentamentos rurais, no período de 1985 a 2005 e, por último, apresenta algumas estratégias de viabilização dos assentamentos e da agricultura camponesa em geral enquanto forma de consolidação dos “Territórios de Esperança”.

Palavras-chave: território; campo; semi-árido; política fundiária; assentamentos rurais.

Resumen

De territorio de explotación a territorio de esperanza; organización agraria y resistencia campesina en la región semiárida de Paraíba

Este artículo busca analizar los avances y desafíos de la agricultura campesina en la región semiárida de Paraíba, como etapas de la construcción/consolidación de "Territorios de Esperanza". Parte de la discusión sobre las concepciones de espacio y territorio buscando construir el concepto de "Territorio de esperanza". A continuación recupera el proceso histórico de la producción del espacio agrario de la región semiárida y las transformaciones recientes de su organización; aborda la política agraria del Estado, evidenciando los factores de presión para tal acción y sus resultados a través de la creación de asentamientos rurales, en el período de 1985 a 2005 y, por último, presenta algunas de las estrategias viables para asentamientos y para la agricultura campesina en general, como formas de consolidación de los "Territorios de Esperanza".

Palabras clave: territorio; campo; región semiárida; política agraria; asentamientos rurales.

Abstract

From exploitation territories to ones of hope: Agrarian organization and peasant resistance in semi-arid Paraíba

The aim of this article is to analyze the conquests and challenges of peasant agriculture in the semi-arid areas of Paraíba state as steps in the construction/consolidation of “Territories of Hope.” It begins with a discussion of the conceptualization of space and territory as it seeks to construct the “Territories of Hope” concept. Furthermore, it surveys the history of the production of agricultural space in semi-arid Paraíba, including recent changes in its organization. It reviews state land policy, emphasizing the effects of the growth of agrarian reform settlements in the period 1985 to 2005. Finally, it presents some strategies for consolidating the viability of the settlements and peasant agriculture in general as “Territories of Hope.”

Keywords: territory; countryside; semi-arid areas; land policy; rural settlements.

Construindo o conceito de Território de Esperança: um processo inicial de reflexão

Este trabalho tem como objetivo analisar os avanços e os desafios da agricultura camponesa na região semi-árida da Paraíba, enquanto etapas da construção/consolidação de “Territórios de Esperança”. Parte-se da discussão sobre a concepção de espaço e território de forma a possibilitar a construção do conceito de “Território de Esperança”¹. Mais precisamente, tomou-se como base dessa construção a concepção de espaço desenvolvida por Milton Santos. Segundo esse autor, o espaço é socialmente produzido, isto é, “criado pelo trabalho humano como natureza segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada” (SANTOS, 1980: p.163), ou ainda, é “o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais” (SANTOS, 1996: p.71). Visto por este prisma, o espaço é compreendido na sua indissociabilidade com o tempo, indissociabilidade esta que se realiza, segundo Santos (1997), por intermédio das técnicas. Nesse sentido, o espaço é entendido como coexistência de tempos, tempos tecnológicos diferentes,

que cohabitam, resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema ou na rede mundial (mundo globalizado), bem como resultando diferentes ritmos e coexistências nos lugares. Estas diferentes formas de coexistir constituem materializações diversas, por consequência espaço(s) geográfico(s) complexo(s) e carregado(s) de heranças e de novas possibilidades. (SUERTEGARAY, 2001)

Assim sendo, o espaço geográfico e o espaço agrário como um dos seus segmentos não constituem algo dado e acabado, mas algo dinâmico, determinado historicamente, um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens através do processo de trabalho ao longo do tempo histórico.

No que se refere ao território, seu conceito foi formulado ainda no século XVII pelas ciências naturais, a Botânica e a Zoologia, para designar a área de influência e de predomínio de um determinado grupo de espécie animal ou vegetal.

¹ Não é pretensão deste artigo discutir em profundidade o conceito de “território de esperança”, mas tão somente enunciá-lo. Isto porque o mesmo deverá ser amplamente discutido no âmbito do projeto de pesquisa “Territóri(os) de Esperança” aprovado pelo CNPq para ser desenvolvido por Emilia Moreira junto ao PPGG/UFPB.

Na Geografia, coube a Friedrich Ratzel, no final do século XIX, a primeira sistematização do conceito de território. Para ele, o território representa não só as condições de trabalho e de existência de um povo como também um dos elementos fundamentais da formação e da garantia de existência do Estado. Ele coloca no centro de suas análises a necessidade de domínio territorial pelo Estado e estabelece que as possibilidades de progresso ou a inviabilização de uma dada sociedade dependem dos limites e das potencialidades impostos pelas condições naturais. Desse modo, o território é para Ratzel, um “espaço vital” que tem como referência básica a relação entre sociedade e recursos disponíveis (RATZEL, F. apud CAPEL, 1981). Essa concepção clássica de território acha-se relacionada à idéia de natureza e sociedade configuradas por um limite de extensão do poder, caracterizando-se, dessa forma, como um conceito político.

Negligenciada durante muito tempo, a questão do território emerge na atualidade de forma vigorosa, na esteira das mudanças econômicas, sociais e políticas que se processam em nível global. A discussão, porém, tem se pautado por uma falta de consenso sobre o seu significado, resultando numa multiplicidade de enfoques e conceitos. Numa tentativa de sistematização, Haesbaert (1997) agrupou as abordagens conceituais mais utilizadas em três vertentes, por ele, consideradas como básicas: a jurídico-política, a cultural (ista) e a econômica.

A abordagem jurídico-política, mais tradicionalmente difundida, focaliza o território “a partir de sua natureza política vinculada às concepções de Estado e fronteira” (HAESBAERT, 1997: 33).

A abordagem cultural (ista) de território é aquela que prioriza a identidade espacial como produto de uma apropriação da dimensão simbólica e mais subjetiva do espaço. Embora esta abordagem tradicionalmente tenha se colocado em oposição à abordagem naturalista, ela também valoriza a relação do homem com a terra, com o seu espaço, através dos sentidos e da sua sensibilidade. O território é entendido “como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço” (HAESBAERT, 1997: 39) e é tratado não apenas como território, mas também como lugar,

um imperativo, não tanto para a sobrevivência física dos indivíduos, mas, sobretudo para o ‘equilíbrio’ e a harmonia homem-natureza, onde cada grupo social estaria profundamente enraizado a um ‘lugar’ ou a uma paisagem, com a qual particularmente se identificaria (HAESBAERT, 2002: 118).

A abordagem econômica destaca a “desterritorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação entre capital-trabalho” (HAESBAERT, 1997: 40).

Apesar dessa tentativa de agrupar as diferentes abordagens conceituais de território, o próprio Haesbaert admite sua multidimensionalidade conceitual. Nessa multidimensionalidade, porém, dois aspectos estão sempre presentes: as noções de apropriação e de dominação. Nessa direção, destacam-se, entre outras, a posição de Raffestin, a de Lefèbvre, a de Milton Santos e a do próprio Haesbaert.

Raffestin distingue “territórios concretos” de “territórios abstratos” ao diferenciar espaço de território. O espaço seria “a realidade material preexistente” e o território o produto de uma ação social de apropriação do espaço que se dá tanto de forma concreta como abstrata (RAFFESTIN, 1993). Como tal, “se inscreve sempre num campo de poder não apenas no sentido de apropriação física, material (através das fronteiras jurídico-políticas, por exemplo), mas também imaterial, simbólica” (HAESBAERT, 1997: 40).

Lefèbvre distingue espaços dominados de espaços apropriados e considera que a apropriação e a dominação embora devessem aparecer juntas, a história (a da acumulação) é também a história da sua separação, da sua contradição (LEFÈBVRE, 1986) onde o dominante sempre ganha. Nesse sentido, segundo Haesbaert (1997), pode-se identificar no conceito de apropriação de Lefèbvre,

um processo efetivo de territorialização, que reúne uma dimensão concreta, de caráter predominantemente 'funcional', e uma dimensão simbólica, afetiva. A dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar (HAESBAERT, 1997: 41).

Haesbaert, na sua obra *Des-territorialização e identidade – a rede gaúcha no Nordeste*, ao descrever o que Santos chamou de “saga de duas regiões que se encontram” (SANTOS, apud HAESBAERT, 1997: 11), prioriza o caráter político-cultural do território presente nas abordagens de Lefèbvre e Raffestin, sem perder de vista o viés econômico que o envolve.

Milton Santos (1980: 189) distingue, de modo muito amplo, território de espaço, sendo o território “imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força”, que não tem necessariamente a mesma extensão através da história, porém, num certo momento, “representa um dado fixo”. Já o espaço é o território:

encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva de um povo – inclusive a situação atual – como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas (SANTOS, 1980:189).

Na Geografia Agrária brasileira, Ariovaldo Umbelino de Oliveira também buscou em autores como Raffestin e Lefèbvre bem como em Quaini, Chesnais, Lacoste, entre outros, a base sobre a qual assentou sua concepção de território. Para Oliveira, o território é concebido como:

síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação (OLIVEIRA, 2002:74).

Assim sendo, o território constitui-se como um:

produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (...) Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. (...) a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção, reprodução. (...) Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 2002:74-75).

Fernandes e Molina (2004) definem território “como o espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais”, sendo seu conceito “fundamental para compreender os enfrentamentos entre a agricultura camponesa e o agronegócio, já que ambos projetam distintos territórios” (53-54).

Sem negar a polissemia presente no termo território, considera-se, porém, a sua apreensão múltipla como a mais adequada. Isto na medida em que se entende a multiplicidade não como resultado da soma de idéias desagregadas, mas como a articulação de idéias que se fundem na busca da unidade, da totalidade. Assim, neste estudo, o território é entendido: a) como um espaço concreto, definido por fronteiras e

delimitado por e a partir de relações de poder que se estabelecem e se transformam ao longo do tempo histórico; b) como uma porção do espaço socialmente produzido, que exprime as características do espaço a que pertence, porém, destaca-se pela dimensão que assume enquanto objeto de disputa e de enfrentamentos. Nesse sentido, concorda-se com Raffestin de que o território é um produto de uma ação social de apropriação do espaço, que se dá tanto de forma concreta como abstrata. Cabe também aqui a noção de apropriação de Lefèbvre enquanto processo efetivo de territorialização, que assume também uma dimensão tanto concreta como simbólica; c) como um produto da luta de classes e do confronto entre capital e trabalho.

Essa forma de apreensão do território, quando aplicada ao estudo da questão agrária, permite, entre outros:

a) identificar os espaços de disputa e/ou de controle econômico, político e social dos grupos de confronto na questão da terra: de um lado, os latifundiários e, do outro, os camponeses, sejam eles pequenos produtores ou trabalhadores sem terra;

b) delimitar os espaços de disputa e/ou de controle econômico, político e social dentro do próprio grupo oligárquico regional;

c) perceber formas simbólicas-subjetivas de apropriação do território;

c) dar visibilidade aos processos responsáveis pelos enfrentamentos e disputas por frações do território;

d) identificar os processos de territorialização, des-territorialização e/ou re-territorialização, resultantes da luta entre capital e trabalho no campo.

Com base nesses pressupostos, entende-se que no campo, o “Território de Esperança” é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. Desse modo, “Território de Esperança” representa a superação do “Território de Exploração” gestado no semi-árido, desde o período colonial, e que tinha como marcas maiores a concentração fundiária, a subordinação do trabalho, a dependência cultural e política dos trabalhadores e pequenos produtores aos “coronéis”. Trata-se, na verdade, de uma forma experienciada de organização social singular, de ordem “da sensibilidade pessoal ou da criação, da invenção de um outro modo de relação social, de uma outra concepção do trabalho social, da cultura, etc.” (GUATTARI e ROLNICK 1986:281). Território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas.

É com base neste enfoque que este trabalho está pautado. Ele resgata o processo histórico de produção do espaço agrário do semi-árido paraibano e as mudanças recentes na sua organização. Em seguida, aborda a política fundiária do Estado e seus resultados através da criação de assentamentos rurais, no período de 1985 a 2005. Por último, apresenta algumas estratégias de viabilização dos assentamentos e da agricultura camponesa em geral enquanto forma de consolidação dos “Territórios de Esperança”. Para tanto, além de uma bibliografia de referência, foram utilizados dados colhidos na Superintendência Regional do Incra na Paraíba e informações obtidas junto aos agricultores, a representantes de ONGs e movimentos sociais através da pesquisa direta.

O semi-árido paraibano: identidade ambiental e configuração regional

A expressão “semi-árido” é utilizada comumente para designar um tipo climático caracterizado por forte insolação, temperaturas relativamente altas e um regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações num curto período. A esse tipo climático corresponde a formação vegetal de Caatinga, formação lenhosa, caracterizada por uma máxima adaptação dos vegetais à carência hídrica, com espécies, na sua maioria, caducifólias, espinhosas, com folhas pequenas ou de lâminas subdivididas, existindo, inclusive, algumas sem folhas (áfilas) para reduzir ao máximo a perda de água por transpiração. A sua fisionomia varia de acordo com as condições climáticas e edáficas.

Com essas características, são encontradas áreas da hinterlândia de todos os estados nordestinos (à exceção do Maranhão) e ainda o norte do estado de Minas Gerais, abrangendo uma superfície de aproximadamente 900 mil quilômetros quadrados. Trata-se do que se costumou designar de “região semi-árida do Nordeste”.

Para efeito de atuação do Estado brasileiro através de suas políticas públicas, várias delimitações do semi-árido nordestino têm sido efetuadas, via de regra, utilizando como suporte critérios naturais, tais como: pluviosidade (a isoietas de 800mm tem sido um dos indicadores mais utilizados para a delimitação regional), déficit hídrico, índice de aridez, risco de ocorrência de seca, etc. De acordo com cada critério ou conjunto de critérios usados, obtém-se um recorte regional diferenciado².

Evidentemente que a cada uma dessas delimitações realizadas corresponde uma região semi-árida na Paraíba. Para efeito deste estudo, porém, achou-se por bem utilizar o recorte regional efetuado pelo Governo do Estado, em 1997, no bojo do processo de construção de um plano de desenvolvimento estratégico estadual, uma vez que este levou em consideração não apenas critérios de ordem natural (baixos índices pluviométricos, irregularidade e frequência da ocorrência de secas) como social (as características das relações de produção) (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 1997). Como resultado, foram inseridos no semi-árido, os municípios que compõem as Mesorregiões da Borborema e do Sertão Paraibano e as Microrregiões do Curimataú Oriental e Ocidental, o que corresponde a uma superfície de 43.555km², que equivalem a 77,3% do total do território estadual (v.fig. 1).

Fig. 1 - Região semi-árida do estado da Paraíba



Mapa elaborado com base na delimitação realizada pelo Governo do Estado da Paraíba em 1997.

As subunidades espaciais contidas nesse recorte regional apresentam diversidades tanto do ponto de vista das condições naturais (ora correspondem a fossas tectônicas ora a

² Recentemente, o Ministério da Integração Nacional, apoiado em vários estudos, realizou uma nova delimitação do semi-árido nordestino, visando possibilitar a aplicação de políticas públicas sobre o mesmo. A esse respeito pode-se consultar:
<http://www.integracao.gov.br/publicacoes/desenvolvimentoregional/redelimitacao.asp>

brejos serranos, a superfícies elevadas aplainadas e a depressões; ora apresentam uma cobertura vegetal de caatinga hiperxerófito, ora hipoxerófito, com maior ou menor predomínio de cactáceas e bromeliáceas; em algumas áreas, predominam solos salinos, noutras, solos brunos não cálcicos, etc), como dos aspectos sociais e econômicos (formas de uso e ocupação do solo também diferenciadas, áreas mais ou menos povoadas, etc). Pode-se mesmo afirmar que o semi-árido na Paraíba, como de resto, todo semi-árido nordestino, é marcado pela pluralidade das características ambientais e sócio-econômicas.

O processo histórico de produção do território de exploração no semi-árido paraibano

É sabido que o processo de organização do espaço agrário do semi-árido paraibano foi comandado nos três primeiros séculos da colonização portuguesa pela exploração da pecuária. Esta atividade desenvolveu-se inicialmente na Zona da Mata, ligada à produção açucareira, uma vez que, além de alimento, fornecia-lhe a força motriz para girar as moendas e ainda era utilizada como meio de transporte fundamental para o aprovisionamento de madeira nos engenhos e para o transporte do açúcar até os portos de embarque (ANDRADE, 1986). O crescimento da atividade açucareira impôs a separação das duas atividades, dando origem a uma divisão regional do trabalho, impelindo a exploração pecuária para o interior da colônia.

A penetração do gado para o interior seguiu duas vias: a primeira de sentido leste-oeste seguiu o curso do rio Paraíba e a segunda procedente da Bahia adentrou o território de Pernambuco e na seqüência o da Paraíba. Essa última via foi, de fato, a principal corrente de povoamento das regiões dos rios Piranhas e Piancó no sertão paraibano (MOREIRA e TARGINO, 1997:68-70).

Da mesma forma do verificado na região litorânea, a penetração do processo de colonização em direção ao interior foi também acompanhada pelo rastro do sangue nativo. A reação do indígena sertanejo à sua transformação em cativo e pela defesa de suas terras deu origem à Confederação dos Cariris. Esta estendeu-se pelos sertões do Nordeste de 1680 a 1730, sendo considerada pelo historiador Irineo Joffily como "a maior guerra anti-colonialista que já se travou em território brasileiro"(1977). O saldo foi o extermínio desta população ou sua fuga do nosso território para terras que hoje compreendem o Estado do Rio Grande do Norte. Alguns historiadores chegam mesmo a atribuir a fraca contribuição nativa para a formação da sociedade sertaneja paraibana, à sua eliminação ou à sua expulsão promovida pela Confederação dos Cariris (MELO,1994:73-74).

Nas terras conquistadas dos índios, foram sendo instalados currais e erguidas capelas, dando origem aos núcleos de povoamento do sertão. A respeito da origem das cidades sertanejas, afirma Melo:

Se a de Nossa Senhora do Rosário representou, entre 1701 e 1721, no arraial do Piranhas, embrião da futura vila e cidade de Pombal, as capelas de Cabaceiras, em 1730, Jardim do Rio do Peixe (Souza), em 1732, Piancó, em 1748, Patos, em 1772, Catolé do Rocha e Santa Luzia, em 1773, e Monteiro, em 1800, significaram o elemento gerador dessas cidades (1994:75).

A atividade produtiva na região semi-árida da Paraíba organizou-se, portanto, com base na exploração da pecuária, tendo na fazenda a unidade fundamental da sua organização econômica, social, cultural e política. Suas principais características eram: a) instalação de grandes propriedades territoriais de baixa densidade populacional e econômica; b) baixo nível de capitalização, pois para constituir uma fazenda era preciso basicamente a construção de uma casa e do curral (PRADO, 1958:45); c) combinação do trabalho livre e escravo; d) cultivo de produtos alimentares básicos em pequena proporção no interior das fazendas em áreas de baixios; e) apesar do seu relativo isolamento, a atividade surge mantendo relações com o mercado, sobretudo através da venda do couro,

embora, em determinados momentos, ela tenha regredido para o que Furtado (1959) chamou de pecuária de subsistência.

A combinação desses fatores organizacionais e as limitações impostas pelo quadro natural vão dar surgimento a um povoamento disperso ainda que contínuo. Só com a difusão da cultura do algodão³ a partir do final do século XVIII, com o crescimento da demanda desse produto resultante da consolidação da indústria têxtil na Inglaterra, é que vai se constituir o sistema gado-algodão que caracterizou o uso dos recursos de todo o semi-árido paraibano até recentemente.

De fato, a atividade primária de toda a região sertaneja vai estar organizada a partir do tripé: gado, algodão, lavouras alimentares. A forma de exploração das grandes propriedades pode ser resumida da seguinte maneira: o gado era criado de forma extensiva, solto na caatinga, requerendo um pequeno número de trabalhadores para o seu trato e pertencendo, via de regra, ao proprietário; o algodão era cultivado tanto nas grandes quanto nas pequenas propriedades; quando cultivado nas grandes propriedades, o seu cultivo fazia-se sob a forma de parceria ou de arrendamento, ficando, portanto, os riscos da produção a cargo dos parceiros e arrendatários; a extração do sobre-trabalho era feita basicamente através dos mecanismos de comercialização, uma vez que a parte do produto, que cabia aos parceiros e aos arrendatários deveria ser comercializada diretamente com o proprietário.

As lavouras alimentares, por sua vez, eram exploradas diretamente pelos pequenos produtores independentes (pequenos proprietários e arrendatários) ou subordinados (parceiros e moradores).

Vê-se, portanto, que, com a difusão do algodão, consolidam-se as relações de trabalho características do semi-árido, a saber, os sistemas de parceria e de arrendamento. Mesmo antes da abolição da escravidão, essas relações de trabalho já estavam em curso. Com isto, não se está afirmando que a escravidão não teve peso na organização produtiva e social da região⁴, mas tão somente que, em virtude das condições sociais, culturais e econômicas aí vigentes, aquelas relações de trabalho já eram bastante difundidas, o que permite o entendimento de que a sociedade ali instalada apresentava um grau de estratificação bem menos rígido do que aquele encontrado na sociedade açucareira.

Outro aspecto que merece realce é o predomínio de uma estrutura de propriedade marcada, desde o início do processo de ocupação regional, pela grande propriedade latifundiária. A pequena produção surge atrelada ao latifúndio e dele dependente. Sua expansão acha-se ali relacionada à expansão dos sistemas de parceria e arrendamento, relações de trabalho características da região (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Aprofundamento recente das contradições do “território de exploração” no semi-árido paraibano

A literatura situa a década de sessenta do século XX, como um marco temporal importante no processo de modernização da agricultura brasileira. Nesse processo, foi fundamental a integração da agricultura com a indústria enquanto fornecedora de matérias-primas e absorvedora de insumos e equipamentos industriais. Para isso, contribuiu de forma significativa, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, que disponibilizou os recursos para as inversões necessárias na agricultura (DELGADO: 1985).

No caso específico do sistema gado-algodão, tem-se que a cotonicultura esteve estreitamente ligada ao setor industrial desde a sua consolidação, uma vez que o algodão era cultivado tendo em vista a sua utilização pela indústria têxtil. Embora houvesse essa

³ A cultura do algodão, produto já utilizado pelos índios, era também explorada enquanto produção de autoconsumo nos primeiros séculos da colonização portuguesa, com o objetivo de produzir tecidos grosseiros fabricados nos teares domésticos (TAKEYA, 1985:27).

⁴ Pesquisa realizada por Diana Galliza levanta evidências factuais que contestam a afirmação um tanto quanto difundida de que o trabalho escravo foi secundário na região sertaneja (GALLIZA:1986).

articulação, ela não se reverteu em impulso de mudanças no processo produtivo da lavoura do algodão. Ao contrário, as relações restringiam-se basicamente à área comercial, que, ao fornecer os recursos para o plantio e para os tratos culturais, garantia o aprovisionamento da matéria-prima para as unidades de beneficiamento instaladas em várias cidades do sertão (Cajazeiras, Souza, Pombal, Patos, Piancó, etc.). As formas de financiamento e comercialização, particularmente a prática de venda do algodão na folha⁵, constituíam-se em mecanismos de extração do sobretrabalho agrícola.

Como já ressaltado anteriormente, o trabalho agrícola no interior das grandes propriedades estava estruturado em torno dos sistemas de morada, de parceria e arrendamento, podendo ser encontradas as mais diferentes combinações: morador/parceiro, parceiros/arrendatários, parceiros ou arrendatários que possuíam moradores (no caso de arrendamentos de áreas maiores), etc.

As condições de trabalho e de vida no semi-árido, em anos normais de chuva, eram bem menos adversas do que aquelas existentes na zona canavieira, conforme atestam ANDRADE (1986) e CASTRO (1963). Na mesa do patrão, sentavam-se também os trabalhadores para comer o angu misturado com leite e com raspa de rapadura.

O padrão de organização agropecuária no semi-árido paraibano chega, portanto, à década de 70 sem sofrer grandes alterações a não ser pela introdução de novas raças de gado bovino (Gir e Nelore), mas mesmo assim de forma limitada. Na cotonicultura, as mudanças foram mínimas. Vale dizer que o processo de modernização da agricultura, iniciado na década de 60, não teve grandes repercussões no semi-árido, a não ser nos vales dos Rios do Peixe e Piranhas, onde foram instalados alguns projetos de irrigação públicos (São Gonçalo e Condado) e particulares, sobretudo nos municípios de Pombal, Jericó e São Bento.

De fato, a grande mudança na agricultura regional vai ocorrer a partir de 1985, com a disseminação do bicudo. Esta praga irá impor a quase completa extinção da cultura do algodão em todo o semi-árido paraibano. Para se ter uma idéia do que foi o impacto dessa praga na agricultura regional, basta ver o declínio experimentado pela área cultivada: entre 1990 e 2000, a redução da área plantada com algodão correspondeu a 99,8% na mesorregião do Sertão Paraibano e 97,6% na mesorregião da Borborema (TARGINO e MOREIRA, 2006). Com isso há uma quebra na estrutura organizacional da agricultura do semi-árido, uma vez que era essa cultura que garantia a viabilidade econômica da parceria e do arrendamento na região. Não só as relações de trabalho são afetadas, o criatório também vai ser afetado, agora sim, passando por um forte processo de modernização: a criação extensiva solta na caatinga é substituída por uma exploração mais racional com a ampliação do pasto plantado e do plantio da palma forrageira, havendo uma agressão significativa sobre a cobertura vegetal natural da Caatinga. A expansão do criatório nos novos moldes vai reforçar a tendência de liberação de mão-de-obra determinada pela redução do algodão.

Não bastassem esses fatores, a região foi afetada por sucessivos períodos de secas, que impuseram graves prejuízos à agropecuária regional. Nas duas últimas décadas do século XX, foram registradas secas em 1983, 1989-93, 1998-99. Em alguns municípios, a produção agrícola foi praticamente nula em 1998, a exemplo do que aconteceu em São Sebastião do Umbuzeiro. Particularmente afetada tem sido a produção pecuária cujo efetivo atual é bem inferior ao existente em 1985.

A disseminação da irrigação tem propiciado algumas mudanças nas relações de produção à medida que tem possibilitado o crescimento do assalariamento. Porém, tem-se observado também a persistência ou reutilização de antigas relações de produção como a parceria, sobretudo nos casos em que os requerimentos de mão-de-obra são elevados.

⁵ No momento de pagamento, ou seja, da colheita, o preço do algodão estava baixo. Fazia-se então a conversão do débito em cruzeiro para um débito em unidade física de algodão (Kg). Caso a produção não fosse suficiente para pagar o débito, no início do ano seguinte, o débito em algodão era convertido em débito monetário, aproveitando o preço em alta do produto. Desse modo, criava-se uma cadeia de endividamento continuado do produtor.

Além disso, tem-se que parte dessas culturas irrigadas está fortemente atrelada ao segmento industrial, a exemplo da produção de tomate e de fumo.

Da interação desses fatores, resultou um intenso processo migratório no sentido campo-cidade. No quadro 1, estão apresentadas as taxas de crescimento das populações rural e urbana do semi-árido paraibano. Da observação desses dados, podem ser ressaltados os seguintes aspectos: a) durante os anos oitenta, todas as microrregiões do semi-árido, à exceção da microrregião de Piancó, apresentavam taxas negativas de crescimento da população rural; b) essa tendência é reforçada na década de noventa, quando as maiores taxas negativas de crescimento são registradas nas mesorregiões da Borborema e do Sertão Paraibano (-2,4% a.a. e -2,8% a.a., respectivamente), taxas bem superiores à média estadual que foi de -1,9% a.a.; c) o êxodo rural estimado nessas duas mesorregiões representava 55,5% do total do êxodo rural do estado estimado para o período 1991/96. Com efeito, das 194 mil pessoas que teriam deixado a área rural da Paraíba, 107 mil foram procedentes da zona semi-árida. Qual a destinação dessa população migrante?

Quadro 1 - PARAÍBA- Taxas de crescimento da população rural (1980 – 1996) e estimativas do êxodo rural* (1991-1996), por microrregiões.

Meso e Microrregiões	Taxas de crescimento		Êxodo estimado 91/96	
	1980/91	1991/96	Freq. Ab.	Freq. Rel
MATA PARAIBANA	-0,7	-0,6	16.483	8,49
Litoral Norte	-0,9	-0,8	6.224	3,21
Litoral Sul	0,5	-0,2	2.523	1,3
João Pessoa	-0,4	0,7	1.006	0,52
Sapé	-1,4	-1,6	6.730	3,47
AGRESTE PARAIBANO	-1,0	-1,7	69.759	35,94
Curimataú Oriental	-1,2	-0,6	5.606	2,89
Brejo Paraibano	-1,4	-2,4	13.962	7,19
Campina Grande	-0,2	-1,0	10.392	5,35
Curimataú Ocidental	-1,5	-4,2	13.081	6,74
Esperança	-0,4	-1,2	2.908	1,5
Guarabira	-1,9	-1,5	8.832	4,55
Itabaiana	-1,0	-1,2	7.234	3,73
Umbuzeiro	-0,3	-2,0	7.743	3,99
BORBOREMA	-1,8	-2,4	26.748	13,78
Cariri Oriental	-0,7	-1,1	4.793	2,47
Cariri Ocidental	-2,5	-2,4	10.540	5,43
Seridó Ocidental	-3,0	-7,6	5.826	3
Seridó Oriental	-1,1	-1,7	5.590	2,88
SERTÃO PARAIBANO	-1,5	-2,8	81.129	41,79
Cajazeiras	-1,2	-1,7	11.795	6,08
Catolé do Rocha	-2,0	-2,6	15.718	8,1
Itaporanga	-1,5	-3,0	10.116	5,21
Patos	-2,7	-1,1	3.151	1,62
Piancó	1,7	-3,7	10.569	5,44
Sousa	-2,0	-2,1	13.274	6,84
Teixeira	-0,3	-3,2	16.507	8,5
PARAÍBA	-1,3	-1,9	194.119	100

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem da População de 1996

Nota: *A estimativa do êxodo rural (E*) é dada pela diferença entre a população rural estimada (P*) de acordo com a taxa de crescimento vegetativo menos a população rural recenseada (P):

$$E^* = P^* - P,$$

onde $P^* = P_0(1 + i)^n$, sendo i = taxa de crescimento vegetativo da população.

Os dados relativos à população urbana mostram que os núcleos urbanos da zona semi-árida têm crescido a taxas superiores à taxa de crescimento vegetativo, denotando, portanto, que as cidades têm absorvido uma parte significativa da população que tem deixado o meio rural dessa região. Esse fato tem colocado dois problemas graves para a

organização social e econômica do semi-árido. O primeiro está relacionado com a questão do emprego. Estudo sobre a estrutura sócio-econômica dos municípios paraibanos mostrou que a grande maioria dos municípios do Estado apresenta uma estrutura absolutamente frágil, incapaz de gerar oportunidades de absorção produtiva para a maioria da sua população. Isso é verdade não só para as pequenas cidades, como também para as de porte médio (TARGINO e MOREIRA: 1998).

Esse aumento da população das cidades, dessa forma, tem contribuído para agudizar o problema da pobreza urbana transportando para as pequenas cidades e vilas o problema do desemprego e do subemprego que até pouco tempo era característico das cidades de portes médio e grande. Esse dado tem sobrecarregado a demanda por serviços públicos, particularmente os relativos à educação e saúde, que têm onerado de modo significativo as administrações municipais.

Essa situação de pobreza é confirmada quando se observa o nível de renda per capita dos municípios integrantes do semi-árido. De fato, a renda per capita mensal da maioria dos municípios do semi-árido situava-se, em 2000, entre R\$ 60,00 e R\$ 80,00, renda muito inferior à média nacional que era de R\$ 297,23 (SANTANA, 2006). Esse quadro assume uma proporção ainda mais grave quando se observa que o índice de concentração da renda (Gini) está situado via de regra acima de 0,50, indicando um grau significativo de concentração.

O segundo problema colocado pela concentração da população diz respeito ao abastecimento de água. Mesmo nos anos normais de precipitação pluviométrica, não obstante a construção de vários açudes nas últimas décadas, eles não têm capacidade de atender a demanda crescente por água das populações urbanas, além de que, em alguns casos, a água apresenta restrições quanto a sua potabilidade. Nos anos de seca, a situação torna-se simplesmente caótica. O abastecimento através de carros-pipas, além de precário, representa uma carga considerável para as finanças municipais.

Na tentativa de superar os graves problemas que afetam a população rural na região semi-árida, tem se verificado um crescimento da organização dos trabalhadores em torno da luta por terra e água, bem como em torno da formação/consolidação de redes de solidariedade. Rede de solidariedade é aqui entendida com base na idéia de “colaboração solidária” que vem sendo construída entre outros, pelo Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores de Curitiba, PR, como:

uma estratégia para organização de uma sociedade pós-capitalista, baseada na implantação de redes que conectam unidades de produção e de consumo, em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como, uma transformação cultural, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo antagônicas não apenas ao neoliberalismo, mas ao próprio capitalismo. (MANCIE, 1998)

Por sua vez, pressionado pela ação reivindicatória dos movimentos sociais ou pelas exigências de cumprimento de metas estabelecidas, o Estado, particularmente na segunda metade dos anos 90, executou medidas de política fundiária que resultaram na ampliação do número de assentamentos na região.

Luta pela terra e política fundiária: bases da construção do Território de Esperança no semi-árido paraibano

Até pouco tempo, a intervenção do Estado no campo fundiário da região semi-árida paraibana restringia-se aos projetos de colonização nos perímetros irrigados e à solução pontual de alguns conflitos eclodidos na microrregião do Curimataú. Isso reflete o fato da luta pela terra no estado ter se concentrado até meados dos anos 90, principalmente nas mesorregiões da Mata e do Agreste. Essa tendência pode ser explicada no mínimo por duas

ordens de fatores: a primeira está relacionada ao fato do processo de modernização da agricultura, causa principal da expropriação/expulsão dos trabalhadores rurais, ter se dado de forma muito restrita no semi-árido; a segunda é a atuação bem mais modesta dos movimentos sociais, particularmente da igreja católica (que tem maior atuação no estado), e do movimento sindical na região semi-árida nas décadas de 70 e 80 do século XX.

Como a ação fundiária do estado brasileiro tem se limitado a dar respostas pontuais à luta dos trabalhadores, ela é mais presente nas áreas onde os conflitos são mais agudos, conseqüentemente, onde a pressão dos movimentos sociais e dos trabalhadores organizados é mais incisiva. Assim, tem-se que a grande maioria dos assentamentos do semi-árido paraibano foram criados a partir da segunda metade dos anos 90, em virtude de uma conjugação de fatores, tais como: a) uma presença mais atuante da CPT na região, possibilitando o crescimento da organização dos trabalhadores em torno da luta pela terra; b) a crise da economia do semi-árido decorrente do desmantelamento da atividade algodoeira e das sucessivas secas que se abateram sobre a região, provocando a queda no preço da terra de modo que a desapropriação passou a se constituir num “bom negócio” para muitos proprietários, tendo estes disponibilizado suas terras para aquisição pelo Incra; c) a atuação da FETAG que, de forma burocrática, encaminhou vários pedidos de desapropriação que foram acolhidos pela Superintendência do Incra, que via nessas demandas uma forma de atender, burocraticamente, as metas anuais da política fundiária do Governo FHC para a Paraíba.

Entre 1985 e 2005, foram instalados na região semi-árida da Paraíba 89 Projetos de Assentamento (PA's), sendo que destes, apenas 9, entre 1985 e 1995, o que representa apenas 10,1 % do total dos assentamentos criados no total do período. O maior número de PA's foi instalado a partir de 1996, com destaque para os anos compreendidos entre 1996 e 2002, quando foram implantados 71 PA's, isto é, o equivalente a 79,8 % do total.

Nos vinte anos estudados, 4.542 famílias foram assentadas pelo Incra. Desse total, apenas 577 (ou 12,7%), entre 1985 e 1995, e 3.714 (ou 81,8% do total), entre 1996 e 2002.

No tocante à área desapropriada para efeito de reforma agrária, no período de 1985 a 2005, excetuando-se as que foram adquiridas ou desapropriadas pelo Governo do Estado, através do Instituto de Terras da Paraíba (Interpa) e que não foram aqui consideradas, elas somam 138.231,3 hectares (ou 3,0% da área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas do semi-árido paraibano em 1995).

A distribuição geográfica dos assentamentos na região não é homogênea. Na Mesorregião do Sertão Paraibano, localizam-se 36; nas microrregiões do Curimataú Oriental e Ocidental, 34 e; na Mesorregião da Borborema, coincidentemente a região com maiores restrições climáticas do estado, 19.

Em nível das microrregiões, a distribuição espacial dos PA's também ocorre de modo desigual, destacando-se as do Curimataú Oriental com 18 PA's, do Curimataú Ocidental com 16 e do Cariri Ocidental com 12. Com um menor número, distinguem-se as microrregiões do Seridó Ocidental e de Piancó, ambas com 2 assentamentos e a microrregião do Cariri Oriental com apenas 1 assentamento. A microrregião de Itaporanga é a única em todo o semi-árido paraibano que não possuía, até 2005, um único Projeto de Assentamento instalado.

No que toca à área desapropriada, ela variou pouco entre as grandes subunidades espaciais que compõem o semi-árido paraibano: 44.065,9 hectares na Mesorregião da Borborema, 45.213,2 hectares na Mesorregião do Sertão e 49.434,7 hectares no conjunto do Curimataú. Em relação à área desapropriada por microrregião, cinco se destacam, a saber: Curimataú Ocidental, Cariri Ocidental, Patos, Curimataú Oriental e Sousa. No outro extremo estão as microrregiões de Serra do Teixeira, de Catolé do Rocha e de Piancó .

Chama-se a atenção para o tamanho médio dos lotes que embora sejam bem maiores do que o tamanho médio dos lotes do estado, na sua maioria (69,7%), são menores que 25 hectares, isto é, são inferiores ao módulo rural definido pelo INCRA para o semi-árido; 25,8% possuem tamanho médio entre 25 e 49 hectares e apenas em três assentamentos (3,4% do total) o tamanho médio dos lotes é superior ao tamanho mínimo

que alguns estudos identificam para uma unidade produtiva viável no semi-árido, em torno de 50 hectares.

Outro problema tão ou mais grave é a questão da água. Embora em alguns assentamentos haja açudes de médio porte, eles não têm capacidade para viabilizar um processo de irrigação envolvendo um maior número de famílias. Os poços que têm sido perfurados, por sua vez, destinam-se exclusivamente ao abastecimento de água potável. Nos anos de seca, a carência hídrica acarreta efeitos graves para a agricultura.

Outro fator limitante para o desenvolvimento da agricultura familiar no semi-árido é a presença de manchas significativas de solos salinos e/ou de baixa fertilidade natural.

Aos problemas elencados, que estão mais fortemente relacionados aos limites impostos pelo meio natural, somam-se aqueles relacionados à gestão e às condições econômicas e financeiras da produção. No tocante à limitação da gestão, destaca-se o fato de vários desses assentamentos terem sido criados por relações burocráticas estabelecidas entre o INCRA e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG-PB), como ressaltado anteriormente, não tendo ocorrido processo de formação de uma consciência política e de práticas organizativas próprias da dinâmica da luta pela conquista da terra. No que diz respeito aos problemas de ordem econômica e financeira, podem ser lembrados: limitação do crédito de custeio e de investimento, falta de assistência técnica (a maior parte dos PA's criados nessa região o foram na fase final do Projeto Lumiar), produção agrícola restrita às culturas alimentares tradicionais, a inexistência de canais eficientes de comercialização da produção, práticas reduzidas de diversificação das atividades econômicas etc.

Agricultura camponesa reformada: limites e desafios à construção de Território(s) de Esperança

No Brasil, o universo camponês tem sido ampliado particularmente na segunda metade do século XX, através da multiplicação de assentamentos e do número de famílias assentadas pela política fundiária do Estado⁶. Essa nova forma de organização da produção e do trabalho daí resultante é aqui entendida como agricultura camponesa reformada.

A partir de 1980, um número significativo de pesquisas tem sido realizado, buscando estudar a dinâmica interna e externa desses assentamentos rurais. No que tange à dinâmica interna, a quase totalidade dessas pesquisas confirmam a melhoria das condições de vida da população assentada, expressa através da elevação da renda familiar, do acesso à infraestrutura básica, tal como a moradia, a água, a energia elétrica, a melhoria do padrão alimentar etc. (FAO/PNUD, 1992; NETO e BAMAT, 1998; MEDEIROS et al., 2002; HEREDIA et al., 2001; BERGAMASCO et al., 2002). Em relação à dinâmica externa, diversos estudos salientam a importância dos assentamentos para a economia dos municípios, particularmente para a dinamização do comércio, das feiras livres, da circulação, dos transportes e da vida social (CAMARGO, 1994; MOREIRA, TARGINO e MENEZES, 2001a; MOREIRA, TARGINO e MENEZES, 2001b).

Apesar de tais constatações, os estudos também se referem às sérias dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar reformada, no plano da viabilidade econômica, social e

⁶ Em que pese o reconhecimento de que a política fundiária implementada pelo Governo Federal não constitui um processo de reforma agrária, no sentido mais restrito do termo, uma vez que não tem implicado em mudanças profundas na organização agrária nacional, mas antes, um conjunto de iniciativas voltadas basicamente para a resolução de conflitos, a expressão é utilizada no trabalho como sinônimo do processo de redistribuição fundiária. Não se deve esquecer que as limitações da política agrária brasileira envolvem, inclusive, problemas como carência na infra-estrutura social e produtiva dos Projetos de Assentamento, não distribuição dos títulos de terra e, até mesmo, no mais dos casos, a não demarcação dos lotes. Essas constatações reforçam o argumento da inexistência de um verdadeiro processo de reforma agrária no país (ALENTEJANO, 2002).

política de sustentação (MOREIRA e TARGINO, 2003; BERGAMASCO et al. 2002). O grau de dificuldade varia de caso a caso a depender de uma série de fatores, tais como:

a) a origem do assentamento - Os assentamentos surgem em função da luta de resistência, da luta de ocupação e/ou em função da oferta de terra. Essas diferentes origens são importantes na determinação não só da construção de “território(os) de esperança” como da viabilização do empreendimento. No caso dos assentamentos surgidos a partir de luta de resistência, não se verifica grande modificação nas condições de reprodução dos trabalhadores. Os que já detinham a condição de produtor agrícola e, conseqüentemente, já reuniam as condições mínimas de existência enquanto produtores familiares, pela via da luta, eliminam um dos entraves que limitava o pleno desenvolvimento de sua condição de produtores agrícolas, qual seja o pleno direito à terra. A luta de ocupação produz, via de regra, mudanças significativas na paisagem rural: a instalação dos acampamentos, a produção de roçados como forma de ocupação em áreas tradicionalmente monocultoras ou consagradas à pecuária, a construção de agrovilas depois da desapropriação, etc. Tais mudanças, dentre outras, originam rapidamente uma nova paisagem, expressão concreta de um novo território produzido e produtor de novos padrões de convivência social e de relações de produção, ou seja, de novos processos de produção das condições materiais de sobrevivência e de produção de subjetividades. No entanto, como em todas as experiências humanas, o novo território não significa um rompimento radical com o passado. O vivido produz novas referências, que orientam novas práticas de manutenção ou de mudança, alimentando a capacidade de criar situações novas ou de reproduzir novos limites. Contudo, por paradoxal que seja, a lógica da dependência muitas vezes permanece. A lógica de reivindicar direitos frente ao Estado que deve ser o “provedor de todas as faltas”, retira de cena a questão de qual é a medida da responsabilidade dos assentados de lutar para ter condições de fazer a terra produzir. Em alguns assentamentos, corre-se o risco de reduzir a luta à conquista da terra e cobrar do Estado tudo o que falta. Supera-se a dependência frente ao patrão e cria-se a dependência frente aos funcionários públicos, às vezes muito a gosto desses últimos. Nesses casos, a possibilidade dos assentados de exercitarem a capacidade de planejamento do seu próprio desenvolvimento e se tornarem sujeitos plenos do processo perde-se;

b) a assistência técnica - A ausência ou a precariedade de assistência técnica eficiente e comprometida com a luta dos trabalhadores, de modo a interiorizar nos PA's uma “educação rural” efetiva, tem se constituído num dos obstáculos à sustentabilidade econômica dos assentamentos. O acesso ao crédito sem acompanhamento técnico ou com orientação equivocada (tanto na elaboração dos projetos quanto na implementação dos mesmos) tem, via de regra, resultado em situação de endividamento por parte de grande número de assentados. A este problema soma-se a descontinuidade da assistência técnica prestada aos PA's. Vale ressaltar o caso do Projeto Lumiar, cujos técnicos foram responsáveis pela elaboração de vários projetos de investimento que não puderam acompanhar nem contribuir para sua consolidação, uma vez que, quando estes foram aprovados e os recursos liberados, o Lumiar já tinha sido desativado. Essa dificuldade de acompanhamento técnico permanente tem prejudicado fortemente os projetos, sobretudo os de bovinocultura e de fruticultura de sequeiro. Essa situação requer uma urgente revisão da política de assistência técnica incorporada ao PRONAF;

c) os canais de comercialização - A ausência quase absoluta de canais alternativos de comercialização, à exceção de algumas experiências isoladas, tem contribuído não só para a permanência do sistema de “atravessador” como, em alguns casos, para a sua expansão dentro dos próprios assentamentos, através do surgimento da figura do “atravessador assentado”. Verifica-se, em alguns casos, o desenvolvimento de um processo de produção na forma de franquias atrelado a um processo de comercialização dependente de setores agroindustriais, sobretudo no que se refere à produção de aves. As últimas medidas tomadas pela CONAB, permitindo a aquisição de produtos da agricultura familiar,⁷ provavelmente terá impactos significativos nas condições de sustentação desse segmento da agricultura nacional;

d) o processo de gestão dos assentamentos - Segundo Moreira, Targino e Ieno Neto (2000), o processo de gestão implementado nos assentamentos, após a conquista da terra, particularmente naqueles fora da influência do MST e da CPT, é marcado: por uma verticalização da estrutura do poder decorrente do modelo associativo adotado, cujos cargos estão hierarquicamente ordenados, favorecendo a personalização do poder na figura do presidente; pela influência decisiva das políticas públicas no sentido de favorecer e estimular o fortalecimento dessa forma associativa; pelo abandono gradativo de instâncias intermediárias de organização que favorecem a participação ativa de todos os membros da comunidade, restringindo o processo participativo aos chefes de família; por uma transformação gradativa das assembleias em instâncias formalmente homologatórias das decisões tomadas pela direção das associações; por uma tendência à “perpetuação” das lideranças em consequência dos laços de favores e de apadrinhamento que se criam internamente e; pelo atrelamento da organização dos assentamentos a grupos oligárquicos locais. O sistema de cooperativa instalado nos assentamentos vinculados ao MST chama também a atenção na medida em que pela forma de implantação, tem levado, em muitos casos, ao endividamento dos assentados e à sua divisão interna.

Pode-se citar ainda como dificuldades a serem superadas pelos assentamentos: o baixo grau de capitalização inicial; a disseminação do protestantismo, provocando cisões no interior das comunidades assentadas; a permanência de uma visão assistencialista por parte dos trabalhadores; a persistência de uma agricultura com baixo índice de diversificação e de incorporação tecnológica, etc.

No que se refere à agricultura camponesa não reformada, as dificuldades de sustentação também se dão no plano da viabilidade econômica, social e política. No caso específico do semi-árido, essas dificuldades são agravadas em virtude das restrições impostas pelas condições naturais. Problemas como os relativos ao crédito, à assistência técnica, à comercialização, à pressão sobre a terra, resultante da constituição de novas famílias com o casamento dos filhos, verificados nos assentamentos, também lhe são comuns. A isto soma-se sua vulnerabilidade frente à fome de terra do latifúndio, sobretudo nos períodos de seca quando as dificuldades de sobrevivência das pequenas unidades produtivas ampliam-se, resultando na sua compra por grandes proprietários (TARGINO e MOREIRA; 1985).

Caminhos para a consolidação dos territórios de esperança

Apesar das dificuldades mencionadas, vários caminhos têm sido buscados pelos pequenos produtores, com o apoio de entidades, de movimentos sociais e ONGs, para a sua superação. Dentre estes, podem ser citados:

a) *as formas de alternativas de “convivência com o semi-árido”.*

A busca de alternativas de convivência com o semi-árido, mobilizando energias sociais para o uso sustentável da terra, da água e da biodiversidade tem implicado notadamente na adoção do paradigma da agroecologia, em olhar a natureza a partir de suas potencialidades, em buscar a otimização do uso da água e o uso intensivo da biodiversidade nativa e/ou localmente adaptada às condições ambientais de semi-aridez (AS-PTA-PB), bem como a adoção de “tecnologias alternativas” ou “apropriadas”. Nesse sentido, destaca-se, na direção da agroecologia, o reflorestamento, o uso de adubos orgânicos e outros biofertilizantes, além de defensivos alternativos como a manipueira, a urina de vaca, as plantas atrativas de insetos em substituição aos defensivos químicos, difundidos largamente na pequena produção agrícola. Na linha do manejo dos recursos hídricos, distinguem-se as barragens subterrâneas, as cisternas de placa, os poços, os tanques de pedra, as passagens molhadas e, recentemente, a disseminação da mandala⁸. Esta tecnologia

⁸ O criador desta tecnologia foi Willy Pessoa, um paraibano, que trabalhava no Sebrae como consultor de desenvolvimento sustentável. Pioneiro dessa experiência, patenteou este projeto inovador no mercado, criando a Agencia Mandalla DHSA - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

destaca-se pela sua singularidade. Trata-se de uma nova alternativa de organização da produção voltada para a agricultura familiar, onde se utiliza um modelo de irrigação inovador em que canteiros concêntricos com várias culturas integradas são desenvolvidos em torno de um centro d'água denominado o coração da mandala. Trata-se de um projeto holístico de produção e sustentabilidade ambiental⁹. Apesar das vantagens apresentadas, alguns pontos críticos podem ser detectados, tais como: i) para uma mandala poder operar com plena capacidade é necessário que a fonte de abastecimento de água seja assegurada, o que nem sempre tem ocorrido. Assim, existem limitações quanto ao local de sua implantação; ii) o custo com energia (seja elétrica ou a diesel) é bastante alto, o que compromete, parcialmente, a lucratividade do sistema; sobretudo quando a fonte de abastecimento d'água é distante do local onde se situa a mandala¹⁰. iii) os canais de comercialização da produção devem ser assegurados para que haja garantia de continuidade do fluxo de renda, por um lado, e não haja perda de produção, por outro lado, uma vez que os produtos obtidos não são armazenáveis; iiiii) também foi constatado que a grande diversidade de culturas praticada, tanto pode ser uma vantagem como uma desvantagem, à medida que não assegura uma quantidade de produtos requerida pela demanda.

b) o intercâmbio do saber camponês

Esse intercâmbio tem se concretizado através de encontros¹¹ de “dias de campo” e de “troca de experiências” promovidos pelos movimentos sociais (particularmente a CPT e o MST) e pelas ONGs, sobretudo as ligadas à Articulação do Semi-árido (ASA), tais como a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (PATAC) e o Pólo Sindical da Borborema. De acordo com Oliveira (2005:101), os intercâmbios de experiências

são práticas educativas voltadas à capacitação de pessoas interessadas em compartilhar um conhecimento construído numa área temática específica. Inicialmente utilizados apenas como recurso metodológico, os intercâmbios de experiência, como espaço educativo, têm demonstrado grande riqueza de conhecimento, resgatando o diálogo como princípio formativo que privilegia a fala entre iguais. Eles têm como núcleo pedagógico a dimensão do testemunho. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire escreve que o testemunho é uma das conotações principais do caráter cultural e pedagógico da revolução. Isso tem se comprovado a partir da mudança de comportamento daqueles que têm participado dos intercâmbios.

Esses momentos têm se constituído em espaços de valorização do saber camponês, de fortalecimento da circulação de informações, da construção e consolidação da consciência política, não só do pequeno produtor assentado como do pequeno produtor proprietário, arrendatário e parceiro tanto do semi-árido como do Agreste e da Zona da Mata da Paraíba. O êxito dessas trocas de saberes acha-se relacionado, sem dúvida, à existência de um processo organizativo local, ao interesse dos que delas participam, ao conhecimento da realidade presente entre os pares e à arte do “aprender fazendo” que elas comportam.

Desvendar o que acontece na sua realidade, dialogando com um semelhante que tem uma realidade parecida, vendo quais são as

(OSCIPE) - que tem por objetivo incentivar processos de desenvolvimento sustentável facilitando a aplicação e a disseminação de tecnologias sociais.

⁹ No estado da Paraíba estão em vigor cerca de 62 mandalas e 6 spins⁹, beneficiando 13 municípios e cerca de 225 famílias. Os municípios do semi-árido onde há mandalas são: Aparecida, Coxixola, São João do Tigre, Boa Vista, Sossego, Cuité, Vieirópolis, Aparecida e Cajazeiras. As primeiras mandalas foram implantadas no assentamento Acauã, situado no semi-árido, no município de Aparecida, Mesorregião do Sertão Paraibano ainda na fase de teste do projeto.

¹⁰ Dada a escassez de água e ao custo de energia necessário à sua manutenção, as mandalas do Assentamento Acauã acham-se atualmente desativadas. Só recentemente, através de negociação com o Governo do Estado é que o projeto tem sido retomado.

¹¹ Encontro de Trabalhadores Assentados da Região Semi-Árida, Encontros de Agroecologia,

possibilidades e os entraves de ver seus interesses viabilizados é um rico processo de aprendizagem. Ninguém muda uma realidade que desconhece. A problematização de uma realidade a partir de uma situação dada, em muito contribui para que seus atores possam sair do processo de desumanização em que vivem, buscando novas possibilidades. (OLIVEIRA, 2005:103)

c) a experiência dos Bancos Comunitários de Sementes (BCS)

Esta experiência teve início ainda na década de 70, do século XX, como uma forma de superação da dependência histórica dos agricultores e agricultoras familiares em relação aos patrões, aos políticos ou ao Estado para obtenção de sementes, e para dispor das mesmas nos períodos de plantio. A esse objetivo inicial foi adicionado o de preservação da diversidade biogenética, ameaçada pelo processo de oligopolização do mercado de sementes. Ela baseia-se na idéia da criação e disseminação de sementes chamadas “crioulas” ou tradicionais, também conhecidas como “sementes da paixão”, que passam de agricultor para agricultor. Sobre o Banco de Sementes, a Caritas Nordeste II, assim se exprime:

Para formar um Banco de Sementes não existe regra, pois cada comunidade tem sua dinâmica própria. No entanto, existem alguns passos que são essenciais para implementação dessa proposta. O primeiro é sensibilizar a comunidade sobre a importância e os benefícios do BCS. Para isso, os agricultores podem visitar uma comunidade que já tem experiência com esse trabalho. Em seguida, são feitas a aquisição e a distribuição das sementes tradicionais (sementes derivadas de espécies vegetais sem a utilização de agrotóxico e que constituem a base alimentar dos agricultores familiares há centenas de anos). Em Alagoas, as sementes estão sendo adquiridas dos povos indígenas Kuiopanká. Uma parte da safra é utilizada para a alimentação das famílias, a outra é armazenada no banco comunitário, para ser usada no próximo plantio. As sementes geralmente são armazenadas em garrafas peti e silos de cinco, práticas essas que variam de acordo com a organização de cada comunidade. Além da questão produtiva, o Banco Comunitário de Sementes constitui um importante espaço de discussão política, no qual a comunidade reflete sobre suas necessidades, problemas e lutas, na busca de uma maior qualidade de vida (2006).

Na Paraíba, existem mais de 200 experiências comunitárias dessa natureza. Elas contam com o apoio e incentivo de diversas organizações de ação comunitária, a exemplo da Cáritas Brasileira Regional NE2, através dos seus programas Convivência com o Semi-Árido (PCSA) e Economia Popular Solidária (EPS).

A experiência dos BCS, além de se constituir numa alternativa para que os pequenos produtores do semi-árido enfrentem os longos períodos de estiagem e garantam a alimentação das famílias, tem contribuído para o estabelecimento de laços de solidariedade entre as famílias camponesas e para a manutenção e a conservação do patrimônio genético do semi-árido como expressa a Carta de Soledade, publicada pela ASA durante a “Primeira Festa Estadual das Sementes da Paixão”.

Prática herdada, desde há muito, dos nossos avós, os estoques de sementes, guardadas pelas famílias, permitem a manutenção e conservação do patrimônio genético do semi-árido e seu livre acesso e uso, garantindo autonomia em relação às sementes. A experiência dos bancos de sementes comunitários (BSC) tem contribuído de forma determinante sendo um estoque de reserva de caráter comunitário e coletivo, estabelecendo laços de solidariedade entre as famílias. Por meio desses bancos, as famílias sócias garantem sementes de qualidade diversificadas e na hora certa para o plantio, livrando-se dos riscos da insegurança alimentar em razão da perda do ano agrícola (ASA-PB, 2004).

A expansão de redes de solidariedade, através das “sementes da paixão”, vão na contramão da política de “modernização agrícola” dominante, constituindo uma forma de resistência camponesa à subordinação à lógica capitalista de produção.

c) as feiras agroecológicas

Mais recentemente, vem se expandindo uma forma alternativa de comercialização solidária, através das feiras agroecológicas. Nelas, o produtor assentado comercializa diretamente sua produção. Estas feiras constituem “um espaço de comercialização de produtos agropecuários primários, agroindustriais e artesanais”, um “espaço de construção educativa e solidária entre agricultores e consumidores” que tem como objetivo “a construção participativa num mercado justo”. Com base nesses princípios, essas feiras estão se disseminando do litoral ao sertão do estado da Paraíba, transformando-se num referencial “enquanto experiência exitosa de comercialização coletiva com pequenos agricultores do estado” (OLIVEIRA, 2005: 89). Essa prática tem como base a autogestão. Segundo Melo Neto (2005:92),

autogestão são maneiras de avanços para a autonomia e a liberdade, porém, sob a estrita orientação dos trabalhadores. É um estilo de produção que exige a participação e sobretudo o *controle* dos trabalhadores de todo o processo produtivo.

Outros aspectos como a inexistência da figura do patrão, a autonomia do trabalhador, o empoderamento, “enquanto tomada de consciência do poder interior que cada pessoa traz consigo e que pode ser potencializado através de uma ação coletiva” (OLIVEIRA, 2005:92), estão na base da autogestão.

À autogestão somam-se outros aspectos singulares dessa experiência:

- a partilha do conhecimento em todas as etapas do processo que vai desde a produção, o transporte dos produtos, a estruturação das barracas no local de realização da feira até a comercialização.

Enquanto na economia capitalista não é permitido aos concorrentes descobrir os segredos da produção, os trabalhadores dos empreendimentos solidários fazem exatamente o contrário. Ficam normalmente satisfeitos de “ensinar” alguma técnica nova aos demais companheiros, tanto dentro do grupo como também para com outros grupos (OLIVEIRA, 2005:97);

- a valorização do papel da mulher e dos jovens no trabalho, pois há uma participação crescente das mulheres e dos jovens nas feiras, o que tem possibilitado o surgimento de novas lideranças e a formação de grupos no interior dos assentamentos com especializações, como o grupo de mulheres voltadas para a produção de medicamentos caseiros e para o cultivo de plantas medicinais;
- a valorização do meio ambiente. Esta exprime-se através dos cuidados com a Natureza despertada através do processo educativo desencadeado com a reconversão do processo produtivo agrícola tradicional para o agroecológico e com a busca de alternativas de preservação/conservação do meio natural através de práticas de reflorestamento, de resgate de espécies vegetais nativas, de contenção de processos erosivos etc.;
- a prática educativa da economia solidária. A participação nos encontros tem permitido o crescimento da consciência política exercitada em diversas instâncias que vão desde as organizações locais até as manifestações político-partidárias.

Em suma, essas diferentes experiências apontam para o crescimento e a consolidação das formas de organização popular dos pequenos produtores rurais assentados ou não e de trabalhadores sem terra. Essa dinâmica tem permitido, no semi-árido paraibano, um movimento ascendente da participação camponesa em Sindicatos de Trabalhadores Rurais, em Associações de Pequenos Produtores, nos movimentos sociais,

com destaque para a CPT e para o MST e em ONGs. Esse processo tem tido impactos na política local.

Considerações finais

A ocupação e a estruturação do semi-árido paraibano foram presididas pelo monopólio da propriedade fundiária, pela exploração da pecuária extensiva e pelo cultivo do algodão, constituindo o que ficou conhecido na literatura como sistema gado-algodão. A estrutura aí implantada, embora menos desigual do que a da zona canavieira, não deixou de ser regida pela exploração do trabalho, extraído sob as formas da renda trabalho, renda produto e renda dinheiro, dependendo da predominância das relações de trabalho caracterizada como parceria, arrendamento e assalariamento, respectivamente. A constituição desse território de exploração permaneceu praticamente intocada até o final do século XX. O surgimento de movimentos messiânicos e do cangaceirismo foram reações pontuais que não chegaram a abalar de forma sistêmica os alicerces dos territórios de exploração estabelecidos no interior do semi-árido.

As rupturas mais sistemáticas foram registradas no final do século XX, com o surgimento dos movimentos sociais mais organizados expressos através da presença da CPT, do MST e até mesmo do movimento sindical. A reação dos trabalhadores à estrutura de exploração, sustentada pelos diferentes movimentos sociais, encontrou um macroambiente favorável: desorganização da cotonicultura e conseqüente redução do preço da terra, ascensão da cultura agro-ecológica, implementação da política fundiária por parte do governo federal. Como resultado da conjugação desses fatores tem-se a conquista da terra com a implantação de projetos de assentamento, que apesar de tímida representa o primeiro golpe desferido na estrutura fundiária do semi-árido.

A conquista da terra tem sido acompanhada de formas de organização popular que, apesar de ainda frágeis, vêm possibilitado a experimentação de processos tecnológicos e organizativos que têm contribuído para o fortalecimento tanto das pequenas unidades de produção reformadas quanto das pequenas unidades de produção não reformadas. Fortalecimento que se manifesta em diferentes planos (econômicos, tecnológicos, sociais, políticos e culturais), permitindo que se veja nessas áreas o surgimento de bases para a constituição de territórios de esperança, onde a vida não seja comandada pelos nós da exploração, mas seja construída pelos laços de solidariedade, anunciando que outras formas societárias são possíveis. Mais do que anunciando, construindo a utopia de uma sociedade solidária tanto em relação com a geração presente quanto com as gerações futuras.

Referências bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Os impactos regionais dos assentamentos rurais no Brasil. In **Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: AGB, 2002. CD-ROM

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1986.

ASA-PB. **Carta de Soledade**, 2004. Acesso em: http://www.aspta.org.br/publique/media/Carta_politica_Festa_Semente_Paixao.pdf. Acesso em 10/08/2006.

BERGAMASCO, S. M. P. P. et al.. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo**. Campinas: Relatório de pesquisa, 2002.

- CAMARGO, Regina. **Da luta pela terra à luta pela sobrevivência na terra**: do restate da discussão ao estudo de experiências concretas de reforma agrária na Paraíba. João Pessoa: UFPB Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 1994.
- CAPEL, Horacio. **Filosofia y Ciencia en la Geografia Contemporanea**: una introduccion a la Geografia. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CARITAS BRASILEIRA – NE2. Bancos comunitários de sementes. In <http://www.caritasne2.org.br/>. Acesso em 20/10/2006.
- CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1963.
- DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Editora Ícone / Editora Unicamp, 1985.
- FAO/PNUD. **Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária**. Brasília: INCRA, 1992.
- FERNANDES, Bernardo Mançano e MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. In MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia Meire S. A. de. (org.) **Por uma educação do campo**. Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional do Campo. Coleção Por uma educação do Campo No. 5. 2004.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1959.
- GALLIZA, Diana. *As economias açucareira e criatória no Nordeste à época colonial*. In **Revista do IHGP**. João Pessoa: Volume 24, 1986.
- GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Plano de desenvolvimento sustentável. João Pessoa, SEPLAN, 1997.
- GUATTARI, F. e ROLNICK, S. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade** – a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.
- _____. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002.
- HEREDIA, Beatriz et al. Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo a partir de áreas selecionadas. Rio de Janeiro: Relatório final de pesquisa, 2001 (mimeo)
- IENO NETO, G., BAMAT, T.(coord.) Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba. João Pessoa, UNITRABALHO/UFPB, 1998.
- INCRA. **Relação das Áreas de Assentamento do Estado da Paraíba**. INCRA-PB: 2006.
- JOFFILY, Irineo. **Notas sobre a Paraíba**. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.
- LEFÈBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 3a. Ed. Paris :1986.
- MANCE, Euclides André. **A revolução das redes** – A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. In CEPAT – Informa, Ano 4, N.46, pg. 10-19, 1998. Disponível em www.milenium.com.br/mance/rede.htm
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de et al. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relatório de Pesquisa, 2002.

- MELO, José Otávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. João Pessoa: A União Editora, 1994.
- MELO NETO, José Francisco de. Autogestão. In CANDEIAS, C. N. B., MACDONALD, José Brendan, MELO NETO, J. F. **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: EDFUL, 2005.
- MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; MENEZES, Marilda Aparecida de. **Impactos dos assentamentos rurais na Zona Canaveira do Nordeste**. João Pessoa: Relatório técnico de pesquisa. CPDA, UFRJ/NuAP-Museu Nacional, 2001a.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; MENEZES, Marilda Aparecida de. Impactos da política fundiária sobre o espaço urbano na Zona da Mata paraibana: as mudanças na dinâmica do comércio e das feiras livres. In ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de e GLAVANIS, Pandeli Michel (org). **Globalização e ajuste estrutural: aspectos sócio-econômicos**. João Pessoa, Editora Universitária, 2001b.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas. In Revista do Núcleo de Estudos sobre Reforma Agrária. **Série Estudos n. 3** Presidente Prudente, julho de 2000. p. 45-57.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In. CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo:Contexto, 2002.
- OLIVEIRA, Rosângela Alves. Educação popular na economia solidária: uma ponte para a construção do novo. In CANDEIAS, C. N. B., MACDONALD, J. B., MELO NETO, J. F. **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: EDFUL, 2005.
- PRADO, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1958.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTANA, M. de O. **Atlas das áreas susceptíveis à desertificação no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006 (no prelo).
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- _____. **A Natureza do Espaço – técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2ª ed. , 1997.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. S. Paulo: Hucitec, 4ª ed., 1996.
- _____. Prefácio. In: HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade – a rede “gaúcha” no nordeste**. EDUFF, Niterói: 1997.
- São Paulo: Hucitec, 4ª ed., 1996.
- SUERTEGARAY, Dirce. Espaço geográfico uno e múltiplo. In **Scripta Nova**, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales n. 93 , Barcelona, julho de 2001.
- TAKEYA, D. M. **Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

TARGINO, Ivan e MOREIRA, Emília **Transformação do espaço agrário paraibano e conflitos de terra**. João Pessoa, CME/UFPB, Texto para Discussão n. 53,. 1985. 23 p.

TARGINO, Ivan e MOREIRA, Emília. Municipalização das políticas públicas e desenvolvimento municipal: o caso da Paraíba. João Pessoa, CME/UFPB, **Série Relatórios de Pesquisa**, nº 8, 1998.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília. Desempenho da agropecuária paraibana na década de 1990. In CAMPOS, F. L.; MOREIRA, I. T.; MOUTINHO, L. M. G. **A economia paraibana: estratégias competitivas e políticas públicas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

Recebido em junho de 2007
Aprovado em junho de 2007

Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)

Milena Barrera Ramírez

Economista especializada en Economía Internacional y del Desarrollo por la Universidad Complutense de Madrid

Diploma de Estudios Avanzados (DEA) por la Facultad de CC. Políticas y Sociología de la Universidad Complutense de Madrid

Trabaja como Agente de Desarrollo Rural

Dirección postal: c/ Antonio Machado 7, 1º B, 42174. San Pedro Manrique. Soria. España.

Dirección electrónica: mbr79@yahoo.es

Resumen

Parece claro que la cooperación, como hecho humano, es tan antigua como la propia colaboración entre seres sociales que se ayudan mutuamente. Sin embargo, el cooperativismo, como movimiento social, como posicionamiento político y como alternativa económica, tiene un origen concreto y unas delimitaciones conceptuales que lo diferencian claramente de otro tipo de experiencias asociativas. Pese a ello, este concepto ha sido utilizado, a lo largo del tiempo, para definir proyectos muy distintos entre sí. Esto ha sido fruto de la apropiación de la expresión por parte de diversas escuelas de pensamiento, que lo han matizado a su conveniencia. Por ello nos parece pertinente analizar el contexto en el que surge el cooperativismo y destacar que empieza teniendo una inspiración claramente transformadora que poco tiene que ver con las políticas cooperativistas promovidas por muchos estados latinoamericanos durante la segunda mitad del siglo pasado. Frente a estas, algunos movimientos sociales, tanto urbanos como rurales, han querido rescatar la concepción primigenia del cooperativismo. De todos ellos, analizamos el caso de uno, eminentemente campesino y con una importante influencia en el medio rural, el MST.

Palabras clave: cooperativismo, escuelas de pensamiento, asentamientos rurales, movimiento sin tierra de Brasil.

Resumo

Aproximação histórica ao cooperativismo e sua relação com a *praxis* desenvolvida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

É claro que a cooperação, como feito humano, é tan antiga como a colaboração entre seres humanos que se ajudam mutuamente. Embora, o cooperativismo, como movimento social, como posicionamento político e como alternativa econômica, tem un origen concreto e umas delimitações conceptuais que o diferencian claramente de otro tipo de experiencias asociativas. A pesar de tudo, este concepto foi utilizado, no decorrer do tempo, para definir projetos muito diferentes entre sí. Isto foi fruto da apropriação da expressão por parte das diversas escolas do pensamento, que matizaram-no à sua conveniencia. E por isso que achamos importante analisar o contexto no que surgiu o cooperativismo e destacar que começa tendo uma inspiração claramente transformadora que pouco tem que ver com as políticas cooperativistas promovidas por muitos estados latinoamericanos durante a segunda metade do século pasado. Em frente, alguns movimentos sociais, mesmo urbanos que rurais, querem resgatar esta concepção primigenia. Desse grupo, analisaremos o caso de um deles, eminentemente camponês e com uma importante influencia no meio rural, o MST.

Palabras-chave: cooperativismo, escolas de pensamento, assentamentos rurais, movimento sem terra do Brasil.

Summary

A historical approach to cooperativism and its relation to the *praxis* developed by the Landless Rural Workers Movement (MST)

Cooperation in itself is as ancient as the tendency of humans, as social beings, to collaborate in the performance of mutually determined tasks. However, cooperativism as a social movement, political ideology and economic alternative has concrete historical origins and conceptual boundaries that separate it from other mutual-aid experiences. Despite these origins, the term has been employed to describe significantly different phenomena. In this way, cooperativism is the fruit of varied schools of thought, each utilizing the concept to fulfill their own needs. Analyzing the historical context in which the modern concept of cooperativism arose, we note that it initially had a revolutionary significance quite different from the notion of social harmony concocted by Latin American governments as they developed the first pro-cooperative policies during the first half of the twentieth century. Frustrated with the legacy of these policies, some social movements have resurrected the original, radical origins of the term. Among these movements, this study analyzes a peasant example, one with a huge influence on rural society: the MST.

Keywords: Cooperativism; schools of thought; rural settlements; Brazil's landless movement; MST.

Introducción

En el ámbito de las ciencias sociales nos encontramos en muchas ocasiones con algunos términos cuya definición difiere considerablemente dependiendo del contexto al que va a ser referido o de la orientación político-económica de la institución que lo maneja. En el caso que nos ocupa, el del *cooperativismo*, la ambivalencia conceptual del mismo en los círculos académicos, nos hace interesarnos por su precisión terminológica. Diferentes escuelas de pensamiento han utilizado este término como elemento de análisis, delimitando su significado de forma notable en algunos casos, y permitiendo un uso más laxo en otros. Estos matices no han sido sólo transformaciones superficiales de forma, sino que han implicado considerables cambios de fondo. Así, el cooperativismo que defienden los socialistas utópicos nada tiene que ver con la idea que tienen los liberales. Es por ello que situar convenientemente el concepto con el que estamos trabajando nos parece un primer paso importantísimo para entender bien el terreno en el que nos movemos. Esto nos permitirá, además, sentar las bases sobre las que analizar de forma más acertada el impacto que el cooperativismo ha tenido en el medio rural de América Latina, en concreto en Brasil.

En este trabajo entendemos que el movimiento cooperativo surge como consecuencia de los cambios sociales que resultan de la Revolución Industrial desarrollada en Europa en el siglo XVIII. Este contexto le imprime al movimiento un marcado cariz político, fuertemente condicionado por los acontecimientos que se estaban desarrollando en el medio urbano europeo de la época. Sin embargo, este sesgo -urbano y europeo- no impide que el cooperativismo se extienda a otras zonas y a otros ámbitos. Así, desde finales de los años cincuenta y principios de los años

sesenta del siglo XX se suceden en diferentes países de América Latina la puesta en marcha de proyectos cooperativos auspiciados por los propios gobiernos nacionales. Pero hay que llamar la atención sobre el hecho de que esta popularización del concepto se hizo a costa de una desvirtuación de su significado, queriendo conseguir en muchos casos, unos objetivos distintos a aquellos que apuntaban sus pioneros. Este fenómeno se dio tanto en el medio urbano como en el rural, aunque aquí nos ocupemos fundamentalmente del segundo. Muchos de los planes cooperativistas implementados en el campo tenían como objetivo apaciguar las protestas de determinados movimientos campesinos que empezaban a tener cierta repercusión social por aquel entonces. No fue difícil potenciar el asociacionismo en estas zonas por lo propios condicionantes económicos del desarrollo de la actividad agrícola (compra conjunta de maquinaria, transporte conjunto del producto a la ciudad para su comercialización, trabajo estacional compartido). Se conseguía así mejorar levemente las condiciones de vida de los pobres rurales para desincentivar su protesta, a pesar de que las directrices de política agraria nacional fueran encaminadas por otro lado, beneficiando a las grandes explotaciones en detrimento de los pequeños agricultores y campesinos. Frente a estos proyectos, algunos trabajadores rurales buscan construir proyectos cooperativos cuyo objetivo sea realmente consolidar nuevas formas de organización rural. Uno de estos casos sería el del MST, que con su práctica diaria busca recuperar ese cooperativismo transformador que inspiró a los primeros teóricos y que estudiaremos a lo largo de estas páginas.

Origen y evolución del cooperativismo

La palabra *cooperar* viene del vocablo latino *cooperatio*, que se compone de otras dos: *cum* (con) y *operatio* (trabajar). Si buscamos su acepción en el diccionario de la Real Academia de la Lengua Española podemos decir que cooperar es “trabajar conjuntamente con otro u otros para un mismo fin”. En este sentido se podría afirmar que la cooperación es tan antigua como la existencia del individuo y su vida en comunidad. Ya bien sea en casos puntuales o en estructuras organizativas de mayor calado, es innegable que el ser humano *coopera* con sus congéneres para la consecución de objetivos concretos. Es por ello que muchos autores han querido presentar la cooperación como una categoría conceptual sin más implicaciones que el desarrollo de una actividad de forma conjunta. Algo así como una cooperación natural.

Sin embargo, el hecho cooperativo que nosotros estudiamos aquí tiene un origen histórico concreto, marcado por un contexto socioeconómico específico. La Revolución Industrial en Europa trajo consigo la modernización de los países y dio lugar a un nuevo orden económico. A pesar de las mejoras técnicas, este capitalismo incipiente estuvo lejos de la prosperidad ininterrumpida y generalizada para amplias capas sociales. Es por ello que muchos obreros se organizan para hacerle frente. El cooperativismo surge entonces ante la necesidad de crear una forma de organización que se oponga a la imperante y que sirva para construir un panorama social más equitativo. En palabras del profesor Monzón Campos: “Se podrán buscar todos los antecedentes que se quieran al fenómeno cooperativo y, de hecho, existen numerosos estudios sobre formas de cooperación natural que existen desde tiempos remotos, pero las cooperativas que comienzan a aparecer en varios países europeos a finales del siglo XVIII son, por la clase social que las impulsa –la clase obrera, por las motivaciones que hay en su origen y por el poder económico al que se oponen, un fenómeno enteramente nuevo sin ligámenes cualitativos con anteriores formas de cooperación natural y con precisos objetivos de emancipación social. El cooperativismo nació, pues, en el mismo medio social, en la misma época, de la misma miseria proletaria y de la misma opresión, bajo el impulso del mismo espíritu que el sindicalismo y el socialismo. Expresa las mismas profundas aspiraciones y la

misma concepción de la vida” (Monzón Campos, 1989, 24-25). No se puede entender el movimiento cooperativista sin situarlo en este entorno.

En cuanto a la labor intelectual que da consistencia teórica al cooperativismo tenemos que destacar las aportaciones de varios autores que agrupamos por corrientes de pensamiento.

Socialistas utópicos

Se suele citar como sus representantes pioneros a Robert Owen y Charles Fourier. Ambos emprendieron a lo largo de su vida diferentes iniciativas encaminadas a poner en práctica sus ideas.

Para entender el pensamiento de Owen hay que situarlo en su época. Nació en Newport, en la región de Gales en el año 1771, en el seno de una familia humilde por lo que tuvo que trabajar desde pequeño. Con tan sólo 21 años de edad consiguió convertirse en Director de una fábrica de hilado de algodón en la que abogó por mejorar la situación laboral y social de los empleados¹. Pero el ideal de Owen era mucho más ambicioso en lo que a cambios laborales se refiere. No hay que olvidar que es testigo de un panorama social muy difícil. “Como consecuencia del fin de las guerras napoleónicas, la prosperidad de la industria se vino abajo, muchos hombres fueron despedidos, y a esta muchedumbre en paro se unieron los soldados licenciados, la crisis fabril repercutió en el campo y éste se fue abandonando; en las ciudades sólo había gente desarrapada, vagabundos y el panorama obrero era desolador” (Soldevilla, 1973, 25). Afectado por esta realidad Owen se afana por idear formas de remediar esta situación de desequilibrio. Así propone “la creación de comunidades de 500 a 2000 habitantes dedicados a la agricultura y a la manufactura, en las que el trabajo y la distribución serían iguales para todos los miembros, en las que la propiedad sería colectiva y los medios de producción se explotarían en común” (Soldevilla, 1973, 25). Así, está implícito en su aportación, el deseo de mejorar las condiciones de vida de las personas más desfavorecidas.

En el año 1800 Owen abrió una fábrica en New Lanark, Escocia, en la que organizó racionalmente la producción usando nuevas técnicas, con el propósito de obtener mejores condiciones de vida para sus trabajadores. La idea era convertir esta comunidad en una Colonia Cooperativa Modelo. Sin embargo, al poco tiempo de empezar, el efímero florecimiento de la ciudad de New Lanark decayó y Owen abandonó la fábrica para marcharse a Estados Unidos. Ya en este país, en el año 1825, Owen funda la colonia “New Harmony” en el estado de Indiana. En dicha colonia organizó el trabajo bajo el principio del beneficio social y sobre la base de este fundamento alcanzó rápido éxito y notable repercusión a nivel internacional. Sin embargo, el entorno en el que se situaba el proyecto no era el más favorable, por lo que a pesar de los logros obtenidos, el experimento acaba fracasando y Owen vuelve a Inglaterra.

Charles Fourier, nacido en Besançon, Francia, en 1772, es el que junto a Owen, es considerado padre del movimiento cooperativo. El ideal de Fourier consistía en la división de la sociedad en Falansterios. Los falansterios eran colonias colectivas cooperativas en las cuales se desarrollaba mancomunadamente la producción y el consumo. Dentro de la cooperativa se desarrollarían actividades agrícolas, industriales y de servicios. Para la agricultura se destinarían $\frac{3}{4}$ partes del trabajo total y la $\frac{1}{4}$ parte restante sería empleada en la producción industrial y en los servicios. Estarían habitadas por unas 300 familias con un máximo de 2.000 personas (aunque el número ideal era 1.620). Las características principales de los falansterios se podrían resumir en las siguientes:

¹ Algunas de estas mejoras son: reducción en la jornada de trabajo (de catorce a diez horas y treinta minutos), aumento de los salarios, mejores condiciones de trabajo y seguridad social, abolición de los castigos como método para corregir las indisciplinas laborales.

- 1) Reconocimiento de la pequeña propiedad privada.
- 2) Medios de producción colectiva.
- 3) Sistema productivo basado en tres elementos fundamentales: trabajo, capital y talento o trabajo intelectual. Cada uno recibiría una parte del excedente que se distribuiría según la siguiente fórmula: 5/12, 4/12 y 3/12, respectivamente.
- 4) Para la determinación del aporte del trabajo se tenía en cuenta la capacidad productiva del trabajador y sus necesidades de consumo.
- 5) Se proponía un sistema rotativo de trabajo².

Otra de sus aportaciones clave es la relevancia que le da a la democracia interna en las cooperativas, como una forma de dotar al individuo de voz propia. Ambos pensadores expresan los principios básicos de la cooperación que se pueden resumir en: “principio de la asociación, principio voluntario, principio de la democracia y principio de la actividad para el servicio” (Lambert, 1975, 53).

Rochdale

A pesar del fracaso de las experiencias realizadas por Owen, hay que reconocer la fuerte influencia que tuvo en la puesta en marcha de otras posteriores. A pesar de ello, no es ninguno de sus proyectos el que tiene el honor de ser datado como el hito histórico que marca un punto de inflexión en la historia del cooperativismo mundial. En su lugar, se suele destacar la experiencia de la Rochdale Pionners Equitable Society³, en la que participaron seis de sus discípulos.

Surgida el 24 de agosto de 1844, en un pequeño pueblo inglés del condado de Lancashire, en donde un grupo de cuarenta tejedores de la población deciden constituir esta cooperativa de consumo. La trascendencia a nivel social y económico de la cooperativa fue tal que suele ser considerada como la raíz y la base de todo tipo de cooperativas, incluso las de producción y las de crédito. Obviamente antes de Rochdale hay cooperativas pero se pone el acento aquí al ser la primera vez que hay un ordenamiento jurídico y legal acerca del tema. La trascendencia de la experiencia de Rochdale viene marcada también por el pragmatismo con el que sus miembros afrontan su funcionamiento, a pesar de estar inspirado en las aportaciones de Owen. De esta manera se abre una etapa en la que se da una creciente pluralización y especialización del fenómeno cooperativo. Podemos clasificar las cooperativas en tres grandes tipos⁴:

- 1) Cooperativas de Trabajo Asociado (CTA): son cooperativas en las que los socios son trabajadores de la cooperativa.
- 2) Cooperativas de Prestación de Servicios (CPS): en este caso, los socios no son trabajadores, sino que reciben algún servicio de la misma.

² Fourier sostenía que el interés del trabajador respecto a su ocupación habitual no duraba más de dos horas. A partir de ahí se entraba en un estado de aburrimiento que hacía bajar considerablemente su capacidad productiva. Es por esto que aconsejaba que el trabajador alternase varias veces al día su puesto de trabajo con otros para poder así superar el estado de desinterés laboral.

³ A pesar de no haberlos inventado, los Pioneros de Rochdale hicieron una síntesis interesante de los principios cooperativos y, por ello, es conveniente citarlos. Se pueden resumir en los siguientes ocho puntos: Control democrático: una persona, un voto; puerta abierta: libre adhesión (ingreso y retiro voluntarios); interés limitado al capital; retorno de excedentes en proporción a las compras; ventas al contado; venta de mercancías de buena clase; educación de los socios y neutralidad política y religiosa.

⁴ Ramírez de Haro, 1997.

- 3) Cooperativas Mixtas: prestan algún servicio a los socios, que en algunos casos son también trabajadores y en otros no.

La gama de posibilidades a la hora de establecer cooperativas abre su abanico, llegando a las clases medias y el campesinado. Ya no se trata de algo que incumbe únicamente a la clase obrera urbana. Es por ello que aumenta la influencia de los socialistas cristianos ingleses y, posteriormente, la escuela de Nimes⁵. Durante este periodo toman la iniciativa teórica autores como Raiffeisen, Schultze o Fauquet. Ninguno de ellos aspira a una transformación de la sociedad. Estudian el sector cooperativo como separado del resto o lo sitúan dentro de un conjunto caracterizado por la competencia de empresas capitalistas sin vocación de cambio.

Otra aportación destacable es la de Charles Gide. Este autor adopta una postura intermedia. Para él el cooperativismo puede resumirse teniendo en cuenta tres fórmulas: “la soberanía del consumidor; la evolución pacífica mediante la competencia victoriosa de las cooperativas, sin expropiación; el desembocar en un régimen económico y social completamente transformado, donde reina el “precio justo”, es decir, donde el lucro ha desaparecido” (Lambert, Op cit, 121). Se trata de un autor moderado, con débiles lazos con el movimiento obrero, que lidera la cooperación francesa desde el Congreso Cooperativo de Lyon de 1886.

Anarquistas

Tanto anarquistas como marxistas –como veremos más adelante- tuvieron, en un primer momento, un escaso interés por el cooperativismo, ya que propugnaban una acción directa de ruptura –en ocasiones violenta- del orden establecido. Sin embargo es importante destacar las aportaciones con respecto al cooperativismo que se han hecho desde ambas corrientes de pensamiento.

Si bien es verdad que los planteamientos que defienden algunos de los más destacados representantes del anarquismo difieren notablemente entre sí, existen una serie de rasgos compartidos que deben ser destacados. Podría parecer que hay poco de común entre Proudhon y Bakunin (ambos contemporáneos de Marx), y entre ellos y Kropotkin o Malatesta. Sin embargo, todos rechazan la autoridad como forma de ordenar la sociedad, abogando en su lugar por la federación de pequeñas unidades locales.

Proudhon (1809-1865) es considerado por muchos como el primer gran teórico del principio autogestionario. Defendía la creación de talleres auto gestores a nivel productivo y el federalismo a nivel político. Consideraba la sociedad como un equilibrio entre fuerzas libres con iguales derechos y deberes en donde la iniciativa y la responsabilidad individuales serían primordiales. La apropiación de los instrumentos de producción industrial debía ser realizada por cooperativas obreras que tomarían decisiones democráticamente y asegurarían a sus miembros una participación de beneficios proporcional a la contribución que hiciesen por medio de vales de trabajo. Las cooperativas estarían relacionadas entre sí en base al intercambio y a la libre concurrencia y se regularían mediante pactos que darían lugar a una gran federación.

Bakunin (1814-1876) apostaba por la organización de la sociedad de abajo hacia arriba por medio de la libre federación de individuos, asociaciones, comunas, distritos, provincias y naciones de la humanidad.

Kropotkin (1842-1921) es partidario de la abolición de la propiedad y el salario, lo que daría lugar al comunismo libertario. Llegaría un momento en el que reinaría la abundancia para toda la sociedad y se daría satisfacción a las necesidades de todos los individuos. La base ética de esta sociedad está expuesta en su libro, *El apoyo mutuo*, donde trató de demostrar científicamente que el instinto de solidaridad está tan

⁵ En 1895 se constituye en Londres la Asociación Cooperativista Internacional (ACI), de carácter claramente moderado por la fuerte influencia de estas dos corrientes.

desarrollado como el instinto de competencia o destrucción entre todas las especies, incluida la humana. Creía en la capacidad del hombre para organizar racionalmente su vida en unión de otros hombres sin intervención externa alguna. Atribuía a prejuicios educativos la necesidad de gobierno y legislación.

Marxistas

Marx (1818-1883) tenía una visión positiva de la cooperación pero recelaba sobre su capacidad de transformación de la sociedad a gran escala. Para él la cooperación es una condición esencial para el desarrollo de las fuerzas productivas, además de tratarse de una relación opuesta al capital ya que se basa en relaciones de fraternidad entre productores copropietarios de los medios de producción⁶. En estas cooperativas todo obrero percibiría el mismo salario y, de forma temporal, los socios participarían de un beneficio mínimo.

Pero creía que crear cooperativas de producción⁷ para intentar superar el capitalismo, era una fórmula que estaba condenada al fracaso. Era de esperar que, en un entorno hostil, las cooperativas reprodujesen en su interior el patrón externo, y que se dejasen llevar por la lógica de la maximización de la ganancia. No se descarta la cooperativa como forma de participación democrática de los trabajadores pero hay que buscar otras formas de gestión obrera que permitan realmente romper con la lógica capitalista que, a su vez, sirvan de enseñanza y supongan un avance cualitativo en la conciencia política y revolucionaria de la clase obrera. Las cooperativas aisladas, en un régimen capitalista de gran concentración del capital, serán rápidamente absorbidas por éste. Es entonces cuando hay que plantearse cuáles son los límites del modelo cooperativista dentro del sistema económico capitalista. Para Marx la respuesta era clara, este tipo de experiencias sólo podrían sobrevivir si se extendían a todos los sectores de la producción y se coordinaban a nivel nacional. Si no, desaparecerían. Además, se podrían dar casos en los que los trabajadores se explotasen a sí mismos con el objetivo de competir con otras empresas del mismo sector. Por lo tanto, para conseguir la transformación social había que optar por la lucha revolucionaria que llevase al proletariado a hacerse con el control del Estado. Sin embargo, no sólo Marx sino también otros teóricos de su misma escuela desarrollaron un análisis que confirma la importancia relativa que le dieron al cooperativismo. Algunas de sus conclusiones son las siguientes:

- 1) En el capitalismo, el cooperativismo permite a los obreros salvaguardar sus intereses económicos y sociales, a pesar de llevar el sello de esa sociedad.
- 2) Las cooperativas surgidas en el capitalismo como organización de la clase obrera sin apoyo del Estado, se oponen a la burguesía, constituyendo una brecha en las relaciones de producción capitalista.
- 3) La identidad de las mismas presupone principios, valores y una empresa sui generis que se contraponen a lo defendido por el capitalismo, aunque no puede sobrepasar los límites de esta formación económica.
- 4) Las cooperativas en el capitalismo pueden degenerar en empresas capitalistas y no conducir a cambios sociales importantes.
- 5) En el socialismo las cooperativas son una vía para lograr el desarrollo de éste.

⁶ Lo que ponía de manifiesto lo innecesario de la figura del capitalista como organizador de la producción.

⁷ Marx recomendaba la creación de cooperativas de producción en vez de cooperativas de consumo. Esto es debido a que las segundas, a pesar de ser importantes, no son las más adecuadas porque sólo afectan a la esfera de la circulación. Efectivamente, representan un paliativo que ayuda parcialmente en la distribución de la riqueza de los asociados, pero no va a la raíz del problema: la explotación de la clase obrera.

Liberales

La ruptura total con el carácter anticapitalista del cooperativismo viene de la mano de los autores de la corriente liberal. Estos teóricos han querido despojar de significado el concepto, queriendo instrumentalizarlo como una forma de crear a largo plazo las condiciones para que se desarrolle mejor el capitalismo. Se trataría de un primer estadio para formar futuros capitalistas. Sería la forma de solventar los problemas con los que se puede encontrar un pequeño propietario antes de acumular la cantidad suficiente de capital. Así por ejemplo, el célebre economista León Walras, fundador de la escuela de equilibrio, es un defensor de la cooperación. Según él mismo afirma, “*Es así como aquéllas (las sociedades cooperativas) desempeñan un importante papel económico que consiste, no en suprimir el capital, sino en convertir a todo el mundo en capitalista*” (Lambert, Op. Cit, 108). Pareto fue el sucesor de Walras en la cátedra de Lausana. Para él “la cooperativa es un medio útil de realizar la libre concurrencia allí donde ésta falla” (Monzón Campos, Op. Cit, 128). Pantaleoni fue otro de los autores que iniciaron el estudio desde la base de su modelo liberal. Llegó a la conclusión de que la forma de funcionamiento que tiene la cooperativa no difiere de la de la firma capitalista⁸. Si se utilizan las mismas categorías analíticas de partida, no es de extrañar que se llegue a los mismos resultados. El paradigma del que se parte condiciona el análisis.

En torno a este tema podemos encontrar un interesante debate. Algunos autores defienden que, efectivamente, el objetivo de ambas formas de organización es producir lo máximo posible al menor coste. Sin embargo no hay que olvidar que, a pesar de utilizar también parámetros economicistas para decidir la producción, las cooperativas acaban supeditando los resultados económicos a las cuestiones sociales. Así encontramos casos en los que la lógica de funcionamiento económico exige el despido de cierto número de trabajadores para optimizar los resultados y en las cooperativas, a pesar de ello, se opta por mantener el número de obreros, incluso cuando ello implica rebajas salariales.

Posteriormente, otros autores han estudiado el comportamiento de la cooperativa desde la perspectiva del análisis microeconómico. Dentro de este grupo de economistas los resultados han sido diferentes dependiendo de cuales sean los *apriorismos* de los que se parte:

- 1) Ward, Domar, Vanek o Meade estudiaron el comportamiento de una empresa autogestionada en el corto plazo, suponiendo que “en la cooperativa la renta media del trabajador no es un dato determinado por el mercado (como es en el caso de los salarios en libre competencia), sino un objetivo a maximizar” (Monzón Campos, Op. Cit, 193-194). La conclusión a la que llegaron fue que partiendo de unas condiciones de eficiencia similares a las de la firma neoclásica puede llegarse a resultados distintos en términos de empleo y producción.
- 2) Por su parte Giannola criticó estos resultados alegando que las curvas de productividad propuestas por Meade eran incorrectas. “Así las cosas, tanto en una situación dinámica a corto como a largo plazo, las CTA [Cooperativas de Trabajo Asociado], ante un aumento del precio del producto, y admitiendo la hipótesis de maximización de la renta

⁸ “Como cualquier otra empresa económica, las sociedades (o asociaciones) cooperativas persiguen fines económicos de forma económica, esto es, son organizaciones cuyo objetivo es producir bienes económicos con un costo menor del que resultaría con otros medios, para beneficiar a los socios de la empresa. En otros términos, es el *egoísmo* la fuerza que la crea y que le da vida; y el *interés individual* la fuerza de la cual, aquélla es una manifestación” (Monzón Campos, 1989, 129).

neta por trabajador, reaccionan igual que la empresa capitalista, aumentando la producción” (Ibid, 203).

Por supuesto, el entorno económico imperante condiciona el funcionamiento de la cooperativa, pero no trascender este ámbito puede llevarnos a realizar un análisis insuficiente en el que nos sea difícil elaborar un modelo de comportamiento de la organización cooperativa. Para entender bien las diferencias entre el funcionamiento de una cooperativa y una empresa típicamente capitalista hay que estudiar con cuidado el diferente rol que en ambas desempeña el factor trabajo. Este es el que determina “*un proceso decisonal distinto en cada caso*” (Ibid, 323). Lo cual se deriva del principio “una persona, un voto”. Por tanto hay que recurrir a consideraciones multidisciplinares a la hora de hacer el análisis. No sirve con basarnos solamente en categorías económicas, hay que incluir además otras sociológicas, máxime cuando ambas funciones son inescindibles dentro de la cooperativa.

A la luz de lo anterior, quisiera destacar de nuevo lo dicho en el primer párrafo de este apartado: el componente fundamentalmente político del cooperativismo. Vemos como el movimiento cooperativo aspira desde sus orígenes a la transformación del mundo. “El explotar a los demás y el dejarse explotar son cosas igualmente contradictorias con la cooperación” (Gascón, 1960, 5).

Los puntos esenciales de la cooperación los podríamos resumir en los siguientes: auto-ayuda, naturaleza voluntaria, ayuda mutua, autonomía democrática, exclusión del lucro, misión educativa, naturaleza socialista, aspiración de conquista. Por tanto esta forma de organización lleva implícita en su definición su deseo de cambio social.

La experiencia cooperativa en el medio rural en América Latina y en Brasil

Centrándonos en el caso latinoamericano debemos destacar el fuerte apoyo gubernamental prestado a la creación de cooperativas a lo largo de todo el continente, entre finales de los años cincuenta y principios de los años sesenta. Este apoyo tiene su razón de ser en un periodo en el que aumenta la conflictividad social de estos países. No debemos olvidar que durante esta época la Unión Soviética aparece en el panorama internacional como una de las vencedoras de la Segunda Guerra Mundial y los movimientos de izquierdas tienen cierta fuerza política. Se teme además el efecto de contagio que puede tener la experiencia cubana en otros países de la zona. Todo ello hace que se arbitren medidas de tipo cooperativo, no con un afán revolucionario sino para tener controladas estatalmente las áreas de reivindicación social. En algunos lugares se llega a plantear incluso como una tercera vía entre el socialismo y el capitalismo. Como una forma de atender a ciertas demandas sociales sin provocar rupturas drásticas o violentas en el sistema de propiedad. La escuela de la CEPAL, por ejemplo, hace hincapié en presentar el cooperativismo no como una alternativa a la empresa capitalista sino como un estadio intermedio. Como un instrumento de inserción económica, social y política. El problema que presenta esta propuesta es que está dirigida a los segmentos medios de la población, de manera que se excluyen del mismo a los más pobres. En palabras de Fals Borda: “No quiere decir esto que con las cooperativas, tal como existen hoy en día, no pueda lograrse un cierto grado de cambio social. Las “cooperativas” han sido aceptadas precisamente porque llenan una necesidad, así sea parcialmente, dentro del sistema general del capitalismo dependiente que caracteriza a la mayor parte de la región latinoamericana y que lleva a reforzar estructuras neocoloniales. Pero su aceptación corre sujeta a que no sean sino una innovación controlable, realizada dentro de ciertos límites seguros, y que no lleguen a amenazar los sistemas prevalentes o los intereses mantenidos por el sistema” (Fals Borda, 1972, 18-19).

El hecho de que las políticas encargadas de fomentar el cooperativismo hayan sido impuestas por los gobiernos para diluir los problemas sociales derivados de la precariedad en las condiciones de vida de amplios sectores de la población, tiene consecuencias directas sobre los resultados obtenidos por las propias experiencias puestas en marcha. Cuando analizamos los ejemplos de este tipo que encontramos en América Latina, vemos que éstas cumplen una función fundamentalmente económica, en la que se dan ciertos avances en las condiciones de vida de sus componentes –no debemos menospreciar este hecho- pero que efectivamente, en la mayoría de los casos, no suponen una transformación de raíz de las estructuras de los países. Aparecen respondiendo a una coyuntura de crisis concreta, de manera que “Estas modificaciones “marginales” se continúan hasta que la urgencia política de solucionar la crisis disminuye” (Orlando Fals Borda, Op. Cit, 19). Así pues se trata de un acto cuya motivación nace de un agente externo con el único objetivo de mantener el statu-quo y no como consecuencia de un proceso de convencimiento derivado de la participación de los cooperados. Esto ha generado en muchos de los casos problemas de gestión. Gente ajena a la región era la encargada de supervisar los aspectos más técnicos del proyecto, creándose una división clara entre trabajadores y administradores. Se supone que la importancia que se da dentro de la cooperativa al tema de la educación es el garante que a largo plazo permitiría evitar todo este tipo de situaciones pero, en la práctica, esto no se produce. Normalmente el surgimiento de las cooperativas viene de la situación de miseria que viven los campesinos, el analfabetismo, la falta de participación social, carencias importantes en la sanidad, graves situaciones de explotación y violencia. Por tanto las cooperativas son aceptadas por parte de los gobiernos locales porque llenan, aunque sea parcialmente, un vacío que existe dentro del sistema general capitalista de América Latina. De esta manera además, se aseguran mantener el fenómeno dentro de unos límites controlables, que impidan avanzar en el camino del cuestionamiento del orden existente. Así, no es raro que las cooperativas tiendan a reproducir las diferencias sociales existentes en el entorno en el que se mueven. Los grupos dominantes no suelen oponerse a la existencia de estas experiencias pero, con frecuencia intentan frenar su posible desarrollo. Lejos de ahuyentar la pobreza entre los campesinos más desfavorecidos, el balance que arrojan las cooperativas tal y como se han instituido en Latinoamérica hasta la fecha nos pinta un panorama muy poco halagüeño:

- 1) Absorben poca fuerza de trabajo;
- 2) refuerzan las pautas de organización social desigual tradicionales;
- 3) y debido a los problemas derivados de las carencias financieras suelen sobre valorar la idea de la maximización, de manera que habitualmente se centran en este tema. Las cooperativas que tienen buenos resultados económicos suelen ser un fracaso como instrumento social de transformación.

El desencanto generalizado que hay hacia las cooperativas a finales de los años sesenta, además de por las razones apuntadas anteriormente, se ve fuertemente influenciado por un informe de las Naciones Unidas en el que se hace balance de los proyectos puestos en marcha hasta ese momento. El estudio es realizado entre 1968 y 1970. El título en castellano con el que salió publicado fue *Cooperativas: su fracaso en el Tercer Mundo*. En él se expone como principal conclusión la siguiente: “Las cooperativas rurales en regiones en desarrollo, producen pocos beneficios a las masas de habitantes más pobres y no pueden considerarse como agentes de cambio y desarrollo para tales grupos” (Colomer, 1993, 356). Algunas de las posibles causas de este fracaso pueden deberse al hecho de que se trate de cooperativas condicionadas a no incitar más cambios que los tolerablemente admitidos por las autoridades del lugar que se materializan en la adopción como propia de una doctrina de carácter

foráneo y la reproducción interna de las pautas de poder que se establecían fuera, concediéndose la administración exclusivamente a los más ricos.

Sin embargo el descontento no elimina el interés por seguir investigando qué se debe hacer para que los proyectos de cooperación sean una opción para mejorar la situación en la que se encuentran millones de personas. A partir de las últimas décadas del siglo pasado asistimos a un agotamiento de las dictaduras impuestas durante varios decenios en los países latinoamericanos. Esto tiene como consecuencia una revalorización de la democracia como opción política. Estamos ante una situación de crisis política, social y económica en la que se busca un nuevo consenso. Un nuevo modelo de desarrollo. La pregunta a la que intentan dar respuesta los analistas y expertos es por qué tras cuarenta años de crecimiento económico y fuerte proceso de industrialización siguen sin solucionarse los graves problemas de subempleo estructural, marginalidad y pobreza crítica. Se busca desesperadamente la consolidación de nuevos proyectos de participación activa de la ciudadanía.

En el caso de Brasil nos encontramos con que “... el movimiento cooperativista agrícola surge en las primeras décadas del siglo XX, fruto de la iniciativa de pequeños productores, que se reunían para comercializar en común sus productos, teniendo como objetivo ampliar su margen de ganancia a través de la eliminación de los intermediarios” (Maria Tereza Leme Fleury, 1983, 39, traducción propia). Por tanto su surgimiento está estrechamente ligado a las dificultades que encuentra el capital para reproducirse debido a las condiciones de dependencia en las que se encuentra, además de otros problemas como el abastecimiento o el hiper-crecimiento de los centros urbano-industriales.

A partir de la década de los años treinta⁹ el estado promulga un decreto-ley por el que regula la constitución y el funcionamiento de la cooperativas. Aunque el hecho de que una ley regule la forma jurídica de una cooperativa no implica necesariamente que su posible vocación transformadora quede destruida, si que estrecha el margen de maniobra mediante el que la cooperativa puede actuar. Su constitución depende directamente de las facilidades que dé el Estado, y así como el régimen normativo puede influir en la evolución de una empresa de tipo capitalista, el mismo poder de determinación tiene en este caso. El Estado, a cambio de ayudar a la formación de estos proyectos, se garantiza ciertas labores de control y se podía permitir incluso el incentivar su creación ya que no suponían en ningún caso una revisión del modelo. Es más, pronto se da cuenta de su potencial para modernizar la agricultura e integrar a los productores al mercado. Como consecuencia de ello el período comprendido entre los años 1935 y 1945 es uno de los más activos en la constitución de nuevas cooperativas. Muchas fracasaron porque no se correspondían con las necesidades del grupo de productores que aglutinaban. Como tal, estos organismos no hacen más que reproducir la situación en las que se desarrollan, por lo cual pierden cualquier tipo de iniciativa de cambio que las inspiró. Las relaciones que se dan en su seno no suelen ser de tipo horizontal. Además vemos que en Brasil se pueden encontrar también importantes diferencias entre el norte y el sur. El segundo, más desarrollado, presenta mayor cantidad de cooperativas y con más recursos económicos que el primero.

Como hemos visto hasta ahora, a pesar de la vocación transformadora del modelo cooperativista, las experiencias que se han desarrollado están muy lejos de conseguir este objetivo. Esto se debe por un lado, a la instrumentalización que se ha hecho de ellas por parte de los gobiernos de turno y, por otro, al hecho de que las cooperativas encierran en sí mismas muchas potencialidades tanto para ser el primer paso en la creación de una empresa capitalista como para ser revolucionarias. Que se de una cosa o la otra depende del juego de fuerzas de la sociedad de la que forman parte y del grado de motivación que llevó a los cooperados a reunirse.

⁹ En concreto, el 19 de diciembre de 1932.

Muchos estudiosos son pesimistas a este respecto. Aseguran que la constitución de cooperativas agrícolas “insertas en una sociedad capitalista, tienen como destino seguro su transformación en empresas o su desaparición” (Maria Tereza Leme Fleury, Op. Cit, 143, traducción propia). En las condiciones actuales en las que nos movemos en un entorno fuertemente mercantilizado y en el que la iniciativa para emprender estas agrupaciones no parte de los propios individuos sino de las instituciones estatales, su alcance como instrumento de cambio social es francamente limitado. Sin embargo, desde mi perspectiva, hay una serie de experiencias que invitan al optimismo. Nadie duda que el contexto en el que estamos no ayuda a la consolidación de estos proyectos. Más bien al contrario, se convierte en un enemigo constantemente al acecho. Pero, aún en una dinámica tan poco propicia, multitud de cooperativas salen adelante de forma exitosa, convirtiéndose en ejemplos a seguir. El MST nos nutre con algunos buenos ejemplos como Cooperunião o Copavi. Con los altibajos lógicos de experiencias tan comprometidas desde el punto de vista individual, se mantienen tras más de veinte años desde su creación.

Pero, incluso si de cooperativas no tan exitosa se tratara, habría que saber valorar la importancia que tiene generar dinámicas internas de igualdad, en las que la opinión de todos los miembros sea igualmente válida. Quien ha convivido en una organización social más justa llevará siempre consigo el deseo de hacer de la sociedad toda un lugar parecido a aquél del que formó parte una vez.

El MST y las cooperativas

Frente a las políticas cooperativistas gubernamentales desarrolladas en América Latina durante los sesenta que hemos mencionado, encontramos otras concepciones mucho más arriesgadas que llevan a cabo algunos movimientos sociales. El MST es un ejemplo de ello. Este movimiento campesino surge ante el deseo de cambiar la situación de miseria que viven millones de campesinos en Brasil. La lectura que hacen para explicar esta situación de pobreza generalizada es que es el resultado de un sistema de organización político y económico injusto que niega a los más desfavorecidos la oportunidad de acceder a unas condiciones mínimas de bienestar. Por tanto, para transformar la realidad de estas personas es necesario transformar también el orden social en el que viven. Desde este punto de vista, el Movimiento tiene una inspiración claramente socialista, en la que hay un afán por promover todo tipo de acciones que incentiven los comportamientos cooperativistas.

Junto a los factores ideológicos, hay otros factores prácticos que hay que resaltar para entender el interés del MST por trabajar el cooperativismo. Al principio, los agricultores que conseguían acceder a la tierra se organizaban de forma individual. De esta manera apenas conseguían mejorar su calidad de vida porque generalmente se dedicaban a practicar agricultura de subsistencia. Esto unido al hecho de tener que pagar una serie de intereses por los préstamos adquiridos para poner en marcha el proceso productivo, les llevaba en muchos casos a tener que *entregar la tierra*. Ante la extensión de este fenómeno, se empieza a tener presente que es necesario no sólo acceder a la posesión de la tierra, sino que hay que trabajar después para poder viabilizar económicamente la permanencia a largo plazo de los individuos en el campo. Para el pequeño agricultor solo es muy complicado mantenerse. Es por ello que a partir de 1986 empieza a discutirse, dentro del MST, cómo organizar a los asentados. Se realiza entonces el I Encuentro Nacional de Asentados, en el que estuvieron representados 76 asentamientos de 11 estados diferentes. Se discute la conveniencia o no de utilizar el cooperativismo como forma de organización. A la resistencia inicial, derivada de los recelos de experiencias que se han desarrollado con anterioridad¹⁰, se

¹⁰ Había una resistencia muy grande al cooperativismo por las experiencias negativas del modelo tradicional de cooperativismo, caracterizado como grandes empresas agroindustriales

va superponiendo la opinión favorable a la cooperación. Se hace un estudio sobre el pensamiento clásico del asociacionismo y sobre la legislación cooperativista. Además de difundir el conocimiento de diversas experiencias sobre el tema en diversos países.

Según Stédile, uno de los ideólogos más conocidos del MST: “En aquel periodo de 1986 a 1990, el gran avance que obtuvo el movimiento fue el desarrollo de una teoría de la cooperación agrícola, de comprenderla como fundamental. Se aprendió también que las formas de aplicación de la cooperación agrícola deberían ser flexibles. Pues era, y aún continua siendo, preciso tener en cuenta las condiciones objetivas y subjetivas de la comunidad que va a aplicarlas. Las condiciones objetivas son el nivel de acumulación de capital existente, el tipo de producto que es posible producir, las condiciones naturales existentes en el asentamiento. [...] las condiciones subjetivas son el grado de conciencia política y la historia de la participación de una comunidad determinada adquiridos en la lucha para conquistar la tierra” (Savério Sposito, 2002, 233, traducción propia). Así, en 1988 es elaborado por el MST un “Manual de Cooperación Agrícola” con el objetivo de ayudar a los campesinos que opten por esta forma de organización a solventar sus dudas. A partir de entonces se intenta que la producción de los asentamientos quede organizada a través de Laboratorios Organizacionales¹¹.

Durante los años 91 y 92 se crea el Sistema Cooperativista de los Asentados, formado por Cooperativas de Producción Agropecuaria (CPAs), Cooperativas de Comercialización Regional, Grupos Colectivos y Asociaciones. A nivel regional tenemos las Cooperativas Centrales de Reforma Agraria. Y a nivel nacional se crea la Confederación de Cooperativas de Reforma Agraria de Brasil (CONCRAB), el 15 de mayo de 1992 en Curitiba.

Las CPAs presentan desde el principio graves problemas administrativos y técnicos ya que no hay mucha formación dentro de la gente del asentamiento. Para paliar este problema se crea en 1993 un Curso Técnico en Administración de Cooperativas en Veranópolis, estado de Rio Grande do Sul. Seis años después de su puesta en funcionamiento se habían formado 500 técnicos en cooperativismo.

Ante el fracaso inicial de las CPAs pasan a incentivarse otras formas de cooperación como las de comercialización que preservan la individualidad del campesino pero permiten organizar compras y ventas en común. Las cooperativas de prestación de servicios ayudan a mecanizar la agricultura, comprando en conjunto equipamientos caros como tractores. En la actualidad tenemos las siguientes modalidades de cooperativas funcionando en el MST: Cooperativas de Producción Agropecuaria (CPA), Cooperativa de Prestación de Servicios (CPS), Cooperativa de Producción y Prestación de Servicios (CPPS), Cooperativa de Crédito (CRED), Cooperativa de Trabajo (TRAB) y Cooperativa de Pequeños Agricultores (PA) repartidas por estados de la siguiente manera:

que desarrollarán una política de explotación económica de los agricultores (Dal Chiavon et al, 1999, 6, traducción propia).

¹¹ Forma de organización desarrollada por Clodomir de Moraes a partir de la experiencia de las Ligas Campesinas y cuyo objetivo es conseguir cooperativas de producción autogestionadas. Se crean en 1989 las primeras Cooperativas de Producción Agropecuaria (CPAs) en el estado de Rio Grande do Sul, con el nombre de Coopanor y Cooptil.

TABLA 1: Modalidades de Cooperativas

ESTADO	MODALIDADES DE COOPERATIVAS						
	CPA	CPPS	CPS	CRE	TRAB	PA	TOTAL
<i>Bahia</i>	4	3	2	-	-	-	9
<i>Ceará</i>	4	3	2	-	-	-	9
<i>Espirito Santo</i>	4	-	1	-	-	-	5
<i>Maranhão</i>	1	1	1	-	-	-	3
<i>Mato Grosso</i>	1						1
<i>Mato Grosso do Sul</i>	1	-	1	-	-	-	2
<i>Minas Gerais</i>	1	-	-	-	-	-	1
<i>Pará</i>	-	-	1	-	-	-	1
<i>Paraíba</i>		-	1	-	-	-	1
<i>Pernambuco</i>	-	4	-	-	-	-	4
<i>Piauí</i>	-	-	1	-	-	-	1
<i>Paraná</i>	6	1	7	1	-	-	15
<i>Rio Grande do Norte</i>		1					1
<i>Rio Grande do Sul</i>	14	1	6	3	2	1	27
<i>Sergipe</i>	-	-	1	-	-	-	1
<i>Santa Catarina</i>	5	-	4	1	3	-	13
<i>São Paulo</i>	1	3	6	-	-	-	10
TOTAL	42	17	34	5	5	1	104

Fuente: CONCRAB. Junio. 2003

Para analizar mejor estos datos vamos a agregarlos por regiones y vamos a calcular el porcentaje de cooperativas de cada región respecto del total de cooperativas pertenecientes al MST. Así tendríamos los siguientes coeficientes:

TABLA 2: Porcentaje de cooperativas por estados

REGIONES	PORCENTAJE (%)
Norte (Pará)	0.96
Nordeste (Bahia, Ceará, Maranhao, Paraíba, Pernanbuco, Piauí, Rio Grande do Norte y Sergipe)	27.88
Centro Oeste (Mato Grosso y Mato Grosso do Sul)	2.88
Sureste (Espiritu Santo, Minas Gerais, Sao Paulo)	15.38
Sur (Paraná, Santa Catarina, Rio grande do Sul)	52.88

Fuente: elaboración propia a partir de los datos de la tabla 1.

Algunas de las razones que contribuyen a explicar los datos del cuadro son:

- 1) En las zonas Norte y Centro Oeste la influencia de la cooperativas es casi nula. Esto se debe a distintas razones en una zona y en la otra. En la primera hay que tener en cuenta que el porcentaje de población que vive allí es ínfimo y mayoritariamente indígena. Este colectivo reclama su derecho a tierra a través de otras organizaciones sociales diferentes

al MST, con un componente étnico mucho más marcado. La segunda, es una zona que fue poblada hace relativamente poco tiempo, mediante planes de colonización sucesivos incentivados por el gobierno, por lo que el Movimiento se está extendiendo paulatinamente en este lugar. Durante mi estancia en Brasil tuve la oportunidad de visitar muchos acampamentos del Estado de Mato Grosso do Sul y pude comprobar este incipiente crecimiento.

- 2) Se aprecian claras diferencias entre las zonas Nordeste y Sur, de manera que la presencia de cooperativas en la primera es casi la mitad que en la segunda. Para explicar esto no debemos olvidar que el Movimiento surge en la zona Sur y que, a partir de ahí, se extiende por todo el país.
- 3) La repercusión del cooperativismo en la zona Sureste es moderada. Ello se puede deber en parte a que esta zona se corresponde con una de las más urbanizadas. Aquí encontramos las dos grandes ciudades brasileñas por excelencia: Rio de Janeiro y São Paulo. No debemos olvidar que hasta fechas recientes, el MST nutría sus filas de personas que procedían de áreas rurales, por lo que es lógico pensar que su influencia en las zonas urbanas fuera muy escasa y, por tanto, la posibilidad de crear cooperativas auspiciadas por el Movimiento. Sin embargo, desde hace algún tiempo, se percibe un incremento en la actividad de los cuadros militantes en las ciudades con el objetivo de acercarse progresivamente a la población urbana.

Si atendemos al tipo de cooperativas por las que opta la gente perteneciente al Movimiento tenemos los siguientes datos¹²:

TABLA 3: Porcentaje de cooperativas según la modalidad

MODALIDAD COOPERATIVA	PORCENTAJE (%)
Cooperativas de Producción Agrícola	40.38
Cooperativas de Producción y Prestación de Servicios	16.34
Cooperativas de Prestación de Servicios	32.69
Cooperativas de Crédito	4.80
Cooperativas de Trabajo Asociado	4.80
Cooperativas de Pequeños Agricultores	0.96

Fuente: elaboración propia a partir de los datos de la tabla 1.

Algunos de los factores que ayudarían a entender estos datos son:

- 1) Durante la etapa del acampamento se hace un importante trabajo de concienciación sobre los beneficios de trabajar conjuntamente la tierra. Tal vez este trabajo explique el hecho de que la mayor parte de las cooperativas que se ponen en funcionamiento posteriormente sean del tipo de Producción Agrícola.
- 2) El siguiente porcentaje más alto es el que registran las Cooperativas de Prestación de Servicios. Esto se debe a que la maquinaria agrícola tiene un coste elevado y es más fácil comprar estos elementos de forma comunitaria. Posteriormente se establecen turnos de uso. Este tipo de

¹² Coeficientes calculados teniendo en cuenta el número de cooperativas que pertenecen a cada una de las seis modalidades que figuran en el cuadro/ el número total de cooperativas.

- cooperativas es habitual para la recogida de leche, la adquisición (y utilización) de tractores, etc.
- 3) En tercer lugar encontramos la modalidad Cooperativa de Producción y Prestación de Servicios. En la mayor parte de los casos se trata de campesinos que se asociaron para comprar maquinaria e insumos en común y, ante las ventajas de hacerlo de esta manera, deciden destinar una parte de su terreno al cultivo conjunto. El porcentaje de tierra que se trabaja de forma comunitaria varía en función de cada asentamiento.
 - 4) Las Cooperativas de Crédito no son muy importantes quizás porque lo que se intenta es presionar al gobierno para que sea él el que se encargue de ofrecer ayudas crediticias a los campesinos y no que sean ellos mismos los que tengan que encargarse de buscar estas ayudas. Por su parte las Cooperativas de Trabajo Asociado son aquellas en las que, puntualmente, los campesinos se organizan para ayudarse en las labores agrarias (recogida de determinadas cosechas, ordeño de vacas)¹³. Como vemos tampoco representan un porcentaje elevado.
 - 5) Las Cooperativas de Pequeños Agricultores se refieren a personas que deciden desarrollar su actividad agraria de forma individual y que sólo se juntan para comercializar la producción. Como vemos la relevancia de este tipo de cooperativas es prácticamente nula.

A pesar de las diferencias que encontramos si hacemos un estudio pormenorizado, el objetivo es claro: impregnar del espíritu cooperativo el *modus operandi* del Movimiento¹⁴. Este trabajo es, sin duda, complicado. Prueba de ello es que del total de asentamientos del MST sólo un porcentaje mínimo opta por seguir los pasos del cooperativismo. Para darnos cuenta de ello basta comparar las 104 cooperativas con las que contaba el Movimiento en el año 2003, con los aproximadamente 1.600 asentamientos del MST ese mismo año. Esto supone que tan sólo en torno al 6,5% de los asentados opta por el cooperativismo como forma organizacional. Cabe preguntarse por qué ocurre esto. Una primera cuestión que debemos tener en cuenta es que un modelo de organización agrícola de tipo cooperativista supone un elevado grado de esfuerzo personal para que funcione. En ese sentido quizás fuera recomendable que en una fase previa a la constitución de la cooperativa se trabajasen una serie de aspectos socio-políticos que pudieran tener cierta relevancia posterior, como por ejemplo las relaciones afectivas entre los miembros de la cooperativa y su grado de implicación política. Pero además de esto, hay que conseguir que la cooperativa sea viable económicamente. Si no lo conseguimos, será difícil mantenerla en funcionamiento en el largo plazo.

Formalizando un poco lo expresado en el párrafo anterior, podemos decir que habría tres factores que habría que tener en cuenta a la hora de evaluar qué determina en mayor medida que la gente no ceje en su empeño de sacar adelante una cooperativa:

- 1) Los aspectos sociales, dentro de los cuales estarían los **vínculos comunitarios fuertes** establecidos en la etapa del acampamento¹⁵.

¹³ Se diferencian de las de Producción Agrícola en que en este caso sólo el trabajo está cooperativizado.

¹⁴ Según defiende Stédile en su libro *A questão agrária hoje* (1994), la idea sería presentar a las cooperativas agrícolas como una forma alternativa al capitalismo. Con ello se buscaría frenar la tendencia a la desarticulación del campo, se permitiría preservar el medio (los campesinos no se guiarían por el principio de maximización del beneficio) y no habría asalariados (por lo tanto, no habría capitalistas y trabajadores).

¹⁵ Hay que resaltar la importancia que tiene el proceso de “filtrado” que se deriva del hecho de que el periodo medio de espera hasta obtener la tierra es de cinco años.

- 2) Los aspectos políticos, dentro de ellos, **la educación y el grado de concienciación política** de los miembros del asentamiento.
- 3) Y los aspectos económicos, como la existencia de **interdependencias** entre los integrantes del asentamiento para: el manejo de sistemas de riego o el abastecimiento de -y hacia- los centros urbanos.

Lo que planteo es que la organización cooperativa de un asentamiento puede estar fuertemente influenciada por el grado de fortaleza que alcancen cada uno de los elementos que hemos resaltado dentro de los aspectos sociales, políticos y económicos. Es decir, cuanto más fuertes sean los vínculos creados, mayor grado de concienciación política haya y mayores interdependencias económicas existan entre unos y otros, más fácil será que las personas opten por una forma de organización de este tipo.

Un interesante ejemplo de esto podría ser el caso de la cooperativa Cooperunión, sita en el Estado de Santa Catarina, al sur de Brasil. Este asentamiento, que empezó su andadura allá por el año 1985, tiene la peculiaridad de haber asentado al principio de su constitución a 60 familias, de las cuales 35 pertenecían previamente al MST y las otras 25 no. Con el paso del tiempo, de las 25 familias asentadas que no tenían ningún vínculo con el movimiento sin tierra, 24 han abandonado la cooperativa. De las otras 35, ninguna salió del asentamiento. Esto puede incitar a pensar que el periodo previo a conseguir la tierra por el que tuvieron que pasar las personas vinculadas al MST pudo estrechar los lazos sociales y políticos entre sus miembros, siendo un factor relevante a la hora de consolidar su mantenimiento. Los factores económicos, sin embargo, no pueden estar completamente relegados a un segundo plano, ya que es necesario que refuercen positivamente a los otros dos.

Debido a los dos factores que hemos expuesto, las cooperativas son pensadas a partir de dos elementos:

- 1) Económicos, en tanto se busca aumentar la productividad, racionalizar la producción de acuerdo a los recursos naturales, introducir tecnologías y desarrollar la agroindustria.
- Y políticos, en cuanto el objetivo es crear una red articulada de resistencia a la exclusión del sistema capitalista y formar nuevos cuadros de militantes.

En uno de los documentos que elabora el propio Movimiento se dice: “El SCA¹⁶, como cada cooperativa, debe tener, al mismo tiempo, un carácter político y un carácter de empresa económica. Carácter político para actuar en la organización política de los asentados, en la concienciación y en la politización de la base, promover la movilización social y articular luchas económicas y políticas, además de contribuir con el sector de Frente de Masas¹⁷. Carácter de empresa económica para supervisar la organización de la producción, la resistencia de los asentados en el campo, el crecimiento económico y el desarrollo o mejora de la calidad de vida de los asentados” (CONCRAB, 1998, 11-12, traducción propia). De esta manera se termina diciendo: “...las cooperativas deben colocar a disposición de la lucha su infraestructura, recursos y personal para la movilización con el objetivo de conseguir la reforma agraria y la transformación de la sociedad. Y, al mismo tiempo, no deben descuidar los aspectos productivos, administrativos y gerenciales para obtener una buena eficiencia económica” (Ibid, 12, traducción propia).

Siguiendo el sentido que le dan a la cooperativa dentro del MST, se considera que es una forma de organización económica (que por sus características propias permita, en determinados momentos, dar soluciones plausibles a algunos de los

¹⁶ Sistema Cooperativista de Asociados.

¹⁷ Este es el nombre que se le da al sector encargado de entrar en contacto con las personas que quieren entrar a formar parte del Movimiento, concienciarlas y movilizarlas para la lucha.

escollos de viabilidad productiva) pero sobre todo política y social -en tanto está inspirada en el deseo de crear sociedades en las que se acabe con la explotación de unos sobre otros. Su objetivo primordial, por tanto, debe ser el de asociar a una serie de miembros con el fin de desarrollar de forma conjunta un proceso de producción de bienes o de prestación de servicios, dotándose para ello de una forma de organización horizontal, basada en la toma de decisiones conjunta, pagando una remuneración-hora igual a todos sus miembros y revirtiendo las ganancias potenciales a todos los componentes de la cooperativa por igual.

Conclusión

A lo largo de estas páginas hemos intentado explicar por que entendemos el cooperativismo como un concepto con importantes implicaciones políticas. Para ello hemos creído conveniente hacer un repaso histórico de su origen y de las diferentes interpretaciones de las que ha sido objeto. Esto nos ha servido para situarnos teóricamente y poder así después evaluar las políticas prácticas que se han llevado a cabo por parte de los gobiernos de turno en el contexto latinoamericano. Nuestra visión ha sido crítica sobre los limitantes que se desprenden de la propia visión gubernamental del cooperativismo, defendiendo que –en la mayoría de los casos- los objetivos planteados estaban muy lejos –o incluso iban en contra- de los que los que plantearon los primeros autores. Frente a esta visión pro-sistémica encontramos otra, la de muchos movimientos sociales afines, cuyo fin es recuperar la visión transformadora de los pioneros y potenciar un modelo productivo nuevo que sienta las bases sobre las que construir nuevas formas de relación entre agentes sociales. Uno de esos grupos que buscan la potenciación del cooperativismo entendido de esta manera es el MST. Respecto a esta cuestión debemos destacar varios puntos:

- 1) Apuestan por un cooperativismo de inspiración socialista cuyo fin sería la transformación social. La labor intelectual y práctica que desarrollan está encaminada a la consecución de este fin. Todo esto se plasma en la discusión interna alrededor del tema del cooperativismo, en la creación de organismos especializados y en la labor de concienciación a los miembros del Movimiento.
- 2) A pesar de este esfuerzo son pocos los asentamientos que optan por este tipo de organización social en cualquiera de sus modalidades.
- 3) De los asentamientos que sí crean cooperativas la mayor parte se encuentra en el sur del país, donde surgió el Movimiento y donde más consolidada está su posición.
- 4) Dentro de las modalidades cooperativas que se dan en los asentamientos, el modelo cooperativo de producción integral es el más adoptado.

El hecho de que dentro de los asentamientos cooperativos haya una mayor presencia de cooperativas de producción integral que, podría decirse, son la máxima expresión del cooperativismo (ya que en ellas, muchos los ámbitos de la vida están cooperativizados) es una muestra de la viabilidad de la propuesta. Lo que llama la atención es que haya un porcentaje tan escaso de asentamientos que opten por el cooperativismo. Por ello intentamos averiguar sobre qué variables hay que trabajar para conseguir que quienes se movilizan en la lucha por la tierra escojan este tipo de organización. Planteamos tres elementos a tener en cuenta: los **aspectos sociales**, dentro de los cuales estarían los **vínculos comunitarios fuertes** establecidos en la etapa del acampamento; los **aspectos políticos**, dentro de ellos, **la educación y el grado de concienciación política** de los miembros del asentamiento; y los **aspectos económicos**, como la existencia de **interdependencias** entre los integrantes del

asentamiento para desarrollar su actividad productiva. De estas tres variables la primera y la segunda, es decir, los aspectos sociales y los políticos, son los que resultarán decisivos para explicar la dinámica de permanencia en la cooperativa. Los vínculos creados durante los años del acampamento y el nivel de concienciación política y educativa parecen ser elementos fundamentales a tener en cuenta a la hora de explicar la constancia de la gente y los esfuerzos hechos para que la cooperativa siga adelante. A pesar de ello, también es necesaria la obtención de buenos resultados económicos que permitan a los socios de la cooperativa mantener unos niveles de bienestar aceptables.

El éxito de una cooperativa pasa por conseguir mantener un equilibrio entre la búsqueda del imprescindible bienestar material y la toma en consideración de los aspectos sociales. Si en algún momento ambos elementos chocan, hay que saber adoptar una solución en la que primen los criterios sociales frente a los economicistas. Ante esta tesitura no hay que dejarse llevar por el impulso individualista que nos rodea y que nos inculcan desde pequeños. Moverse contra corriente es una tarea muy complicada pero ejemplos como los de las cooperativas del MST nos demuestran que puede hacerse.

Bibliografía recomendada

CERIOLO, Paulo y MARTINS, Adalberto, *Sistema Cooperativista dos Assentados*, Caderno de Cooperação Agrícola número 5, CONCRAB, São Paulo, 1998.

COLOMER VIADEL, Antonio, *Sociedad solidaria y desarrollo alternativo*, Fondo de Cultura Económica, Madrid, 1993.

CONCRAB, *Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos*, CONCRAB, Caderno de cooperação agrícola 7, São Paulo, Noviembre de 1998.

CONCRAB, *Questões práticas sobre cooperativas de produção*, MST-CONCRAB, Caderno de formação 21, Março de 1994.

DAL CHIAVON, Francisco, FERREIRA, Elenar, FRANZ, Amélia, VILLELA, Moacyr y MARTINS, Adalberto (organizadores), *A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999)*, Caderno de Cooperação Agrícola número 8, CONCRAB, São Paulo, 1999.

DE MARCOS, Valeria, *A utopia da produção comunitaria camponesa na atualidade*, Simposio Multidisciplinar Internacional, São Paulo, 1997, páginas 1-13.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura (organizador), *Produzir para viver. Os caminhos da produção nao capitalista*, Civilizacao brasileira, 2002.

ELSTER, Jon y MOENE, Karl (compiladores), *Alternativas al capitalismo*, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1993.

ESCHENBURG, Rolf (editor), *Las cooperativas en los diferentes sistemas económicos*, en *Problemas actuales del cooperativismo. Un desafio interdisciplinario*, Institut für genossenschaftswesen der universität münster, 1988.

FALS BORDA, Orlando, *El reformismo por dentro en América Latina*, S. XXI Editores, 1972.

GARCIA, Antonio, *Cooperación agraria y estrategias de desarrollo*, S. XXI Editores, 1976.

GASCÓN, Antonio, *La cooperación y las cooperativas*, Ediciones de Historia, Geografía y Arte, SL, Madrid, 1960.

LAMBERT, Paul, *La doctrina cooperativa*, Intercoop, Argentina, 1975.

LEME FLEURY, Maria Tereza, *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*, Global editora. Sao Paulo. Novembro.1983.

MARTINS DE CARVALHO, Horacio, *Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agraria no Brasil*, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (ITCA), Ministerio Extraordinario de Política Fundiaria (MEPF), Núcleo de Estudios Agrarios e Desenvolvimento (NEAD), 1998.

MEISTER, Albert, *Los sistemas cooperativos: ¿democracia o tecnocracia?*, Editorial Nova Terra, España, 1969.

MONZÓN CAMPOS, Jose Luis, *Las cooperativas de trabajo asociado en la literatura económica y en los hechos*, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1989.

NASH, June; DANDLER, Jorge y HOPKINS, Nicholas S. (editores), *Popular participation in Social Change. Cooperatives, Collectives and Nationalized Industry*, Mouton Publishers, Illinois, 1976.

PASQUETTI, Luis Antonio, *A empresa social no contexto do terceiro setor: um estudo do MST*, Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

ROTHSCHILD, Joyce y WHITT, J. Allen, *El lugar del trabajo cooperativo. Posibilidades y dilemas de la democracia y la participación en las organizaciones*, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, España, 1991.

SAVÉRIO SPOSITO, Eliseu (editor), *Geografia, movimentos sociais e teoria*, Revista Terra Livre, número 19, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, Jul/dez 2002.

SOLDEVILLA, Antonio, *El movimiento cooperativista mundial. Sus orígenes, desarrollo y problemática actual*, CERES, Valladolid, 1973.

STÉDILE, João Pedro (coordinador), *A questão agraria hoje*, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

TENEMBAUM, J.L y SIEGENS, Jorge, *Manual de prácticas cooperativas para el agro de América Latina*, Instituto de Desarrollo Económico, Fao: Cuaderno de Fomento Agropecuario.

Recebido em junho de 2007
Aprovado em junho de 2007

Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: Assentamento Rural Pirituba II

Júlia Zanin Shimbo

Mestre em Geociências e Meio Ambiente pela IGCE/Universidade Estadual Paulista – Unesp (2006)
Endereço profissional: Instituto Ambiental Brasil Sustentável, SHIS, QI 05, CCO, Gilberto Salomão Bloco E,
Sobreloja 29, Sala 03, Lago Sul, 71615-550 - Brasília, DF – Brasil
Endereço eletrônico: juliazanin@hotmail.com

Jairo Roberto Jiménez-Rueda

Doutor em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade de São Paulo (1985)
Professor do Departamento de Petrologia e Metalogenia do IGCE/Unesp
Endereço eletrônico: Av. 24A, 1515, 13506-900, Rio Claro, SP,
Endereço eletrônico: jairorjr@rc.unesp.br

Resumo

A ausência de diagnósticos ambientais detalhados nos projetos de reforma agrária pode afetar a qualidade de vida das famílias, a produtividade e a sustentabilidade ambiental. O objetivo desse estudo é estabelecer o zoneamento geoambiental no assentamento rural Pirituba II e analisar o uso desse instrumento para subsidiar os projetos de reforma agrária. Para isso, foram realizadas fotointerpretação de produtos de sensores remotos e verificações em campo para detalhar as informações ambientais de drenagem, geologia estrutural, fisiográficas e pedológicas. A integração dessas informações permitiu estabelecer as zonas geoambientais. Essas foram subdivididas em subzonas pela análise estrutural e fisiográfica, para posteriormente determinar as potencialidades e limitações de uso e ocupação de tais unidades para tomadas de decisão. Esse zoneamento forneceu um estudo detalhado e integrado do meio físico para planejamento local e melhoria dos assentamentos rurais, visando a sustentabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Zoneamento geoambiental, reforma agrária, assentamentos.

Resumen

Zoneamiento geoambiental como subsidio a los proyectos de la reforma agraria. Estudio del caso: Assentamiento rural Pirituba II

La ausencia de diagnosticos ambientales detallados en los proyectos de reforma agraria puede afectar la calidad de vida de las familias, productividad y sustentabilidad ambiental. El objetivo de ese estudio fue establecer el zoneamiento ambiental en el asentamiento rural Pirituba II y analizar el uso de esa herramienta como subsidio de los proyectos de reforma agraria. Para eso, fueron hechas las fotointerpretaciones de los productos de sensores remotos y las averiguaciones en el campo para detallar las informaciones ambientales, como: drenaje, geología estructural, fisiografía y pedología. La integración de esas informaciones posibilitó el establecimiento de las zonas geoambientales. A partir del análisis estructural y fisiográfico, esas zonas fueron subdivididas en subzonas para posterior determinación de las potencialidades y limitaciones de sus usos y ocupaciones, importantes factores a ser conocidos durante las decisiones. Ese zoneamiento forneció un estudio detallado y integrado del medio físico para el planeamiento local y la mejoría de los asentamientos rurales.

Palavras-clave: Zoneamiento Geoambiental, reforma agraria, asentamientos.

Summary

Geo-environmental zoning as a resource for agrarian reform projects: The case of the Pirituba II Rural Settlement

The absence of detailed environmental studies on land reform projects can affect the quality of life of settled families, their productivity and the sustainability of the settlements. This uses a case study of the Pirituba II settlement to demonstrate the potential utility of geo-environmental zoning as a resource for land reform projects. Photo-interpretations of fieldwork are used to detail environmental information such as the land's drainage and geological, physiographic and petrological structure. From the integration of these data, the article shows how it is possible to define the geo-environmental zones of a settlement. Through structural and physiographic analysis, the zones defined for Pirituba II were subdivided into subzones, so that the use potential and limitations could be determined and that information applied to decision-making. This integrated and detailed study from the physical environment made the local planning and improvement of this settlement possible.

Keywords: Geo-environmental zoning; land reform; settlements.

Zoneamento geoambiental um instrumento para orientar o uso e ocupação dos assentamentos rurais

Os estudos sobre diagnósticos ambientais que visam o planejamento e sustentabilidade ambiental em projetos da reforma agrária são poucos ou apresentam deficiências em suas análises. A ausência desses estudos e de orientações técnicas pode aumentar os impactos ambientais negativos, como situações de erosão, degradação do solo, poluição e assoreamento dos corpos d'água, prejuízos à biodiversidade, o que pode interferir significativamente na produtividade, renda e qualidade de vida das famílias assentadas.

Por outro lado, no Brasil, atualmente existem instrumentos legais que obrigam e estimulam o planejamento, a implantação e o desenvolvimento desses assentamentos rurais visando a sustentabilidade ambiental e socioeconômica. Esses instrumentos, representados na Resolução CONAMA 289 (licenciamento ambiental para projetos de reforma agrária), Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER), ainda são pouco operacionalizados em relação a alguns dos seus pressupostos e objetivos de desenvolvimento rural sustentável e geração de renda, como também, muitos não foram efetivados em muitos projetos. Em assentamentos antigos, implantados anteriormente à criação desses documentos, a dificuldade de concretização desses instrumentos e ações é maior.

Guanzioli et al. (1999) afirmam, em seu estudo sobre os principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil, que o quadro natural nos assentamentos, avaliado pela qualidade físico-química dos solos; a disponibilidade de água; a frequência das chuvas e o relevo, pode ser considerado um pré-condicionante para maior êxito e desenvolvimento dessas áreas destinadas à reforma agrária. Além disso, este quadro interfere expressivamente no nível de renda dos assentados.

Tais fatos, reunidos com a necessidade de um manejo do solo adequado e orientado, integrado às características ambientais da região, torna indispensável à realização de uma sistemática que oriente o planejamento do uso da terra e direcione para a sustentabilidade ambiental e das famílias assentadas. O conhecimento detalhado e integrado das características do meio físico dos assentamentos pode indicar melhores condições e ocupações em busca de tal sustentabilidade. Nesse sentido, a sistemática de

zoneamento geoambiental, por apresentar uma abrangência interdisciplinar e principalmente integrar os diversos parâmetros do meio físico [geológicos (estruturais e litológicas), climáticos, fisiográficos, pedológicos], vem ao encontro a tais necessidades desses assentamentos, o que pode vir a ser um estudo que oriente ocupações e usos mais sustentáveis em projetos de reforma agrária.

Ab'Saber (1988) salientou a importância do conhecimento do meio físico na reforma agrária a partir de levantamentos detalhados dos solos adaptados às condições da natureza brasileira e com escala adequada ao tamanho das glebas e lotes, preconizando um método que indique conhecimentos detalhados e integrados da natureza regional e local, principalmente geo-ecológicos e sobre a dinâmica climática.

O zoneamento geoambiental realizado nesse estudo se diferencia de outras propostas por se preocupar não somente com a sobreposição ou cruzamento de planos de informações básicas, mas com a integração e inter-relação dos fatores ambientais detalhados, principalmente do meio físico. Esse zoneamento resulta em uma análise que identifica as unidades fisiográficas, integrando-as em padrões, possibilitando compreender a evolução da paisagem e conseqüentemente de sua ecodinâmica (GOOSEN, 1968 e 1971; TRICART, 1977).

O zoneamento geoambiental adotado nessa pesquisa é baseado em estudos de Jiménez-Rueda; Mattos, 1992; Jiménez-Rueda et al. 1989b, 1993, 1995; Ohara, 1995; Ohara et al. 2003, em que são considerados principalmente os aspectos: geológicos; morfotectônicos (falhas, juntas e fraturas); morfoestruturais condicionadoras (alto e baixos estruturais); de alteração intempérica (alterações físicas ou químicas na estrutura das rochas); fisiográficos; pedológicos, ecológicos, bioclimáticos e socioeconômicos antecedentes. De acordo com esses estudos, as zonas e subzonas geoambientais são estabelecidas por alguns critérios mínimos:

a) as zonas geoambientais preferencialmente estão associadas a unidades litológicas e/ou alostratigráficas (depósitos neogênicos), dependendo das características da área, do objetivo e escala de estudo;

b) essas zonas são subdivididas em subzonas geoambientais em função de variáveis que condicionam a configuração do relevo e dos processos de alteração intempérica;

c) devem ser consideradas as interações entre as variáveis de intensidade de dissecação (morfotectônica), anomalias morfoestruturais, morfométricas, tipos de paisagens e unidades fisiográficas em função da caracterização mais apurada dos registros pedológicos;

d) as zonas geoambientais consideram os processos específicos de alteração intempérica (definidos pela caracterização das coberturas de alteração intempérica, estabelecidas pelos volumes de alteração intempérica ou horizontes diagnósticos) e/ou o tipo de colóide intempérico predominante (unidades de alteração intempérica).

Essas características permitem estabelecer os condicionantes ecodinâmicos, interpretar e compreender os processos endógenos e exógenos da dinâmica da paisagem, e assim, inferir sobre a capacidade de suporte do meio físico para diferentes tipos de uso e ocupação de cada subzona. Como avaliação do meio físico para definir a capacidade suporte natural para diversas aplicações encontra-se na literatura estudos de zoneamento geoambiental, destacando-se: Guimarães (2001), Jiménez-Rueda et al. (1989b), Jimenez-Rueda e Mattos (1992), Lisboa (2001), Michelin (2004), Paula (2002), Ohara (1995), Ohara et al. (2003), Rodrigues (2000), Shimbo (2003), Stefani (2003).

A compreensão das subzonas geoambientais, principalmente a partir das análises morfoestrutural e fisiográfica, pode orientar um planejamento adequado do uso e ocupação e auxiliar na prevenção e mitigação de impactos ambientais negativos, tais como: i) a recomendação de locais apropriados para deposição de resíduos ou instalação de fossas, evitando a contaminação de aquíferos superficiais e profundos; ii) a indicação de áreas mais suscetíveis à erosão, iii) a definição de áreas a serem recuperadas ou de proteção ambiental. Assim, essa compartimentação, em função das potencialidades e limitações do meio físico, permite indicar as condições de usos mais sustentáveis para tais subzonas.

Desse modo, esse zoneamento torna-se o embasamento para o planejamento ambiental (proteção, conservação, recuperação ambiental, ecoturismo) e do uso do solo, como atividades agrícolas (cultivos cítricos, pastagens e reflorestamentos), obras de engenharia (obras viárias, açudes, recursos hídricos subterrâneos e recursos minerais), entre outros (OHARA, 1995).

Atualmente, a disponibilidade do uso de produtos de sensoriamento remoto e de sistemas de informações geográficas com dados geoambientais informatizados tem facilitado a obtenção de resultados no monitoramento do uso das terras de forma mais adequado e a menores custos, principalmente em relação à avaliação de impacto ambiental das atividades humanas e na elaboração de zoneamento e ordenamento territorial em assentamentos rurais (MIRANDA, 1990).

Assim, foi definido como o estudo de caso desse trabalho o assentamento rural Pirituba II, um dos projetos de reforma agrária mais antigo do Estado de São Paulo, localizado nos municípios de Itapeva e Itaberá. A implantação desse assentamento se iniciou em 1984 pelo governo estadual, criando as Áreas I e II, e, posteriormente, as Áreas III (1986), IV (1991), V (1992) e VI (1996). Atualmente, existem cerca de 400 famílias assentadas em 8.619 ha, distribuídas em 6 áreas distintas. Cada família, após os processos de regularização, recebeu um lote com aproximadamente dezessete hectares para área de cultivo. Essas terras estão sob responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

Apesar de apresentar resultados sociais e produtivos significativos, como baixo índice de evasão dos assentados, serviços básicos de saúde e educação, e integração a realidade produtiva regional (onde predomina o cultivo de grãos, tais como: milho, soja, feijão, trigo e arroz) (BEZE et al. 2005), esse assentamento, como muitos do Brasil, ainda carece de conhecimentos, informações e orientações técnicas sobre o uso adequado da terra em consonância com princípios de sustentabilidade, legislação ambiental e manutenção socioeconômica das famílias assentadas. Isso tem como conseqüências o aumento de impactos ambientais negativos, a diminuição da renda e qualidade de vida das famílias assentadas e o enfraquecimento dos projetos de reforma agrária.

No documento “Plano Para o Aumento da Renda dos Assentados no Projeto de Assentamento Pirituba II” foram identificados os principais problemas estratégicos que comprometem o aumento da renda. Entre esses problemas, destaca-se a “falta de uma estratégia comum aos assentados para prevenir e remediar problemas ambientais e para garantir a sustentabilidade da produção agropecuária, evitando perdas de renda e de qualidade de vida das famílias ao longo do tempo por degradação dos recursos ambientais disponíveis (ausência de pacto ambiental)” (FÓRUM TEMPORÁRIO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE RENDA, 2004, p.14-15).

Baseado nessas considerações, essa pesquisa parte do problema que os projetos de reforma agrária apresentam dificuldades de planejamento para uso e ocupação da terra. Esses problemas afetam a qualidade de vida, a produtividade e a sustentabilidade ambiental. Isso se deve à carência de estudos interdisciplinares detalhados de diagnósticos e zoneamentos ambientais para implantação, desenvolvimento e gestão desses assentamentos. Assim, o objetivo desse estudo é estabelecer o zoneamento geoambiental no assentamento rural Pirituba II e analisar o uso desse instrumento para subsidiar e melhorar os projetos de reforma agrária que visem a sustentabilidade socioambiental.

Caracterização geral do assentamento rural Pirituba II

O assentamento rural Pirituba II está localizado nos municípios de Itapeva e Itaberá, no extremo sudoeste do Estado de São Paulo (Figura 1). A principal via de acesso é a rodovia SP-258 (Francisco Alves Negrão) que passa pelas cidades de Itapeva e Itararé. Está circunscrito nas seguintes coordenadas geográficas (UTM): 7350000 e 7327000 N e 687000 e 703000 E. Localizado na microbacia do rio Pirituba, pertencente à unidade hidrográfica do Alto Paranapanema.

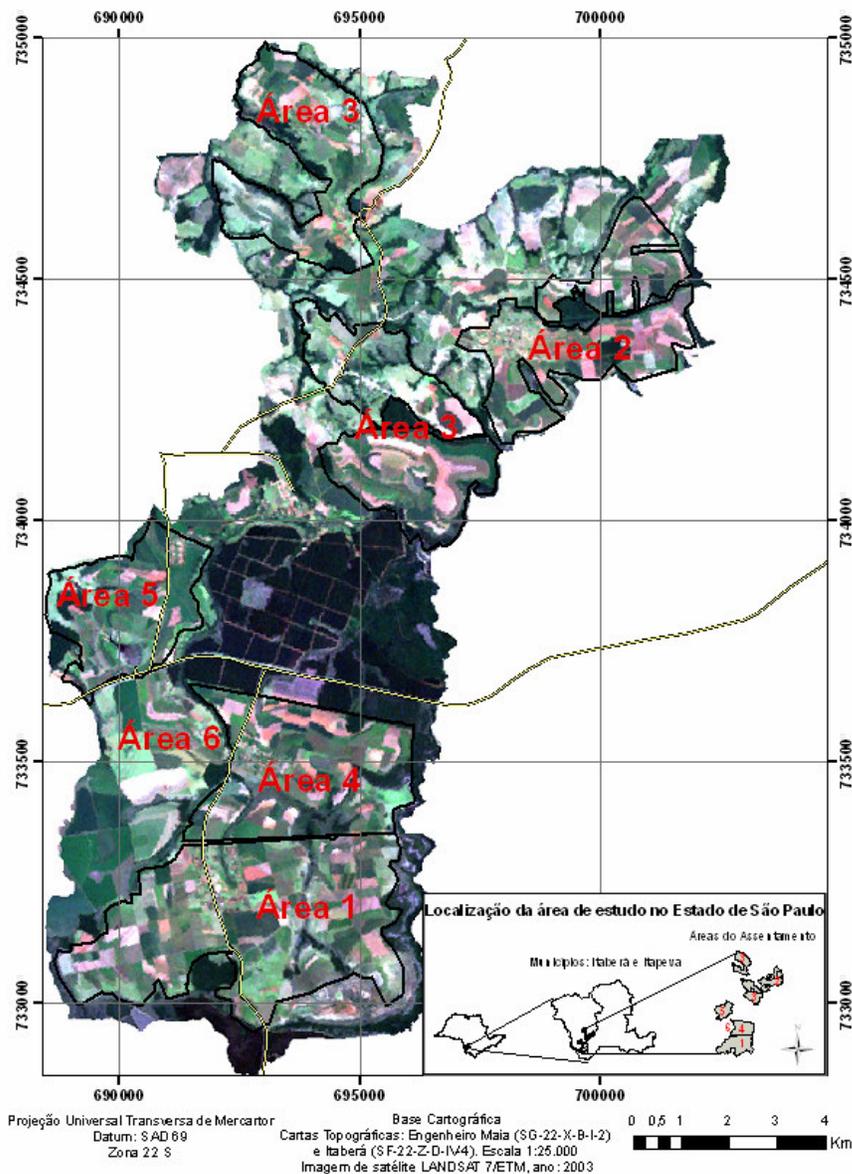


Figura 1: Localização da área de estudo e das Áreas (I, II, III, IV, V, VI) do assentamento Pirituba II nos municípios de Itapeva e Itaberá (SP).

Na região de estudo são encontradas as seguintes unidades litológicas: rochas metavulcanossedimentares do Neoproterozóico (500 e 900 milhões de anos) relacionadas ao Grupo Itaiacoca; rochas sedimentares devonianas da Formação Furnas, ao sul da área; e o predomínio de rochas permocarboníferas do Grupo Itararé (400 a 250 milhões de anos), ao norte do assentamento, além de depósitos cenozóicos.

O clima da região do assentamento é caracterizado com temperatura média anual desta região é de 18 a 20° C. O mês de janeiro, o mais quente, possui uma temperatura média de 26 a 28° C e o mês de julho, o mais frio, entre 8 a 16° C. Apresenta índices pluviométricos de 1.200 e 1.400 mm anuais (IPT, 2001).

Na região de estudo predomina a Zona do Paranapanema, pertencente à Depressão Periférica Paulista, da Província Bacia Sedimentar do Paraná, caracterizada predominantemente por paisagens de planaltos ligeiramente dissecados com formas de relevo com topos convexos, altitudes médias de 700 a 800 metros (IPT, 2001). No extremo sul do assentamento localizam-se escarpas estruturais, onde se encontram afloramentos da Formação Furnas recobertos por Neossolos Litólicos (RL) e Cambissolos predominantemente.

A evolução da paisagem do assentamento está relacionada a condicionantes da tectônica regional, o que gera uma paisagem de abatimento e soerguimento de blocos, com dominância de processos colúvio-aluvionares que formam associações de solos (Argissolos, Cambissolos, Neossolos, Gleissolos, Organossolos). Essas associações foram caracterizadas para interpretar as zonas e subzonas geoambientais.

Atualmente, a principal fonte de renda no assentamento Pirituba II é o cultivo intensivo de grãos (milho, feijão, soja, arroz e trigo), sendo as pastagens uma atividade complementar.

A sistemática de Zoneamento Geoambiental

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e cartográfica sobre a região da área de estudo. Para a elaboração do zoneamento geoambiental do assentamento Pirituba II foi necessário detalhar e interpretar as informações básicas dos aspectos hidrográficos, geológicos, fisiográficos e pedológicos. As escalas dessas informações foram adequadas para esse estudo utilizando bibliografia, cartas topográficas, mapas, modelo de elevação digital (SRTM), imagens de satélite, fotografias aéreas e trabalho de campo.

As informações cartográficas básicas utilizadas foram as cartas topográficas de Itaberá, Engenheiro Maia e Barra do Chapéu (IBGE - escala 1:50.000), adquiridas em arquivos digitais e registradas no sistema de coordenadas Universal Transverse Mercator (UTM), DATUM South American 1969 (Brasil), elaborando-se um mosaico das mesmas. As imagens do sensor ETM (LANDSAT 7) foram compradas e georreferenciadas, após esta etapa seguiu-se com o registro dos perímetros das áreas do assentamento, disponibilizado pelo ITESP, tendo como base cartas topográficas. Esses procedimentos foram realizados no programa de computador TNT Mips 6.8. Enquanto que os mapas foram editados no programa ArcGIS 9 – ArcView.

A escala de fotointerpretação, utilizando estereoscópio de espelhos (Tokyo Optical Co. Lld., Tokyo, Japan), foi definida 1:25.000, em função do objetivo desse estudo e da disponibilidade de aquisição das fotografias aéreas (escala 1:25.000 - 1962 - IS/ várias empresas) do arquivo do Laboratório de Sensoriamento Remoto e Aerofotogeografia do Departamento de Geografia, USP, São Paulo (SP).

A rede de drenagem foi detalhada para uma análise específica do assentamento, extraído-se a drenagem das áreas do assentamento Pirituba II por meio da fotointerpretação de fotos áreas e verificações em campo.

A partir da análise dessa rede de drenagem, foram extraídas informações sobre a geologia estrutural, elaborando-se mapas de lineamentos de drenagem, de traços de fratura e de morfoestrutura em escala detalhada para o assentamento, para melhor interpretação da dinâmica do meio físico, estabelecer os limites das subzonas geoambientais e definir

suas potencialidades e limitações ambientais. Esta interpretação parte da premissa de que as linhas de drenagem retilíneas possuem origem estrutural (SOARES; FIORI, 1976).

A partir dos drenos de primeira ordem da rede de drenagem detalhada do assentamento foram delineados os traços de fratura e suas direções (leste/oeste, sudoeste/nordeste, noroeste/sudeste, norte/sul). Os traços de fratura são considerados, nesse estudo, como registros das deformações mais modernas da paisagem, e conseqüentemente, utilizados para compreensão da dinâmica da paisagem e suscetibilidade a erosão. Assim, essa análise permitiu delimitar as áreas intensamente fraturadas, portanto, mais suscetíveis à erosão (BATISTA, 2001; CRISOSTÓMO-NETO, 2003).

O mapa morfoestrutural (figura 2), elaborado a partir da análise da rede de drenagem, foi conferido e relacionado com aspectos físicos, verificados em trabalhos campo durante a caracterização dos horizontes diagnósticos. Nessa análise morfoestrutural, foram identificadas as seguintes feições estruturais: altos estruturais (anticlinal/convexo); baixos estruturais (sinclinal/côncavo); e *trends* de fraturas, esses últimos caracterizados por um adensamento de fraturas unidirecionais que demonstram um alinhamento estrutural (JIMENEZ-RUEDA et al. 1989a) e maior instabilidade ambiental e suscetibilidade a erosão.

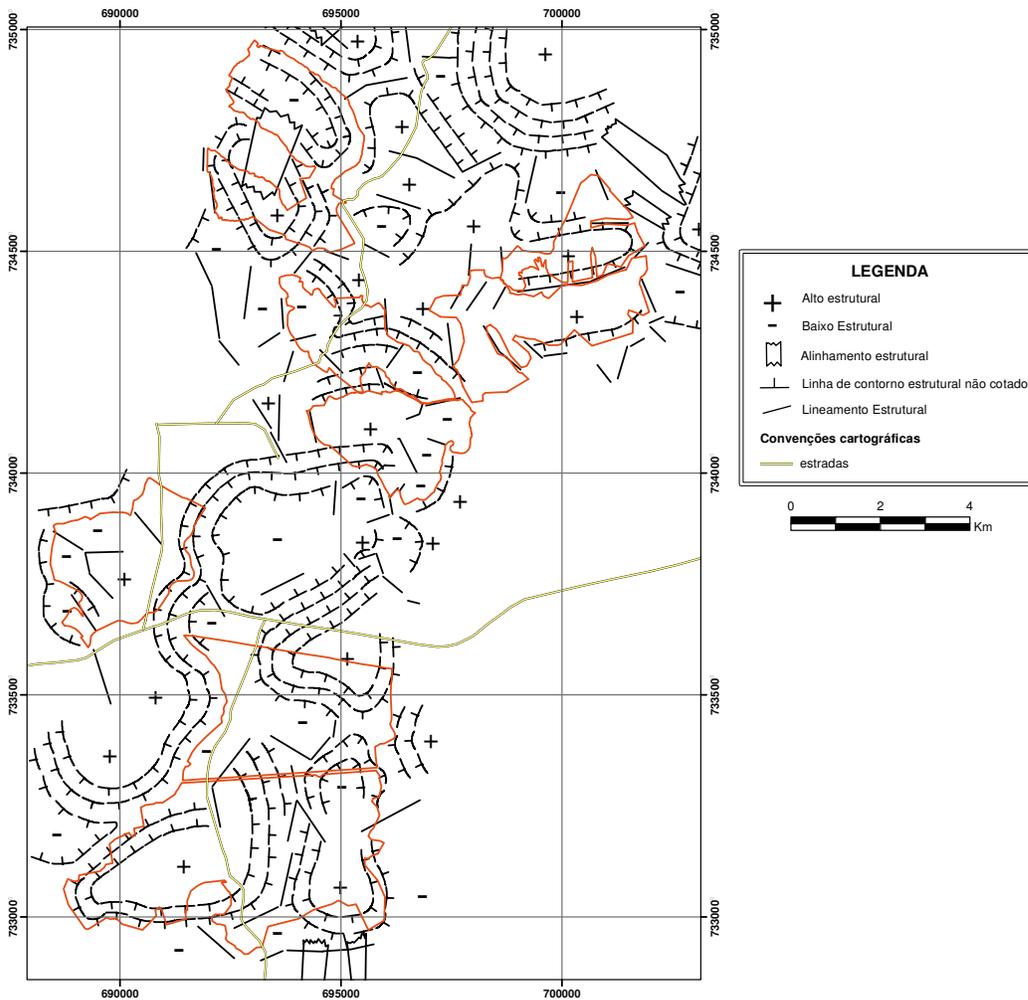


Figura 2: Mapa morfoestrutural do assentamento rural Pirituba II.

Essas feições foram estabelecidas a partir da análise dos elementos de drenagem, considerando a linearidade ou regularidade; densidade; extensão; angularidade da confluência da drenagem (para definição do grau de assimetria); tropia; sinuosidade e grau de arqueamento das formas anelares, além da análise do relevo e suas relações espaciais (JIMÉNEZ-RUEDA et al. 1993; LIMA, 1995; MATTOS et al. 1982; SOARES; FIORI, 1976; VENEZIANI; ANJOS, 1982).

Na interpretação morfoestrutural, procurou-se um significado geológico para as diferentes formas ou associações dos elementos de drenagem e relevo, pois se admite que são relativamente condicionadas por fatores estruturais ou litológicos, devido à presença de processos morfogenéticos atuando sobre a superfície (JIMÉNEZ-RUEDA et al. 1993).

As unidades fisiográficas foram estabelecidas pela descrição dos processos da evolução das paisagens e das formas da superfície da terra, como também, pelo grau de dissecação; hipsometria; e idade estimada dos sedimentos de superfície. Durante a fotointerpretação e trabalhos de campo, essas unidades foram classificadas pela análise dos seguintes elementos observados nas fotos áreas: formas do relevo, perfil da topografia, grau de dissecação, hipsometria, quebra do relevo, drenagem, comportamento estrutural, vegetação natural, processos pedogenéticos, variações de cinza e textura da foto aérea.

Essas unidades fisiográficas foram interpretadas como um dos registros de formação dos solos. Desse modo, as informações presentes nas unidades fisiográficas também foram utilizadas para: compreender a dinâmica da paisagem, definir as associações de solos e as zonas geoambientais. Em última análise, essas unidades foram essenciais para: estabelecer as subzonas geoambientais, definir as áreas erosionáveis e recomendar usos e ocupações para a conservação dos ecossistemas.

Por outra parte, os mapas de declividade e hipsométrico foram elaborados pelo programa de sistema de informação geográfica (SIG) ArcGIS 9 - ArcView, a partir da interpretação do modelo de elevação digital do terreno (DEM), com resolução espacial de 90 metros, proveniente do projeto Shuttle Radar Topography Mission (SRTM), disponível gratuitamente pelo site da EMBRAPA (MIRANDA, 2005). Apesar de não possuírem uma escala detalhada para o estudo do assentamento, esses mapas foram utilizados para a compreensão da dinâmica da paisagem e como mais uma ferramenta à verificação das indicações de adequações e restrições para determinados usos das subzonas.

O mapa de declividade da área de estudo foi dividido em 6 classes de: 0-3%, relevo plano ou quase plano; 3-7%, relevo suave-ondulado; 8-12%, relevo ondulado com declive moderado; 13-25% e 26-35%, relevo ondulado com declive forte; >35% relevo montanhoso a escarpado com declive muito forte. O mapa hipsométrico do assentamento Pirituba II foi apresentado com as seguintes classes de altitude: 600-660 m; 661-730 m; 731,01-790 m; 791-860 m; 861-920 m; 921-1.100 m.

Os altos e baixos topográficos foram determinados pela integração das altitudes presentes nas cartas topográficas, no mapa hipsométrico e no mapa das unidades fisiográficas (Jiménez-Rueda et al. 1989a e 1993 e Jiménez-Rueda; Mattos, 1992). Esses foram relacionados com a morfoestrutura (altos e baixos estruturais) para inferir sobre: os aspectos hidrológicos, os volumes de alteração intempérica/horizontes diagnósticos do solo, a circulação de água, os tipos de processos pedogenéticos, a suscetibilidade à erosão, as aptidões e restrições em cada subzona geoambiental.

Baseado em GOOSEN (1968), a análise fisiográfica foi a base para o levantamento das associações de solos do assentamento. Os solos predominantes das zonas geoambientais foram classificados de acordo com a pedostratigrafia, segundo a reconstituição da evolução dos solos e seu material de origem, para assim, contribuir com informações sobre os usos e ocupações adequados para a manutenção da fisiologia da paisagem.

A partir da integração do mapa de unidades fisiográficas, de fotointerpretação, reconhecimentos e verificações em campo, do levantamento da evolução dos solos, foram levantados, detalhados e integrados os aspectos litológicos (levantamento dos substratos geológicos) e aloestratigráficos (levantamento dos depósitos do Quaternário/Neógeno, (NORTH AMERICAN COMMISSION ON STRATIGRAPHIC NOMENCLATURE, 1983).

Essas coberturas sedimentares neogênicas foram consideradas limites físicos para estabelecer as zonas geoambientais e auxiliar na compreensão da evolução da paisagem.

Após a fase de levantamento e adequação das escalas dessas informações ambientais básicas, foram adotadas as seguintes etapas, resumidamente, para o zoneamento geoambiental:

- 1) Fotointerpretação preliminar de imagem de satélite e fotografias aéreas e análise fisiográfica regional. Essa análise foi uma interpretação inicial dos aspectos geológicos, hidrológicos, climáticos, fisiográficos e pedológicos para identificar e deduzir os processos que ocorreram ou são atuantes na dinâmica da paisagem, para posteriormente separação das paisagens.
- 2) Constatação preliminar das análises fisiográficas com reconhecimento geral das paisagens, dos processos da evolução da paisagem e dos solos;
- 3) Reinterpretação, a partir do conhecimento adquirido nas etapas anteriores, dos diferentes parâmetros: geológicos (litologia, aloestratigrafia, estruturas), fisiográficos (paisagens e suas unidades fisiográficas), morfométricos, climáticos, pedológicos e ecológicos. Os aspectos geológicos foram fotointerpretados principalmente a partir da integração das informações de unidades fisiográficas, forma das vertentes (taludes convexos, concavos e retilíneos), rede de drenagem, texturas e tons de cinza dos produtos de sensores remotos, pois estas informações refletem tipo de material e litologia do embasamento, além de verificações em campo.
- 4) Determinação das paisagens e suas unidades fisiográficas em áreas padrões que respondem a semelhantes variações, para assim, facilitar a extrapolação e interpolação desses padrões com propriedades características de cada paisagem e suas áreas de influência.
- 5) Delimitação das paisagens contidas em uma unidade litológica e em dissecções (em uma e/ou várias direções) que contribuem na definição das zonas geoambientais, utilizando a interpretação de fotos aéreas. A partir da caracterização das unidades fisiográficas colúvio-aluvionares do assentamento foram estabelecidos os processos que resultaram na formação da paisagem. Isto permitiu estabelecer as unidades aloestratigráficas para definir as zonas geoambientais.
- 6) Definição das zonas geoambientais, coincidentes a unidades aloestratigráficas, por meio da caracterização das coberturas de alteração intempéricas, resultantes da análise associativa das informações litológicas, morfoestruturais, fisiográficas, e pedológicas (OHARA, 1995), e reconstituição da evolução da paisagem, baseada na pedoestratigrafia. Posteriormente, delimitação das zonas geoambientais, por meio de fotointerpretação das fotos aéreas e verificações em campo.
- 7) As subzonas geoambientais foram estabelecidas principalmente por: unidades fisiográficas, grau de dissecção e morfoestrutura. Assim, cada subzona foi classificada com um alto ou baixo topográfico e alto ou baixo estrutural, destacando-se ainda a presença de *trends* de fraturas, pois estes fatores contribuem para as indicações de potencialidades e limitações ambientais de tais unidades.
- 8) Foram relacionados os aspectos de uso e ocupação com suas manifestações em termos de manutenção do equilíbrio e/ou desequilíbrio dos ecossistemas para estabelecer as respostas fisiológicas das paisagens e a capacidade suporte do meio físico de cada subzona, para assim recomendar as potencialidades e limitações de usos para cada subzona.

A figura 3 apresenta um fluxograma das etapas de execução do zoneamento geoambiental do assentamento rural Pirituba II.

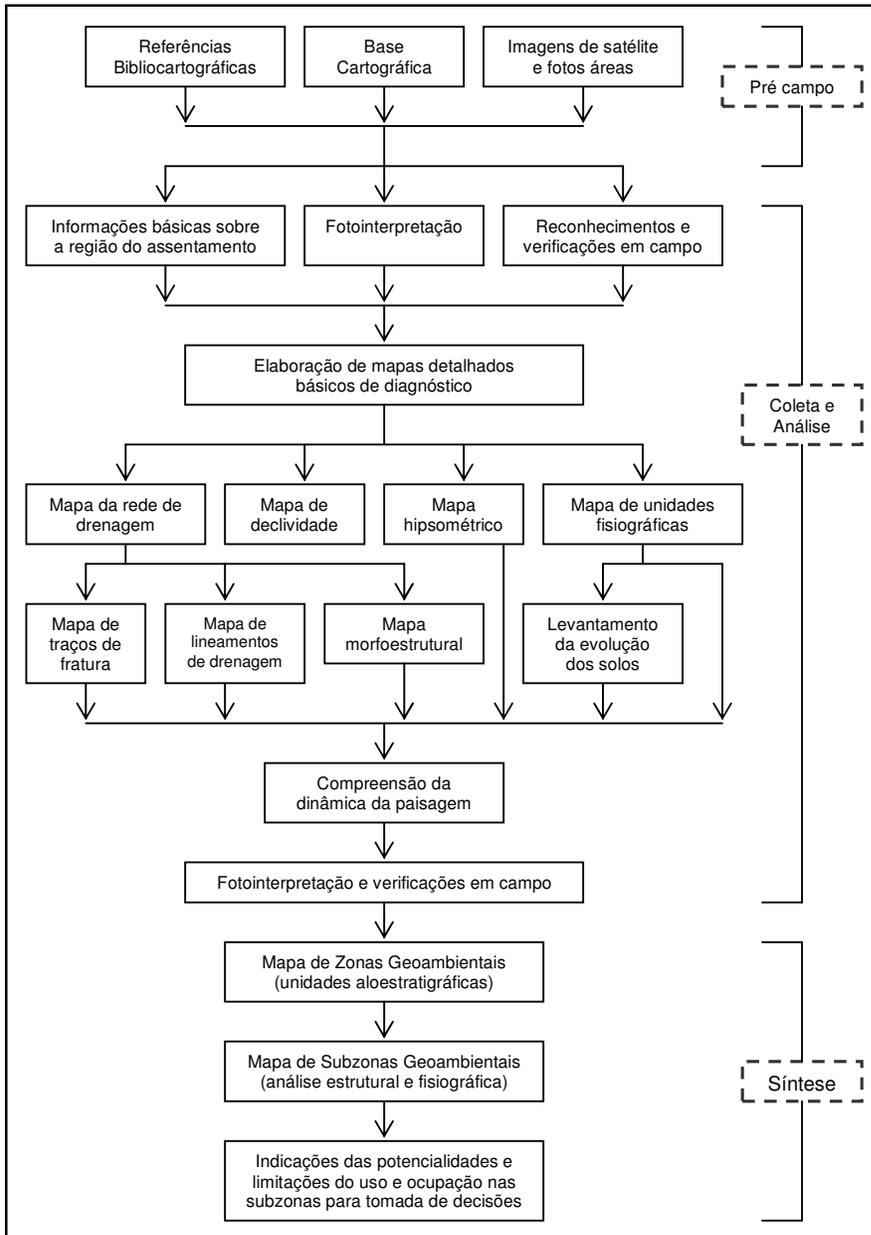


Figura 3: Fluxograma das etapas de execução do zoneamento geoambiental do assentamento rural Pirituba II.

Diagnóstico e Zoneamento Geoambiental do assentamento rural Pirituba II

A análise da rede de drenagem específica para o assentamento foi essencial para conhecimento do meio físico e elaboração do zoneamento geoambiental, pois a partir da mesma foram interpretados as informações de geologia estrutural e alguns processos da dinâmica da paisagem.

As análises dos lineamentos de drenagem e dos traços de fraturas permitiram delimitar áreas intensamente fraturadas, mais instáveis e suscetíveis à erosão, e, conseqüentemente, áreas que deveriam ter manejo cauteloso ou serem indicadas à proteção ambiental. Assim, a análise estrutural foi uma ferramenta fundamental para elaboração desse zoneamento e como subsídio às indicações das instabilidades do meio físico.

A análise do comportamento morfoestrutural, de altos e baixos estruturais e *trends* de fraturas, com relação aos altos e baixos topográficos, ofereceu informações importantes sobre a dinâmica do meio físico, seu comportamento hidrológico, pedológico e suas recomendações e limitações quanto ao uso e ocupação.

As interpretações geológicas, fisiográficas e pedoestratigráficas analisadas nesse estudo permitiram reunir informações eficazes para reconstrução da evolução das paisagens, elaboração do zoneamento geoambiental e indicações de potencialidades e limitações de uso e ocupação que mantenha o equilíbrio fisiológico da paisagem buscando sua sustentabilidade e evitando impactos ambientais negativos.

A caracterização de cada tipo de unidade fisiográfica contribuiu com informações sobre suas limitações e potencialidades de uso e ocupação. Como por exemplo, as unidades fisiográficas de planícies de inundação geralmente foram indicadas para áreas de proteção visando à manutenção dos recursos hídricos no assentamento.

Os planaltos pouco dissecados recebem poucas limitações em relação ao uso agrícola, requerendo apenas técnicas para manutenção da fertilidade e conservação dos solos. A discussão dos resultados da análise fisiográfica aponta para uma variedade de possibilidades de usos no assentamento. Esse potencial deve ser aproveitado para o desenvolvimento da diversificação de cultivos e fortalecimento da agricultura familiar no assentamento.

Assim, a análise fisiográfica da paisagem permitiu estabelecer o reconhecimento da evolução da paisagem e dos solos e a definição das coberturas de alteração intempérica de um modo geral, e, portanto, estabelecer as 5 zonas geoambientais definidas para a área de estudo. Como ilustra a Figura 4 que apresenta o mapa de zonas geoambientais do assentamento Pirituba II.

Além disso, foram estabelecidas 37 subzonas geoambientais (figura intimamente relacionadas com as informações interpretadas do meio físico da área. O Quadro 1 apresenta resumidamente algumas características geralmente encontradas nessas zonas.

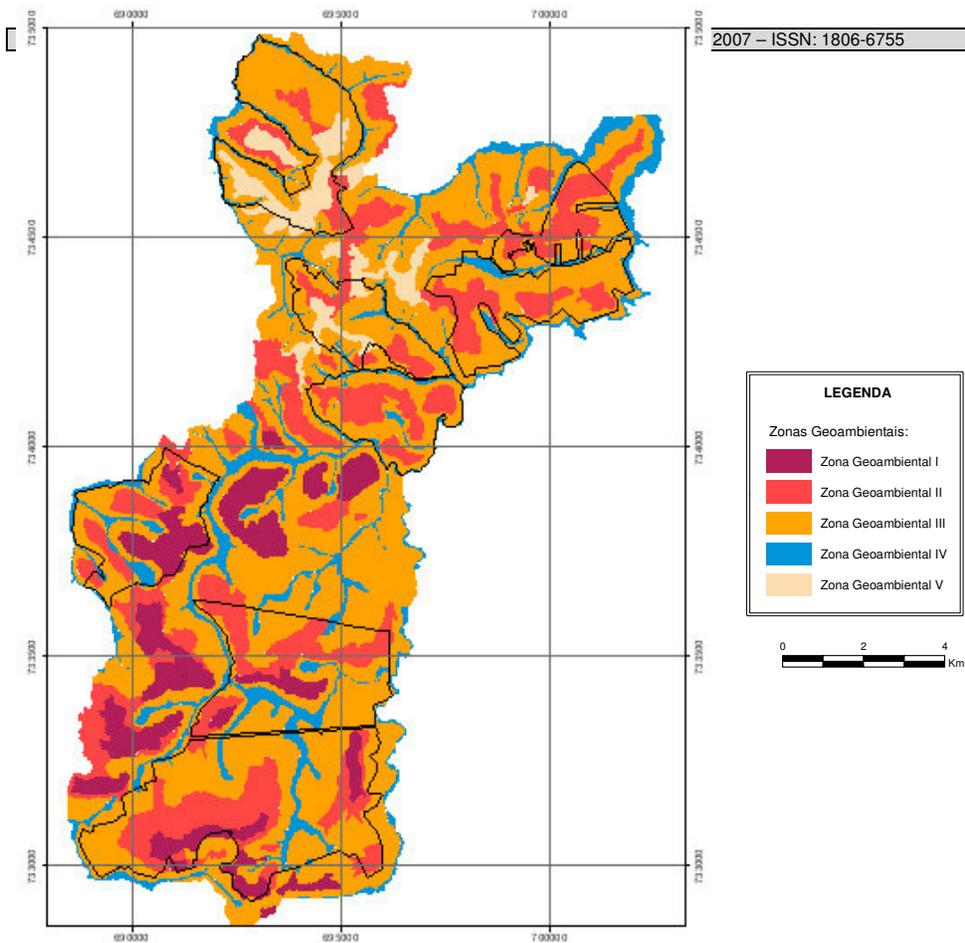


Figura 4: Mapa de zonas geoambientais do assentamento rural Pirituba II, municípios de Itapeva e Itaberá (SP).

QUADRO 1 – Síntese das zonas geoambientais (ZG) com a descrição geral das unidades fisiográficas, processos de alteração intempérica, associações de solos predominantes, substrato geológico, morfoestrutura, morfometria, número de subzonas geoambientais (SZGA) e Áreas do assentamento rural Pirituba II.

ZG	Unidades fisiográficas	Processos de alteração intempérica	Associações de Solos	Substrato Geológico	Morfoest.	Morfometria	SZGA	Área
I	Planaltos e taludes	Ferri-argilização, Melano-argilização	Argissolo Vermelho (PV)	Fm Furnas	Alto e baixo estrutural, trends	Alto topográfico	5	1, 4, 5, 6
II	Planaltos e taludes	Argilo-ferri-goetização, Melano-argilo-ferri-goetização, Cambissolização, Resaprolitização Incipiente	Argissolo Vermelho Amarelo (PVA), Cambissolo Húmico Distroférico (CHdf) e Cambissolos (C)	Fm Furnas e Grupo Itararé	Alto e baixo estrutural, trends	Alto e baixo topográfico	7	Todas
III	Planaltos, taludes, paleocanais, paleoterraços e paleoleques	Regolitização, Gleização, Saprolitização Incipiente, Cambissolização, Humificação e Melanização	Neossolo Litólico (RL), Neossolo Flúvico (RY), Saprolitização Incipiente, Cambissolo Húmico Distroférico (CHdf), Gleissolo Háptico (GX) e Argissolo Vermelho Amarelo (PVA)	Fm Furnas e Grupo Itararé	Alto e baixo estrutural, trends	Alto e baixo topográfico	18	Todas
IV	Planícies de inundação atual e subatual	Gleização, Melanização Incipiente e Profunda, Cambissolização, Argissolização	Gleissolo Melânico (GM), Cambissolo Húmico Distroférico (CHd), Organossolo Háptico Hêmico e Sáprico (OXY/OXys), Argissolo Acinzentado (PAC)	Fm Furnas e Grupo Itararé	Alto e baixo estrutural, trends	Baixo topográfico	2	Todas

V	Planatos, talutes	Gleização, e Melanização	Neossolo Flúvico (RY), Cambissolo Húmico Aluminoférico (CHaf), Gleissolo Melânico (GM)	Grupo Itararé	Alto e baixo estrutural, <i>trends</i>	Alto topográfico	5	3
		Cambissolização e Saprolitização Incipiente	Cambissolo Húmico Distroférrico (CHdf)					

As zonas geoambientais I e II apresentam as melhores terras para cultivo de culturas anuais e semiperenes. De forma antagônica, as zonas VI e V apresentam as áreas com maiores limitações quanto a este tipo de uso. As áreas da zona IV ou com presença de *trends* de fraturas e taludes muito fortemente dissecados são indicadas para proteção ou preservação ambiental, devido à instabilidade ambiental das mesmas.

Em algumas áreas suscetíveis à erosão e frágeis ambientalmente são indicados reflorestamentos para a prevenção de impactos ambientais negativos a dinâmica da paisagem, ou ainda indicadas para pastagens com restrições, como é o caso da maioria das subzonas da zona III.

Para cada subzona geoambiental foram especificadas: as unidades fisiográficas, as associações de solos, o substrato geológico, os processos de alteração intempérica, morfoestrutura, morfometria e suscetibilidade à erosão, e em função da integração dessas informações foram indicados os usos adequados em relação à capacidade suporte do meio físico de cada subzona.

Considerações finais

Em um planejamento de assentamento rural, a escala de mapeamento determina o detalhamento e a confiabilidade dos diagnósticos e recomendações, esta por sua vez está relacionada com: o objetivo desejado, dimensão e complexidade da área, disposição de informações e condições de levantamento e complementação de dados ambientais, além do custo e benefício do projeto.

A fim de aprofundar, detalhar e compreender as características do meio físico dos projetos de reforma agrária é fundamental utilizar produtos de sensores remotos como fotografias aéreas para realização do zoneamento geoambiental. A partir da fotointerpretação de fotos aéreas (escala 1:25.000) e dos trabalhos de campo foi possível chegar à escala de detalhe necessária para realizar esse zoneamento específico para o assentamento Pirituba II, o que forneceu maior detalhe e confiança nas interpretações e recomendações em tal diagnóstico, principalmente, no caso de planejamento das áreas do assentamento, além de ter sido mais acessível financeiramente do que uma imagem com esse mesmo nível de detalhamento.

O trabalho de campo foi essencial para aferição e confiança dos resultados e recomendações para o planejamento. Durante o trabalho de campo devem ser realizados levantamentos de associações de solos, dos processos da formação e dinâmica das paisagens, das unidades fisiográficas, e estudos das respostas dos usos e ocupações da terra em cada unidade mapeada, associados às diferenças locais.

A análise fisiográfica é a integração dos aspectos físicos e a síntese dos processos que ocorreram na paisagem, desse modo, está relacionada com a capacidade do intérprete em integrar essas informações e com a bagagem de seus conhecimentos. A grande dificuldade e principal desvantagem da aplicação da análise fisiográfica está na necessidade de um profissional com grande experiência e alto nível de referência em fotointerpretação, de geomorfologia e pedologia, porém existem grandes vantagens, pois permite mapear do particular ao geral, e obter um melhor detalhe e qualidade de mapeamento e recomendações de manejos, corroborando com o trabalho de Goosen (1968).

Ressalta-se que a análise fisiográfica foi essencial nesse estudo para a compreensão da dinâmica da paisagem e levantamento dos solos, conseqüentemente para o estabelecimento das zonas e subzonas geoambientais.

A aplicação do zoneamento geoambiental no assentamento rural Pirituba II forneceu um estudo integrado e detalhado do meio físico para planejamento do uso e ocupação das áreas desse assentamento, visando a sustentabilidade ambiental e das famílias assentadas.

Esse zoneamento detalhado permitiu indicar áreas de suscetibilidade à erosão, proteção ambiental (reserva legal e áreas de preservação permanente – APP), adequações e restrições a diferentes usos, o que pode subsidiar o planejamento do uso da terra e orientar a tomada de decisões pelas famílias e pelos executores de políticas públicas. Como apoio e retorno à comunidade, as diretrizes desse zoneamento serão encaminhadas para as famílias, os técnicos, executores de políticas públicas e instituições parceiras do assentamento.

Sendo assim, esse método pode auxiliar estudos para licenciamento ambiental dos projetos de reforma agrária, pois pode disponibilizar informações prévias para tomada de decisão ao implementar os assentamentos ou realizar determinados usos e ocupações.

Praticamente todas as áreas do assentamento necessitam de práticas agroecológicas, que visem a conservação do solo e dos recursos naturais, e orientações de técnicas para um bom desempenho dos cultivos a longo prazo e manutenção saudável das famílias assentadas e da integridade ecológica. Para isso, é necessário estabelecer parcerias entre as famílias assentadas, os técnicos, executores de políticas públicas, órgãos governamentais e não governamentais para desenvolver projetos que busquem a sustentabilidade socioeconômica e ambiental no assentamento.

A existência de áreas cooperadas poderia aproveitar as aptidões do meio físico e evitar o uso de áreas inadequadas a diversos manejos ou indicadas para proteção ambiental, proporcionando otimização dos recursos naturais e aumento de renda para a comunidade.

Finalmente, baseado nos resultados desse estudo, pode-se concluir que a aplicação do zoneamento geoambiental no assentamento rural Pirituba permitiu indicar diretrizes de planejamento local do uso e ocupação visando a sustentabilidade socioambiental.

Portanto, a sistemática de zoneamento geoambiental pode ser um instrumento útil na gestão territorial e melhoria dos projetos de reforma agrária.

Agradecimentos

À FAPESP pela concessão da bolsa de mestrado e financiamento dessa pesquisa. À Pós-Graduação em Geociências e Meio Ambiente. Ao Prof. Gerd Sparovek pela co-orientação. Aos assentados e técnicos do Assentamento Rural Pirituba II.

Referências

AB'SABER, A. Importância do conhecimento sobre o meio físico na reforma agrária. In: MONIZ, A. C. et al. (Org.). **A responsabilidade social da ciência do solo**. Campinas: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1988. p. 227.

BATISTA, I. X. **Desenvolvimento sustentável em Rondônia**: políticas públicas, desmatamento e evolução econômica. 2001. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001

BEZE, Z. et al. Processo de discussão e implementação do Plano de Recuperação do PA Pirituba II. In: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JR., O. (Org.) **Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Superintendência Regional de São Paulo, 2005. p. 237-254.

CRISOSTOMO-NETO, A. P. **Mapeamento geoambiental com imagem de satélite do Vale do Paraíba**. 2003. 67f. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

FÓRUM Temporário para a elaboração do Plano de Renda. “**Plano Para o Aumento da Renda dos Assentados no Projeto de Assentamento Pirituba II**”. Itapeva: Projeto de Assentamento Pirituba II, 16 dez. 2004. 26 p.

GUANZIROLI, C. et al. **Principais Fatores que Afetam o Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Brasília: INCRA/FAO, 1999. 62p.

GUIMARÃES, S. C. P. **Zoneamento geoambiental como subsídio à aptidão agrícola das terras do município de Cujubim**. 2001. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.

GOOSEN, D. Interpretacion de fotos aereas y su importancia en levantamiento de suelos. **Boletín sobre suelos**, Roma, 1968. n.6, p.0-58.

GOOSEN, D. **Physiography and soils of the Llanos Orientales: Colombia**. Academisch Proefschrift, 1971. 199 p.

INSTITUTO De Pesquisas Tecnológicas Do Estado De São Paulo – IPT. **Estudos do meio físico para implantação de Distritos Agrícolas Irrigados na zona rural do município de Itapeva, SP**. São Paulo: IPT, 2001. 70p. 2v. (Relatório Técnico, 50 725).

JIMÉNEZ-RUEDA, J. R.; MATTOS, J. T. Monitoreo de las actividades antrópicas para la evaluación de la capacidad de soporte del medio físico: diagnostico y prognostico. In: SIMPOSIO LATINOAMERICANO SOBRE RIESGO GEOLÓGICO URBANO, 2.; CONFERENCIA COLOMBIANA DE GEOLOGIA AMBIENTAL, 2., 1992, Pereira: **Anais...** Pereira (Colombia), 1992. v.1.

JIMENEZ-RUEDA, J. R.; MATTOS, J. T. MALAGUTTI FILHO, W. Estudos integrados para controlar impactos ambientais de um sistema de irrigofertilização com vinhoto na região centro-leste do Estado de São Paulo. In: SIMPÓSIO LATINOAMERICANO DE PERCEPCION REMOTA, 4., 1989a, Bariloche: **Anais...** Bariloche, 1989a. p. 459-465. v. 2.

JIMÉNEZ-RUEDA, J. R.; PESSOTTI, J. E. S.; MATTOS, J. T. Uso de sensoriamento remoto no zoneamento agroecológico da região da serra do mar no Estado e São Paulo. In: SIMPÓSIO LATINOAMERICANO DE PERCEPCION REMOTA, 4., 1989b, Bariloche: **Anais...** Bariloche, 1989b. p. 135-139. v. 1.

JIMÉNEZ-RUEDA, J. R.; NUNES, E. MATTOS, J. T. Caracterização Fisiográfica e Morfoestrutural da Folha São José de Mipibu – RN. **Geociências**, São Paulo, v.12, n.2, p. 481-491, 1993.

JIMÉNEZ-RUEDA, J. R.; LANDIM, P. M. B.; MATTOS, J. T. Gerenciamento Geoambiental. In: TAUK-TOPRNISIELO, S. M. et. al. **Análise Ambiental: estratégias e ações**. Rio Claro: UNESP, 1995. p. 327-329.

LIMA, M. I. C. **Introdução à interpretação radargeológica**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos ambientais, 1995. 124 p. (Manuais técnicos em Geociências).

LISBOA, M. A. **Caracterização do meio físico para fins de projetos de colonização no município de Cujubim – RO.** 2001. 104 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2001.

MATTOS, J. T. de et al. **Análise morfoestrutural com uso de imagens MSS-Landsat e radar para pesquisa de hidrocarbonetos no Estado de São Paulo.** São José dos Campos: INPE, 1982. (INPE-2445-RTR/015).

MICHELIN, C. **Zoneamento Geoambiental do Assentamento “Boa Sorte” como Subsídio ao Planejamento de Uso e Ocupação do Solo.** 2004. 98 f. Trabalho de Graduação (Graduação em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

MIRANDA, E. E. Preservação Ambiental e Reforma Agrária. Não tem mais culpa. **Reforma Agrária. Ensaios e Debates.** p.23-320, abril/dez. 1990.

MIRANDA, E. E. de; (Coord.). **Brasil em Relevô.** Campinas: EMBRAPA Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpem.embrapa.br>>. Acesso em: 31 maio 2006.

NORTH American Commission on Stratigraphic Nomenclature. North American Stratigraphic Code. **The American Association of Petroleum Geologists Bulletin**, v.67, n.5, 1983. p. 841-875.

OHARA, T. **Zoneamento Geoambiental da região do Alto-médio Paraíba do Sul (SP) com sensoriamento remoto.** 1995. 235 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1995.

OHARA, T. et al. Zoneamento Geoambiental da região do Alto-Médio Rio Paraíba do Sul e a Carta de Aptidão Física para a implantação de obras viárias. **Revista Brasileira de Geociências.** v. suplemento, p. 173-182, jun. 2003.

PAULA, F. E. de. **Zoneamento Geoambiental como método de análise de indicadores ambientais do Horto Gramado em São Simão – SP.** 2002. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2002.

RODRIGUES, R. M. **Estudo e caracterização do meio físico da Bacia do Rio Camboriu/SC, visando o zoneamento geoambiental.** 2000. 73 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

SHIMBO, J. Z. **Zoneamento Geoambiental como um dos Instrumentos para o Planejamento da Região do Pastão no Assentamento Rural Fazenda Pirituba, Município de Itapeva – SP.** 2003. 119 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

SOARES, P. C.; FIORI, A. P. Lógica e sistemática na análise e interpretação de fotografias aéreas em Geologia. **Notícia Geomorfológica.** Campinas, v. 16, n. 32, p. 71-104, dez. 1976.

STEFANI, F. L. **Zoneamento Geoambiental da região de Casa Branca/SP.** 2003. 170 f. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, São Jose dos Campos, 2003.

VENEZIANI, P.; ANJOS, C. E. **Metodologia de interpretação de dados de sensoriamento e aplicação em geologia**. São José dos Campos: INPE, 1982. 61 p. (INPE – 2227-MD/014).

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. 91 p.

Recebido em novembro de 2006
Artigo reenviado em dezembro de 2006
Aprovado em fevereiro de 2007

Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação

Júlio César Suzuki

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2002)
 Professor Doutor do Departamento de Geografia/FFLCH/USP
 Endereço profissional: Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Depto. Geografia/FFLCH/USP
 Cidade Universitária – 05508-900 – São Paulo – SP
 Endereço eletrônico: jcsuzuki@usp.br

Resumo

A cidade e o campo, no Brasil, surgem no movimento de expansão da modernidade e do moderno, a partir da expansão ultramarina, constituindo-se em fundamento do processo colonizador. Desde então, seus conteúdos e suas formas foram alteradas, o que demanda a necessidade de re-pensar os seus conceitos. É, então, no contexto de metamorfoses sociais, econômicas e políticas que tentaremos analisar as transformações socioespaciais da cidade e do campo, no Brasil, como fundamento da discussão da importância de sua reconceituação, na contemporaneidade, para dar conta de seus novos conteúdos e novas formas.

Palavras-chave: campo; cidade; modernidade; moderno; modernização.

Resumen

Campo y ciudad en el Brasil: transformaciones sócio-espaciales y dificultades de conceptualización

La ciudad y el campo, en el Brasil, surgen en el movimiento de expansión de la modernidad y de lo moderno, a partir de la expansión ultramarina, constituyéndose en fundamento del proceso colonizador. Desde entonces, sus contenidos y sus formas fueron alterados, lo que demanda la necesidad de repensar sus conceptos. Es, entonces, en el contexto de metamorfosis sociales, económicas y políticas que intentaremos analizar las transformaciones socio espaciales de la ciudad y del campo, en el Brasil, como fundamento de la discusión de la importancia de su reconceptualización, en la contemporaneidad, para dar cuenta de sus nuevos contenidos y nuevas formas.

Palabras clave: campo; ciudad; modernidad; moderno; modernización.

Abstract

City and countryside in Brazil: social-spatial transformations and the difficulties of conceptualization

The city and countryside of Brazil took shape as social-space in the context of Portuguese expansionism, colonization and the rise of the modern world. Since then, the content and form of these spaces has changed dramatically, demanding a reconsideration of the concepts. . In the contemporary process of social, economic and political metamorphosis, we are called upon to analyze the social-spatial transformations of city and countryside in Brazil, a fundamental part of initiating a discussion about their reconceptualization, in order to account for contemporary contents and forms.

Keywords: Countryside; city; modernity; modern; modernization.

A cidade e o campo, no Brasil, surgem no movimento de expansão da modernidade e do moderno¹ a partir da expansão ultramarina. Estas duas formas sócio-espaciais estão no bojo do encontro de temporalidades históricas extremamente diversas: a da sociedade capitalista e a das sociedades indígenas.

No avanço genocida e etnocida da modernidade, constituindo um tempo de intensa barbárie nos espaços de colonização – como na África, na Ásia, na Oceania e na América –, redefine-se a divisão do trabalho, regida pelas regras da sociedade capitalista, cuja matriz está marcada pela busca do melhor aproveitamento do tempo.

Nos marcos desse avanço sócio-econômico-cultural é que a sociedade capitalista vai definindo, a partir da gênese e da formação das aglomerações urbanas e dos campos agrícolas, a sua presença, ora com maior, ora com menor resistência das sociedades que há muito viviam nestas terras.

O campo e cidade no Brasil passaram por intensa metamorfose, não só porque houve uma mudança nos seus conteúdos e nas suas formas, mas, também, devido às possibilidades novas que foram se constituindo de estabelecimento de vínculos e de influência de um sobre a outra, ou vice-versa. É, então, neste contexto de metamorfoses sociais, econômicas e políticas que tentaremos analisar as transformações socioespaciais da cidade e do campo, no Brasil, como fundamento da discussão da importância de sua reconceitualização, na contemporaneidade, para dar conta de seus novos conteúdos e novas formas.

No caso brasileiro, a ocupação colonial vai se estabelecendo, sobretudo, a partir da linha litorânea. Neste processo, pequenas aglomerações vão sendo formadas.

A ocupação territorial vai sendo produzida por meio de arraiais, vilas, cidades, sendo que, somente nestas últimas, há um governo local, além da presença de um pelourinho, da concessão de um termo e do domínio de terras do Conselho, conforme salientou Maurício de Almeida Abreu.

Vilas e cidades diferenciavam-se, entretanto, bastante dos arraiais, pois só nelas estava a sede de um *governo local*. Ali fazia-se justiça em nome do Rei, prerrogativa que se materializava obrigatoriamente na paisagem urbana pela ereção de um *pelourinho*. Tinham direito, ademais, às dignidades e regalias conferidas pelas Ordenações aos conselhos e a seus cidadãos. E possuíam, finalmente, um *termo*, ou área de jurisdição, dentro da qual se situavam os arraiais, e um patrimônio fundiário: as *terras do Conselho*. (ABREU, 1997:214-5)

Murillo Marx acrescenta, ainda, que, nas vilas, além do pelourinho, havia, usualmente, igreja matriz, casa de câmara e cadeia, bem como a possibilidade de capelas de irmandades ou de casas religiosas:

Usualmente, uma vila – uma sede municipal – ostentava, independentemente das características de seu traçado viário, um conjunto articulado de igreja matriz e adro, com clara preponderância sobre outros eventuais conjuntos semelhantes de edifício e largo. Localizava sua casa de câmara e cadeia, com o pelourinho nas proximidades, ou junto ao mesmo conjunto, ou em outro, próprio, raras vezes não inferiorizado diante do largo da matriz. Exibia, ainda e tanto mais quanto maiores fossem, outros conjuntos constituídos de adros diante de capelas de irmandades ou de casas religiosas. Todos constituíam pólos da aglomeração incomparáveis e, com exceção daquele porventura existente pra a edilidade, de cunho religioso, assim como, o que mais importa, estavam bem localizados geograficamente em relação aos demais, cuidadosamente atentos, desde que possível, às normas eclesiásticas. A observação de tais normas, na ausência de um plano claro e explicitado, levou tais pólos a desenharem a planta de ocupação do solo e o próprio traçado de vias. A presença pouco comum de um plano urbanístico ficava

¹ Estamos entendendo modernidade e moderno, bem como modernização, a partir das discussões de Marshall Berman (1986).

também pontuada por tais referências, quando não ia se submetendo a elas através da expansão gradual de um adro, do desvio ou mesmo da interrupção de alguma rua. Ainda que tal não ocorresse, mesmo um traçado de cidade mais geometrizado, ondulando no relevo, exibia logo, nas cristas do sítio urbano, marcos decididamente religiosos. (MARX, 1991:89)

O significado social da Igreja muito bem definido “nas cristas do sítio urbano”, em situação privilegiada em relação a qualquer ponto da aglomeração, ainda se estabelecia na diferenciação existente entre a posição hierárquica das vilas e das cidades, já que somente nesta poderia ser instalada a cadeira de bispo.

(...) A república, pela sua primeira constituição, possibilita aos estados tornarem cidade toda e qualquer sede de município. Toda sede de unidade autônoma territorial, não importa seu tamanho, população ou riqueza, sua posição relativa nas redes urbanas regionais, estará adaptável à categoria de cidade. A distinção institucional entre vila e cidade muda depois de quase quatro séculos de existência, e de indefinição também ou de não correspondência direta entre as qualidades de um centro e o seu posicionamento hierárquico como vila ou cidade. Cai a prerrogativa especial de cidade. Qual seria? Foi, desde a Idade Média, constituírem as cidades núcleos não dependentes ou tributários de um poder regional delegado ou de senhores de terra; foi a de se subordinarem diretamente à Coroa, ao poder central, em tese, à autoridade maior. Isso quanto à faceta temporal das instituições, porque quanto à espiritual, e correspondentemente, a distinção era nítida. Somente numa cidade é que a cadeira de um bispo — delegado direto papal — poderia ser instalada; somente numa cidade poderíamos encontrar uma igreja da sé. Apenas numa cidade um bispo poderia residir e tratar do seu quinhão importante da administração eclesiástica... e, indiretamente, da civil (...).(MARX, 1991:100)

No entanto, para Maurício de Almeida Abreu, não havia diferença hierárquica entre vila e cidade, conforme suas palavras:

A diferenciação entre vilas e cidades [no período colonial] era, pois, de caráter jurisdicional e não hierárquico. As cidades, por serem da Coroa, eram chamadas de *idades reais*, mas nem todas alcançaram o papel de comando que o título lhes conferia. Por outro lado, o status de vila não diminuía a importância de um centro urbano (...). (ABREU, 1997:214)

De qualquer modo, era uma sociedade marcada pela presença da Igreja, com a participação da qual se estabelecia a formação territorial, em que a reprodução das relações sociais era calcada, até meados do século XIX, na concessão de terras, no trabalho escravo e no capital mercantil.

O Brasil inseriu-se na lógica mercantil, desde o século XVI, fundado na atividade monocultora, realizada em grandes fazendas com o uso do trabalho escravo. Tanto o trabalho do indígena, sobretudo até meados do século XVIII, como o do negro africano até o final do século XIX.

Essa atividade monocultora não excluiu a necessidade da pequena produção agrícola, essencial para a dinâmica econômica e social das aglomerações urbanas, da qual participavam, em grande parte, homens livres, sempre entendidos como pobres e despossuídos, conforme deixa claro Lúcio Kowarick (1994:13):

Daqui para a frente, a utilização do termo ‘livre’ (homem, indivíduo, população, pessoa) incluirá o contingente dos libertos. Refiro-me a eles também como nacionais ou brasileiros. Obviamente esses elementos, como já eram designados durante a escravidão, só incluem os pobres e não os potentados econômicos e políticos.

A produção da riqueza, em grande parte era drenada para os cofres metropolitanos, tendo as aglomerações papel fundamental na difusão do poder da Metrópole. As aglomerações materializavam as condições de extração da riqueza realizada na Colônia para a Metrópole.

As aglomerações urbanas eram o *locus* de onde emanavam as diretrizes gerais dos interesses da Metrópole portuguesa, bem como se resolviam as questões menores por meio dos representantes da Coroa, mas, sobretudo, por intermédio do poder secular da Igreja, uma outra face do poder da Metrópole e, depois, do Império. A laicização da sociedade brasileira vai se estabelecendo ao longo do século XIX, mas é só com a Proclamação da República que se dá a separação entre Igreja e Estado.

Esse é o período em que os aglomerados passam por um processo de resignificação e transformações materiais, superando uma dimensão, eminentemente, administrativo-religiosa para incorporar a centralidade das atividades econômicas, sobretudo por conta da expansão do comércio e o desenvolvimento da atividade fabril e bancária. Para tanto, três legislações foram das mais importantes: a Lei nº 601 – Lei de Terras (que legitima a compra e a venda como única forma de apropriação da terra), a Lei Eusébio de Queiroz (que põe fim ao tráfico negreiro) e a Lei do Comércio.

A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras, vem legitimar a mercantilização da terra como sua única forma de aquisição, bem como as posses anteriormente existentes, sendo que, para a realização da titulação, o Estado, que estava em formação, utilizou-se da única informação possível que garantisse o efetivo levantamento da ocupação das terras: o registro paroquial.

A legitimação que o governo imperial dá ao registro denota as intrínsecas relações que mediavam o império e a Igreja, conforme salientou Murillo Marx (1991).

De qualquer forma, as terras não estavam à disposição de todos, pois além de documentos falsificados com registros em cartórios oficiais (a partir da constituição da República), cujos escrivães e notários haviam sido subornados, o antigo escravo e o imigrante não tinham dinheiro, condição legal mínima para a aquisição da terra, após 1850, com a promulgação da mencionada Lei de Terras. (MARTINS, 1990:29)

Esse procedimento legal que não exclui outras formas de aquisição, como a permanência da concessão de datas de terra ou a posse, estava em consonância com a transformação nas relações de trabalho presentes na época, pois já havia influência inglesa para que a renda capitalizada no escravo fosse liberada para penetrar no circuito da produção, bem como no da renda capitalizada em imóveis urbanos.

A restrição de acesso à terra, possibilitado apenas por compra e venda, ou seja, o cativo da terra, está relacionada com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Segundo José de Souza Martins, a abolição progressiva da escravidão (da qual a Lei Eusébio de Queiroz é um marco fundamental ao proibir, de forma contundente, o tráfico negreiro) requereu a montagem do cativo da terra, ou seja, a terra deixava de ser livre para ser aprisionada como mercadoria pelo capital – a transição da renda capitalizada escravista à renda capitalizada em imóveis. Movimento importante, na manutenção da subordinação do trabalho, agora, não mais escravo, mas livre, o trabalho do imigrante.

A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra, do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura. De fato, porém, independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumento legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recurso. (MARTINS, 1990:59).

A subordinação do trabalho do imigrante coadunava-se, assim, com a transição da renda capitalizada escravista em renda capitalizada em imóveis. Assim, a riqueza concentrada no escravo vai se movendo para outros bens. O escravo vai deixando de ser fonte de trabalho e de riqueza acumulada do fazendeiro. Tal privilégio passa a transitar para os imóveis urbanos e as ações.

O estudo, feito por Zélia Maria Cardoso de Mello (1990:126-147), tendo como referência a riqueza gerada pelo café, em São Paulo, permite vislumbrar que, enquanto entre 1845 e 1875, os três estamentos sociais — proprietários urbanos, sitiantes e fazendeiros do interior —, ainda, mantinham números desiguais de escravos na participação de suas riquezas pessoais, o mesmo não acontece nos vinte e cinco anos seguintes, em que se priorizam os imóveis e as ações.

Nesse movimento de transição da riqueza alocada no escravo para os imóveis e as ações, a constituição de um sistema bancário na segunda metade do século XIX é fundamental, bem como a inauguração das bolsas de valores, definindo novos marcos na comercialização do café, inserido, agora, em uma lógica de mercado de futuros.

A Lei do Comércio, também de 1850, teve significado essencial na expansão do café para o Oeste de São Paulo, ao diminuir os obstáculos para a circulação do produto em um circuito internacional, além de contribuir para o crescimento de outras atividades econômicas restringidas durante o período colonial e início do império, tais como a fabril.

A cidade, *locus* privilegiado de localização das bolsas de valores, de concentração da atividade comercial, passa, então, a concentrar e materializar as condições gerais de produção e de consumo das atividades urbanas e agrárias. Em uma situação muito distinta da que encontramos quando havia quase que completa autonomia das fazendas no que concerne à produção da riqueza.

Mas não é apenas o conteúdo das aglomerações urbanas que se altera, mas, também, sua forma. Até meados do século XIX, predominava uma expansão dos aglomerados, marcada pela irregularidade do traçado das ruas; leito carroçável estreito; terrenos que se estendiam até o fundo do vale; construções junto à testada; etc.

A transição para uma outra lógica de expansão de aglomeração se estabelece de forma lenta, mas gradual e decisiva. As ruas passam a ter um contorno mais retilíneo, chegando, quase sempre, ao sistema ortogonal; ampliação do leito carroçável das ruas; introdução da noção de lote em relação ao terreno; recuos laterais das construções; etc.

A alteração da lógica de expansão das aglomerações urbanas se explica no desvendamento de sua relação com a reprodução das relações sociais. A transformação da terra em mercadoria e seu significado na mudança da lógica de expansão urbana, com a introdução da noção de lote e loteamento, relacionam-se às metamorfoses da riqueza que transita do escravo para a terra.

A transição do trabalho escravo ao trabalho livre relaciona-se ao processo de absolutização da propriedade privada, a transformação da terra em mercadoria; cujos resultados são extremamente importantes na alteração da lógica de expansão urbana das aglomerações urbanas brasileiras, com o surgimento de novos sujeitos sociais, particularmente o loteador.

O particular, então, coloca-se como um possível loteador, já que nem todo particular realizará o parcelamento da terra. É um novo sujeito histórico, dos mais importantes, na expansão urbana, tendo como instrumento o loteamento que alterou, significativamente, a forma de expansão das aglomerações urbanas no Brasil, o que requereu uma alteração no sistema de representação do espaço que incorporasse a possibilidade de se definir com precisão os limites, calcular as áreas e propor um desenho regular do traçado das ruas.

Essa alteração no sistema de representação do espaço foi importada do projeto iluminista europeu que, ao introduzir a noção de perspectiva, permitiu o aprimoramento dos princípios matemáticos (HARVEY, 1993:224-5), alcançando-se, então, a possibilidade de levantamentos cadastrais extremamente precisos (HARVEY, 1993:227).

As possibilidades criadas pelo uso da perspectiva na geometrização do espaço permitiram a transformação da terra em mercadoria e a modernização das aglomerações urbanas, da qual participaram construtores, engenheiros, arquitetos e administradores de

terras, cujas concepções estavam matizadas pela geometria euclidiana. (HARVEY, 1993:231).

É nosso entendimento que esse segundo resultado do uso da geometria euclidiana, a modernização, configura-se como um elemento de valorização do espaço, enquanto o primeiro, a definição da terra mercadoria, permite a extração da renda absoluta, no bojo do processo de absolutização da propriedade privada, ou seja, da transformação da terra em mercadoria.

A mudança do significado dos imóveis na reprodução das relações sociais, incorporando o significado de riqueza em si, mercadoria no sistema de trocas, estava relacionada às transformações operadas na lógica de expansão dos aglomerados, no que concerne ao parcelamento da terra, ao uso do terreno e à arquitetura do edifício.

Em relação ao parcelamento da terra, tornou-se cada vez mais comum, sobretudo no final do século XIX, a presença do loteamento que tivesse como fundamento a transformação da terra em mercadoria, a absolutização da propriedade privada, em que a transição do predomínio da concessão de terras à sua mercantilização foi fundamental (MARX, 1991:109).

Nas aglomerações urbanas, então, no decurso do século XIX, particularmente, no seu último quartel, ocorre um amplo processo de modernização que alcança, também, o campo e a agricultura.

A modernização do campo e da agricultura está inserida no contexto da valorização de um conhecimento tecnocientífico, provocada pela ascensão do capitalismo industrial europeu, que vai se delineando nos projetos pensados e implantados durante o século XIX no Brasil. O Real Horto no Rio de Janeiro é um dos marcos do início de um pensamento sobre a agricultura, particularmente na introdução de novas espécies no território nacional, conforme salienta Marilda Nagamini (2004:145-146):

(...) sob o comando de dom João, organizou-se o Real Horto no Rio de Janeiro [em 1808], depois denominado Jardim Botânico e anexado ao Museu Real. Seu objetivo era (...) o de aclimatar especiarias das Índias Orientais, como noz-moscada, cânfora, manga, cravo, canela, laranja, entre outras. Para isso, o órgão mantinha contatos com instituições congêneres de outras partes do mundo. Em 1814, por exemplo, foi realizada uma tentativa de cultivar chá com vistas à exportação, com auxílio de agricultores chineses especialmente enviados para esse fim. Maior dinamismo foi dado ao estabelecimento quando o (...) frei Leandro do Sacramento assumiu sua direção e estabeleceu intercâmbios com instituições similares, como o Jardim Botânico de Cambridge, além de enviar sementes para outros hortos do Brasil. Foi também instituído um prêmio aos que colaborassem na aclimação de novas espécies. Em 1890, após sucessivas gestões que evidenciavam a incompatibilidade entre os objetivos científicos e os de local de lazer, a atividade científica é reforçada com a constituição de estufas, herbáreo, aquário e biblioteca, sob a direção de João Barbosa Rodrigues (...).

No sentido de construção de um pensamento sobre o campo e a agricultura, ainda, durante o império e primeiros anos da República, foi importante a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1938), com sede no Rio de Janeiro; do Instituto Agrônomo de Campinas (1887); da Politécnica de São Paulo (1893), com o curso de Engenharia Agrícola; do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (1934), com sede na capital do estado; da Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz², de Piracicaba, denominada, a partir de 1925, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq).

A modernização, nas mediações da constituição do moderno e da modernidade, vai se tornando uma realidade cada vez mais contundente. Na cidade, os processos de periferização e, depois, os de verticalização vão se delineando, estabelecendo uma nova

² Para uma história da Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz, vide o denso estudo de Marly Therezinha Germano Percin (2004).

paisagem urbana marcada pela existência de um mercado imobiliário. No campo, novas variedades são introduzidas, bem como novas técnicas de cultivo; mas a transformação mais contundente só vai ser operada em meados do século XX, com a introdução do pacote tecnológico na agricultura, a chamada “Revolução Verde”, em que se salienta o significado das grandes empresas transnacionais na transformação dos sistemas de cultivo e dos sistemas criatórios; é este, também, o momento de transição do trabalho livre, presente no sistema de colonato, para o trabalho livre assalariado.

Não se estabelece, entre meados do século XIX e meados do século XX, apenas uma transição do complexo rural ao complexo agroindustrial, como salientara José Graziano da Silva, ao discutir a existência da modernização da agricultura a partir do pós-guerra, mas uma metamorfose do significado da riqueza no Brasil, em que a terra se torna o seu *locus* principal, em mediação com mudanças nas formas de subordinação do trabalho (marcada por formas diversas de trabalho livre), com a formação de um capital urbano-industrial, bem como por alterações técnicas.

No campo e na cidade, vão se construindo territórios do capital, mas sem destruir todas as formas pré-existentes que, ao seu metamorfosearem, encontram maneiras de resistirem e persistirem, enquanto outras são criadas. Vale, aqui, lembrar, no campo, a existência dos caçaras, dos quilombolas, das populações ribeirinhas, dos faxinalenses, dos ocupantes de fundos de pastos, das populações indígenas, dentre múltiplas possibilidades de resistência e de criação de formas sociais que se conformam em territórios que negam o território do capital, marcado pela lógica da modernização no sentido da constituição de uma nova relação entre o campo e a cidade, no mundo da modernidade e do moderno.

Assim, vale frisar que a modernização da agricultura não pode ser pensada, apenas, como esse momento último de transformações da base técnica da agricultura e de expansão do trabalho assalariado. A modernização da agricultura existe desde que o homem iniciou a prática dos cultivos e domesticou os animais. No entanto, tal modernização inseriu-se em outro contexto na transição do feudalismo para o capitalismo e na sua expansão; definindo-se pela presença do moderno e da modernidade cada vez mais.

Nos marcos da compreensão do que seja a modernização da agricultura, envolvendo um conjunto de transformações na base técnica e nas formas de submissão do trabalho, o momento pós-guerra é a fase mais contundente das transformações na base técnica da agricultura e de alteração nas relações de trabalho, com intensificação do trabalho assalariado. Mas apenas isso: a fase última, com forte presença da indústria na agricultura, constituindo os complexos agroindustriais, cujos vínculos são para além de algumas linhas de relações, já que sua estrutura se estabelece em rede, em que a cidade é ponto nodal para a realização da atividade de produção, bem como da circulação dos seus produtos, particularmente no que concerne às commodities.

Assim, o campo e a cidade, no Brasil, passaram por intensas transformações, redefinindo seus conteúdos e as suas formas. É, então, nestes termos de transformações socioespaciais que as leituras que foram feitas acerca do que se definia como campo e como cidade no Brasil precisam ser avaliadas para se verificar a sua potencialidade em dar conta dos novos contornos em que se delineiam estes espaços.

Uma das questões importantes levantadas pelos autores que se dedicaram a discutir o campo e a cidade, desde os primeiros estudos mais sistemáticos, no Brasil, na perspectiva da Geografia, é a da dificuldade em delimitar campo e cidade. Aroldo de Azevedo, em seu significativo trabalho acerca de *Os subúrbios orientais de São Paulo*, defendido em 1945, como tese de cátedra para a cadeira de Geografia do Brasil na Universidade de São Paulo, já mencionava o quanto havia de desajuste entre o critério oficial e a Geografia no que concernia à definição da zona suburbana:

Não constitui (...) fácil tarefa a delimitação da zona suburbana da capital paulista. Evidentemente, dentro do ponto-de-vista geográfico, não nos interessa o critério puramente administrativo, o que nos leva a deixar de lado quaisquer distinções baseadas na atual divisão municipal dessa área de nosso Estado, como também a

classificação oficial em zonas urbana e rural. Cumpre, portanto, escolher outro critério que atenda melhor o ponto de vista da geografia. (AZEVEDO, 1945:29)

Para Aroldo de Azevedo,

O conceito vulgar da palavra *subúrbio* corresponde ao de 'arrabalde ou vizinhança de uma cidade ou de qualquer povoação', o que, em princípio, satisfaz e aproxima-se do conceito geográfico. Entretanto, não basta essa proximidade do centro urbano: torna-se necessário que haja certa interdependência entre a cidade e os seus subúrbios, uma relação ativa e passiva entre uma e outros. De fato, cumpre verificar a existência de um permanente contacto da população que neles vive, através de suas atividades costumeiras, do que produz e do que consome. (AZEVEDO, 1945:29-30)

Segundo AZEVEDO (1945:31-4), as principais funções dos subúrbios paulistanos seriam, em meados do século XX, a residencial, a agrícola e a industrial. Por meio das funções, estabelecer-se-ia o contato entre a cidade de São Paulo e os seus subúrbios: Penha, Itaquera, São Miguel, Itaquaquetuba e Poá.

O subúrbio, nos termos propostos por Aroldo de Azevedo, insere-se na área de maior complexidade em relação à definição do que seja campo e cidade; localiza-se, exatamente, na área de transição entre o campo e a cidade, ora mais esta, ora mais aquele.

Pierre George, aproximadamente, um quartel de século depois, em *Geografia rural*, também, ponderou acerca da noção de campo e de cidade. Ele restringiu-se menos às funções existentes nesses espaços e preocupou-se mais com as atividades econômicas. Para Pierre George, a atividade agrícola, não restrita apenas à prática do cultivo, mas estendendo-se aos sistemas criatórios, definia-se como a principal atividade presente no campo:

A atividade agrícola, que é o principal fundamento da vida rural, sem ser o único, sobretudo nos países desenvolvidos, se diferencia das outras formas de atividade humana por alguns caracteres específicos.

1. *A base material de produção na atividade agrícola se exprime em termos de superfície (...).*

2. *A distribuição do tempo de trabalho aplicado na elaboração de uma produção agrícola subordina-se a ciclos climáticos (...).*

3. *As condições naturais impõem limites geográficos às diversas categorias de produção agrícola (...).* (GEORGE, 1982:7-8)

A dificuldade em definir o que seja o campo e a cidade aparece, ainda, em *Geografia rural*, de Pierre George, ao ser discutida a participação da população mundial nos trabalhos relacionados com a atividade produtiva fundiária, particularmente daqueles que residem no campo.

Mais de dois bilhões de homens vivem no campo, ainda que nem todos diretamente do trabalho da terra. Não se trata aqui de debater o problema da definição precisa do que é rural e do que é urbano. O fato concreto é que dois terços da população do globo vivem em contacto direto com as realidades da terra e em harmonia com seus ritmos. Nos países de economia subdesenvolvida, quase não há lugar, no campo, para quem não trabalha a terra. Artesãos ou desempregados, camponeses sem terra dificilmente encontram seu lugar numa sociedade em que, mesmo quando a economia monetária penetrou mais ou menos intensamente, o essencial da vida cotidiana repousa sobre bases fundiárias e agrícolas. (GEORGE, 1982:63)

Aroldo de Azevedo e Pierre George nos indicaram que o campo, em meados do século XX, ou um quartel de século depois, não se definia apenas por atividades agrícolas. Vale ressaltar que, conforme Aroldo de Azevedo, nos subúrbios, havia funções industriais,

além das residenciais e das agrícolas. Enquanto que, para Pierre George, a atividade agrícola era a principal prática da vida rural sem ser a única ou, ainda, que dos mais de dois bilhões de homens que viviam no campo nem todos se dedicavam diretamente ao trabalho da terra.

Assim, não é correto pensar que a dificuldade em discutir a natureza do campo e da cidade, a partir de suas funções e de suas atividades, seja algo novo ou recente, tal qual quer o grupo de pesquisadores vinculados ao projeto Rurbano, coordenado por José Graziano da Silva, cujas preocupações têm se centrado na leitura do que seja, na contemporaneidade, o meio rural brasileiro.

já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. E mais: o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não-agrícolas — tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria — que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.³

Concordamos que as atividades não-agrícolas têm crescido nos últimos anos, particularmente na década de 1990, como demonstraram vários estudos, tanto em relação às atividades não-agrícolas⁴, como em relação à população economicamente ativa envolvida com essas atividades⁵.

A existência de uma população não-agrícola no campo já tinha sido verificada pelo Departamento do Censo, para o caso dos Estados Unidos, no levantamento de 1950, tanto que a população rural é dividida em rural-agrícola e rural-não-agrícola, conforme foi expresso na sociologia norte-americana por meio do estudo de Alvin L. Bertrand *et alii* (1973:24). Entendida, vale ressaltar, como população rural não-agrícola.

³ José Graziano da Silva, *O Novo Rural Brasileiro*, www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki.

⁴ José Graziano da Silva, *Turismo em Áreas Rurais: Suas Possibilidades e Limitações no Brasil*, www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki. Clayton Campanhola; José Graziano da Silva, *Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor*, www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki. Lauro Mattei, *A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense*, www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki. José Flores Fernandes Filho, *Indústria Rural no Brasil e no Nordeste: Uma contribuição para o Debate sobre o Desenvolvimento do Espaço Rural*, www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki. Marcelino de Souza; Mauro Eduardo Del Grossi, *As vilas rurais no estado do Paraná: uma política não-agrícola com viés agrícola*, www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki. Mauro Eduardo Del Grossi; José Graziano da Silva; Clayton Campanhola, *O fim do êxodo rural?*, www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki.

⁵ José Graziano da Silva, *O Novo Rural Brasileiro*, www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki. José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi, *O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98*, www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki. José Graziano da Silva, *Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas Pnads*, www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki. José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi, *A mudança no conceito de trabalho nas novas "PNADS"*, www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki. Mauro Eduardo Del Grossi; José Graziano da Silva, *Ocupação e Renda nas Famílias Rurais: Brasil, 1992-98*, www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki. Mauro Eduardo Del Grossi; José Graziano da Silva, *A distribuição espacial da população rural brasileira economicamente ativa, 1981/95*, www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki.

A constatação da existência, também, de atividades não-agrícolas, no campo, estava presente em Gérald Gilbank (1974:5), particularmente quando define o que seja a paisagem rural⁶:

A paisagem rural é de longe a expressão mais geral, já que ela evoca tudo o que se relaciona ao campo: a paisagem dos campos cultivados, das florestas e dos terrenos incultos, as quintas e os povoados, os burgos e tudo aquilo que os forma (armazéns, residências secundárias, infra-estrutura administrativa, fábricas etc.)⁷.

Tal constatação da existência de atividades não-agrícolas no campo francês, por Gérald Gilbank, não inseriu-se na preocupação de delimitação do campo e da cidade, ou do rural e do urbano.

Os trabalhos vinculados ao projeto Rurbano, também, carecem de uma contribuição mais densa nesse sentido, sendo que nem ao menos, em seus resultados, foi possível definir, com segurança, a participação relativa das atividades não-agrícolas no campo brasileiro.

Todavia, o exemplo mais marcante dos equívocos que as análises, realizadas no contexto do projeto Rurbano, puderam alcançar está na definição de ocupação rural não-agrícola, identificada como “(...) aquela exercida por pessoas residentes na área rural e ocupadas em atividades fora da agricultura, sejam elas desenvolvidas na área rural ou *na urbana* (...)”⁸. Nesse caso, a população é rural por residir no campo, mas a atividade que se realiza na cidade não pode ser considerada uma ocupação rural se inserida nos setores secundário e terciário da economia, caracterizando uma população rural de atividade urbana.

A definição de ocupação rural não-agrícola caminha no sentido sócio-espacial inverso do que, sobretudo na Sociologia, mas também na Geografia da População, se vinha discutindo como população citadina de ocupação agrícola, caracterizada, particularmente, pelo bóia-fria, ou seja, a população que residia na cidade, mas trabalhava no campo. Nesse caso, da população citadina de ocupação agrícola, com os termos extremamente adequados, pois não era uma população citadina de ocupação urbana não-comercial ou não-industrial, mas população citadina de ocupação agrícola. A palavra urbana, referente à ocupação, constituiria uma contradição interna à expressão, pois a atividade agrícola não se coloca como uma dimensão do urbano. Da mesma maneira, as atividades dos setores secundário e terciário não se definem como dimensões do rural. Assim, ocupação rural não-agrícola é uma expressão marcada por uma contradição interna.

O conceito de ocupação rural não-agrícola é simplificadora no que concerne à definição do *locus* da ocupação, quanto ao setor da atividade econômica. Como pode ser rural se sua natureza é urbana? Assim, o mais adequado seria falar de uma ocupação não-agrícola no campo.

O limite da análise dos estudos realizados no contexto do projeto rurbano, referente à ocupação não-agrícola, encontra-se, ainda, na fonte dos dados, já que a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem como limite, na separação da população urbana e rural, o perímetro urbano.

⁶ Gérald Gilbank ensaia uma generalização para a definição de paisagem rural para todas as possibilidades do real, mas sua referência é, sobretudo, a do espaço francês, tanto que sua definição não se adequa à situação de muitos espaços latino-americanos, asiáticos, africanos do início da década de 1970.

⁷ No original: “*Le paysage rural* est de loin l’expression la plus générale, puisqu’elle évoque tout ce qui appartient à la *campagne* : le paysage des champs cultivés, des forêts et des friches, les fermes et les villages, les bourgs et tout ce qui les compose (magasins, résidences secondaires, infrastructure administrative, ateliers industriels, etc.)”.

⁸ *Projeto rurbano*, Conceitos e Variáveis-Chave no Projeto Rurbano, www.eco.unicamp.br, acessado em 18/08/02, por Júlio César Suzuki.

No entanto, não é possível aceitar que toda a população reconhecida como rural o seja, sobretudo aquela que vive em conjuntos habitacionais, construídos para além do perímetro urbano, mesmo que considerada, para fins de levantamento, como população rural, na verdade, ela se encontra integrada subalternamente à dinâmica da aglomeração urbana, definindo-se, então, como população urbana.

Seguindo o mesmo raciocínio, não é urbana a população inserida no interior do perímetro urbano, mas marcada por práticas sociais rurais, tais como os pequenos olericultores de fundos de quintal, ou de fundos de vales, ou, ainda, cujos cultivos estejam sob os linhões de alta tensão que cortam muitas das grandes aglomerações urbanas brasileiras. População cujas práticas culturais recuperam muitas das tradições das populações camponesas, tal qual foi descrito por Margarida Maria Moura (1986): a religiosidade, o compadrio, o predomínio do direito consuetudinário em relação ao direito positivo (particularmente em relação à herança e à divisão da riqueza produzida pela família – em muitos casos, extensa).

Ou seja, não é urbana a população agrícola que só reside na cidade, pois tal população não vive as dimensões da sociabilidade urbana. A cidade é o local de residência ou, como afirmam Milton Santos e María Laura Silveira, um “reservatório de mão-de-obra”.

(...) graças às facilidades de transporte e também às novas formas de organização do trabalho agrícola, um número considerável de trabalhadores na agricultura vive na cidade, que se torna um reservatório de mão-de-obra (...). (SANTOS; SILVEIRA, 2001:280)

Essa população agrícola é considerada urbana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mas não o pode ser no que concerne às dimensões sócio-espaciais, de reprodução das relações sociais. A cidade, então, *locus* do levantamento censitário, não pode ser definida como uma unidade territorial, mas deve ser lida em sua diversidade, revelando, desta maneira, população urbana e população rural.

Nesse sentido de reconhecimento dos limites do critério de separação da população urbana e rural, o perímetro urbano é extremamente falho para a diferenciação do rural e do urbano, sobretudo porque há, por um lado, muito de rural em aglomerações urbanas, particularmente as mais diminutas, mas, também, nas médias e nas grandes, ou mesmo nas metrópoles. Enquanto, por outro lado, há muito de urbano no campo brasileiro, sobretudo nas áreas mais próximas das metrópoles ou das cidades de maior porte.

A presença do urbano, no campo brasileiro, pode ser reconhecida, sobretudo, nas atividades fabris com uso intensivo de tecnologia, nos hotéis-fazenda⁹, nos parques temáticos, nos pesque-pagues, nos restaurantes, nos spas etc.

O rural, nas aglomerações urbanas, está muito presente, principalmente, no modo como muitos moradores concebem e vivem a dinâmica dessas aglomerações. Geralmente, esses moradores são marcados pelo estranhamento em relação ao modo de vida urbano e citadino. Estão dentro das aglomerações, mas não integrados a sua dinâmica de forma densa.

A distinção entre o rural e o urbano, muito mais vinculada à lógica da reprodução das relações sociais que a materialidade espacial, campo e cidade, permite pensar que há rural na cidade e urbano no campo.

Assim, o importante é encontrar um caminho metodológico que dê conta de identificar essas distinções para além de uma delimitação política relacionada ao perímetro urbano – raramente uma fronteira geográfica entre o rural e o urbano e o campo e a cidade.

Em nossa pesquisa de mestrado, foi possível recuperar o significado da divisão do trabalho na produção da separação do campo e da cidade, pois, segundo Paul Singer, só há cidade quando a divisão do trabalho entre campo e cidade já existe, tendo em vista que no

⁹ Diferentes das fazendas-hotel, os hotéis-fazenda se colocam como locais de hospedagem cujo vínculo com a atividade agrícola está completamente desfeita, por mais que sua localização se dê no campo e não na cidade como é habitual aos hotéis.

momento de sua criação, ela “não pode surgir com uma atividade produtiva própria” (SINGER, 1990:13).

Esse é muito o sentido da reflexão que se encontra em Karl Marx e Friedrich Engels, com fundamento na divisão do trabalho, acerca da separação entre campo e cidade:

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e, com isso, a separação da cidade e do campo (...) Seu desenvolvimento ulterior leva à separação entre o trabalho comercial e o trabalho industrial. Ao mesmo tempo, através da divisão do trabalho dentro destes diferentes ramos, desenvolvem-se diferentes subdivisões entre os indivíduos que cooperam em determinados trabalhos. A posição de tais subdivisões particulares umas em relação a outras é condicionada pelo modo pelo qual se exerce o trabalho agrícola, industrial e comercial (patriarcalismo, escravidão, estamentos e classes). Estas mesmas condições mostram-se ao se desenvolver o intercâmbio entre as diferentes nações (MARX e ENGELS, 1991:29).

Essa distinção entre campo e cidade, fundada na divisão do trabalho, é suficiente para compreender, em linhas gerais, o Brasil, sobretudo, até meados do século XX. No entanto, com a expansão de atividades fabris para o campo, particularmente os laticínios, em meados dos século XX, mas, também, os matadouros, a separação entre campo e cidade pela divisão do trabalho não é mais suficiente para estabelecer a fronteira entre essas duas realidades sócio-espaciais¹⁰.

A constituição dos complexos agroindustriais, sobretudo, a partir da década de 1970, tanto nos grandes estabelecimentos agrícolas (por exemplo, no caso da cana-de-açúcar), como nos pequenos (por exemplo, no caso da fumicultura, com a sujeição da renda da terra ao capital), ampliou um pouco mais a dificuldade de se definir o campo como o *locus* das atividades do setor primário da economia. Essa dificuldade ainda maior não se deve apenas à implantação das plantas industriais articuladas à produção agrícola, mas, também, à lógica da indústria que se implanta, na agricultura, com o tempo do relógio e da produção, um tempo linear; não mais um tempo cíclico como o que marcava a lógica da agricultura até meados do século XX, presente até hoje em algumas faces da produção camponesa.

Nesse contexto de constituição dos complexos agroindustriais, a fronteira entre o campo e a cidade, bem como entre o rural e o urbano, fica ainda mais difícil de ser inteligível.

Na década de 1990, com a expansão, não só das atividades fabris, mas também dos serviços para o campo, a dificuldade de separação entre o campo e a cidade e o rural e o urbano, a partir da divisão do trabalho, torna-se ainda mais insuficiente.

No entanto, até em termos fisionômicos, campo e cidade são realidades geográficas distintas e inegáveis, mas as suas definições sócio-espaciais devem ser lidas com novos parâmetros. Ou seja, não entendemos que haja um *continuum* entre a cidade e o campo, como afirma José Graziano da Silva:

(...) está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um ‘continuum’ do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem

¹⁰ Vale frisar que tal entendimento da divisão do trabalho, entre campo e cidade, no Brasil, está levando em consideração a situação constituída sobretudo após meados do século XIX, pois antes disso, no campo, havia forte presença de engenhos, nos quais se realizava atividade fabril, mas o contexto de produção da riqueza era muito diferente do qual nos serve de referência para a nossa análise. Tal diferença está presente, também, entre as situações históricas da europa feudal e capitalista no que concerne à localização da atividade fabril.

mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária¹¹.

Para nós, há necessidade de se redefinir campo e cidade e rural e urbano à luz das transformações da sociedade brasileira, dos novos elementos da reprodução das relações sociais, inserindo como categorias essenciais a propriedade, o trabalho e o capital; o que nos permitirá superar leituras marcadamente quantitativas de definição de campo e de cidade e de rural e de urbano.

Procedimento semelhante ao que acreditamos necessário em relação à discussão sobre cidades imaginárias de José Eli da Veiga, cujo fundamento também é, sobretudo, quantitativo, já que seu autor não encontra qualquer outra solução que não o número de habitantes do município para definir se a população é ou não urbana.

O entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra muito peculiar, que é única no mundo. Este País considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características. O caso extremo está no Rio Grande do Sul, onde a sede do município União da Serra é uma 'cidade' na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes. Nada grave se fosse extravagante exceção. No entanto, é absurdo supor que se trate de algumas poucas aberrações, incapazes de atrapalhar a análise da configuração territorial brasileira. De um total de 5.507 sedes de municípios existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse disparate segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000.

Muitos estudiosos procuraram contornar esse obstáculo pelo uso de uma outra regra. Para efeitos analíticos, não se deveriam considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20 mil habitantes. Por tal convenção, que vem sendo usada desde os anos 50, seria rural a população dos 4.024 municípios que tinham menos de 20 mil habitantes em 2000, o que por si só já derrubaria o grau de urbanização do Brasil para 70%. (VEIGA, 2002:31-2)

Assim, há necessidade premente de superação de leituras marcadamente quantitativas, como as de José Eli da Veiga e de José Graziano da Silva.

Acreditamos, ainda, que não será possível avançar na compreensão do campo e da cidade, na contemporaneidade, seguindo por trilhas seguras e bem construídas, como os caminhos que valorizam somente a dimensão econômica, ou a cultural, ou a social, ou a política.

Será necessário superar as leituras unidimensionais e uniaxiais no encontro com as múltiplas dimensões e determinações, o que nos conduzirá para a necessidade de diminuir os limites existentes entre os campos da Geografia (Geografia Agrária, Geografia Urbana, Geografia Econômica, Geografia Política, Geografia Social, Geografia Cultural), bem como em relação às outras áreas do saber, particularmente com a Sociologia, a Antropologia e a Economia.

O caminho é incerto, há mais de meio século o dilema interpretativo do que seja campo e cidade, bem como as suas metamorfoses e as relações entre estas duas realidades socioespaciais, está presente no seio dos estudos geográficos sem resolução, mas, vale frisar, todas as respostas são válidas, pois é a partir do erro que a ciência caminha.

¹¹ José Graziano da Silva, *O Novo Rural Brasileiro*, www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. pp. 197-245.
- AZEVEDO, Aroldo Edgard de. *Subúrbios orientais de São Paulo*. 1945. 184p. Tese de concurso à cadeira de Geografia do Brasil – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1945.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar; A aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- BERTRAND, Alvin *et alii*. *Sociologia Rural*. São Paulo: Atlas, 1973.
- CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. *Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor*. www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki.
- DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano da. *A distribuição espacial da população rural brasileira economicamente ativa, 1981/95*. www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki.
- DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano da. *Ocupação e Renda nas Famílias Rurais: Brasil, 1992-98*. www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki.
- DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano da; CAMPANHOLA, Clayton. *O fim do êxodo rural?*. www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki.
- FERNANDES FILHO, José Flores. *Indústria Rural no Brasil e no Nordeste: Uma contribuição para o Debate sobre o Desenvolvimento do Espaço Rural*. www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki.
- GEORGE, Pierre. *Geografia rural*. Tradução de Elza Trassi Mariano *et alii*. São Paulo: Difel, 1982.
- GILBANK, Gérald. *Introduction à la géographie générale de l'agriculture*. Paris: Masson et Cie, 1974.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna; Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem; A origem do trabalho livre no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (I - Feuerbach)*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.
- MATTEI, Lauro. *A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense*. www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza, São Paulo, 1845-1895; Contribuição ao Estudo da Passagem da Economia Mercantil-Escravista à Economia Exportadora Capitalista*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.

NAGAMINI, Marilda. 1808-1889: ciência e técnica na trilha da liberdade. In: MOTOYAMA, Shozo (org.). *Prelúdio para uma história; ciência e tecnologia no Brasil*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2004. p.135-183.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. *Os Passos do Saber: A Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz; O Esforço para Implantar o Ensino Técnico de Segundo Grau na Agricultura, 1891-1911*.

PROJETO RURBANO, Conceitos e Variáveis-Chave no Projeto Rurbano, www.eco.unicamp.br, acessado em 18/08/02, por Júlio César Suzuki.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil; Território e Sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SILVA, José Graziano da. *O Novo Rural Brasileiro*. www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki.

SILVA, José Graziano da. *Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas Pnads*. www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki.

SILVA, José Graziano da. *Turismo em Áreas Rurais: Suas Possibilidades e Limitações no Brasil*. www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. *A mudança no conceito de trabalho nas novas "PNADS"*. www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. *O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98*. www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOUZA, Marcelino de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. *As vilas rurais no estado do Paraná: uma política não-agrícola com viés agrícola*. www.eco.unicamp.br, acessado em 17/08/02, por Júlio César Suzuki.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias*. Campinas: Autores Associados, 2002.

Recebido em junho de 2007

Aprovado em junho de 2007

Resenha
(em português e inglês)

La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses¹

La Vía Campesina: Globalization and the power of peasants

La Vía Campesina: Globalización y el poder de los campesinos

Annette Aurélie Desmarais

PhD in Geografia at University of Calgary, Alberta, Canadá (2003)
Associate Professor of the Department of Justice Studies of University of Regina
Endereço: Regina, Saskatchewan, Canadá, S4S, 0A2
Endereço eletrônico: annette.desmarais@uregina.ca

Tradução: Eduardo Paulon Girardi

Apesar de décadas de “desenvolvimento”, fome e pobreza persistem em áreas rurais de todo o mundo. Com a implementação dos programas de ajustes estruturais, acordos regionais de comércio e acordos da OMC, a paisagem rural passa por rápidas mudanças por toda parte. Governos nacionais reestruturaram políticas agrícolas para propiciar maior integração a uma economia internacional dirigida pelo mercado. A formação e consolidação da Vía Campesina prova que famílias camponesas e de agricultores não têm sido complacentes durante este processo de reestruturação econômica e nem têm sido vítimas passivas frente à crescente pauperização e marginalização; ao contrário, elas estão resistindo ativamente à globalização de um modelo corporativo de agricultura. De fato, camponeses e pequenos agricultores estão usando três armas convencionais dos mais fracos – a organização, a cooperação e a comunidade – para redefinir o “desenvolvimento” e construir um modelo alternativo de agricultura baseado nos princípios de justiça social, sustentabilidade ecológica e respeito às culturas e economias camponesas.

Pouco mais de uma década após seu princípio em 1993, a Vía Campesina se expandiu e compreende hoje 149 organizações de camponeses, pequenos e médios agricultores, mulheres rurais, trabalhadores rurais e comunidades agrárias indígenas de 56 países da Ásia, Américas, África e do leste e oeste europeu. Através da Vía Campesina, organizações camponesas e de agricultores efetivamente se “transnacionalizaram” e tiveram êxito no estabelecimento de um espaço na arena internacional; a Vía Campesina está preenchendo este espaço com vozes camponesas e articulando as demandas e alternativas camponesas em torno de esforços para resistir à imposição de um modelo corporativo de agricultura. Isso envolve a construção de alternativas viáveis que variam de pequenas cooperativas agrícolas, bancos locais de sementes e empreendimentos comerciais justos para defender práticas agrícolas tradicionais; envolve a ligação desses esforços não somente no nível local, mas também nos níveis nacional, regional e internacional. Além disso, eles estão usando a mais poderosa das ferramentas disponíveis para os movimentos sociais – a não participação e a deslegitimação – para resistir às práticas atuais da globalização neoliberal.

Como os camponeses e pequenos agricultores do Norte e do Sul puderam fazer isso? Onde eles encontraram capacidade organizacional e poder para desafiar corporações transnacionais do agronegócio e instituições internacionais das quais o poder e a influência

¹ A coordenação de publicação da Revista NERA, por considerar de grande importância o livro “*La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants*”, de autoria de Annette Aurélie Desmarais, convidou a autora a publicar na revista esta apresentação/resenha de seu próprio livro.

crescentemente são direcionadas às políticas governamentais? O que fez a Vía Campesina tão bem sucedida nesta disputa aparentemente impossível? Quais dificuldades eles tiveram que superar pelo caminho? O livro *La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants* explora essas questões analisando a formação, consolidação e funcionamento da Vía Campesina. Espero que ao observarmos cuidadosamente os primeiros dez anos de existência da Vía Campesina possamos entender melhor o papel dos movimentos sociais rurais na reformulação do desenvolvimento rural e como o papel da agricultura no desenvolvimento deve ser repensado.

O livro apresenta uma visão da Vía Campesina a partir do seu interior e privilegia as experiências, vozes e visões dos próprios camponeses, mulheres rurais e agricultores. Com o objetivo de destacar o centro de poder e voz, preenchi as páginas do livro com as palavras desses atores sociais mais do que os parafrazeando, respeitando desta forma os desejos dos camponeses e agricultores e o esforço coletivo para estabelecer um espaço internacional onde eles possam articular suas necessidades, interesses e demandas através de suas próprias vozes e linguagens.

De várias formas estive em uma posição privilegiada enquanto desenvolvia esta pesquisa. Fui pequena agricultora nas pradarias canadenses por 14 anos e também trabalhei como assistente técnica da Vía Campesina desde sua criação em 1993. Isso me proporcionou acesso a numerosos líderes rurais pelo mundo também a diversos encontros, conferências, discussões e documentos. Mais importante, através desses anos ganhei a confiança dos líderes da Vía Campesina.

Metodologia e Métodos

A metodologia e os métodos utilizados neste estudo foram baseados em pesquisas feministas. A proposta de minha pesquisa era assessorar as lutas da Vía Campesina fornecendo ferramentas que o movimento considerasse úteis em deliberações futuras. Uma abordagem participativa era realmente necessária para que a pesquisa pudesse se tornar útil à Vía Campesina, ou seja, a pesquisa foi ligada diretamente às lutas dos camponeses e pequenos agricultores; as questões da pesquisa foram elaboradas em colaboração com a liderança da Vía Campesina e o plano de pesquisa e as questões foram então revisadas com as lideranças rurais nos diferentes países onde realizei trabalhos de campo.

Com o intuito de revelar a visão dos camponeses e pequenos agricultores acerca de uma mudança, a pesquisa foi baseada em diversas fontes. Para melhor entender os debates e a lógica por trás das proposições particulares que a Vía Campesina lançou na arena internacional, examinei documentos públicos e internos produzidos pela Vía Campesina desde sua criação. Nestes documentos estão compreendidos: atas de conferências; minutas de todos os encontros da Comissão Feminina e da Comissão de Coordenação Internacional e grupos de trabalho temáticos da Vía Campesina; escritos internos de comunicação entre organizações participantes; publicações impressas, indicações de posicionamentos e posicionamentos das três conferências internacionais da Vía Campesina. Uma análise dessa documentação me proporcionou um olhar interno nas numerosas atividades, ações e níveis (local, nacional e internacional) onde o movimento atua. Também permitiu que eu identificasse a extensão da coesão e da discordância dentro da própria Vía Campesina. Através da observação participativa em diversos encontros e mobilizações da Vía Campesina, testemunhei quais assuntos estavam em primeiro plano, como esses assuntos eram articulados e debatidos e como decisões eram finalmente tomadas. A observação participante permitiu que eu visse as diferentes formas, dimensões culturais e impactos das ações coletivas desencadeadas pela Vía Campesina.

Admitindo que a Vía Campesina não existe nem atua no vácuo, consulte também sua correspondência com outras organizações e instituições e comparei as posições da Vía Campesina com as de outros atores sociais chave. Como uma observadora participante em várias conferências internacionais sobre segurança alimentar, observei de início como o ponto de vista da Vía Campesina diferia daqueles apresentados por outros atores sociais

envolvidos em deliberações sobre segurança alimentar, agricultura e comércio. Isso me expôs às numerosas estratégias (algumas mais visíveis do que outras) utilizadas pela Vía Campesina para estabelecer sua presença e construir um espaço internacional para camponeses e agricultores.

Para entender as raízes históricas da Vía Campesina, consultei documentos elaborados por organizações de agricultores e a organização não-governamental que estava mais diretamente envolvida com sua formação. Procurei uma interpretação mais ampla da documentação e eventos que direcionaram o encontro constitutivo da Vía Campesina através de entrevistas semi-estruturas com os envolvidos.

Anos de observação participativa em eventos locais e encontros, combinada com entrevistas extensas com líderes localmente baseados no México, Canadá, Índia e Honduras destacaram numerosos exemplos de como o local, o nacional e o internacional se conectam no contexto da Vía Campesina. Entrevistas com organizações nacionais de agricultores nesses três países proporcionaram uma visão crítica sobre as razões pelas quais as organizações de agricultores optaram por se tornarem globais; os fatores que contribuem para o seu sucesso ou fracasso nisso e as condições e recursos necessários para prosseguir com este trabalho. Também entrevistei a maioria dos membros da Comissão de Coordenação Internacional e os funcionários do suporte técnico acerca de suas experiências para consolidar um movimento camponês internacional.

Reflexões sobre o significado da Vía Campesina

O livro *La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants* (A Vía Campesina: globalização e o poder dos camponeses) destaca a contribuição da Vía Campesina na construção de alternativas às poderosas forças da globalização. Uma abordagem baseada no poder das políticas alimentares nos obriga a olhar não somente a dinâmica do poder entre organização de agricultores, Estado e instituições multilaterais como a OMC, corporações transnacionais do agronegócio e outros atores sociais; isso nos obriga examinar também o poder das relações dentro do próprio movimento. Consequentemente, o livro explora os principais assuntos, posições, estratégias, ações coletivas e dinâmicas internas da Vía Campesina. Com isso, o estudo mostra como local, nacional e internacional se entrelaçam nos esforços do movimento camponês para pensar e construir sistemas alimentares sustentáveis, apresentar uma visão clara sobre a natureza e extensão do atual ativismo agrário e sugerir questões fundamentais sobre a conceituação do desenvolvimento rural.

Reflexões sobre os significados da Vía Campesina

A Vía Campesina aglutinou-se em torno de objetivos comuns no Norte e no Sul: uma rejeição explícita ao modelo neoliberal de desenvolvimento rural; uma franca recusa da exclusão desencadeada pela política de desenvolvimento agrícola e uma firme determinação para trabalhar conjuntamente para dar poder a uma voz camponesa e para estabelecer um modelo alternativo de agricultura baseado na soberania alimentar. Este é um aspecto visível da crescente presença e voz rural. A Vía Campesina consolidou unidade e solidariedade por meio da clara atribuição de nome ao inimigo: os agentes da globalização econômica e da corporativização da agricultura. Para a Vía Campesina esta não é uma luta entre camponeses do Sul e agricultores do Norte; a luta é entre dois modelos de desenvolvimento econômico e social divergentes e opostos.

Para a Vía Campesina, o protesto agrário é dirigido por uma forte identidade camponesa e uma visão de uma cultura camponesa vibrante e envolvente que compreende práticas inovadoras e novas maneiras de pensar e fazer política. Mais importante são os modos como as organizações rurais estão trabalhando conjuntamente para proteger os interesses das famílias agricultoras e para negociar um modelo alternativo de agricultura no

qual aqueles que trabalham a terra tenham maior acesso a ela e controle sobre os recursos de produção como terra, sementes, água e crédito.

A Vía Campesina manteve copiosamente seu status camponês e agricultor. Deste modo, ela procedeu claramente na articulação e apresentação de forma enfática na arena internacional das necessidades, interesses, demandas e visões daqueles que atualmente produzem alimentos. Através dessas ações a organização auxiliou a focalizar deliberações agrícolas internacionais sobre temas como: reforma agrária; organismos geneticamente modificados e o controle e propriedade sobre sementes; práticas agrícolas sustentáveis; direitos humanos e igualdade de gêneros no campo e; a relação entre comércio internacional e insegurança alimentar. Todos esses temas são compreendidos pela noção de soberania alimentar proposta pela Vía Campesina. Nas palavras da organização, soberania alimentar significa que os povos têm o “direito de produzir nosso próprio alimento em nosso próprio território” de forma que sejam valorizados o meio ambiente e os valores culturais dos povos. A soberania alimentar focaliza aqueles que realmente trabalham na terra e lidam diretamente com questões de *como, qual, onde e em que escala* os alimentos são produzidos.

Evocar o significado de “camponês” talvez seja uma das mais importantes realizações da Vía Campesina. Esta é uma identidade política e caracteriza pessoas que compartilham um profundo comprometimento com o local; profundamente arraigadas com um pedaço de terra particular e que são todas parte de uma comunidade rural particular e que têm ameaçados seu modo de existência. Esta identidade de “pessoas da terra” reflete a certeza que eles têm sobre o direito de estar na terra. Eles têm o direito e a obrigação de produzir alimentos. Eles têm o direito de ser vistos como cumpridores de um importante papel na sociedade e de viver em comunidades viáveis e a obrigação de construir o comunitarismo. Esses aspectos constituem os principais elementos de sua distinta identidade como camponeses. Na globalização politizada da atualidade, articular identidades entre fronteiras se baseando no local e na tradição é um ato político profundo. Desta forma, a Vía Campesina está construindo uma modernidade alternativa.

Ao formar a Vía Campesina, camponeses e organizações de agricultores efetivamente se “transnacionalizaram” e obtiveram sucesso na construção de um espaço na arena internacional. A Vía Campesina está preenchendo este espaço com vezes camponesas, articulando demandas e alternativas camponesas nos esforços para resistir à imposição de um modelo corporativo de agricultura. A solidariedade e unidade experimentada com a Vía Campesina proporcionou o que seja talvez o mais precioso de todos os presentes: a esperança. Esperança de que uma “outra” agricultura seja possível. A Vía Campesina nos permite imaginar que esta mudança é possível e que um projeto alternativo está sendo criado. Isto é claramente perceptível no slogan da Vía Campesina “Globalizar a luta, globalizar a esperança”.

O significado social e político da Vía Campesina não podem ser subestimados. A Vía Campesina é talvez o maior e mais significativo movimento social agrário do mundo. Isso oferece à grande diversidade de atores e organizações progressivas a oportunidade de um completo engajamento na análise, política de desenvolvimento, defesa e em alguns casos ação direta sobre temas-chave relativos à soberania e segurança alimentar. Com isso, a Vía Campesina está reclamando por mudanças fundamentais no terreno, nos jogadores, nos temas que são trazidos para a mesa de discussão e nos termos e condições de participação e negociação. Neste processo, a Vía Campesina está redefinindo o próprio desenvolvimento.

O livro *La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants*, de autoria de Annette Aurélie Desmarais foi publicado em 2007 pela Fernwood Publishing (Canadá) e Pluto Books (Inglaterra). O livro será publicado em espanhol pela Edición Popular.

Book overview:

La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants²

Despite decades of 'development', hunger and poverty persist in rural areas around the world. With the implementation of structural adjustment programs, regional trade agreements and WTO agreements, rural landscapes everywhere are undergoing rapid change. National governments are restructuring agricultural policies to facilitate greater integration into an international market-driven economy. The formation and consolidation of La Vía Campesina is living proof that peasant and farm families have not been compliant accomplices during this process of economic restructuring, nor have they been passive victims in the face of increasing poverty and marginalization. Instead, they are actively resisting the globalization of a corporate model of agriculture. Indeed, peasants and small-scale farmers are using three traditional weapons of the weak – organization, co-operation and community – to redefine 'development' and build an alternative model of agriculture based on the principles of social justice, ecological sustainability and respect for peasant cultures and peasant economies.

In little over a decade after its inception in 1993 La Vía Campesina grew to embrace 149 organizations of peasants, small and medium-scale farmers, rural women, farm workers and indigenous agrarian communities from 56 countries in Asia, the Americas, Africa, and Western and Eastern Europe. Through La Vía Campesina, peasants and farm organizations effectively 'transnationalized' and succeeded in carving out a space in the international arena. La Vía Campesina is filling that space with peasant voices, articulating peasant demands and peasant alternatives in efforts to resist the imposition of a corporate model of agriculture. This involves building viable alternatives ranging from small agricultural cooperatives, local seed banks, fair trade ventures to reclaiming traditional farming practices. It also means linking these efforts beyond the local by working at the national, regional and international levels. They are also using the most powerful tools available to social movements – that of non-participation and delegitimization – to resist current practices of neoliberal globalization.

How were peasants and small farmers in the North and South able to do this? Where did they find the organizational capacity and strength to challenge transnational agribusiness corporations and international institutions who power and influence increasingly dictate national government policy? What has made La Vía Campesina so successful against seemingly impossible odds? What difficulties have they needed to overcome along the way? *La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants* addresses these questions by analyzing the formation, consolidation and functioning of La Vía Campesina. I hope that by looking carefully at the first ten years of La Vía Campesina's existence we can better understand the role of rural social movements in reshaping rural development and how the role of agriculture in development might be rethought.

The book offers an insider's account of La Vía Campesina by privileging the experiences, voices and visions of peasants, rural women and farmers themselves. In the interests of shifting the center of power and voice I have filled the pages of this book with as many of their words as possible rather than paraphrasing them. In this way I am respecting peasants' and farmers' desires and concerted efforts to establish an international space where they can articulate their needs, interests and demands in their own voices, and speaking in their own language.

In many ways I was in quite a privileged position while doing this research in that I was a small-scale farmer in the Canadian prairies for 14 years. Then, I worked as technical support to La Vía Campesina since its inception in 1993. This provided me with access to

² The author was invited by the Editorial Board of Revista NERA to publish this Book Overview of her own Book.

numerous farm leaders around the world and all kinds of meetings, conferences, discussions and documents. More importantly, over the years I had gained the trust of Vía Campesina leaders.

Methodology and Methods

The methodology and methods used in this study were informed by feminist research frameworks. The purpose of my research was to support Vía Campesina struggles by providing them with tools that the movement might find useful in future deliberations. A participatory approach was absolutely necessary if the research would be of any practical use to the Vía Campesina. That is, the research was tied directly to peasant and small-scale farmers' struggles, the research questions were designed in collaboration with La Vía Campesina leadership and the research plan and questions were then re-visited with the farm leadership in the different countries where I did field work.

In the interests of revealing peasants' and small-scale farmers' visions for social change the research is based on various sources. To understand better the debates and logic behind the particular positions La Vía Campesina ultimately voiced in the international arena I examined both the public and internal documents produced by La Vía Campesina since its inception. These included conference proceedings; minutes of all meetings of the Women's Commission, the International Coordination Commission and thematic working groups of La Vía Campesina; internal written communication among participating organizations; press releases, position statements and proceedings of the three International Conferences of La Vía Campesina. A content analysis of this documentation provided me with glimpses into the numerous activities and actions, and the various levels (local, national and international) where the movement works. It also allowed me to discern the extent of congruence or disagreement within La Vía Campesina itself. Through participant observation in many Vía Campesina meetings and mobilizations I witnessed what issues came to the forefront, how these issues were articulated and debated, and how decisions were ultimately made. Participant observation was instrumental in allowing me to see the different forms, cultural dimensions and impact of the collective actions initiated by La Vía Campesina.

In acknowledging that La Vía Campesina does not exist nor function in a vacuum, I also consulted its correspondence with other organizations and institutions, and compared La Vía Campesina's positions with those of other key social actors. As a participant observer in various international conferences on food security I saw first hand how La Vía Campesina's views differed from those of other social actors involved in deliberations on food security, agriculture and trade. This also exposed me to the numerous strategies (some more visible than others) used by La Vía Campesina to establish its presence and to carve an international space for peasants and farmers.

To understand the historical roots of the Vía Campesina I consulted documents prepared by farm organizations and the non-governmental organization that was most involved in its formation. I sought further interpretation of the documentation and events leading up to the constitutive meeting of the Vía Campesina through semi-structured interviews with those involved.

Years of participant observation in local events and meetings, combined with extensive interviews with locally-based leaders in Mexico, Canada, India and Honduras highlighted numerous examples of just how the local, national and international connect within La Vía Campesina. Interviews with national farm organizations in these three countries gave me critical insights into the reasons why farm organizations opt to 'go global', the factors that contribute to their success or failure in doing so, and the conditions and resources necessary to pursue this kind of work further. I also interviewed most members of the International Coordinating Commission and technical support staff to record their experiences in consolidating an international peasant movement.

Reflections on the meanings of La Vía Campesina

La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants highlights La Vía Campesina's contributions to building alternatives to the powerful forces of globalization. A power-based approach to the politics of food forces us not only to look at the power dynamics between farmers organizations, the state, multi-lateral institutions such as the WTO, transnational agribusiness corporations and other social actors. It also demands an examination of power relations within the movement itself. Consequently, the book explores the main issues, positions, strategies, collective actions and internal dynamics of La Vía Campesina. In doing so, the study shows how the local, national and international intersect in peasant movements' efforts to envision and build sustainable food systems, provides insights into the nature and extent of current agrarian activism, and suggests fundamental questions about the conceptualization of rural development.

La Vía Campesina coalesced in the North and South around common objectives: an explicit rejection of the neoliberal model of rural development, an outright refusal to be excluded from agricultural policy development, and a firm determination to work together to empower a peasant voice and to establish an alternative model of agriculture based on food sovereignty. This is an increasingly visible presence and vocal farm voice. La Vía Campesina consolidated unity and solidarity by clearly naming the enemy -- the agents of economic globalization and corporatization of agriculture. For La Vía Campesina this is not a struggle between peasants in the South and farmers in the North. Instead, the struggle is between two divergent and opposing models of social and economic development.

For La Vía Campesina, agrarian protest is driven by a strong peasant identity and a vision of an evolving and vibrant peasant culture involving innovative practices and new ways of thinking about and doing politics. Most important are the ways rural organizations are working together to protect the interests of farming families and negotiate an alternative model of agriculture in which those who work the land have greater access to, and control over, productive resources like land, seeds, water or credit.

La Vía Campesina has jealously guarded its peasant and farmer-led status. In this way it has succeeded in clearly articulating and firmly placing in the international arena the needs, interests, demands and visions of those who actually produce food. In doing so, it has helped focus international agriculture deliberations on issues such as agrarian reform, genetically-modified organisms and the control and ownership of seeds, sustainable agricultural practices, human rights and gender equality in the countryside, and the relationship between international trade and food insecurity. All of these issues are encompassed in La Vía Campesina's notion of food sovereignty. In La Vía Campesina's words, food sovereignty means that peoples have the "right to produce our own food in our own territory" in ways that enhance the environment and peoples' cultural values. Food sovereignty centers on those who actually work the land and deals head on with questions of what, where, how and at what scale food is produced.

Reclaiming the meaning of "peasant" is perhaps one of La Vía Campesina's most important accomplishments. This is a politicized identity. It reflects people who share a deep commitment to place, people deeply attached to a particular piece of land, people who are all part of a particular rural community, people whose mode of existence is under threat. This place-bound identity, that of 'people of the land', reflects the belief that they have the right to be on the land. They have the right and obligation to produce food. They have the right to be seen as fulfilling an important function in society at large. They have the right to live in viable communities and the obligation to build community. These form essential parts of their distinct identity as peasants. In today's politicized globalization articulating identity across borders based on locality and tradition is a deeply political act. Thus, La Vía Campesina is constructing an alternative modernity.

In forming the Vía Campesina, peasants and farm organizations effectively 'transnationalized' and succeeded in carving out a space in the international arena. The Vía Campesina is filling that space with peasant voices, articulating peasant demands and

peasant alternatives in efforts to resist the imposition of a corporate model of agriculture. The solidarity and unity experienced with the Vía Campesina yield perhaps the most precious gift of all, hope. Hope that 'another' agriculture is possible. Indeed, the Vía Campesina enables us to imagine that change is possible and that an alternative project is being created. This is clearly captured in the Vía Campesina's slogan "Globalize the Struggle – Globalize Hope."

The social and political significance of La Vía Campesina cannot be underestimated. The Vía Campesina is perhaps the largest and most significant agrarian social movement in the world. It offers a whole range of rural social actors and progressive organizations the opportunity for full engagement in analysis, policy development, advocacy and in some cases direct action on key issues related to food sovereignty and food security. In so doing, La Vía Campesina is demanding fundamental changes to the terrain, the players, what issues are brought to the table and the terms and conditions of participation and negotiation. In the process, it is redefining development itself.

La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants by Annette Aurélie Desmarais was published in 2007 by Fernwood Publishing (Canada) and Pluto Books (England). It will be published in Spanish by Edición Popular.

Recebido em maio de 2007
Aprovado em maio de 2007

Biofuels: five myths of the agro-fuels transition

Eric Holt-Giménez

PhD in Estudos Ambientais pela University of California, Santa Cruz, California, Estados Unidos (2002)
 Executive Director of Food First/Institute for Food and Development Policy
 Endereço: 398, 60th Street, Oakland, California, USA. 94618
 Telefone: 510-654-4400, Ext.: 227. Fax: 510-654-4551
 Endereço eletrônico: eholtgim@cats.ucsc.edu

Abstract

The goal of this article is to present the perverse nature of the discourse made by governments and trade companies about biofuels. These discourses consider them as an alternative totally efficient to replace petroleum and to solve the problem of green house gas emissions by burning petroleum derived fuels. In order to reach the objective proposed here, it is presented the contradictions of five myths related to biofuels: 1) Agro-fuels are clean and green; 2) Agro-fuels will not result in deforestation; 3) Agro-fuels will bring rural development; 4) Agro-fuels will not cause hunger; 5) Better “second-generation” agro-fuels are just around the corner.

Keywords: *biofuels; deforestation; hunger; rural development; second-generation of agro-fuels.*

Resumo

Biocombustíveis: Cinco Mitos da Transição dos Agrocombustíveis

O objetivo neste artigo é apresentar a natureza perversa do discurso de governos e empresas multinacionais em torno dos biocombustíveis, que os considera uma alternativa totalmente eficaz para a substituição do petróleo e resolução do problema de emissão de gases estufa na atmosfera pela queima de petróleo. Para cumprir o objetivo aqui proposto são apresentadas as contradições de cinco mitos relativos aos biocombustíveis, sendo eles: 1) os biocombustíveis são limpos e ecológicos; 2) a produção de agrocombustíveis não vai desmatar; 3) os agrocombustíveis irão gerar desenvolvimento rural; 4) os agrocombustíveis não causarão fome; 5) a segunda geração de “agrocombustíveis” aperfeiçoados já está a caminho.

Palavras-chave: biocombustíveis; desmatamento; fome; desenvolvimento rural; segunda geração de agrocombustíveis.

Résumé

Biocombustibles : Cinq Mites sur la Transition des Agrocombustibles

L'objectif dans cet article est de présenter la nature perverse du discours disséminé par les gouvernements et par les entreprises transnationales autour des biocombustibles et que les considère comme une alternative pleinement efficace pour substituer le pétrole et solutionner le problème de l'émission de gaz à effet de serre dans l'atmosphère par la brûlage de combustibles dérivés du pétrole. Pour réussir l'objectif de l'article, on va présenter les contradictions de cinq mites concernant aux biocombustibles : 1) agrocombustibles sont nets et écologiques ; 2) agrocombustibles ne résultent pas en déforestation ; 3) agrocombustibles iront proportionner le développement rural ; 4) les agrocombustibles n'iront pas proportionner la faim ; 5) une meilleur « seconde génération » de agrocombustibles est presque arrivée.

Mots clés : biocombustibles ; déforestation ; faim ; développement rural ; seconde génération de agrocombustibles.

Introdução

Biocombustíveis: o termo invoca a imagem vital de renovação e abundância – uma garantia limpa, verde, sustentável em tecnologia e no poder do progresso. Essa imagem permite que a indústria, os políticos, o Banco Mundial, as Nações Unidas, e até mesmo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas apresentem os combustíveis feitos de milho, cana-de-açúcar, soja e outras plantas como sendo o próximo passo de uma transição sutil da economia do petróleo para uma economia renovável ainda a ser definida. Extraíndo o seu poder de um simples feixe de mitos cornucópios de abundância, os “biocombustíveis” dirigem a nossa atenção para longe dos poderosos interesses econômicos que irão se beneficiar com essa transição. Evita discussões sobre o crescente desequilíbrio de alimentos e energia entre o Norte-Sul. Obscurece fundamentalmente as relações político-econômicas entre terra, povo, recursos e alimentos. Ao nos mostrar apenas um lado, os “biocombustíveis” não conseguem nos auxiliar a entender as profundas consequências da transformação industrial do nosso sistema alimentar e de combustíveis. *A Transição dos Agrocombustíveis.*

O rápido aumento dos agrocombustíveis

Os países industrializados iniciaram o “rápido aumento” dos agrocombustíveis através de um ambicioso plano de metas para os combustíveis renováveis. Os combustíveis renováveis devem suprir 5,75% de todo combustível de transporte na Europa até 2010, e 10% até 2020. Os Estados Unidos esperam obter 35 milhões de galões ao ano. Essas metas excedem em muito a capacidade agrícola do Norte industrial. A Europa teria que usar 70% de suas terras agrícolas para combustíveis. Toda a colheita de soja e milho dos EUA teria que ser processada para o etanol e biodiesel. Convertendo toda a sua terra arável para a produção de combustíveis iria causar um grande desastre no sistema alimentar do Norte. Portanto os países da Organização de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCED) estão considerando o Sul global para atender as suas demandas de combustível. Os governos do Sul parecem estar ansiosamente disponíveis. A Indonésia e a Malásia estão expandindo rapidamente as suas plantações de óleo de palma para suprir até 20 por cento do mercado de biodiesel da UE. No Brasil – onde a área ocupada por combustíveis já ocupa uma área de terra equivalente ao tamanho da Holanda, Bélgica, Luxemburgo e Reino Unido juntos – o governo está planejando um aumento cinco vezes maior na produção de cana-de-açúcar. A meta é repor 10% da gasolina mundial até 2025.

A rápida capitalização e concentração de poder na indústria de agrocombustíveis é impressionante. Nos últimos três anos o capital especulativo aumentou oito vezes. O investimento privado tem inundando as instituições públicas de pesquisa, como foi evidenciado pelo recente prêmio de meio milhão de dólares concedido pela BP (British Petroleum) à Universidade da Califórnia. Nos bastidores – e debaixo do nariz das leis anti-trust – gigantes petroleiras, de grãos, automóveis e engenharia genética estão formando parcerias poderosas: ADM e Monsanto, Chevron e Volkswagen; BP, DuPont, e Toyota. Essas corporações estão consolidando a pesquisa, produção, processamento e cadeias de distribuição dos nossos alimentos e sistemas de combustível sob um colossal teto industrial.

Os campeões dos agrocombustíveis nos garantem que as sementes usadas são renováveis, ambientalmente corretas, podem reduzir o aquecimento global e irão promover o desenvolvimento rural. Mas o tremendo poder de mercado das corporações de agrocombustíveis aliadas a uma vontade política fraca, por parte dos governos, para regulamentar as suas atividades, nos leva a duvidar dos cenários felizes. Antes de nos

atirmos nessa onda, a bagagem mítica da transição dos agrocombustíveis deve ser aberta publicamente.

Mito n.º 1: Agrocombustíveis são limpos e ecológicos

Por emitirem menos gases estufa quando queimados eles são ditos ecológicos. Contudo, os biocombustíveis não são capazes de diminuir a emissão de carbono a menos que sejam produzidos em locais onde não houvesse possibilidade de existir plantas em quantidade suficiente para retirar carbono da atmosfera. Infelizmente a abertura de novas áreas para agricultura produz carbono, assim como a intensificação da agricultura através de um sistema baseado em insumos derivados do petróleo. Quando se leva em consideração o “ciclo de vida” completo dos agrocombustíveis – desde o desmatamento até o consumo automotivo - a moderada economia de emissões se desfaz em vista de mais emissões causadas pelo desmatamento, queimadas, limpeza de resíduos, os cultivos e as perdas de carbono do solo. Cada tonelada de óleo de palma produzida resulta em 33 toneladas de emissões de dióxido de carbono - 10 vezes mais que o petróleo¹. O desmatamento das florestas tropicais para produzir etanol através da cana-de-açúcar emite 50% mais gases do efeito estufa e usa a mesma quantidade de gasolina¹. Comentando sobre o equilíbrio global de carbono, Doug Parr, cientista chefe do Greenpeace no Reino Unido afirma categoricamente que “se mesmo cinco por cento dos biocombustíveis são obtidos através da destruição de florestas ancestrais, você perdeu todo o seu ganho de carbono.”

Há outros problemas ambientais também. Os agrocombustíveis industriais requerem grandes aplicações de fertilizantes à base de petróleo, cujo consumo global - hoje em 45 milhões de toneladas/ano - aumentaram mais do que o dobro o nitrogênio biológico disponível no mundo, contribuindo pesadamente para as emissões de óxido nítrico, um gás estufa – 300 vezes mais potente do que o CO₂. Nos trópicos – onde a maior parte dos agrocombustíveis muito em breve estarão sendo cultivados – os fertilizantes químicos têm 10-100 vezes mais impacto na aquecimento global do que nas aplicações em solos temperados.¹ Para produzir um litro de etanol é necessário de três a cinco litros de água para irrigação, produzindo até treze litros de água suja. O tratamento dessa água consome a energia equivalente a 113 litros de gás natural, aumentando as chances de que seja simplesmente despejada no ambiente poluindo córregos, rios e o lençol freático.¹ O cultivo intensivo de plantas para a produção de combustível também causa altos índices de erosão, especialmente na produção de soja – de 6,5 ton./hectare nos EUA e até 12 ton./hectare no Brasil e na Argentina.

Mito n.º 2: Os agrocombustíveis não irão causar desmatamento

Os proponentes dos agrocombustíveis argumentam que as plantas usadas na produção de combustível que são plantadas em terras degradadas ecológicamente irão melhorar e não piorar o meio ambiente. Talvez o governo do Brasil tivesse isso em mente quando reclassificou alguns dos 200 milhões de hectares de cerrados, pastos e pântanos como “degradados” e aptos para cultivo.¹ Na verdade, esses são ecossistemas biodiversos da Mata Atlântica, Cerrado e Pantanal, ocupados por povos indígenas, pela agricultura de subsistência e por grandes fazendas de gado. A introdução das plantações de agrocombustível irá simplesmente empurrar essas comunidades para as “fronteiras agrícolas” do Amazonas onde os padrões devastadores de desmatamento são bem conhecidos. A soja supre 40% do biodiesel do Brasil. A NASA já correlacionou positivamente o seu preço de Mercado com a destruição da floresta Amazônica – que atualmente está ao redor de 325.000 hectares ao ano. Chamado de “diesel do desmatamento”, as plantações do óleo de palma para o biodiesel são a causa primordial de

perda de floresta na Indonésia, um país com um dos maiores índices de desmatamento do mundo. Em 2020, as plantações de óleo de palma na Indonésia irão triplicar em tamanho para 16,5 milhões de hectares – uma área equivalente ao tamanho da Inglaterra e País de Gales juntos – resultando na perda de 98% de cobertura de floresta.¹ A Malásia que é a maior produtora de óleo de palma do mundo, já perdeu 87% de suas florestas tropicais e continua desmatando num índice de 7% ao ano.

Mito n.º 3: os agrocombustíveis irão gerar desenvolvimento rural

Nos trópicos, 100 hectares dedicados a agricultura familiar gera 35 empregos. O óleo de palma e a cana-de-açúcar criam 10 empregos, o eucalipto 2, e a soja apenas meio emprego por 100 hectares, todos mal remunerados. Até recentemente, os agrocombustíveis supriam primordialmente os mercados locais e regionais. Mesmo nos EUA, a maior parte das usinas de etanol eram relativamente pequenas, e controladas por agricultores. Com o rápido aumento dos agrocombustíveis as grandes indústrias estão rapidamente entrando nesse mercado, centralizando as operações e criando gigantescas economias de escala. As grandes indústrias de petróleo, de grãos e a indústria genética estão rapidamente consolidando o seu controle sobre toda cadeia de valor do agrocombustível. O poder de mercado dessas corporações é impressionante: a Cargill e a ADM controlam 65 por cento de todo o comércio global de grãos, a Monsanto e a Syngenta controlam um quarto dos \$60 bilhões de dólares da indústria de tecnologia genética. Esse poder de mercado permite que essas companhias extraiam lucros do segmento mais lucrativo e de baixo risco da cadeia de valor; que são, os insumos, processamento e distribuição. Os produtores do agrocombustível irão se tornar cada vez mais dependentes de um grupo extremamente organizado de empresas para obter suas sementes, insumos, serviços, processamentos e vendas. E provavelmente não irão receber muitos benefícios.¹ Certamente, os pequenos proprietários serão forçados a sair do mercado e serão expulsos da terra. Centenas e milhares já forma deslocados pelas plantações de soja na “República da Soja”, uma área de mais de 50 milhões de hectares no sul do Brasil, norte da Argentina, Paraguai e leste da Bolívia.¹

Mito n.º4: os agrocombustíveis não causarão fome

A fome, disse Amartya Sen, não resulta da escassez, mas da pobreza. Segundo a FAO, há alimento suficiente no mundo para alimentar o mundo todo com uma dieta de 3.200 calorias por dia, com frutas frescas, nozes, legumes, laticínios e carnes. Entretanto, por que são pobres, 824 milhões de pessoas continuam passando fome. Em 2000 os líderes mundiais prometeram reduzir à metade a proporção de pessoas famintas vivendo abaixo da linha de pobreza no mundo até 2015. Pouco progresso foi alcançado. As pessoas mais pobres do mundo atualmente gastam 50-80% de toda a renda familiar com alimentos. E eles sofrem quando os altos preços dos combustíveis causam o aumento dos preços dos alimentos. Hoje, por que os alimentos e as plantações de combustíveis estão competindo por terra e recursos, os altos preços dos alimentos podem na verdade, vir forçar a alta dos preços dos combustíveis. Ambos fazem subir os preços da terra e água. Essa espiral perversa e inflacionária coloca os alimentos e os recursos produtivos fora do alcance dos pobres. O Instituto Internacional de Políticas de Alimentos estimou que o preço da cesta básica irá subir 20-33 por cento até o ano 2010 e 26-135 por cento até 2020. O consumo calórico tipicamente declina quando os preços sobem na razão de 1:2. A cada 1% de aumento no custo dos alimentos, 16 milhões de pessoas perdem a sua segurança alimentar. Se as atuais tendências continuarem, 1.2 bilhões de pessoas poderiam estar cronicamente famintos em 2025 – 600 milhões a mais do que havia sido previsto anteriormente.¹ O apoio internacional com alimentos provavelmente não irá ajudar por que o nosso excedente irá para os tanques de combustível. Perversamente, o apoio com alimentos somente aumenta quando os preços dos alimentos estão baixos – e não altos. Ao invés de converter terra

para a produção de combustível, o que é urgentemente necessário são transferências maciças de recursos para a produção de alimentos para os pobres rurais.

Mito n.º 5: A segunda geração de “agrocombustíveis” aperfeiçoados já está a caminho

Os proponentes dos agrocombustíveis gostam de assegurar os céticos do “alimento versus combustível” afirmando que os atuais agrocombustíveis feitos de plantas serão muito em breve substituídos com plantas ecológicamente adaptadas como árvores de crescimento rápido e grama perene [*switch-grass*]. Esse mito, irônicamente citado como o jogo de “isca e a grama perene” [*bait and switch-grass*] ajuda a tornar a primeira geração de agrocombustíveis socialmente aceitáveis.

A transição do agrocombustível transforma o uso da terra em escala maciça, jogando a produção de alimentos contra a produção de combustível, água e recursos por terra. É irrelevante perguntar quais plantas devem ser convertidas em combustível. Plantas selvagens cultivadas para a produção de combustível não terão nenhum “impacto no meio-ambiente” porque a comercialização irá transformar a sua ecologia. Elas irão migrar rapidamente das cercas e pequenos bosques para as terras agrícolas para serem cultivadas intensivamente como qualquer outra produção agrícola industrial – com todas as externalidades ambientais associadas.

Usando plantas geneticamente modificadas com menos lignina e celulose, a indústria planeja produzir plantas para o agrocombustível que são facilmente quebradas liberando açúcares, principalmente as árvores de rápido crescimento. As árvores são perenes e espalham pólen muito além das sementes de plantas alimentícias. As candidatas celulósicas *miscanthus*, *grama perene* e *grama canária* [*canary grass*] são espécies invasivas. Dada a promiscuidade demonstrada das plantas geneticamente modificadas, podemos esperar contaminações genéticas maciças. Isso vai deixar a Monsanto e a Syngenta muito satisfeitas. Os agrocombustíveis vão servir como o seu Cavalo de Tróia genético, lhes permitindo colonizar completamente o nosso sistema de combustíveis e alimentos.

Qualquer tecnologia com potencial para evitar os piores impactos do aquecimento global deve ser comercialmente viável em escala global nos próximos 5-8 anos. Isso é altamente improvável com o etanol celulósico, um produto que até agora não demonstrou nenhuma economia de carbono. Torná-lo um produto ecológico e viável não é apenas uma questão de mudar a escala da tecnologia existente, mas sim de avanços significativos em fisiologia das plantas que permita a quebra economicamente eficiente da celulose, hemicelulose e a lignina. A indústria dos agrocombustíveis ou está apostando em milagres ou contando com o apoio do dinheiro dos nossos impostos. A fé na ciência não é ciência. A fé seletiva na segunda geração de combustíveis – ao invés de trabalhar para melhorar as atuais tecnologias solares, vento ou de conservação – tende a favor dos que fazem a maior aposta.

O gêmeo está morto, vida longa ao gêmeo

A Agência Internacional de Energia estima que nos próximos 23 anos o mundo poderia produzir até 147 milhões de toneladas de agrocombustíveis. Isso será acompanhado por muito carbono, óxido nítrico, erosão e mais de 2 bilhões de toneladas de água poluída. Notavelmente, esse combustível irá apenas compensar o aumento anual da demanda por petróleo, que hoje está em 136 milhões de toneladas ao ano – sem nenhuma compensação alguma da demanda existente. Vale a pena?

A transição do agrocombustível encerra um capítulo de 200 anos na relação entre a agricultura e a indústria que se iniciou durante a Revolução Industrial. Naquele momento, a

invenção da máquina a vapor prometia o fim da labuta. Entretanto, a decolagem da indústria foi retardada até que o governo privatizasse as áreas comuns, expulsando os camponeses mais pobres da agricultura para as fábricas urbanas. A agricultura camponesa efetivamente subsidiou a indústria com alimento e força de trabalho baratos. Nos 100 anos seguintes, enquanto a indústria crescia também cresceu a porcentagem urbana da população mundial: de 3% para 13%. O advento do petróleo barato e dos fertilizantes à base de petróleo abriu a agricultura para o capital industrial. A mecanização intensificou a produção, mantendo os preços dos alimentos baixos e a indústria crescendo rapidamente. Os próximos cem anos testemunharam uma mudança global para a vida urbana. Hoje o mundo tem o mesmo número de pessoas vivendo nas cidades e no campo.¹ A transferência maciça de riquezas da agricultura para a indústria, a industrialização da agricultura, e a mudança rural-urbano são todas parte da “Transição Agrária”; o irmão gêmeo menos conhecido da Revolução Industrial. Os gêmeos Agrário/Industrial transformaram a maior parte do combustível do mundo e sistemas alimentares e estabeleceram o petróleo não renovável como a base do atual complexo multi-trilhonário em dólares, dos agroalimentos.

Os pilares da indústria dos agroalimentos são as grandes corporações de grãos como ADM, Cargill e Bunge. Por um lado elas estão cercadas por uma falange igualmente formidável de processadores de alimentos, distribuidores e redes de supermercados; por outro lado as empresas agroquímicas, de sementes e de maquinário. Juntas, essas indústrias consomem quatro de cada cinco dólares de alimento. Por algum tempo, o lado da produção do complexo dos agroalimentos sofreu uma “involução” agrícola na qual porcentagens crescentes de investimento (insumos químicos, engenharia genética e maquinário) não aumentaram a porcentagem da produtividade agrícola – o complexo dos agroalimentos está pagando mais e colhendo menos.

Os agrocombustíveis são a resposta perfeita para involução por que são subsidiados, crescem enquanto o petróleo diminui, e facilitam a concentração do poder de mercado em mãos dos mais poderosos jogadores das indústrias de alimentos e combustível. Como a Transição Agrária original, a atual Transição dos Agrocombustíveis irá “cercar as áreas comuns” [*commons*] ao industrializar as florestas e prados remanescentes do mundo. Irá levar os pequenos produtores, agricultores familiares e povos indígenas para as cidades. Irá afunilar aos recursos rurais para os centros urbanos na forma de combustível e gerar quantidades maciças de riqueza industrial.

Infelizmente a transição dos agrocombustíveis sofre de um defeito congênito: o seu gêmeo fraternal está morto. Não há uma nova Revolução Industrial. Nenhum setor industrial em expansão espera para receber as comunidades indígenas deslocadas, pequenos produtores e trabalhadores rurais. Não há avanços de produção equilibradas para inundar o mundo com alimentos baratos. Dessa vez o combustível não vai subsidiar a agricultura com energia barata. Ao contrário, o combustível irá competir com os alimentos pelo acesso a terra, água e recursos. Os agrocombustíveis geram um colapso na ligação entre alimento e combustível. Levado ao extremo, o agrocombustível será usado para plantar agrocombustíveis – uma proposição termodinâmica patética. A entropia inerente da agricultura industrial era invisível enquanto o petróleo era abundante. Hoje, os sistemas de alimento e combustível devem passar da poupança para conta corrente. Os agrocombustíveis nos levam a usar o “cheque especial”. “Renovável” não quer dizer “sem limite”. Mesmo sendo possível cultivar novamente, a terra, água e nutrientes são limitantes. Fingir que isso não é verdade serve os interesses dos que monopolizam esses recursos.

O apelo dos agrocombustíveis reside no seu potencial de *prolongar* a economia do petróleo. Com uma estimativa de reserva de apenas um trilhão de barris de petróleo no planeta, o barril de petróleo a \$100 dólares não está muito longe. Quanto mais alto os preços do petróleo, mais o custo do etanol pode subir para se manter competitivo. Aqui reside a contradição para a segunda geração de agrocombustíveis: quando o petróleo se torna mais caro, a primeira geração de agrocombustíveis se torna mais lucrativa, desestimulando o desenvolvimento de uma segunda geração de combustíveis. Se o petróleo chegar a \$80 dólares o barril, os produtores de etanol poderiam pagar mais de 45 dólares pelo alqueire (~127 kg.) de milho, tornando-o juntamente com a cana-de-açúcar também

mais competitivo. A crise de energia do planeta é potencialmente uma bonanza de \$80—100 trilhões de dólares para as corporações de alimento e combustível. Não é para menos que estamos sendo convidados a consumir enquanto encontramos soluções para o superconsumismo.

Limites – não incentivos - devem ser estabelecidos para a indústria de agrocombustíveis. É inconsciente para o Norte a transferir o problema do superconsumismo para o Sul Global simplesmente porque os trópicos têm mais luz solar, chuva e terra arável. Se os agrocombustíveis vão auxiliar na manutenção das florestas e na produção de alimentos, claramente a indústria de grãos, cana-de-açúcar e óleo de palma tem que ser regulamentada, e não de maneira branda. Medidas fortes e passíveis de serem cumpridas, baseadas no controle da área a ser plantada com agrocombustíveis são urgentemente necessárias, assim como leis poderosas anti-trust para prevenir a concentração corporativa do poder de mercado na indústria. Benefícios sustentáveis para campo irão apenas aumentar se os agrocombustíveis forem um complemento para planos territoriais de um desenvolvimento rural sustentável; não a sua peça central.

Construindo soberania alimentar e de combustível

A transição dos agrocombustíveis não é inevitável. Não há razão para sacrificar a possibilidade de sistemas de alimento e combustível sustentáveis e equitativos para uma estratégia industrial que comprometa ambos. Muitas alternativas locais bem sucedidas, energeticamente eficientes e centradas nas pessoas estão atualmente produzindo alimentos e combustível de maneira a não ameaçar o sistema de alimentos, o meio-ambiente e a subsistência. *A questão não é se o etanol e o biodiesel têm uma função no nosso futuro, mas sim se devemos ou não permitir que uma meia dúzia de corporações determinem o nosso futuro nos levando por caminho sem saída durante a transição dos agrocombustíveis.* Para evitar essa armadilha temos que abandonar o mito da cornucópia como legado da idade do petróleo abundante. Temos que ousar imaginar uma transição agrária diferente, construída com base na reforma agrária redistributiva que repovoa e estabiliza as comunidades rurais em dificuldades do mundo. Temos que reconstruir e fortalecer nossos sistemas locais e garantir o reinvestimento da riqueza rural local. Colocar o ser humano e o meio-ambiente – ao invés dos grandes lucros corporativos – no centro do desenvolvimento rural requer *soberania alimentar*: o direito dos povos de determinarem os seus próprios sistemas alimentares.

No Norte Industrial e no Sul Global, centenas de milhares de produtores e consumidores estão ativamente se organizando pelo direito a um alimento saudável e culturalmente adequado produzido através de métodos ecológicamente corretos e sustentáveis. Eles estão também reconstruindo a arquitetura de sistemas alimentares locais para garantir que a maior parte da riqueza e dos benefícios cresça localmente – não nos distantes cofres corporativos das gigantes dos agroalimentos. Eles estão responsabilizando as corporações dos agroalimentos pelas externalidades que a sua indústria impõe aos contribuintes sob a forma de fome, destruição ambiental e má saúde causada por alimentos processados de baixa qualidade. Os movimentos sociais pela reforma agrária, direitos indígenas, agricultura sustentável de agricultor para agricultor, comércio ético, feiras dos agricultores, agricultura apoiada pela comunidade, hortas nas periferias e o desenvolvimento de sistemas alimentares nos bairros, são alguns exemplos do esforços amplos e multi-facetados por soberania alimentar. Organizações como a Via Campesina Internacional, o movimento sem terra no Brasil (MST), a Federação das Cooperativas dos Agricultores Afro-Americanos, e a Coalisão de Comunidades por Segurança Alimentar, estão transformando a vontade social desses movimentos rurais e urbanos em *vontade política* - uma fórmula para mudança social.

Os movimentos por Soberania Alimentar já estão preparando para o rápido crescimento dos agrocombustíveis. Quando o presidente dos EUA George Bush chegou no Brasil para estabelecer uma parcerria do etanol com Lula, 700 mulheres da Via Campesina

em protesto o receberam ocupando a refinaria de milho da Cargill em São Paulo. Mas descarrilhar a jamanta dos agrocombustíveis implica em uma mudança na Transição dos Agrocombustíveis de uma transição agrária que favorece a indústria para uma que na verdade favoreça as comunidades rurais – uma transição que não drena riquezas do campo, mas que coloca os recursos nas mãos da população rural. Esse é um projeto de longo alcance. Seria bom se o próximo passo fosse o lançamento de uma moratória global, pró-ativa na expansão dos agrocombustíveis. É necessário tempo e debate público para acessar os potenciais impactos dos agrocombustíveis, e para desenvolver estruturas regulatórias, programas e incentivos para a conservação e alternativas de desenvolvimento de alimentos e combustíveis. Precisamos tempo para forjar uma transição melhor – uma transição agrária para soberania alimentar e de combustíveis.

* * *

TEXTO EM INGLÊS

Biofuels: Five Myths of the Agro-fuels Transition

Introduction

Biofuels. The term invokes a life-giving image of renewability and abundance—a clean, green, sustainable assurance in technology and the power of progress. This image allows industry, politicians, the World Bank, the United Nations, and even the International Panel on Climate Change to present fuels made from corn, sugarcane, soy and other crops as the next step in a smooth transition from peak oil to a yet-to-be-defined renewable fuel economy. Drawing its power from a cluster of simple cornucopian myths, “biofuels” directs our attention away from the powerful economic interests that benefit from this transition. It avoids discussion of the growing North-South food and energy imbalance. More fundamentally, it obscures the political-economic relationships between land, people, resources and food. By showing us only one side, “biofuels” fails to help us understand the profound consequences of the industrial transformation of our food and fuel systems—*The Agro-fuels Transition*.

The agro-fuels boom

Industrialized countries unleashed an “agro-fuels boom” by mandating ambitious renewable fuel targets. Renewable fuels are scheduled to provide 5.75% of Europe’s transport fuel by 2010, and 10 percent by 2020. The United States aims at 35 billion gallons a year. These targets far exceed the agricultural capacities of the industrial North. Europe would need to plant 70% of its farmland to fuel. The U.S.’s entire corn and soy harvest would need to be processed as ethanol and bio-diesel. Converting the bulk of their arable land to fuel crops would wreak havoc with the North’s food systems. Unsurprisingly, OECD countries are looking to the Global South to meet their fuel demands. Southern governments appear eager to oblige. Indonesia and Malaysia are rapidly expanding oil-palm plantations in an effort to supply up to 20 percent of the EU bio-diesel market. In Brazil—where fuel crop acreage already occupies a land area the size of Netherlands, Belgium, Luxemburg and Great Britain combined—the government is planning a five-fold increase in sugar cane acreage. Their goal is to replace 10 percent of the world’s gasoline by 2025. But the agro-fuels boom is not simply a case of rich countries of the North mining the resources of poor countries of the South. On the heels of the U.S.-Brazil ethanol agreement, at the recent

South American Energy Summit, land-rich Brazil, gas-rich Bolivia, and oil-rich Venezuela announced their joint intention to establish a regional agro-fuels market. This hemispheric jockeying underscores the powerful political opportunities offered by the agro-fuels transition.

The rapid capitalization and concentration of power within the agro-fuels industry is breathtaking. Over the last three years venture capital investment in agro-fuels has increased eightfold. Private investment is swamping public research institutions, as evidenced by BP's recent award of half a billion dollars to the University of California. Behind the scenes—and under the noses of most national anti-trust laws—giant oil, grain, auto and genetic engineering corporations are forming powerful partnerships: ADM and Monsanto, Chevron and Volkswagen; BP, DuPont, and Toyota. These corporations are consolidating the research, production, processing, and distribution chains of our food and fuel systems under one colossal, industrial roof.

Agro-fuel champions assure us that because fuel crops are renewable, they are environmentally-friendly, can reduce global warming, and will foster rural development. But the tremendous market power of agro-fuel corporations, coupled with the poor political will on the part of governments to regulate their activities, leads us to doubt these happy scenarios. Before jumping on the bandwagon, the mythic baggage of the agro-fuels transition needs to be publicly unpacked:

Myth #1: Agro-fuels are clean and green

Because agro-fuels emit fewer green house gas emissions than gasoline when burned, we are told they are green. But agro-fuels can't positively *offset* the carbon emissions unless they are grown in areas that would not otherwise have grown green plants. Unfortunately, opening new land to agriculture produces carbon, as does intensive cultivation with petroleum-based inputs. When the full "life cycle" of agro-fuels is considered—from land clearing to automotive consumption—the moderate emission savings are undone by far greater emissions from deforestation, burning, peat drainage and soil carbon losses. Every ton of palm oil produced results in 33 tons of carbon dioxide emissions—10 times more than petroleum.ⁱ Tropical forests cleared for sugar cane ethanol emit 50 percent more greenhouse than the production and use of the same amount of gasoline.ⁱⁱ Commenting on the global carbon balance, Doug Parr, chief UK scientist at Greenpeace states flatly, "If even five percent of biofuels are sourced from wiping out existing ancient forests, you've lost *all* your carbon gain."

There are other environmental problems as well. Industrial agro-fuels require large applications of petroleum-based fertilizers, whose global use—now at 45 million tons/year—has more than doubled the biologically available nitrogen in the world, contributing heavily to the emission of nitrous oxide, a greenhouse gas 300 times more potent than CO². In the tropics—where the bulk of the world's agro-fuels are grown—chemical fertilizer has 10-100 times the impact on global warming compared to temperate soil applications.ⁱⁱⁱ To produce a liter of ethanol takes three to five liters of irrigation water and produces up to 13 liters of waste water. It takes the energy equivalent of four cubic feet of natural gas to treat this waste, increasing the likelihood that it will simply be released into the environment to pollute streams, rivers and groundwater.^{iv} Intensive cultivation of fuel crops also leads to high rates of erosion, particularly in soy production—from 16 tons/acre in the U.S. to up to 30 tons/acre in Brazil and Argentina.

Myth #2: Agro-fuels will not result in deforestation

Proponents of agro-fuels argue that fuel crops planted on ecologically degraded lands will improve rather than destroy the environment. Perhaps the government of Brazil had this in mind when it re-classified some 200 million hectares of dry-tropical forests and grassland as "degraded" and ready for sugar cane cultivation.^v In reality, these lands are the fragile,

ecosystems of the *Mata Atlantica* and the *Cerrado*, occupied by indigenous people, subsistence farmers, and extensive cattle ranches. The introduction of agro-fuel plantations will simply push these communities to the “agricultural frontier” of the Amazon where the devastating patterns of deforestation are all too well-known. Soybeans supply 40 percent of Brazil’s diesel agro-fuels. NASA has positively correlated their market price with the destruction of the Amazon rainforest—currently at nearly 800,000 acres a year. Called “The Diesel of Deforestation,” palm oil plantations for bio-diesel are the primary cause of forest loss in Indonesia, a country with one of the highest deforestation rates in the world. By 2020, Indonesia’s oil-palm plantations will triple in size to 16.5 million hectares—an area the size of England and Wales combined—resulting in a loss of 98% of forest cover.^{vi} Neighboring Malaysia, the world’s largest producer of palm oil, has already lost 87% of its tropical forests and continues deforesting at a rate of seven percent a year.

Myth #3: Agro-fuels will bring rural development

In the tropics, 100 hectares dedicated to family farming generates thirty-five jobs. Oil palm provides 10 jobs, sugar cane one job and soybeans a scant half-job per 100 hectares, all poorly paid. Until recently, agro-fuels supplied primarily local and sub-regional markets. Even in the U.S., most ethanol plants were relatively small, and farmer-owned. With the agro-fuels boom big industry is quickly moving in, centralizing operations and creating gargantuan economies of scale. Big Oil, Big Grain, and Big Genetic engineering are rapidly consolidating control over the entire agro-fuel value chain. The market power of these corporations is staggering: Cargill and ADM control 65 percent of the global grain trade, Monsanto and Syngenta a quarter of the \$60 billion gene-tech industry. This market power allows these companies to extract profits from the most lucrative and low-risk segments of the value chain, e.g., inputs, processing and distribution. Agro-fuels producers will be increasingly dependent on a tightly-organized cabal of companies for their seed, inputs, services, processing and sale. They are not likely to receive many benefits.^{vii} More likely, smallholders will be forced out of the market and off the land. Hundreds of thousands have already been displaced by the soybean plantations in the “Republic of Soy” a 50 million hectare area covering southern Brazil, northern Argentina, Paraguay, and eastern Bolivia.^{viii}

Myth #4: Agro-fuels will not cause hunger

Hunger, as Amartya Sen has shown, results not from scarcity, but poverty. According to the FAO, there is more than enough food in the world to supply every man, woman and child every day with a 2200 calorie diet of fresh fruit, nuts, vegetables, dairy and meat. Nonetheless, because they are poor, 824 million people continue to live in chronic hunger. In 2000, world leaders promised to halve the proportion of hungry people living in extreme poverty by 2015. Little progress has been made. Typically, the world’s poorest people already spend 50-80% of their total household income on food. They suffer when high fuel prices push up food prices. Now, because food and fuel crops are competing over land and resources, high food prices may actually push up fuel prices. Both are inflating the prices of land and water. This perverse, inflationary spiral puts food and productive resources out of reach for the rural and urban poor. The International Food Policy Research Institute has estimated that the price of basic food staples will increase 20-33 percent by the year 2010 and 26-135 percent by the year 2020. Caloric consumption typically declines as price rises by a ratio of 1:2. With every 1 percent rise in the cost of food, 16 million people are made food insecure. If current trends continue, some 1.2 billion people could be chronically hungry by 2025—600 million more than previously predicted.^{ix} World food aid will not likely come to the rescue. Perversely, food aid only increases when food prices are low, not high. Instead of converting land to fuel production, what are urgently needed are massive transfers of food-producing resources to the rural poor.

Myth #5: Better “second-generation” agro-fuels are just around the corner

Proponents of agro-fuels like to reassure “food versus fuel” skeptics by asserting that present agro-fuels made from food crops will soon be replaced with environmentally-friendly crops like fast-growing trees and switchgrass. This myth, wryly referred to as the “bait and switch-grass” shell game, helps make first generation agro-fuels socially acceptable.

The agro-fuel transition converts land use on massive scales, pitting food production against fuel production for land, water and resources. The issue of which crops are converted to fuel is irrelevant. Wild plants cultivated as fuel crops won't have a smaller “environmental footprint” because their commercialization will transform their ecology. They will rapidly migrate from hedgerows and woodlots onto arable lands to be intensively cultivated like any other industrial crop—with all the associated environmental externalities.

By producing genetically engineering plants (GMOs) with less lignin and cellulose, the industry aims to produce cellulosic agro-fuel crops that break down easily to liberate sugars, especially fast-growing trees. Trees are perennial and spread pollen faster than food crops. Miscanthus, switch grass, and canary grass, are all invasive species. Given the demonstrated promiscuity of genetically-engineered crops, we can expect massive genetic contamination. Monsanto, Syngenta and Bayer will be quite pleased. Agro-fuels will serve as their genetic Trojan horse, allowing them to colonize both our fuel and food systems.

To actually help avoid the worst impacts of global warming agro-fuels must be commercially viable on a global scale within the next 5-8 years. This is highly unlikely with cellulosic ethanol, a product that has thus far demonstrated no carbon savings. Making it a green, viable product is not simply matter of scaling up existing technology, but of major breakthroughs in plant physiology that permit the economically efficient breakdown of cellulose, hemi-cellulose, and lignin. The agro-fuel industry is either betting on miracles or counting on taxpayer bail-outs. Faith in science is not science. Selective faith in second-generation fuel—rather than working to improve existing solar, wind, or conservation technologies—is bias in favor of the highest bidder.

The twin is dead, long live the twin

The International Energy Agency estimates that over the next 23 years, the world could produce as much as 147 million tons of agro-fuel. This will be accompanied by a lot of carbon, nitrous oxide, erosion, and over 2 billion tons of waste water. Remarkably, this fuel will barely offset the *yearly* increase in global oil demand, now standing at 136 million tons a year. Is this worth it?

The agro-fuel transition closes a 200-year chapter in the relation between agriculture and industry that began with the Industrial Revolution. Then, the invention of the steam engine promised an end to drudgery. However, industry's take-off lagged until governments privatized common lands, driving the poorest peasants out of agriculture and into urban factories. Peasant agriculture effectively subsidized industry with both cheap food and cheap labor. Over the next 100 years as industry grew, the urban percentage of the world's population grew from 3% to 13%. The advent of cheap oil and petroleum-based fertilizers opened up agriculture itself to industrial capital. Mechanization intensified production, keeping food prices low and industry booming. The next hundred years saw a three-fold global shift to urban living. Today, the world has as many people living in cities as in the countryside.^x The massive transfer of wealth from agriculture to industry, the industrialization of agriculture, and the rural-urban shift are all part of the “Agrarian Transition,” the lesser-known twin of the Industrial Revolution. The Agrarian/Industrial twins transformed most of the world's fuel and food systems and established non-renewable petroleum as the foundation of today's multi-trillion dollar agri-foods complex.

The pillars of the agri-foods are the great grain corporations, e.g., ADM, Cargill and Bunge. They are surrounded by an equally formidable phalanx of food processors, distributors, and supermarket chains on one hand, and agro-chemical, seed, and machinery companies on the other. Together, these industries consume one of every five food dollars. For some time, the production side of the agri-foods complex has suffered from agricultural “involution” in which increasing rates of investment (chemical inputs, genetic engineering, and machinery) have not increased the rates of agricultural productivity—agri-foods are paying more and reaping less.

Agro-fuels are the perfect answer to involution because they’re subsidized, grow as oil shrinks, and facilitate the concentration of market power in the hands of the most powerful players in the food and fuel industries. Like the original Agrarian Transition, the present Agro-fuels Transition will “enclose the commons” by industrializing the remaining forests and prairies of the world. It will drive the planet’s remaining smallholders, family farmers, and indigenous peoples to the cities. It will funnel rural resources to urban centers in the form of fuel, and will generate massive amounts of industrial wealth.

Unfortunately, the agro-fuels transition suffers from a congenital flaw: its fraternal twin is dead. There is no new Industrial Revolution. No expanding industrial sector waits to receive displaced indigenous communities, smallholders and rural workers. There are no production breakthroughs poised to flood the world with cheap food. This time, fuel will not subsidize agriculture with cheap energy. On the contrary, fuel will compete with food for land, water and resources. Agro-fuels collapse the industrial link between food and fuel. Taken to its extreme, agro-fuel will be used to grow agro-fuel... in defiance of the Second Law of Thermodynamics. The inherent entropy of industrial agriculture was invisible as long as oil was abundant. Now, food and fuel systems must shift from a savings to a checking account. Agro-fuels lead us to overdraw. “Renewable” does not mean “limitless.” Even if crops can be replanted, land, water, and nutrients are limiting. Pretending otherwise serves the interests of those monopolizing those resources.

Agro-fuel’s appeal lies with its potential to *prolong* the oil economy. With an estimated one trillion barrels of oil reserves left on the planet, \$100-a-barrel oil is not far off.^{xi} The higher oil prices, the more ethanol costs can rise while remaining competitive. Herein lays the contradiction for second generation agro-fuels: as oil becomes more expensive, first generation agro-fuels become more lucrative, discouraging the development of second-generation fuels. If oil reaches \$80 per barrel, ethanol producers could afford to pay well over \$5 per bushel for corn, making it competitive with sugar cane as well. The planet’s energy crisis is potentially an \$80—100 trillion dollar bonanza for food and fuel corporations.

Building food and fuel sovereignty

The Agro-fuels Transition is not inevitable. There is no reason to sacrifice the possibility of sustainable, equitable food and fuel systems to an industrial strategy that compromises both. Many successful, locally-focused, energy-efficient and people-centered alternatives are presently producing food and fuel in ways that do not threaten food systems, the environment, or livelihoods. The question is not whether ethanol and bio-diesel per-se have a place in our future, but whether or not we allow a handful of global corporations to determine our future by dragging us down the dead end of the agro-fuels transition. To avoid this trap we have to abandon the cornucopian myths left over from the age of abundant oil. We must dare to envision a different, steady-state agrarian transition that re-populates and stabilizes the decaying rural communities of the world. We need to rebuild and strengthen our local food systems, and ensure conditions for the local re-investment of rural wealth. Putting people and environment—instead of corporate mega-profits—at the center of rural development requires *food sovereignty*: the right of people to determine their own food systems.

Limits—not incentives—must be placed on the agro-fuels industry. It is unconscionable for the North to shift the burden of over-consumption to the Global South

simply because the tropics have more sunlight, rain and land mass. If agro-fuels are to be forest and food friendly, clearly the grain, cane, and palm-oil industries need to be regulated, and not in piecemeal fashion. Strong, enforceable standards based on limiting land planted to agro-fuels are urgently needed, as are anti-trust laws powerful enough to prevent the corporate concentration of market power in the industry. Sustainable benefits to the countryside will only accrue if agro-fuels are a complement to territorial plans for sustainable rural development, not the centerpiece.

A pro-active, global moratorium on the expansion of agro-fuels is needed to develop regulatory structures and set programs in place to foster conservation and development alternatives to the agro-fuels transition. We need the time to take positive steps towards the next agrarian transition—for food and fuel sovereignty.

ⁱ Delft Hydraulics in George Monbiot, “If we want to save the planet, we need a five-year freeze on biofuels” *The Guardian*, 3/27/2007.

ⁱⁱ David Tilman and Jason Hill, *Washington Post*, 3/25/07.

ⁱⁱⁱ Miguel Altieri and Elizabeth Bravo, “The ecological and social tragedy of biofuels,” 5/1/07, www.foodfirst.org.

^{iv} *The Ecologist*, May, 2007.

^v *Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011*, In Camila Moreno, “Agroenergia X Soberania Alimentar: a Questão Agrária do século XXI”, 2006.

^{vi} *The Ecologist*, *Ibid*.

^{vii} Annie Dufey, “International trade in biofuels: Good for development? And good for environment?” *International Institute for Environment and Development*, 2006.

^{viii} Bravo, E. 2006, *Biocombustibles, cultivos energeticos y soberania alimentaria: encendiendo el debate sobre biocommestibles*. Accion Ecologica, Quito, Ecuador.

^{ix} [C. Ford Runge](#) and [Benjamin Senauer](#), “How Biofuels Could Starve the Poor”, *Foreign Affairs*, [May/June 2007](#).

^x “The World Goes to Town,” *The Economist*, 5/11/07.

^{xi} Caroline Lucas Mep, *et al* “Fuelling a Food Crisis: The impact of peak oil on food security”, *The Greens/European Free Alliance, European Parliament*, 12/06.

Recebido em maio de 2007

Aprovado em maio de 2007